



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Instituto de Letras e Linguística  
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos**



**ANÍSIO BATISTA PEREIRA**

**DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA NA POESIA DE ARNALDO ANTUNES E DE  
MANOEL DE BARROS**

**Uberlândia (MG)  
- 2021 -**

**ANÍSIO BATISTA PEREIRA**

**DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA NA POESIA DE ARNALDO ANTUNES E DE  
MANOEL DE BARROS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia – como requisito à obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

**Área de concentração:** Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

**Linha de pesquisa:** Linguagem, sujeito e discurso.

**Orientador:** Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

**Apoio financeiro:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

**Uberlândia (MG)**

**- 2021 –**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

|              |  |
|--------------|--|
| P436<br>2021 | <p>Pereira, Anísio Batista, 1979-<br/>Discursos sobre a infância na poesia de Arnaldo<br/>Antunes e de Manoel de Barros [recurso eletrônico] /<br/>Anísio Batista Pereira. - 2021.</p> <p>Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.<br/>Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,<br/>Pós-graduação em Estudos Linguísticos.<br/>Modo de acesso: Internet.<br/>Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.688">http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.688</a><br/>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Linguística. I. Fernandes, Cleudemar Alves, 1966-,<br/>(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-<br/>graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 801</p> |
|--------------|--|

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

|                                    |   |                 |       |                       |       |
|------------------------------------|---|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em:      | Estudos Linguísticos  |                 |       |                       |       |
| Defesa de:                         | Tese - PPGEL  |                 |       |                       |       |
| Data:                              | Dez de dezembro de dois mil e vinte e um  | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: | 18:00 |
| Matrícula do Discente:             | 11723ELI001   |                 |       |                       |       |
| Nome do Discente:                  | Anísio Batista Pereira  |                 |       |                       |       |
| Título do Trabalho:                | Discursos sobre a infância na poesia de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros         |                 |       |                       |       |
| Área de concentração:              | Estudos em linguística e Linguística Aplicada   |                 |       |                       |       |
| Linha de pesquisa:                 | Linguagem, sujeito e discurso   |                 |       |                       |       |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Constituição do sujeito discursivo: entrelaçamento entre língua, história e sociedade |                 |       |                       |       |

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Eliane Mara Silveira - UFU; Kátia Menezes de Sousa - UFG; Antônio Fernandes Júnior - UFG, Manuel José Veronez de Sousa - UEPG e Cleudemar Alves Fernandes - UFU, orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. Cleudemar Alves Fernandes, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Katia Menezes de Sousa, Usuário Externo**, em 10/12/2021, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FERNANDES JUNIOR, Usuário Externo**, em 10/12/2021, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Mara Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/12/2021, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuel José Veronez de Sousa Júnior, Usuário Externo**, em 10/12/2021, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleudemar Alves Fernandes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/12/2021, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3245524** e o código CRC **A1079647**.

Aos meus pais Agêo e Maria Abadia, camponeses, pelo exemplo de vida simples e pelas dificuldades enfrentadas com serenidade, pelos valores a mim passados e pela compreensão de minha ausência nos momentos de estudos ao longo da trajetória acadêmica. A eles, todo meu amor e admiração pelo heroísmo e espero poder retribuir-lhes por todos os ensinamentos de vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de minha trajetória no Doutorado, vários acontecimentos foram essenciais para que eu chegasse ao objetivo final, que encerra o ciclo com a defesa da tese. Foi um período árduo, mas de muito aprendizado e realização de atividades diversas: escrita e publicação de artigos, de capítulos de livros e organização de e-books, participação e organização de eventos, estudos de disciplinas no curso, dentre tantas outras atividades que proporcionaram um encontro com pessoas tão importantes para a concretização desta etapa acadêmica.

Primeiramente, agradeço a Deus pela saúde e pela serenidade proporcionadas neste período de estudos, amparando-me nos momentos de turbulências e me dando força e coragem para que eu chegasse ao final desta caminhada.

À minha família, pais, irmãos, sobrinhos, cunhados, cunhadas e afilhado, pela compreensão de minha ausência física, pelo incentivo que me proporcionaram sustento para a concretização deste sonho antigo que era conquistar o título de Doutor. São pessoas especiais, cujas raízes se fazem arraigadas e com firmeza, que deram seu sustento nessa jornada da melhor forma possível.

Ao meu orientador de Tese, prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes, cuja sabedoria e personalidade passei a admirar com maior intensidade por meio da convivência, das disciplinas com ele cursadas, orientações e disciplinas de Estágios I e II. Minha gratidão pela paciência e compreensão dos tropeços e pelo cuidado para comigo ao longo desses quatro anos de curso.

Ao Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF), nas pessoas de seus líderes, Prof. Dr. Cleudemar Fernandes, Prof. Dr. Israel de Sá e Prof. Dr. Vinícius Dorne, pelos esclarecimentos e abertura para debates, sempre muito construtivos, de modo que eu me engajasse de forma mais profunda na teoria de Michel Foucault. Esses encontros, sempre com discussões aprofundadas do referido teórico, contribuíram sobremaneira para as formulações teóricas e analíticas desta investigação.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Virgínia e Luana, pela disponibilidade nos atendimentos, pelos esclarecimentos quando eu me sentia perdido em meio à tanta documentação ao longo do curso. Sempre de modo solícito, presencial ou eletronicamente, seus atendimentos fizeram toda a diferença nesse meu caminhar como doutorando.

Ao Programa de Pós-Graduação no geral, incluindo os professores, pela oportunidade

de estudar em uma instituição tão requisitada, pela recepção e pelos conhecimentos construídos juntos ao longo desse percurso. Não apenas na minha linha de pesquisa, mas todas as disciplinas cursadas foram essenciais para ampliar meus horizontes no universo da linguagem, dos estudos linguísticos, os quais me serão muito valiosos ao longo de minha caminhada profissional e pessoal.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão de bolsa de estudos, possibilitando-me um caminhar mais aprofundado e comprometido com a construção do saber acadêmico. Esse auxílio financeiro me permitiu a compra de livros, viagens para eventos, produções mais qualificadas, bem como demanda a CAPES no processo de avaliação dos programas de mestrado e doutorado. Pela FAPEMIG, foi possível percorrer esse caminho de modo exclusivo, desvinculado de outras atividades profissionais.

Aos debatedores do meu projeto de tese no XVI Seminário de Pesquisa em Linguística e Linguística Aplicada (SEPELLA), em 2018, Prof. Dr. Mariano Dagatti, da Universidade de Buenos Aires, e na edição XVII do mesmo evento, em 2019, cujo projeto foi debatido pelo Prof. Dr. Pedro Navarro, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Baracuhy, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O olhar e sugestões de vocês, quando o projeto de tese ainda se encontrava em fase mais embrionária, foram de grande relevância.

Aos integrantes da banca de qualificação do projeto de tese, de qualificação da tese e de defesa, Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior, da Universidade Federal de Catalão (UFCat); Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eliane Silveira, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Prof<sup>ª</sup>. Dra. Kátia de Sousa, da Universidade Federal de Goiás (UFG); Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luzmara Cursino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Prof. Dr. Manuel Veronez, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). As sugestões nessas etapas da pesquisa foram decisivas para um direcionamento mais adequado para o prosseguimento e finalização da escrita da tese.

Ao pessoal da limpeza das salas de aula, que sempre proporcionou um ambiente mais agradável para que pudéssemos sentir de forma mais confortáveis possível. Além disso, aos funcionários do Restaurante Universitário do *Câmpus* Santa Mônica, pelo cuidado na preparação das refeições e pela atenção no momento das refeições.

Aos colegas de curso, de modo especial, meu muito obrigado pela amizade e pelas trocas de conhecimentos, tanto nas disciplinas quanto nas produções em conjunto. As interações são muito produtivas e as amizades proporcionam à caminhada uma leveza e a parceria torna-se facilitadora da construção de conhecimentos.

A todos(as) que, direta e indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Carrego meus primórdios num andor.  
Minha voz tem um vício de fontes.  
Eu queria avançar para o começo.  
Chegar ao criancimento das palavras.  
Lá onde elas ainda urinam na perna.  
Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos.  
Quando a criança garatuja o verbo para falar o que  
não tem.  
Pegar no estame do som.  
Ser a voz de um lagarto escurecido.  
Abrir um descortínio para o arcano.

*(Manoel de Barros)*

## RESUMO

Nesta investigação, propomos a trabalhar a análise do discurso literário, mais precisamente com poesias de Arnaldo Antunes (1960-atual) e Manoel de Barros (1916-2014), dois escritores da literatura brasileira que abordam a infância de forma recorrente em suas obras. A observação do pesquisador em relação às poesias desses poetas, tendo em vista a construção dos saberes instaurados nos seus enunciados, provocou uma inquietação no que tange à temática. Embora se trate de dois escritores que apresentam distinções acentuadas, tanto em seus aspectos socioculturais quanto em suas trajetórias no meio literário, é possível constatar que algo os aproxima: a infância. Ao passo que Antunes inicia sua trajetória na música, no cenário do *rock dos anos 80* e, posteriormente, se dedica à escrita literária propriamente dita, Barros apresenta seu ingresso na escrita na década de 1930 e percorre por décadas nesse universo até meados da década de 2010. As características peculiares desses poetas de construir sujeitos tomando por base a ruptura e a transgressão dão pistas de uma possível aproximação, mas não nos limitamos a esse ponto, pois caminhamos, também, para as discrepâncias encontradas nesses dois universos literários. E dessa forma configuramos nosso objetivo de pesquisa: realizar uma análise discursiva comparativa entre esses dois poetas, com ênfase para a construção de infância(s) materializadas nos seus discursos. Tal investigação se justifica pela relevância desses escritores na literatura brasileira e que pode contribuir para o avanço dos estudos discursivos literários, por meio de outras possibilidades nesse campo do saber vinculado aos estudos linguísticos. Isto posto, delimitamos nosso *corpus* com recorte de poemas integrantes de 6 (seis) livros, sendo 3 (três) de cada poeta. De Arnaldo Antunes: *Tudos* (1991); *As Coisas* (1992) e *Nome* (1993) e de Manoel de Barros: *O livro das ignoranças* (1993); *Livro sobre nada* (1996) e *Exercícios de ser criança* (1999). A leitura prévia dessas obras, pelas suas construções discursivas ligadas a saberes e subjetividades que se direcionam para a construção de sujeitos típicos da infância, nos possibilitou tomar como suporte teórico-metodológico para as análises alguns pressupostos de Michel Foucault, pensador que tem contribuído para as investigações na área dos estudos discursivos e que possibilita um trabalho analítico com vários tipos de materialidades, inclusive com a literatura. De Foucault, exploramos alguns conceitos basilares para o engajamento analítico em questão, tais como sujeito, subjetividade, verdade, ser de linguagem e transgressão, que povoam nosso olhar investigativo nas instâncias teórica e analítica. Dividida em 4 (quatro) capítulos, nesta tese são abordados conceitos que propomos desenvolver no sentido de possibilitar as análises comparativas entre os dois poetas, como linguagem e infância, transgressão e ser de linguagem, sujeito e genealogia da infância, memória e subjetividade, questões que procuramos explicitar nesse processo investigativo. Pelas análises, constatamos que esses escritores, no exercício da função autor, constroem sujeitos ligados à infância, que se aproximam, tendo em vista os saberes mobilizados para essa possibilidade, dada a transgressão e a resistência de saberes legitimados em detrimento da construção e relações diferenciadas de outros, que constroem subjetividades por meio de uma linguagem literária. Mas há também distinções nas formas elaborais desses discursos, que em Antunes há um sujeito mais concreto, construído com elementos característicos de dada realidade social e marcado pelo aqui agora; e em Barros encontramos elementos mais utópicos, primando pelo tempo passado, como quem aprecia sair da lógica discursiva e se adentrar no fora, no universo exterior, próprio do discurso literário, que se relaciona com a infância.

**Palavras-chave:** discurso; sujeito; saber; infância; Arnaldo Antunes; Manoel de Barros.

## ABSTRACT

In this investigation, we propose to work on the analysis of literary discourse, more precisely with poems by Arnaldo Antunes (1960-present) and Manoel de Barros (1916-2014), two writers of Brazilian literature who recurrently address childhood in their works. The researcher's observation in relation to the poems of these poets, in view of the construction of knowledge established in their statements, provoked a concern regarding the theme. Although these are two writers who present sharp distinctions, both in their sociocultural aspects and in their trajectories in the literary world, it is possible to see that something brings them together: childhood. While Antunes began his career in music, in the rock scene of the 1980s and later dedicated himself to literary writing itself, Barros introduces his entry into writing in the 1930s and travels for decades in this universe until the mid-1930s. 2010. The peculiar characteristics of these poets of constructing subjects based on rupture and transgression give clues to a possible approximation, but we are not limited to this point, as we are also heading towards the discrepancies found in these two literary universes. And in this way we configure our research objective: to carry out a comparative discursive analysis between these two poets, with an emphasis on the construction of childhood(s) materialized in their speeches. Such investigation is justified by the relevance of these writers in Brazilian literature and that it can contribute to the advancement of literary discursive studies, through other possibilities in this field of knowledge linked to linguistic studies. That said, we delimited our corpus with clipping poems from 6 (six) books, 3 (three) from each poet. By Arnaldo Antunes: Everything (1991); The Things (1992) and Nome (1993) and Manoel de Barros: The book of ignorance (1993); Book about Nothing (1996) and Exercises of Being a Child (1999). The previous reading of these works, due to their discursive constructions linked to knowledge and subjectivities that are directed towards the construction of typical childhood subjects, allowed us to take as theoretical-methodological support for the analysis some assumptions of Michel Foucault, a thinker who has contributed to the investigations in the area of discursive studies and that enable an analytical work with various types of materialities, including literature. From Foucault, we explore some basic concepts for the analytical engagement in question, such as subject, subjectivity, truth, being of language and transgression, which populate our investigative gaze in theoretical and analytical instances. Divided into 4 (four) chapters, this thesis addresses concepts that we propose to develop in order to enable comparative analyzes between the two poets, such as language and childhood, transgression and being of language, subject and childhood genealogy, memory and subjectivity, issues that we tried to make explicit in this investigative process. Through the analyses, we find that these writers, in the exercise of the author function, build subjects linked to childhood, who come closer, in view of the knowledge mobilized for this possibility, given the transgression and resistance of legitimate knowledge to the detriment of the construction and differentiated relationships others, who construct subjectivities through a literary language. But there are also distinctions in the elaborate forms of these discourses, that in Antunes there is a more concrete subject, constructed with characteristic elements of a given social reality and marked by the here now; and in Barros we find more utopian elements, emphasizing the past tense, as someone who appreciates leaving the discursive logic and entering the outside, in the external universe, typical of literary discourse, which is related to childhood.

**Keywords:** discourse; subject; know; childhood; Arnold Antunes; Manoel de Barros.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>PALAVRAS PRIMEIRAS .....</b>   | <b>14</b>  |
| 1. Condições de possibilidade da poesia de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros .....  | 14         |
| 2. Notas sobre o recorte para as análises .....   | 21         |
| 3. Caminhos já percorridos sobre o <i>corpus</i> e a singularidade desta pesquisa ..... | 25         |
| 4. A justificativa, o problema e os objetivos desta investigação .....                  | 33         |
| <b>1. LINGUAGEM E INFÂNCIA EM ANTUNES E BARROS .....</b>                                | <b>40</b>  |
| 1.1. Análise do poema “O Corpo” .....   | 55         |
| 1.2. Análise do poema “A Cultura” .....   | 59         |
| 1.3. Análise do poema “O Dinheiro” .....  | 61         |
| 1.4. Análise do poema “III” da primeira parte: “Uma didática da invenção” .....         | 64         |
| 1.5. Análise do poema “XIX” da primeira parte: “Uma didática da invenção” .....         | 65         |
| 1.6. Análise do poema “XXI” da primeira parte: “Uma didática da invenção” .....         | 68         |
| 1.7. Apontamentos conclusivos .....   | 70         |
| <b>2. TRANSGRESSÃO E SER DE LINGUAGEM EM ANTUNES E BARROS .....</b>                     | <b>72</b>  |
| 2.1. Análise do poema “Poesia” .....  | 86         |
| 2.2. Análise do poema “Carnaval” .....  | 89         |
| 2.3. Análise do poema “I” da primeira parte: “A arte de infantilizar formigas” .....    | 92         |
| 2.4. Análise do poema “No aeroporto o menino perguntou” .....                           | 96         |
| 2.5. Apontamentos conclusivos .....   | 99         |
| <b>3. SUJEITO E GENEALOGIA DA INFÂNCIA EM ANTUNES E BARROS .....</b>                    | <b>101</b> |
| 3.1. Análise do poema “Nome não” .....  | 115        |
| 3.2. Análise do poema “Pássaro parado” .....  | 118        |
| 3.3. Análise do poema “As pedras” .....   | 120        |
| 3.4. Análise do poema “2” da primeira parte: “A arte de infantilizar formigas” .....    | 122        |
| 3.5. Análise do poema “6” da segunda parte: “Desejar ser” .....                         | 124        |
| 3.6. Análise do poema “8” da segunda parte: “Desejar ser” .....                         | 127        |
| 3.7. Apontamentos conclusivos .....   | 130        |
| <b>4. MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE EM ANTUNES E BARROS .....</b>                             | <b>132</b> |
| 4.1. Análise do poema “O Passarinho” .....  | 143        |
| 4.2. Análise do poema “O Macaco” .....  | 146        |
| 4.3. Análise do poema “X” da terceira parte: “Mundo pequeno” .....                      | 149        |
| 4.4. Análise do poema “A menina avoadada” .....   | 151        |

|                                     |            |
|-------------------------------------|------------|
| 4.5. Apontamentos conclusivos ..... | 158        |
| <b>PALAVRAS DERRADEIRAS .....</b>   | <b>160</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>            | <b>165</b> |

## PALAVRAS PRIMEIRAS

### 1. Condições de possibilidade da poesia de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros

Propor uma investigação acerca da infância, no campo dos estudos discursivos, talvez seja aderir a uma espécie de fuga em relação ao cotidiano que permeia o início do século XXI, em meio a tantos acontecimentos que compõem a atmosfera do mundo adulto. Não queremos, aqui, traçar uma relação dicotômica entre mundo da infância e mundo do adulto, mas digamos que se trata de uma temática que busca dar ênfase a um universo recheado de despropósitos, como uma fuga da realidade que nos atormenta e ir ao encontro de outras possibilidades despercebidas.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho consiste em um estudo sobre a infância que se apresenta na poesia de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros, no cenário teórico-metodológico dos estudos discursivos foucaultianos. Para tanto, é relevante dar um mergulho nas experiências desses dois escritores, como pano de fundo para entendermos, de antemão, as condições de possibilidade que respaldam a escrita desses poetas. Mais especificamente sob o viés da autoria, essas condições nos dão margem também para o entendimento da constituição desses dois sujeitos, que são atravessados pela cultura, pela sociedade, pela política e que foram se constituindo como escritores. Embora os poemas que integram o recorte para análise datam da década de 1990, faz-se necessário considerar essas trajetórias historicamente marcadas, considerando também o trajeto do conceito de infância nesse período.

Frente ao suporte teórico-metodológico adotado para esta investigação, consideramos relevante fazermos uma breve explanação sobre aspectos que condicionam e que caracterizam a poesia de Antunes e de Barros. Para Michel Foucault (2008), um discurso apresenta sua singularidade levando em consideração seus sentidos possíveis, calcada nos aspectos que provocaram sua emergência e não outro em seu lugar. Então, apontaremos alguns aspectos basilares que norteiam o fazer poético desses dois escritores, com destaque para as tendências no campo literário da época dada, à qual o *corpus* integra.

Destacamos que não é nosso objetivo discorrer de forma detalhada a teoria literária concernente aos poetas, até mesmo porque esta pesquisa não apresenta um cunho literário, mas linguístico, filia-se no campo da Análise do Discurso. Além disso, pela gama de pesquisas já realizadas com esses poetas, há bastante material disponível sobre suas vidas e obras, fator que dispensa uma descrição detalhada sobre suas escritas. Destacaremos apenas

os pontos mais relevantes que se responsabilizam pelo surgimento das formas poéticas dos escritores, que funcionam como condições de possibilidade e que facilitarão as análises e a compreensão dos discursos neles materializados.

Arnaldo Antunes é um artista multimídia, tendo seu início artístico na música e somente anos depois é que se dedica à escrita literária propriamente dita. Seu reconhecimento inicial se dá pela sua participação no grupo musical Titãs, pertencente ao *rock* dos anos 80, o que abriu possibilidades de estender seus trabalhos artísticos para outras esferas além da música popular brasileira. Pela qualidade de suas canções, o referido músico é reconhecido não apenas no Brasil, mas também em toda a América Latina. Esse reconhecimento se estende também para sua produção literária. Consideramos relevante apontar, ainda que de forma sucinta, suas principais características em relação à poesia e os aspectos que as condicionam.

Do ponto de vista de prática acadêmica, segundo Filgueira (2015), Arnaldo Antunes nasceu em São Paulo no ano de 1960, sendo que, antes de seu ingresso no meio artístico, inicia o curso de Letras na USP, mas acaba por abandoná-lo devido à participação na banda. Permanece nos Titãs até o início da década de 1990, gravando sete álbuns, quando dá início à sua carreira solo e se dedica à literatura de forma mais intensa. No início dos anos 2000, forma parceria com os cantores Carlinhos Brown e Maria Monte, montando o grupo “Os Tribalistas”, obtendo considerável sucesso com a gravação de dois álbuns.

Essa formação histórica em um mundo já globalizado favorece a emergência do estilo artístico de Antunes, que procura unir diferentes mídias nas suas produções, inclusive na literatura, apresenta seus primórdios no gênero musical *rock*, na década de 1980, cujo rompimento da ditadura militar e abertura política possibilita o surgimento de bandas em todos os cantos do país. Esse momento é marcado também pelo crescimento da indústria fonográfica e da mídia, que se tornam responsáveis pelo desenvolvimento desse gênero musical, com destaque para os videoclipes. Assim, essa utilização de aparatos midiáticos é incorporada também nas produções poéticas de Antunes, artista que utiliza esses recursos tecnológicos para a sua produção poética.

A escrita poética faz parte da vida de Antunes antes mesmo de esse artista deixar o grupo Titãs, adentrando-se na literatura em concomitância com a música, cuja prática constitui sua formação como escritor de poesias com versos mais regulares. Antenado ao desenvolvimento tecnológico, em especial aos meios digitais, lança mão de recursos que passam então a integrar as ferramentas acessórias para o desenvolvimento dos trabalhos, não

apenas como meios facilitadores, mas como condição de utilizá-los a serviço da linguagem poética, para a sua semiótica (FERNANDES JÚNIOR, 2007).

Quanto ao pertencimento ao mundo urbano desse artista e sendo um escritor mais jovem em relação a Manoel de Barros, essa condição promove uma facilidade no manejo das novas tecnologias, o que acaba por influenciá-lo no seu estilo poético que não se limita à linguagem escrita propriamente dita, mas engloba também demais recursos. Os aspectos sonoro e imagético também marcam a poesia antuneana, de modo a dar uma roupagem diferenciada as suas poesias, tanto que vários de seus livros encontram-se também em formato de músicas, em CD, além de vídeos que integram esses diferentes elementos em suas composições. Trata-se de uma formação sociodiscursiva que constitui um modo de ser do seu discurso poético.

Nesse cenário inovador que funde o verbal, o visual e o sonoro, esse autor procura lançar mão da música, sua entrada para a produção artística, a serviço de sua escrita poética, dinamizando suas composições. Essas alterações nos suportes provocam reflexos também nos modos de leitura desse gênero literário e nos sentidos das palavras e dos versos em circulação, tendo em vista que essas alterações de suportes resultam em dispersão de sentidos. No contexto dessa aliança, a escrita passa por uma resignificação, inclusive pelos recursos sonoros, os modos como os sons e as imagens são produzidos e de que maneira devem ser lidos e interpretados.

Para essa lógica de se brincar com os signos e unir os diferentes elementos (imagens, palavras, sons) no tocante ao fazer poético, o poeta se vale de uma tendência vinculada aos meios de comunicação/informação presentes na modernidade. A rapidez e o volume de informações produzidas e circuladas, simultaneamente, condiciona essa tendência que se migra também para a poesia, considerando uma modificação nos modos de leitura de textos que não apenas pelas palavras, mas também por meio de outros recursos envolvendo os suportes. Essa vocação multimídia facilita o consumo literário e parece romper com a tradição do livro, sugerindo uma transformação nos modos de acesso à literatura pelos recursos tecnológicos, o que aponta também para o aqui e agora.

No que concerne ao estilo poético de Antunes, em especial à poesia visual que pode ser conferida nas suas composições, Fernandes Júnior (2007) e Salomão (2015) assinalam que se trata de heranças da poesia concreta que, embora seu ingresso na vida literária ocorra em momento pós-concretista, esse escritor adere a esse estilo, este sendo uma tendência da contemporaneidade. Alcântara (2010) aponta que Antunes vincula-se ao concretismo paulista, considerando ainda que se trata de um dos aspectos constitutivos desse poeta.

Essa lógica que envolve o concretismo, em especial pela utilização do recurso poema-imagem e a rapidez que demarca as produções, inclusive pelos poemas curtos desse escritor, sugere um acesso rápido, bem como as sensações que a fusão multimídia pode despertar no leitor, como aponta Filgueira (2015). Segundo esse pesquisador, Antunes é adepto das analogias, com apreço para aspectos banais do cotidiano, que produz uma mistura complexa no bojo do trivial. Então, o referido escritor provoca uma amálgama de coisas que acaba tornando-se complexa para o leitor, pela dificuldade em observar as partes individuais daquilo que foi fundido.

Salomão (2015) sinaliza que, ao misturar elementos e embaralhar os efeitos de sentido, o poeta parece querer explorar o máximo dos signos poéticos, abrindo espaço para inúmeras formas de apreciação. Pelas várias possibilidades de leitura, características como conexões inusitadas, ambiguidades, paradoxos e pontos de fuga são requintes recorrentes na escrita antuneana, dados os procedimentos de exploração da instância do signo poético. Essas características múltiplas evidenciam o caráter polivalente do artista em questão, cantor, compositor, poeta, letrista, escultor e crítico, que dá tom à pluralidade de possibilidades que se observa na sua poesia. No contexto dessas constituições históricas, com destaque para as vivências culturais nos campos da música e da literatura, essas práticas são basilares para compreendermos seus traços discursivos, inclusive elementos contidos na sua poesia.

Essas condições de possibilidade podem ser observadas na obra desse poeta que, ao longo de sua carreira como escritor, já lançou mais de vinte livros, em que a infância se dá de forma recorrente nas suas poesias. A obra de Antunes consiste nos seguintes livros: *Ou e* (Edição do autor, 1983); *Psia* (Expressão, 1986); *Tudos* (Iluminuras, 1990); *As Coisas* (Iluminuras, 1992); *Nome* (BMG, 1993); *2 ou + Corpos no mesmo espaço* (Perspectiva, 1997); *Doble Duplo* (Zona de Obras/Tan, 2000); *40 Escritos* (Iluminuras, 2000); *Outro* (Mirabilia, 2001); *Palavra Desordem* (Iluminuras, 2002); *ET Eu Tu* (Cosac & Naify, 2003); *Antologia* (Quasi, 2006); *Frases do Tomé aos Três Anos* (Alegoria, 2006); *Como é que chama o nome disso* (Publifolha, 2006); *Melhores Poemas* (Global Editora, 2010); *n.d.a.* (Iluminuras, 2010); *Animais* (Editora 34, 2011); *Cultura* (2012); *Saiba* (DBA Editora, 2013); *Outros 40* (Iluminuras, 2014); *Agora aqui ninguém precisa de si* (2015); *Família* (2015).

Nesse universo que toma a infância como elemento para estudo, o outro poeta objeto desta pesquisa é Manoel de Barros que, embora inicie seu percurso poético em um momento bem anterior a Arnaldo Antunes, eles se tornam contemporâneos a partir da década de 1980, quando este se inicia no campo da escrita, e perdurando até a morte de Barros, em 2014. Embora inviável afirmar que ambos integram formalmente o pós-modernismo literário

brasileiro, vale destacar que esses poetas perpassam por esse cenário, e se inscrevem nas tendências contemporâneas.

As condições de possibilidade de determinada obra literária, a exemplo do escritor Manoel de Barros (1916-2014), se assentam, dentre outros aspectos, na sua própria trajetória de vida. Suas práticas discursivas no campo da escrita se valem também de suas vivências com outros escritores e com outros estilos, considerando aquilo ao qual é aderido e também o que é refutado, na condição de formar um estilo próprio. É o que se observa no histórico do poeta em destaque, conhecido também como “poeta das miudezas” e/ou “poeta dos passarinhos”, com fortes caracterizações do mundo rural na sua escrita.

Barros era natural de Cuiabá-MT, lugar onde nasceu e viveu a maior parte de sua vida, com algumas saídas e retornos, como por exemplo, quando de seu ingresso no curso de Direito no Rio de Janeiro e temporada no exterior, mesclando experiências rurais e urbanas que são relevantes para sua formação como sujeito e como poeta. Inicia sua carreira, de forma profissional, na década de 1930, integrando-se à Geração de 1945, emergindo uma nova tendência de poesia a partir desse período, tendo em vista a singularidade que norteia a escrita barreana. Além disso, perpassa pelo Pós-Modernismo, que apresenta seu início nos anos 1950 e se estende até meados de 1980. Foi um dos poetas brasileiros reconhecidos nacional e internacionalmente, sendo aclamado pela crítica literária e conquistando vários prêmios, dentre eles, dois Prêmios Jabutis (YAMAMOTO, 2016).

Embora os temas de suas poesias ao longo de sua vida produtiva possam ter sido variados, alguns são bastante recorrentes, fruto de suas práticas na região mato-grossense, mais especificamente, nos espaços pantaneiros. A relação entre sua obra e suas experiências de vida é bastante pontuada por pesquisadores, aspecto que acaba por refletir em suas temáticas mais recorrentes. A natureza e a infância, por exemplo, podem ser observadas com certa regularidade em suas poesias, conferindo um caráter de rememoração, em que suas lembranças da infância pantaneira se traduzem em uma condição relevante para seu fazer poético.

Martins (2015) salienta alguns aspectos que caracterizam esse escritor, conferindo suas peculiaridades mais aparentes, como, por exemplo, a memória, a família, a desconstrução, a infância e a natureza. Embora bastante aclamado em virtude de sua originalidade, recebe críticas especialmente pelos traços biográficos que conduzem sua poesia. Suas pequenas narrativas poéticas apresentam uma dimensão de autorretrato, como quem vai narrando histórias de suas próprias vivências na infância, com as características assinaladas acima.

Embora possa parecer à primeira vista como um escritor primado pela simplicidade, sua escrita não é tão acessível quanto parece, abrindo espaço para o leitor construir sentidos com suas construções que, de modo recorrente, se direciona para o inusitado. Esse poeta apresenta uma característica que faz com que os pesquisadores, como Yamamoto (2016), o encaixem nos moldes do surrealismo. O surrealismo dialoga com a pintura, tendo surgido na França, na década de 1920 e tendo sido influenciado por Sigmundo Freud, que destaca o inconsciente na criação humana. Esse aspecto pode ser conferido na escrita de Barros, como quem se liberta da racionalidade e se deixa levar pela criatividade, se despreendendo, também, dos padrões morais e artísticos impostos na época, dando lugar aos sonhos e utopias.

Essas peculiaridades pontuadas no parágrafo anterior apontam para a posição política do poeta, não aderindo aos valores sociais da burguesia, o que lhe conferia um padrão progressista. Essa adesão faz com que esse escritor viva um episódio talvez por ele mesmo inesperado e que acaba por influenciar no campo literário. Ao passar por uma desilusão na política, na sua juventude, adere a uma espécie de exílio voluntário para países da América do Sul e da Europa, além de Nova Iorque, lugar que o inspira de modo mais significativo, pela convivência com as tendências dessa região. Essas relações de saber e de poder o constituem como sujeito autor e devem ser tomadas como de relevância no contexto das condições que formam seu estilo poético, dos objetos e temáticas que ali são materializados.

O surrealismo, na época do surgimento desse referido poeta no cenário da literatura brasileira, emerge como grande tendência da época modernista, em especial no período da publicação do primeiro livro de Barros, em 1937, *Poemas concebidos sem pecado*, que apesar de aderir ao estilo de escritores da época, apresenta certa singularidade. Seu estilo próprio, bem como se observa nesse livro inaugural, é recheado de uma linguagem pautada pela ironia, coloquialismo, estilo prosaico e regionalismos, além de se libertar de padrões da poesia clássica, dando preferência a versos livres e brancos (BARROS, 2010). Trata-se de relações culturais no campo da poesia, cujos discursos tradicionais legitimados conduzem sua formação de autor.

Essa tendência da poesia surrealista é apontada por Fiorotti (2006), que assinala que na poesia barreana as palavras têm de se chegar ao delírio. Essa característica pode ser observada quando esse poeta compara o criar do poeta com o brincar da criança, em vários de seus poemas, inclusive os analisados no segundo capítulo desta tese. Nessa condição, o surreal povoa as palavras, o que acaba por exigir do leitor uma leitura mais rigorosa em busca dos sentidos possíveis que nelas são passíveis de serem construídos. Essa condição de sua

escrita possibilita-nos a compreensão da presença de um discurso transgressor na sua poesia e a infância ali materializada.

No âmbito do surreal e tomando a metáfora como recurso linguageiro amplamente utilizado em suas poesias, ocorre uma quebra de expectativas no leitor em relação aos significados dos termos. O que parece apontar para uma lógica vai para outra direção, significando outra coisa, pelo fato de o “delírio” possibilitar com que as palavras se desloquem para outros campos semânticos. Essas formulações exigem construções analógicas pelo leitor, relações entre palavras ou entre versos e até mesmo entre as poesias, jogo resultante da denominação de uma coisa pelo uso de um termo outro, pelo poeta.

A infância, abordada de forma recorrente na poesia de Barros, apresenta também outra dimensão que a condiciona: o arrevesamento de imagens que na maioria das vezes resulta nas descrições dos espaços rurais. Retornar à origem de sua vida e das próprias coisas desperta para o sentido da vida, do compartilhar entre pessoas as experiências vividas. Retornar ao universo da infância dá condições ao poeta de vivenciar e fazer coisas vinculadas a essa fase da vida, tais como a brincadeira, a liberdade e os prazeres. Essa seria a condição de transgredir as regras gramaticais, valorizar os saberes não convencionais, provocar delírios nos verbos, condições que o fazem um poeta original (MACHADO, 2006).

Os inúmeros livros<sup>1</sup> publicados por esse poeta confere a vida produtiva no campo literário, quais sejam: *Poemas concebidos sem pecado* (1937); *Face imóvel* (1942); *Poesias* (1956); *Compêndio para uso dos pássaros* (1960); *Gramática expositiva do chão* (1966); *Matéria de poesia* (1974); *Arranjos para assobio* (1980); *Livro de pré-coisas* (1985); *O guardador das águas* (1989); *Gramática expositiva do chão: Poesia quase toda* (1990); *Concerto a céu aberto para solos de aves* (1993); *O livro das ignoranças* (1993); *Livro sobre nada* (1996); *Das Buch der Unwissenheiten - Edição da revista alemã Akzente* (1996); *Retrato do artista quando coisa* (1998); *Exercícios de ser criança* (1999); *Ensaio fotográficos* (2000); *Encantador de palavras – Edição portuguesa* (2000); *O fazedor de amanhecer* (2001); *Tratado geral das grandezas do infinito* (2001); *Águas* (2001); *Para encontrar o azul eu uso pássaros* (2003); *Cantigas para um passarinho à toa* (2003); *Les paroles sans limite – Edição francesa* (2003); *Todo lo que no invento es falso – Antologia na Espanha* (2003); *Poemas Rupestres* (2004); *Riba Del dessemblat. Antologia poética – Edição catalã* (2005); *Memórias*

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que foi lançada uma obra póstuma de Barros, em 2015, intitulada *Meu quintal é maior do que o mundo*, pela editora Alfaguara. À autora Martha Barros atribui-se a seleção dos poemas e o prefácio ficou por conta de José Castello.

*inventadas I* (2005); *Memórias inventadas II* (2006); *Memórias inventadas III* (2007); *Menino do Mato* (2010); *Poesia Completa* (2010); *Escritos em verbal de ave* (2011); *Portas de Pedro Viana* (2013).

Esse olhar sobre a infância como potência criadora, bem como o poeta, é uma condição que pode ser percebida nos dois escritores a serem pesquisados, cujas criações da criança rumam à transgressão, assim como o poeta que brinca com as palavras de forma não comumente usual. A nosso ver, essa talvez seja a maior proximidade entre esses escritores no que concerne à infância, não como infantilidade, ou cronologia, mas como conceito no qual propomos mergulhar (infância como linguagem), e que o saber entra nesse jogo discursivo.

Considerando a trajetória particular de cada um dos poetas destacados, no âmbito de seus percursos literários, diferenças são encontradas, pelas experiências literárias distintas que acabam por constituir suas produções. Do ponto de vista discursivo, nossa hipótese é que os caminhos de ambos se cruzam no que concerne à construção de uma infância e que essa intersecção seja passível de uma investigação mais profunda e cuidadosa.

A infância construída nas escritas desses poetas, sob nossa hipótese, converge para um mesmo ponto no que tange aos saberes e criações que se relacionam com a infância. Por outro lado, seus discursos não deixam de apresentar distinções, e esse será o ponto chave de nossa pesquisa: apontar os diálogos e as discrepâncias entre esses dois escritores da literatura brasileira, com foco nos escritos que abordam a infância. Essa característica em comum, que se dá de forma bastante recorrente entre esses poetas, elucida o fio condutor deste trabalho. A seguir discorreremos sobre a formulação do *corpus* para análises sob a lente da Análise do Discurso foucaultiana.

## **2 Notas sobre o recorte para as análises**

Os poemas escolhidos para análises são integrantes de 6 (seis) livros, sendo 3 (três) de cada poeta, tendo em vista que se trata de uma pesquisa comparativa, fator que justifica essa uniformidade em relação aos escritores. Não é possível afirmar que serão trabalhados seis livros, mas alguns poemas que os compõem. No que tange à quantidade, por se tratar de uma tese, que se configura em um trabalho mais aprofundado, acreditamos que o número referido seja o suficiente para abordar os conceitos propostos (sujeito, discurso e infância), compondo, dessa forma, o *corpus* da nossa investigação. No entanto, esclarecemos que não serão trabalhados os livros na sua completude, mas apenas alguns poemas de cada, sublinhando o que os interliga: a infância.

Esses livros e seus respectivos poemas trabalhados são *Tudos* (1990): “Poesia”, “Nome não”, “Pássaro parado” e “As pedras”; *As Coisas* (1992): “O Corpo”, “A Cultura”, “O Dinheiro” e “O Passarinho”; *Nome* (1993): “Carnaval” e “O macaco”; *O livro das ignoranças* (1993): “Poema III da primeira parte: Uma didática da invenção”, “Poema XIX da primeira parte: Uma didática da invenção”, “Poema XXI da primeira parte: Uma didática da invenção” e “Poema X da terceira parte: Mundo pequeno”; *Livro sobre nada* (1996): “Poema I da primeira parte: A arte de infantilizar formigas”, “Poema 2 da primeira parte: A arte de infantilizar formigas”, “Poema 6 da segunda parte: Desejar ser” e “Poema 8 da segunda parte: Desejar ser”; e *Exercícios de ser criança* (1999): “No aeroporto o menino perguntou” e “A menina avoadá”.

Isto posto, destacamos que o livro intitulado *Tudos* (1990) é o terceiro de Arnaldo Antunes, lançado pela Editora Iluminuras. Constata-se a ausência de sumário<sup>2</sup>, tendo seu início já com os poemas, que são apresentados de forma bastante variável quanto às estruturas, seja pela extensão e posição das letras, seja por figuras ou até mesmo rabiscos, com propostas discursivas variadas. Outra curiosidade desse livro é a ausência de numeração de páginas que, do primeiro ao último poema, totalizam 68 páginas. Considerando o teor literário, a configuração dessas composições, na sua maioria, apresenta a escrita em formato de desenho retratando a temática abordada, tendência que começa a se despontar na década de 1960 no cenário da literatura brasileira.

Em sua descrição do livro, Filgueira (2015) salienta que nele pode ser observada uma tensão entre a harmonização entre as coisas do universo *versus* a relação de cada elemento com o tempo e espaço. Salomão (2015) observa que há uma semiose entre as coisas, possibilitando que tudo se relaciona com tudo, com destaque para os aspectos verbal, visual e vocal. Ainda, recursos como ritmo e repetições em versos livres, com destaque para registros caligráficos e caligrâmicos, recheando as composições poéticas por meio de várias construções.

O segundo livro de Antunes que integra o *corpus* é *As Coisas* (1992), lançado também pela Editora Iluminuras, sendo o quarto do referido escritor. Ressalta-se que esse livro é escrito em homenagem a uma filha, Rosa Antunes, fator pessoal que reflete no teor de infância que o mesmo apresenta. Assim como *Tudos*, o livro destacado também apresenta poemas e figuras. A diferença é que neste segundo cada figura se relaciona com um poema,

---

<sup>2</sup> Embora os livros de Antunes em estudo não sejam destinados para o público infantil, até mesmo pela complexidade da linguagem (raciocínio), as características destacadas se enquadram em obras literárias infantis, que dispensam certas formalidades devido a esse público leitor específico.

este cobrindo toda a página: se o poema é reduzido, a letra é grande; se é extenso, a letra é pequena, não ultrapassando uma página. Além dessas características, há sumário e numeração de páginas (10-92), com números pares, apenas nas páginas dos poemas, pois as das figuras não são numeradas.

Fernandes Júnior (2007) destaca que o referido livro representa uma tentativa de se aproximar poesia e infância, pelas subjetividades que se apresentam em seus poemas. Ressalta-se, também, que parte de seus poemas foram reescritos posteriormente em outros formatos, como em outros livros, vídeo-poesias e em CD. No processo de reescrita, esses poemas recebem novos tratos visuais, o que provoca também uma alteração nos seus sentidos. No que concerne à relação entre poesia e infância, no trato com a linguagem, nesse livro observam-se construções que se assemelham à montagem de brinquedo por uma criança, em que Antunes brinca com os aspectos morfológico, fonético, sintático e semântico, considerando as possibilidades da linguagem. Além disso, ciência e infância entram como aspectos que se relacionam, sendo que a criança se esquivava do conhecimento científico (há um embate entre o conceito e a experiência dada) convencional e abre possibilidade de criações sobre o mundo que a cerca, uma espécie de abertura das cavernas, pautando por um descompromisso com as ideias pré-concebidas (ALCÂNTARA, 2010).

O terceiro de Antunes, *Nome* (1993), lançado pela BMG, o quinto do escritor, se configura aos moldes dos anteriores, apresentando poemas e figuras (palavras e coisas). Como Antunes origina sua carreira artística pela música, esse livro é lançado a partir de seu primeiro CD solo, homônimo, após sua saída da banda Titãs. Para além dos dois anteriores, há uma variedade de recursos utilizados, influenciando seus sentidos: caligrafia, colagem, fotografia, desenho, atribuindo movimentos às palavras lidas e também ouvidas. Essa característica de se utilizar vários recursos em suas composições aponta o caráter multimídia desse poeta, tendo em vista que a infância pode ser atribuída em grande parte de sua obra, em especial nesses livros destacados, os quais se entrecruzam por essa questão.

Escrito após sua saída dos Titãs, o livro em questão se configura em três suportes: livro, VHS e CD. Os recursos tecnológicos povoam os poemas de sentidos, cujos elementos verbal, visual e sonoro conferem um tom de simultaneidade, dando à ilusão de uma identidade originária, a primeiridade (FILGUEIRA, 2015). Segundo Salomão (2015), o próprio Antunes afirma que ao trabalhar com essa peculiaridade poética, pela inserção de movimento à escrita, se direciona para a dimensão do tempo.

De outro lado estão aos livros de Manoel de Barros, com destaque para *O livro das ignorâncias* (1993), que, assim como praticamente todos desse autor, apresenta número de

páginas bastante reduzido. Lançado pela Civilização Brasileira, apresenta em seu sumário apenas três itens: “Uma didática da invenção”, “Os deslimites da palavra” e “Mundo pequeno”. Vale destacar que nos poemas não há títulos, os quais são enumerados por numerais romanos e de extensões variadas, em que alguns são compostos por apenas uma linha. A numeração das páginas vai de 9 (nove) até 105 (cento e cinco). Pela ordem cronológica das produções desse escritor, o livro supracitado é o seu décimo segundo lançamento.

Martins (2015) assevera que o lançamento desse livro provoca críticas entre os intelectuais da época, mas que os jornalistas saem em sua defesa. Segundo esse autor, Barros havia afirmado que se trata de uma síntese de tudo o que ele já havia feito e uma forma de desaprender tudo isso, destacando o recurso da metalinguagem na primeira parte do livro, “Didática da invenção”. Essa parte provoca uma fuga daquilo que é previsível, do comum e preserva as origens, como quem retorna a um “descomeço”, assim como o poeta em questão.

O *Livro sobre nada* (1996), lançado pela Editora Record, bem como o primeiro destacado, não apresenta títulos nos poemas iniciais, apenas nos da última unidade, com números indo-arábicos em cada poema, configurando-se em 4 (quatro) partes no seu sumário: “Arte de infantilizar formigas”, “Desejar ser”, “O livro sobre nada” e “Os Outros: o melhor de mim sou Eles”. Na abertura de cada uma dessas unidades apresenta uma figura, desenho feito à mão, como o lápis no papel, sem requintes de acabamento e procura ilustrar o que será abordado, de forma genérica, nos poemas seguintes.

Como marca da poesia barreana, o referido livro apresenta um estilo peculiar, que é a escrita em primeira pessoa, como quem se coloca nas narrativas poéticas e retrata as memórias de sua própria vida. O paradoxo também pode ser observado como um recurso que configura a escrita desse poeta, em que “aprender e desaprender”, “limpeza e sujeira” em relação às palavras, “importante e desimportante”, o “nada que é tudo” são exemplos que se encontram no interior de suas poesias (MACHADO, 2016). A escrita desse livro trouxe benefícios para a carreira de Barros, segundo Martins (2015), conquistando, em 1997, o Prêmio Nestlé.

O terceiro de Barros escolhido é *Exercícios de ser criança* (1999), da Editora Moderna, que apresenta uma estética diferenciada em relação aos demais, cujo porte é maior e com desenhos, inclusive retratando o universo rural, que cobrem a extensão de toda a página, em todas elas, em formatos de bordado no tecido e bem coloridos (variadas cores). Embora maior que os demais referidos, se apresenta de forma simples, com pouco texto nas páginas, contendo um sumário reduzido, com títulos de dois poemas, e sem numeração de páginas.

Seus poemas se resumem em apenas três, sendo um menor de abertura e sem título e dois mais extensos e com títulos. Pela ordem cronológica de produções desse poeta, o livro destacado é o décimo sétimo, sendo que se trata de um escritor bastante produtivo ao longo de sua vida em exercício.

Nesse livro, segundo Barros (2010), constata-se a construção metafórica “ser criança”, por meio de personagens crianças. Então, é construído um mundo imaginário, que se observa também pelo recurso da metalinguagem. Ainda, há a presença de uma preocupação com a nomeação, levando à ideia de que a poesia pensa, propondo uma relação de três dimensões: a razão poética, a infância do sujeito e a infância da palavra.

Esses poetas já foram objeto de investigação em vários trabalhos acadêmicos (dissertações e teses), em que algumas dessas abordagens podem ser úteis para esta pesquisa, em se tratando da construção da infância. A seguir faremos alguns apontamentos dessas pesquisas e destacaremos em que medida esta investigação se diferencia desses trabalhos já realizados.

### **3 Caminhos já percorridos sobre o *corpus* e a singularidade desta pesquisa**

Vários trabalhos de dissertações e teses já foram realizados sobre as poéticas de Antunes e Barros. Então, traçamos um breve percurso por essas pesquisas, a fim de elucidar suas propostas e propor um caminho diferenciado para esta investigação, em que o *corpus* é constituído por produções literárias desses dois poetas brasileiros.

Os trabalhos sobre Arnaldo Antunes encontrados foram: a tese de Antônio Fernandes Júnior (Unesp-2007), que aborda os entre-lugares do sujeito e da escritura em Arnaldo Antunes; a dissertação de Márcia Plana Souza Lopes (PUC-2007), que pesquisa sobre a performance multimídia da poesia de Antunes; a dissertação de Maria de Fátima Sena Costa (UFC-2008), que aborda sobre as escrituras variadas que compõem a obra de Antunes; a dissertação de Jorge Normando dos Santos Filgueira (UFRN-2010), que trata do poema e da canção em Arnaldo Antunes; a tese de Simone Silveira de Alcântara (UnB-2010), que trata da performance de trovador multimídia de Antunes; a dissertação de Andreia da Silva Santos (UEPR-2011), que aborda a construção artística de videopoemas de Antunes; a tese de Douglas Fiório Salomão (UFES-2015), que reflete sobre o que somos a partir da poesia visual de Antunes; a dissertação de Elisabeth Probst (CESJF-2015), que também investiga os videopoemas de Antunes e seu caráter multimídia; a tese de Jorge Normando dos Santos Filgueira (UFRN-2015) investiga a palavra-canção em Antunes; a dissertação de Marina

Valesquino Affonso dos Santos (UFU-2018) reflete sobre o corpo, o pensamento e a palavra em Arnaldo Antunes.

A tese de Fernandes Júnior (2007), no campo dos Estudos Literários da Unesp, propõe uma abordagem da escritura e da autoria em Antunes, em meio a diferentes linguagens, que se baseiam em verbal, visual e sonora, que se fundem no aparato de intertextualidade trazida pelo poeta para seus versos, e suas formas de veiculação que, para além do livro, entra em cena o vídeo, o corpo e o CD. A autoria se configura a partir dessas características de composição e veiculação, que acaba por criar efeitos de sentido a partir de deslocamentos desses suportes midiáticos:

A alternância de suporte (livro, vídeo ou encarte de CD) permite ao poeta obter diferentes efeitos de sentido de um mesmo poema, pois, além da diferença do suporte, existem as modificações realizadas na materialidade do texto. Nesse deslocamento interno, o poeta altera a disposição gráfica dos poemas, permitindo ao texto re-significar ao mudar de contexto (suporte). (FERNANDES JÚNIOR, 2007, p. 16)

Por outro lado, essas ressignificações hipotéticas levaram o acadêmico referido a mergulhar no universo do devir-criança, conceito tomado de Deleuze para sustentar suas discussões sobre sujeito, em que as subjetividades abordadas se baseiam nas concepções conceituais foucaultianas. Dessa forma, assevera que, “como o devir<sup>3</sup> não apresenta traços de imitação e nem incorporação, importa-nos ressaltar como se dá a aproximação entre os poemas de Antunes com o universo infantil” (FERNANDES JÚNIOR, 2007, p. 17), isto é, o criar do artista com o gesto de brincar da criança.

No âmbito de se considerar o caráter multimídia da poesia de Arnaldo Antunes, a dissertação de Márcia Plana Souza Lopes (PUC-2007), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trilha sobre os caminhos dessa performance da poesia de Antunes. A partir desse propósito, os elementos palavra, voz e imagem foram tomados para trajeto, como ponto central dos recursos multimidiáticos acessados pelo poeta. Ressalta-se que esse estudo apresenta como ponto de partida a dimensão da obra desse escritor na sociedade informatizada.

A pesquisadora utilizou, como suporte teórico-metodológico, pensadores como Augusto de Campos, Décio Pignatari, E. E. Melo e Castro, dentre outros. No contexto da contemporaneidade, o resultado alcançado foi a revelação de uma poética que transita nos

---

<sup>3</sup> Para aprofundar mais sobre o conceito de devir, leia DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Suely Rolnik. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

meios midiáticos diversos, contribuindo para a solidificação de uma tendência poética de se fazer poesia.

A dissertação de Maria de Fátima Sena Costa (UFC-2008), defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Ceará, busca refletir sobre as características das escrituras de Antunes, procurando compreender suas composições tendo em vista as tendências da escrita que emergem a partir do início do século XX. A pesquisadora procura evidenciar as marcas do passado na poética antuneana, assinalando as heranças e superações, abrindo caminho para algo novo, como tendência da época dada, aspecto que ela denomina de autonomia literária.

Os resultados da pesquisa supracitada apontam que, com o advento das novas tecnologias e avanço científico, nova concepção de sujeito aflora, alterando, conseqüentemente, as práticas sociais, influenciando também o campo artístico. E Antunes exterioriza esses novos ordenamentos artísticos/literários por meio de sua escrita ao lançar mão de vários códigos, configurando-se numa espécie de revitalização da arte, bem como alcança certa liberdade, de acordo com as novas concepções literárias dos tempos contemporâneos.

Dialogando com a tese de Fernandes Júnior e com a dissertação de Lopes, a dissertação de Jorge Normando dos Santos Filgueira (2010), da pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, trata do poema e da canção em *As Coisas*, de Antunes. Seu objetivo central é analisar traços semióticos distintos (linguagens visual e sonora) nessa produção artística. Nesses traços semióticos se dá a noção de primeiridade nesse recorte, tomando como base para suas discussões, Charles Sanders Peirce. Além disso, outro aspecto abordado pelo pesquisador referido foi o de estabelecer uma relação entre letra de música e poesia. Além do pesquisador mencionado, Luiz Tatit também é tomado como autor chave para o processo de análise semiótica do recorte. A tese do referido pesquisador, pela mesma universidade, trabalha com dois livros de Antunes: *As Coisas* e *Nome*, que no âmbito da semiótica, objetiva refletir sobre as nuances resultantes da relação poema e imagem, e as mudanças de suportes que afetam os sentidos.

A Tese de Simone Silveira de Alcântara (2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, objetiva investigar a inserção de Antunes no cenário musical e a performance multimídia do poeta, com ênfase nas várias mídias que configuram o seu fazer artístico. Além disso, sublinha a relevância desses instrumentos midiáticos como possibilitadores de observação da sociedade, intermediando um encontro de si e com os outros pelas tecnologias, pelas quais a arte é veiculada. No bojo

desses estudos, a pesquisadora lança mão das teorias de Hans Ulrich Gumbrecht, Siegfried J. Schmidt, Vilém Flusser, dentre outros.

A Dissertação de Andreia da Silva Santos (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como a maioria dos pesquisadores citados, objetiva investigar a performance artística de Antunes a partir de análise de três videopoemas contidos no álbum *Nome*: “Não tem que”, “Agora” e “Pessoa”. Nessa mesma direção, a dissertação de Elisabeth Probst (2015), do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, apresenta esse caráter de aliança entre poema e vídeo, e que seu *corpus* é o mesmo da pesquisa de Andreia. Além disso, Probst assinala a função de marcar a relação autor-leitor por meio dessas novas tecnologias na era digital.

Ancorada na teoria do vídeo, a segunda investigadora destacada no parágrafo anterior busca elucidar as especificidades do vídeo e suas possibilidades artísticas e comunicativas. No campo da semiótica, a teoria basepeirceana é acionada, por entender ser essa uma metodologia fértil para os estudos do recorte do *corpus* em questão, que, em consonância com a teoria do vídeo, o resultado aponta para a tendência urbana nos vídeos de Antunes, como marca singular do poeta/músico.

Na esteira de refletir sobre a genética a partir da literatura, a tese de Douglas Fiório Salomão (2015), da Universidade Federal do Espírito Santo, aborda essa temática em sua pesquisa. Para tanto, o investigador apresenta como ponto de partida o poema “Cromossomos”, contido no livro *n.d.a* (2010), cuja disposição gráfica se apresenta como pano de fundo para suas análises, indo ao encontro, também, de aspectos semióticos presentes na escrita antuneana.

A dissertação de Marina Valesquino Affonso dos Santos (2018), da Universidade Federal de Uberlândia, no âmbito dos estudos literários, toma como *corpus* o livro *Como é que chama o nome disso: antologia* (2006). A pesquisadora se debruça sobre as temáticas relacionadas ao corpo, ao pensamento e à palavra em Arnaldo Antunes.

No que se refere aos trabalhos de Manoel de Barros, foram encontradas as seguintes pesquisas: a dissertação de Mirian Theyla Ribeiro Garcia (UnB-2006) sobre a poesia e a infância em Manoel de Barros; a dissertação de Nirce Aparecida Ferreira Silvério (UFU-2006) que faz uma abordagem sobre a memória e identidade na poesia de Manoel de Barros; a tese de Devair Antônio Fiorotti (UnB-2006) reflete sobre a linguagem poética a partir da poesia de Barros; a dissertação de Andrea Regina Fernandes Linhares (FURG-2006), que investiga o sujeito em Barros; a dissertação de Ricardo Alexandre Rodrigues (UFRJ-2006), que investiga sobre a desutilidade na poesia de Barros; a dissertação de Renata Beatriz

Brandespin Rolon (UFMT-2006), que investiga sobre o lirismo, mitos e memórias em Barros; a dissertação de Marcelo Barbosa Fontes (PUC-MG) aborda o poeta Manoel de Barros sob uma perspectiva da poética da escuta; a dissertação de Wanêssa Cristina Vieira Cruz (UFMG-2009) reflete sobre a imaginação criadora em Manoel de Barros; a dissertação de Bianca Albuquerque da Costa (UFC-2010) investiga a linguagem poética de Barros, rompendo com estilos convencionais; a tese de Nismária Alves David Barros (UFG-2010) investiga o lugar do leitor na poesia de Barros; a dissertação de Alan Bezerra Torres (UFC-2011), que trata dos espaços da infância em Barros; a dissertação de Aline Rodrigues (UFJF-2012), sobre desver o mundo na poesia de Barros; a dissertação de Adris André de Almeida (UFSC-2012) investiga a memória e a imaginação em Barros; a tese de Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins (Unesp-2015) que aborda a morte e a memória em Barros; a dissertação de Janice Aparecida de Azevedo Fernandes (PUC-GO – 2015) reflete sobre a poesia de inutilidades e de acriançamento; a dissertação de Elisa Duque Neves dos Santos (UFF-2015) reflete sobre a peregrinação poética em Barros; a dissertação de Huerto Eleutério Pereira de Luna (UEPB-2015) reflete sobre traços teológicos na poesia de Barros; a tese de Cícera Rosa Segredo Yamamoto (UPM-2016), que pesquisa sobre a memória e identidade na poética de Barros; a tese de Renata Lisbôa Machado (PUC-RS), que pesquisa sobre a psicanálise e poesia, ligado à infância e ao indizível da experiência em Barros.

A dissertação de Mirian Theyla Ribeiro Garcia (2006), foi realizada pelo programa de pós-graduação em Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília. O *corpus* da pesquisa é composto por dois livros de Barros, sendo eles: *Exercícios de ser criança* e *O Fazedor de amanhecer*, pela proximidade temática que os une. Dessa forma, a pesquisadora aborda uma aproximação ente poesia e infância como elementos contidos na dimensão humana. A partir desse recorte proposto, fatores como importância da imagem, imaginação e criação são considerados, no esboço de Gaston Bachelard.

Pelos caminhos dos estudos literários, o trabalho da investigadora abordada caminha nessa concepção de traçar um paralelo entre poesia e infância, em que a imaginação criadora se aproxima, na sua visão, da do poeta, com a criação de quem escreve poesia. E que esses fenômenos se configuram pela dimensão própria do ser humano, típica do se fazer ser humano, constituindo-se no objetivo central da investigação dada. Objetivo semelhante encontra-se na dissertação de Adris André de Almeida (UFSC-2012), da Universidade Federal de Santa Catarina, de caráter literário, em que reflete sobre a memória e a imaginação em *Memórias inventadas*, de Barros. Traços semelhantes são encontrados na dissertação de

Wanêssa Cristina Vieira Cruz (UFMG-2009), da Universidade Federal de Minas Gerais, ao refletir sobre a imaginação criadora em Barros.

Com um *corpus* bem delimitado, a dissertação de Nirce Aparecida Ferreira Silvério (2006), realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, traça um percurso sobre o livro *O guardador de águas*, de Manoel de Barros, cujos conceitos de memória e interdiscurso permeiam seu caminho central na investigação. A metodologia adotada foi a Análise do Discurso francesa, mais precisamente a partir de Michel Pêcheux e Michel Foucault, sobre os conceitos mencionados.

No que tange a Foucault, a pesquisadora assinala pontos-chave de suas formulações para a investigação, que são domínios de memória, antecipação e atualidade, trazendo também lições courtineanas, que reelabora esses conceitos. A partir desses pressupostos, outro ponto de destaque nessa pesquisa foi a análise de metaenunciados, portando-se os pré-construídos, cujos sentidos entram em movências, no bojo do discurso literário e relacionadas a diferentes formações discursivas.

A tese de Devair Antônio Fiorotti (2006), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, reflete sobre a construção poética de Barros dando ênfase a alguns elementos: prosopopéia, sinestesia, metáfora, antítese. Ainda, a importância da intertextualidade e da intratextualidade como fatores que influenciam na recepção da poética do referido escritor.

Sobre o sujeito em Manoel de Barros, a dissertação de Andrea Regina Fernandes Linhares (2006), da Fundação Universidade de Rio Grande traz uma abordagem dos aspectos relacionados à poeticidade a partir do livro *Memórias inventadas: A infância*, que contribuem para a construção de uma identidade nos poemas do referido poeta.

A pesquisa de Bianca Albuquerque da Costa (2010), da Universidade Federal do Ceará, investiga o tratamento de Barros em relação aos vocábulos, poeta que rompe com a lógica convencional das palavras, em busca da “palavra nua”, mais primitiva, dando ênfase ao significante. Além disso, a dissertação de Renata Beatriz Brandespin Rolon (UFMT-2006), da Universidade Federal do Mato Grosso, trata do lirismo, mitos e memórias em Barros, pela concepção do gênero prosa poética e com ênfase no personagem Bernardo da Mata. A dissertação de Elisa Duque Neves dos Santos (2015), da Universidade Federal Fluminense, reflete sobre a peregrinação poética em Barros, sob a ótica da palavra-imagem-memória, do corpo sensível, intuitivo e perceptivo, e pelo olhar delirante e transgressor do poeta e a natureza como lugar-fonte de sua poesia.

A tese de Nismária Alves David Barros (UFG-2010), da Universidade Federal de Goiás, reflete sobre a forma como o discurso poético da poesia barrena pode ser percebido à luz de seu leitor, tendo em vista que o leitor seja uma espécie de construção textual. Para tanto, a pesquisadora traz como pano de fundo temas relacionados à função de comunicabilidade, o erotismo e sua relação com a criação poética (corporal e verbal).

A natureza destacada no parágrafo anterior faz parte da pesquisa de mestrado de Alan Bezerra Torres (2011), da Universidade Federal do Ceará, que trata dos espaços, como campo e cidade, como recurso para dar ênfase à infância em Barros. O estudioso analisa os três primeiros livros do referido poeta.

A dissertação de Aline Rodrigues (2012), da Universidade Federal de Juiz de Fora, de cunho literário, reflete sobre desver o mundo pela palavra a partir do livro *O menino do mato*, gesto de leitura a partir de Barros.

Uma abordagem da relação entre vida e morte é encontrada na tese de Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins (2015), da Universidade Estadual Paulista-Araraquara, de caráter literário, na qual a estudiosa trata da existência humana que gira em torno desses elementos, pela poesia de Barros. Prosseguindo, o conceito de memória também é acionado, sublinhando as lembranças do poeta, em que o sujeito experimenta sensações adormecidas.

A dissertação de Janice Aparecida de Azevedo Fernandes (PUC-GO – 2015), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, reflete sobre a recomposição de inutilidades e de acriançamento pela poética de dois escritores: Manoel de Barros e Arthur Bispo do Rosário. Observa-se, nesses poetas, uma desconstrução artística em relação ao clássico e uma ressignificação da palavra e da matéria-prima. A pesquisadora sublinha, também o que distancia esses poetas, que é a sua condição existencial. Essa abordagem da desutilidade na poesia de Barros é encontrada também na dissertação de Ricardo Alexandre Rodrigues (UFRJ-2006), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Traços religiosos na poesia de Manoel de Barros são abordados na dissertação de Huerto Eleutério Pereira de Luna (UEPB-2015), da Universidade Estadual da Paraíba. Para tanto, o investigador utiliza, como *corpus*, a *Poesia Completa* (2010).

A tese de Cícera Rosa Segredo Yamamoto (2016), defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de cunho literário, traça um percurso sobre o fazer poético manoelino, sob a ótica de traços autobiográficos do poeta, bem como identificar regularidades e dispersões (não de base foucaultiana), a tradição e o moderno, o local e o universal, e identificar características típicas da poesia do referido poeta.

Quanto ao *corpus*, adota-se dois livros: *Poemas concebidos sem pecado* (1937) e *Memórias inventadas: terceira infância* (2008).

Como suporte teórico, a pesquisadora lança mão de Cândido, Nitrini, Bakhtin, Hall, dentre outros, em especial do campo da literatura, uma vez que seu trabalho se configura a partir dos estudos literários, embora tenha utilizado estudiosos relacionados aos estudos do texto e do discurso como complemento.

O jeito como o poeta vê, sente e imagina as coisas à sua volta é o resultado de sua criatividade transfigurada na poesia, por meio de vestígios de uma reminiscência da infância e da memória literária, que, de forma inventada, mostram uma identidade que oscila entre a poética e o pessoal do poeta. Vai aqui uma observação: o histórico, o cidadão Manoel de Barros, era uma espécie de presença ausente, um eremita identificado com a natureza pensada, diferente da que fora convertida pela cultura de seu e nosso tempo. (YAMAMOTO, 2016, p. 162)

Relacionando poesia e psicanálise a partir da escrita poética de Barros, a tese de Renata Lisbôa Machado (PUC-RS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, busca aproximar poesia e psicanálise, tendo como objeto a obra de Manoel de Barros, a partir da ordem do indizível sobre a experiência do poetar sobre a infância. Como suporte teórico, a estudiosa lança mão da teoria do imaginário, de Bachelard, sobre o poético, de Dufrenne, a topoanálise bachelardiana, e a psicanálise winnicottiana.

Embora esses pesquisadores já tenham investigado sobre o recorte do *corpus* desta pesquisa, alguns trazendo resultados que de certa forma possam dialogar com esta proposta, vale destacar que pretendemos percorrer um caminho novo, com objetivos singulares. A maior diferença desta proposta em relação às demais já realizadas trata-se do caráter de aproximação, em nível de hipóteses, entre os dois poetas brasileiros, isto é, um possível ponto de encontro (convergências), mas também de distinção (discrepâncias), no bojo do campo teórico-metodológico foucaultiano.

Nessa proposta comparativa, serão abordados os conceitos de saber/regimes de verdade constitutivos do sujeito, por meio de uma transgressão que é própria do discurso literário e sugerida pela construção de uma infância, em consonância com a linguagem literária abarcada por Michel Foucault que é problematizada a partir do ser de linguagem. A seguir serão abordados os elementos chave da pesquisa: a justificativa da investigação e da escolha do *corpus*, questão de pesquisa e os objetivos deste trabalho.

#### 4 A justificativa, a problemática e os objetivos desta investigação

A escolha dos referidos livros poéticos se fundamenta pelo escopo teórico-metodológico adotado para as análises, que é o saber (discurso legitimado) constitutivo do sujeito conforme apresentado em Michel Foucault. Os seis (6) livros selecionados, isto é, nosso recorte, se aproximam de forma mais precisa desse conceito foucaultiano de saber, além de outros a serem trabalhados ao longo da pesquisa: ética de si, transgressão, ser de linguagem, que possibilitaram essa seleção para o recorte que ora se apresenta, configurando a constituição da infância.

Em se tratando de Antunes, vale considerar que a década de 1990 o consolida como escritor também de livros, cujas produções se intensificam, com vários lançamentos nessa década e que tocam especificamente na infância como discurso central e que constitui seu projeto literário. Por outro lado, é nessa década que Barros também amplia sua produção de forma considerável em relação às décadas anteriores. Essas produções se aproximam do ponto de vista temático, em que a construção da infância pode ser observada nesses poetas, e tomamos como ponto de partida para estas problematizações envolvendo essa materialidade discursiva que se sustenta na história. Recortamos os poemas que abordam a infância de uma forma mais peculiar nesses poetas, que acionam saberes legitimados e constroem outros sob um movimento de brincadeira, configurando uma ética e uma estética de si por meio dessas especificidades.

Além dos fatores mencionados, vale ressaltar que os livros *As Coisas* e *O livro das ignorâncias* foram objetos de estudo na Iniciação Científica do pesquisador, ao longo da graduação em Letras, na Universidade Federal de Goiás (UFG/RC). A pesquisa foi realizada entre 2011-2012 na modalidade PIVIC e objetivou estabelecer um ponto de encontro entre os dois escritores da literatura brasileira, de cunho literário, abordando a construção da infância como algo em comum na escrita desses dois poetas, sem, contudo, utilizar as teorias foucaultianas. Pensando em um aprofundamento do tema a partir dos postulados de Michel Foucault, esses dois livros foram escolhidos, além dos demais, para um amadurecimento da proposta e desenvolvimento da questão.

Quanto ao *corpus*, o trabalho desenvolvido com o *rock* brasileiro da década de 1980, durante o mestrado em Estudos da Linguagem (2014-2016), na mesma instituição da graduação, reforçou essa inquietude, uma vez que letras dos Titãs foram analisadas, grupo do qual Arnaldo Antunes era integrante. Por essa vivência, foram tomados esses dois autores para estudo, pelo fato de apresentarem outra possibilidade de se pensar sujeito e história, em

especial o sujeito na concepção de infância, ou o sujeito e a infância.

A investigação com o recorte literário pelas formulações foucaultianas apresenta seu fundamento na ideia de que os conceitos elaborados por esse pensador sejam mais propícios para se pensar a infância pela concepção de um sujeito pautado pelos saberes, pela transgressão e a materialidade de uma estética da existência. Os poemas a serem analisados nos colocam essas questões discursivas, os modos de subjetivação neles projetados, a constituição de sujeitos que transgridem pela linguagem.

De cunho literário, os poemas são tomados como enunciados. Na perspectiva foucaultiana (2008), o enunciado é problematizado no contexto da função enunciativa que apresenta os seguintes elementos: um suporte e uma data de produção; uma materialidade repetível, no caso, linguística e também visual; um campo associado, que dá origem ao conceito courtineano de memória discursiva; e uma posição de sujeito, que, no caso dos enunciados em questão, a infância será considerada para efeito dessa metodologia, como aspecto central a ser analisado. As relações estabelecidas entre as poesias desses dois poetas serão vinculadas às relações entre enunciados, em que um enunciado está sempre povoado de outros.

Como mencionado, a enunciação é uma prática discursiva que envolve um sujeito que fala de um lugar social, apresenta-se por um posicionamento. No contexto desta pesquisa, esse processo de constituição do sujeito ligado à infância pode ser pensado tendo como referência a noção de sujeito em Foucault ([1979] 2007b), cujo processo de subjetivação se dá pelas relações sociais. Esse processo de constituição do sujeito se efetiva pela linguagem, pelos discursos que o subjetivam, fator que reforça a ideia de que se trata de um descentramento do sujeito. Essa denominação é relevante pelo fato de que o sujeito, sobretudo ligado à infância, se constitui pela exterioridade<sup>4</sup>, pelas condições que possibilitam essa formação de subjetividade, como efeito das formações históricas que não se dão de forma homogênea. Essa consideração leva o analista de discurso a analisar não o sujeito por ele mesmo, como origem de si, mas pela historicidade, as condições de produção discursiva desse sujeito, as relações de poder e de saber que o moldam, por meio das subjetividades que o determinam no âmbito social.

---

<sup>4</sup> Aqui, exterioridade e sujeito não se referem a duas instâncias que se separam no espaço e no tempo, mas que estão impregnadas, pois a história é constitutiva do sujeito e ambos caminham juntos, entrelaçados. O termo sugere, também, o caráter de efeito do sujeito, não sendo, portanto, origem de si mesmo, dependente das práticas discursivas que configuram esse aspecto de “exterioridade” mencionado.

Destacar o saber nas poesias é adentrar no campo do que o referido pensador denomina de (jogos de) verdade, que também integram essas relações de poder e por meio dos quais o sujeito se subjetiva:

Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. (FOUCAULT, 2010b, p. 229)

O que de fato é possível afirmar, sobre essas verdades que se ligam às relações de poder, é a ideia de que não se tratam de verdades propriamente ditas e inquestionáveis, mas de regimes de verdade, que entram nesse jogo pelo princípio da história. Em cada momento histórico são produzidos regimes distintos, pois o que é tomado como verdadeiro em uma época não funciona em outra. Esse aspecto, que serve como parâmetro para as relações de poder, justifica o caráter de descontinuidade do sujeito, que se constitui na/pela história e pelos jogos de verdade vigentes.

Ainda sobre a constituição do sujeito e sua íntima relação com o poder, considerando as formulações de Foucault ([1979] 2007b), afirma-se que o sujeito se constitui historicamente pelas práticas discursivas. Pela relação entre discurso, sociedade e história, há mudanças nos saberes, que, conseqüentemente, ligam-se aos poderes (GREGOLIN, 2003), aspectos estes que podem ser observados no *corpus* em estudo, já que o sujeito materializado nos poemas é constituído historicamente e mantém contato com um saber socialmente construído ou se destoa de um saber legitimado, mas que o coloca em evidência.

Nas construções da infância em questão, os poemas materializam um sujeito ligado à curiosidade, a um desejo que predomina na busca de uma verdade, constituindo suas subjetividades. É possível considerar esse sujeito como criativo e curioso, cuja linguagem sofre conotações para além do significado das coisas que o cercam, como a criação de um poeta. Esse discurso criativo, ligado ao poeta, é aceitável socialmente, tendo em vista essa ordem discursiva que o sustenta, trazendo o conceito de ordem discursiva sobre interdição ou legitimação, como aponta Foucault (1999) ao explicar sobre *A ordem do discurso*.

No que concerne ao ser de linguagem, vale destacar que a infância construída no objeto de investigação não foge a essa regra, tendo em vista o sujeito que nos enunciados é materializado, cujas relações de saber cristalizam, no âmbito de uma memória sobre esse objeto infância, a objetivação de um sujeito heterogêneo. Embora o sujeito-infância nos poemas possa parecer uma espécie de reflexo social, isto é, da forma como se constitui na

sociedade real, a linguagem ali impregnada deve ser tratada à parte, sem nenhum compromisso com o cotidiano, porém, sem desconsiderar a função social do discurso literário<sup>5</sup>.

Essa base de elementos implícitos requer do analista do discurso atenção no que tange aos efeitos de memória discursiva (tomando aqui a ideia de Courtine (2009)). Essa noção de memória entra em consonância com a formulação do conceito de campo associado, que por sua vez vincula-se à noção de arquivo proposto por Foucault (2008) como o conjunto de todos os enunciados ditos em determinada época, sob o domínio dessa produção, que, por sua vez, vincula-se ao social.

O efeito de arquivo pode ser percebido nos enunciados ligados à infância, dos poetas objetos deste estudo, pelas construções semelhantes que remontam a década de 1990, cujos funcionamentos discursivos, no que tange a suas convergências, constituem a base do nosso interesse para este trabalho. Não simplesmente no que se refere à infância construída, mas, partindo para a autoria<sup>6</sup>, o “delírio” das palavras que nos enunciados conotam, é aceitável para ser produzido e os discursos veiculados sem interdições sociais.

Os textos de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros pertencem ao gênero discursivo literário, linguagem destacada por Foucault (2009), a fim de problematizar alguns elementos, tais como ser de linguagem, transgressão e autoria. Sujeito do discurso e autoria se distinguem, uma vez que autoria não se faz nítida no texto, ao passo que sujeito é materializado pela sua posição, constituindo-se em instâncias distintas na criação literária. Além disso, em Foucault (2001) se apresentam discussões baseadas em Nietzsche para uma valorização literária como linguagem humana. Essa abordagem conceitual do filósofo [Foucault] se constitui, na visão do investigador, em um terreno fértil para nossas análises, uma vez se tratando de um recorte poético, logo, literário.

O pensador-chave desta pesquisa aponta um diferencial desse tipo de linguagem que merece destaque, sobretudo de relevância para esta pesquisa, não só pelo fato de o *corpus* escolhido para análise ser literário, mas pela configuração que se observa do sujeito ligado à infância. O estudioso destacado no parágrafo anterior aborda a ruptura e a transgressão como sendo características próprias do discurso literário. Para esse percurso de pesquisa, consideram-se os estudos foucaultianos relevantes, como direção para as leituras em relação

---

<sup>5</sup> O discurso literário se distingue de outros discursos devido ao seu caráter fantasioso, descompromissado de uma lógica das práticas discursivas convencionais. Nessa perspectiva, a literatura apresenta outros objetivos (estéticos e sensíveis) que fogem da realidade usual, sendo tomada como a escrita por ela mesma.

<sup>6</sup> A concepção de autoria aqui se refere à formulada por Michel Foucault, que será explanada no capítulo 2.

aos discursos literários, que requerem a compreensão desses conceitos que podem ser entrelaçados ao *corpus*.

Em se tratando de uma linguagem vinculada a um tipo de arte, tendo em vista também as funções da literatura que se diferenciam dos demais tipos de linguagem (funções), trata-se de uma ruptura com a realidade a nível da linguagem. Ressalta-se que essa denominação se encontra no alicerce da proposta teórico-metodológica foucaultiana, uma vez que esse pensador rompe com várias premissas anteriores às suas formulações, tais como a ideia de um sujeito centrado, como origem de si. A partir dessa problemática, a ruptura na linguagem literária se dá no contexto de um diferencial no discurso, isto é, uma linguagem que se desvincula da realidade usual:

A transgressão é um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, sua própria origem. A linha que ela cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples; a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível. (FOUCAULT, 2009, p. 32)

Existem, no universo das relações sociais, vários tipos de enunciações, em inúmeros contextos. No entanto, a linguagem que se emprega, condizente ou não com a realidade, está vinculada às práticas discursivas, e a literatura, embora seja uma dessas práticas, seu objetivo na comunicação se dá de maneira diferenciada, exatamente devido ao seu diferencial, uma linguagem por ela mesma, sua função enquanto criação artística pela palavra. Trata-se de um discurso fora do contexto usual de comunicação, ou que ressignifica esses usos utilitários da linguagem, cuja ruptura com as práticas languageiras do cotidiano se dá com veemência. Embora as narrativas possam representar uma realidade e estar vinculadas ao contexto histórico na vigência da escrita, não significa que sua linguagem se dá de forma usual cotidiana. Outrossim, na linguagem poética essa ruptura pode ser sentida com mais visibilidade, tendo em vista o caráter estético que recobre o poema e seu discurso que pode se distanciar de uma realidade comunicativa, usualmente falando.

No trabalho de delimitação e justificativa teórica para esta proposta de investigação, algumas questões foram levantadas: Como se constitui a linguagem e a infância nos poemas de Antunes e Barros? De que maneira se dá a transgressão e o ser de linguagem nesses enunciados e sua relação com a infância? Como se constitui o sujeito e a genealogia da ética de si nesses discursos? Quais as redes de memória e como se constitui as subjetividades

materializadas na poesia desses poetas? Dessa forma, essas inquietações se constituem como o ponto alvo para a investigação que ora se apresenta.

O eixo norteador deste trabalho é procurar estabelecer os pontos de convergência e, também, os possíveis contrastes entre os dois poetas brasileiros mencionados, por meio do suporte teórico-metodológico foucaultiano, pelo princípio de regularidades discursivas que será trabalhado nas análises, por meio dos conceitos destacados. Essa pesquisa se justifica por pretender avançar nos estudos sobre discurso e constituição do sujeito que é configurado historicamente e estabelecer uma possível relação entre esses dois escritores renomados da literatura brasileira. E tratar também da infância como portadora de uma linguagem que lhe é própria, o que pode contribuir para um acréscimo aos estudos dessa vertente a partir de uma comparação literária.

Feito esse delineamento temático, propomos os seguintes objetivos: Objetivo geral: Descrever/interpretar, por meio da análise dos enunciados presentes nas obras de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros, os discursos constituintes de sujeito ligado à infância, e apontar as convergências e divergências entre os enunciados. Objetivos específicos: i) Investigar o processo de constituição da linguagem e da infância, por meio dos enunciados contidos em poemas de Antunes e Barros; ii) Averiguar a transgressão e o ser de linguagem constantes nos enunciados das escrituras poéticas dos referidos escritores; iii) Analisar o sujeito e a genealogia da ética de si nos poetas supracitados; iv) Verificar as redes de memória e a subjetividade que constituem o sujeito em Antunes e Barros.

Pensando na abordagem dessas questões basilares que compõem a pesquisa, esta Tese está dividida em quatro capítulos, sob quatro temáticas que dialogam, a saber: no primeiro, será apresentada uma relação entre linguagem e infância e como esta se constitui nas escrituras de Arnaldo Antunes e Manoel de Barros.

O segundo capítulo tratará da linguagem do ponto de vista de sua especificidade na literatura, em especial nos poemas dos dois poetas destacados, sob o viés da ruptura e da transgressão. Será destacada a forma como se dá esse discurso literário que se vincula a outra ordem que não à usual da realidade, isto é, um tipo de linguagem que é exercida por ela mesma, o ser de linguagem que sublinha essa transgressividade e sua relação com a infância.

No terceiro capítulo serão aprofundadas as discussões sobre o sujeito e a ética de si em poemas de Antunes e Barros; isto é, será mostrado como esse sujeito materializado nos enunciados se comporta em relação a si e ao outro. Essa maneira de ser, de estar no mundo, na perspectiva foucaultiana, se traduz em modo de vida, de comportamento, das reações do

sujeito frente aos regimes de verdade e às condutas construídas socialmente. Resumindo: abordará a forma de ética da infância nesses poetas supracitados.

O quarto e último capítulo se pautará pela memória e subjetividade, isto é, discorrerá sobre a constituição subjetiva e sua relação com discursos outros, os sentidos construídos, os jogos de saber e de poder que constituem esse sujeito ligado à infância nesses escritores. A partir dessa divisão, em que as temáticas se distribuem de forma mais detalhadas, acredita-se abarcar de maneira mais completa as proposições para se chegar aos objetivos elencados, delineando as discussões, e, em seguida, tecer as considerações finais.

## 1. LINGUAGEM E INFÂNCIA EM ANTUNES E BARROS

O Amor aprendemos Inteiro –  
 O Alfabeto – As Palavras –  
 Um Capítulo – e o Livro todo –  
 E da Revelação – o segredo –  
 Mas nos olhos Uma da Outra  
 Divisou-se a Ignorância –  
 Mais divina do que a Infância –  
 Uma e Outra, Crianças –  
 Buscando explicações –  
 Nenhuma entendeu – nada –  
 Ai! Como é largo o Saber –  
 E a Verdade – que complicada –  
 (Emily Dickinson)

Investigar a construção de uma infância entre dois escritores integrantes da Literatura Brasileira, Arnaldo Antunes e Manoel de Barros, por meio do suporte teórico-metodológico foucaultiano, requer, de antemão, percorrer os caminhos que possibilitam verificar algumas aproximações e distanciamentos desses poetas. Sob a perspectiva discursiva, os poemas contidos nos livros escolhidos para análise, isto é, nosso recorte, serão tomados para análises na condição de enunciados segundo as considerações de Michel Foucault (2008), quando aborda a arqueologia do saber. Como pensador-base para nossas reflexões, abordar enunciado e regularidade discursiva se faz necessário, no intuito de elucidar o elo que aproxima os dois poetas. Por outro lado, as comparações visam também apontar as diferenças entre ambos, discursivamente falando.

Com referência no arcabouço teórico-metodológico destacado, os livros dos referidos escritores serão tomados para estudo como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p. 34). Além disso, esse recorte (*corpus*) será considerado como uma unidade discursiva cujos fragmentos se correlacionam entre si por meio da linguagem e história. Além disso, os poemas integrantes do *corpus* serão tomados como enunciados, elementos que podem ser suscetíveis de isolamento e capazes de se relacionar uns com os outros pelas semelhanças neles contidas (FOUCAULT, 2008). Sob essa perspectiva, vale destacar que é por meio dos enunciados que o sujeito se posiciona, na sua relação com a linguagem e com a história.

Essa fase arqueológica que se apresenta em Foucault tem servido como fundamentação para inúmeras pesquisas que objetivam uma compreensão mais nítida de discurso, por meio das formulações desse estudioso. Não temos por objetivo classificar as

reflexões condizentes com as fases desse autor, uma vez que seja desnecessária e imprecisa tal classificação. Sua obra se constitui em um tecido que abrange vários conceitos e estão interligados, em relação à noção de constituição do sujeito por meio das práticas discursivas, sublinhando o saber e o poder como conceitos-chave nesse processo.

Frente a esses pressupostos e avançando conceitualmente sobre enunciado, este se sustenta, teoricamente, em meio a uma problemática, tendo em vista que o pensamento do referido estudioso emerge no sentido de romper com uma tradição de denominações que até então se perpetuava sob uma perspectiva da teoria da comunicação. Esse corte acaba por engrenar o enunciado sob uma perspectiva sócio-histórica, isto é, na visão foucaultiana, conforme problematizado em *A arqueologia do saber* (2008), não se constitui apenas pela materialidade linguística propriamente dita.

A ideia de existência apenas pela linguística não se sustenta, e esse diferencial nessa nova roupagem conceitual é que apresenta uma importância singular para o analista de discurso, pois elementos fora da língua requerem atenção para análise. O enunciado é compreendido pelo seu funcionamento, tendo em vista os elementos constitutivos da função enunciativa que não são simplesmente o fator linguístico. Nesse viés, destacam-se a história, um domínio associado e a presença de um sujeito que enuncia de um lugar, pelas subjetividades que o constituem, sendo relevantes para se pesquisar a infância nos enunciados literários, nos escritores mencionados.

Em se tratando do fator histórico mencionado acima, pode ser que nos discursos dos poemas, que materializam uma infância, não seja evidenciada uma cronologia, isto é, um momento definido. Por outro lado, a história pode ser percebida pelos seus regimes de verdade, daquilo que pode ser dito em determinado momento, que expressa as práticas de determinada época. Pensando nesta pesquisa na visão do enunciado pela perspectiva foucaultiana, a historicidade ganha relevância, haja vista que o enunciado contém uma historicidade.

Nos estudos discursivos, destaca-se a peculiaridade da irrepetibilidade como condição da enunciação, esta vincula-se à linguística da enunciação, uma vez que o ato de enunciar se dá por um sujeito ligado à história. Considera-se que a enunciação não seja passível de repetição, uma vez que seu funcionamento ocorre em momento histórico específico. Ainda que um enunciado (materialidade linguística) possa se repetir, a ação enunciativa é sempre de caráter singular. O enunciado não repete algo já produzido, ainda que

contenha uma memória discursiva<sup>7</sup>, pois o momento histórico lhe atribui um caráter de desestabilização do já-dito.

Essa abordagem, para além de sua relevância metodológica em direção às análises em questão, elucida um novo caminho trilhado por Foucault (2008). Trata-se de uma ruptura epistemológica por meio de sua teoria arqueológica, em que o enunciado é percebido como a unidade do discurso. A singularidade se faz presente e essa problemática o coloca quase que em um paradoxo. Ao mesmo tempo em que trabalha com a noção de unidade, aciona a dispersão como elemento que influencia as produções discursivas.

Sobre esses dois princípios referidos no parágrafo anterior, a unidade diz respeito ao enunciado, ao passo que a dispersão seria as transformações e movências que um enunciado venha a sofrer por meio de sua produção e circulação. Foucault (2000c) direciona seus apontamentos para a descontinuidade<sup>8</sup> histórica nesse campo discursivo, exatamente por esses aspectos maleáveis dos discursos. Discurso de base foucaultiana seria um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, que está sempre suscetível a mudanças no âmbito da história.

Considerando-se que se trata de um estudo discursivo de cunho comparativo entre dois poetas, com o objetivo de verificar suas semelhanças e seus distanciamentos, o conceito de regularidade proposto por Michel Foucault (2008) pode ser útil para esta empreitada. Compreender tal conceito não é uma tarefa simples, haja vista que envolve uma gama de elementos que o constituem, cada qual com sua parcela de contribuição nesse processo.

A discordância desse estudioso sobre unidade discursiva considerada em outras perspectivas (livro, texto, por exemplo, como unidades) o direciona para uma abordagem do enunciado como ponto de partida, em que a função enunciativa é tomada como peça relevante nesse corte teórico. Sob essa perspectiva, esse feixe de cunho teórico-metodológico para se fazer análise de discursos pode ser empregado como recurso para tal atividade pelo analista de discurso:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros

---

<sup>7</sup> Acionamos a memória discursiva aqui, de forma panorâmica, apenas para reforçar o conceito de enunciação que evoca o fator histórico, relevante para uma abordagem da infância. O conceito de memória será trabalhado de forma aprofundada no capítulo 4.

<sup>8</sup> É importante destacar que esse aspecto da descontinuidade é relevante para a delimitação do recorte para análise. Foucault (2000c) rompe com a ideia de unidade histórica que toma por base longos períodos e centra sua atenção na problemática das rupturas, fator que guia para a formação do arquivo, no caso poemas situados em um ponto temporal que funcionam na contramão dessa base histórica tradicional, pela condição de *corpus*.

enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 31)

Os elementos vinculados ao enunciado destacados possibilitam elencar ainda as formações discursivas e as positivities (FOUCAULT, 2000c), na emergência do enunciado que apresenta as condições de possibilidade como constitutivas. A definição desse elemento encontra-se arraigada no que o pensador denomina de objeto do discurso, pelas semelhanças, leis de aparecimento, que objetos aciona e quais exclui.

Frente à formação dos objetos, faz-se necessário abordá-la de forma a demarcar suas emergências, suas transformações e suas delimitações no cenário histórico. É possível realizar a seguinte pergunta: os discursos sobre a infância foram os mesmos desde sempre? Embora não seja o objetivo de comparar o objeto de estudo com outras épocas, tal questão provoca uma reflexão sobre o funcionamento desse arquivo. Assim como Foucault traz a loucura como objeto para definição desse conceito, o recorte desta pesquisa possibilita “analisar finalmente as grades de especificação: trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 47).

A função enunciativa aponta o sujeito como sendo um de seus aspectos relevantes, pois todo enunciado apresenta essa instância, alguém que produz discurso de algum lugar social. Seus modos de enunciabilidade estão na esteira das modalidades enunciativas, outro elemento que se encontra nas regularidades foucaultianas. Considerando-se as inúmeras áreas do saber ou até mesmo “outras arqueologias” que não o saber científico<sup>9</sup>, o sujeito segue sempre um ritual vinculado à instituição ou apresenta um *status* que interfere na forma de seu discurso, nos critérios, saberes acionados, na sua aceitabilidade social, o lugar que ocupa em relação a certos objetos e a certos domínios. Por exemplo, a forma de um discurso produzido por criança apresenta uma modalidade enunciativa específica dessa posição de sujeito.

As relações enunciativas elencam também outra abordagem que merece destaque nesta investigação: a formação dos conceitos:

---

<sup>9</sup> Em suas pesquisas, Foucault toma como objetos discursos relacionados a campos científicos, tais como a loucura, a medicina, a psiquiatria, a sexualidade, enfim, lugares de verdade nos quais o pensador encontra respaldo para o desdobramento de seu método arqueogenalógico. Ressalta-se que seu método não objetiva um encontro da origem, que para o filósofo é inviável pelos deslocamentos e transformações discursivas na história. Vale destacar também que o método foucaultiano não se confunde com a Arqueologia como outra disciplina no campo das ciências humanas que busca “escavar” o que está oculto, mas aquilo que se encontra na superfície, que pode ser definido como da ordem do visível e do invisível ao mesmo tempo, pelo fato de estar mesmo na superfície. Essa proposta metodológica propõe uma desnaturalização de discursos produzidos no interior de um determinado momento histórico, tendo em vista suas condições de possibilidade.

A configuração do campo enunciativo compreende, também, formas de coexistência. Estas delineiam, inicialmente, um campo de presença (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos) [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 63)

No contexto das enunciabilidades, outros enunciados são retomados, em que a presença de verdades cristalizadas sustenta o discurso da atualidade, no interior de um campo associativo dado. As formações conceituais apresentam relações com séries anteriores, mas também formas de sucessão, generalização e especificação, procedimentos de intervenção, a hierarquização dos enunciados, enfim, são por meio dessas correlações que ligam um enunciado a outro que os conceitos são formados.

Atreladas a essas denominações e, mais especificamente às modalidades enunciativas, as estratégias discursivas ganham destaque no bojo das organizações conceituais que cada arqueologia dispõe sobre seu campo enunciativo. Em cada domínio, os objetos, tipos de enunciação e a própria estabilidade do discurso, que se ligam a certas formalidades, é o que se denomina de estratégias, como forma de organização dos discursos.

Ademais, é preciso considerar o enunciado como uma unidade do discurso que difere das proposições e dos atos de fala. Nessa concepção foucaultiana, o que está em jogo são as regularidades e as condições de emergência, que permitem a aparição de um enunciado e não outro em seu lugar. As condições de existência do discurso permitem tomá-lo como um acontecimento (FOUCAULT, 2008). Nessa perspectiva,

[...] a questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, o que os torna possíveis – eles e algum outro em seu lugar; as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não. (FOUCAULT, 2010c, p. 9)

A análise de um enunciado deve considerar o jogo de relações que ele estabelece com outros enunciados, aspecto que favorece o trabalho de considerar as relações entre discursos, como é o caso do recorte deste trabalho, em que a infância materializada nos enunciados pode ser passível de uma relação. No processo de circulação discursiva, esses discursos podem sofrer o efeito de apagamento ou de valorização, fatores determinados pela sociedade na história (FOUCAULT, 1999).

Considerando esse caráter enunciativo, analisar discurso nada mais é do que realizar

uma descrição/interpretação de acontecimentos (GREGOLIN, 2006), baseada em um método específico, e não simplesmente promover leituras subjetivas do recorte. Como resultado dessas análises a serem realizadas, relações enunciativas podem ser elencadas, não apenas entre os dois poetas, mas no contexto interdiscursivo que os discursos apresentam sobre a infância, tendo em vista que essa interdiscursividade, podendo relacioná-la à memória, atribui sentido a esses enunciados e, sobretudo, à compreensão desse sujeito construído nos poemas/enunciados.

Possenti (1997) considera o sentido como um objeto vinculado ao significante de forma temporária, mas que possui estabilidade quanto à sua forma. O material linguístico não é descartado, tendo em vista sua participação nesse processo. Para além desses fatores, o sentido ganha destaque no nível da enunciação, considerando que o discurso não se enquadra puramente na transmissão de informação. Portanto, os efeitos de sentido se fazem presentes no próprio dizer, na enunciação, atrelados a uma cadeia de significantes, rompendo com a imprevisibilidade, visto que não se enquadra a um momento certo para acontecer/chegar.

Essa abordagem sobre os sentidos possíveis do discurso nos convoca a acionar teóricos como Courtine (2009), o qual tenha sido um leitor de Foucault e lança mão de várias de suas ideias, em especial o conceito de formação discursiva, para a elaboração de sua teoria no campo da AD. A peculiaridade da não repetibilidade enunciativa direciona essas reflexões para outro ponto relevante em suas teorias: as condições de produção do discurso. Nesse cenário, o encontro de um discurso com outro e a mudança na significação/sentido, por meio de um dado campo associado, coloca em evidência os acontecimentos históricos e sociais que legitimam as práticas na sociedade, além do interdiscurso que mobiliza outros discursos pela enunciação.

As condições históricas de possibilidade, como é afirmado por Foucault (2008), inserem o discurso em um jogo de condições que o determinam, tais como de produção e circulação de verdades, de poder, que condicionam os discursos, de forma singular, como sendo o reflexo das práticas sociais vigentes. A linguagem literária, ainda que descompromissada com as modalidades usuais do cotidiano, não foge dessa regra. Além do mais, na literatura é possível detectar discursos que apresentam elementos de dada sociedade, com seus regimes sócio-históricos que configuram os funcionamentos discursivos de uma época. Essas representações na literatura podem ser comprovadas pelas relações discursivas entre os poetas em estudo, ao construírem um patamar de infância, ainda que possam conter indícios de distanciamentos do contexto utilitário de produção pela linguagem empregada, representam um reflexo da sociedade vigente. Além disso, a criação poética no período

vigente assinala para a relação de sua arte com as convenções padronizadas nesse segmento.

Considerar a história como elemento constitutivo dos discursos e dos sujeitos é tomá-la do ponto de vista de uma Nova História, descontínua, que não corresponde a uma visão convencional dos fatos históricos. É abordá-la do ponto de vista a considerar aspectos das microinstâncias, em que acontecimentos advindos inclusive das minorias ganham voz e são considerados no todo. Essa abordagem se contrasta com a história convencional, esta demarca fatos envolvendo apenas os grandes fatos e líderes, bem como se estuda nas teorias sobre a disciplina de História nas quais os historiadores se concentram para desenvolver suas reflexões. Foucault (2000a) aborda uma nova forma de escrita da história por meio da visão discursiva, de uma história percebida de baixo.

Por meio dessa visão da história universal, o recorte relacionado à infância ganha sua marca, como aspecto constitutivo do próprio arquivo pesquisado e que integra um domínio associado pertencente a uma época. Rumando-se para a ideia de arquivo que se apresenta em Foucault (2008) e retomando conceitos abordados acima, esse *corpus* faz parte de um repertório mais amplo produzido na sua época e que essa produção entra no jogo das condições de possibilidade da produção discursiva de um determinado momento e não outro em seu lugar.

Essa reflexão é relevante no sentido de elucidar o recorte como arquivo, isto é, como discursos que se relacionam com outros de mesmo domínio e contexto histórico, e cuja regularidade encontra-se nas suas leis de existência. O trabalho de descrever um arquivo coloca o discurso na condição de certa descontinuidade, outros podem ser produzidos por meio deles, transformados, e até mesmo silenciados, apagados. Delimitar o arquivo é também atribuir ao discurso seus regimes de verdade e seus efeitos no processo de produção de subjetividade em um dado momento na história. Atrrelada às condições do enunciado, a unidade só pode ser detectada tendo em vista essa delimitação histórica, das condições de existência que a possibilitam.

Tendo em vista que as práticas discursivas se sustentam historicamente, tais menções trazem à tona a noção de discurso como produção e circulação de verdades que, no jogo das relações de poder, legitimam-se discursos como verdadeiros (ou não). Esse funcionamento social, por meio dos sujeitos, se inscreve nas condutas sociais, sendo determinado pela coletividade, uma vez o sujeito sendo da ordem do social, o que o diferencia de uma dimensão puramente individual. Aqui, pode-se citar um exemplo do discurso contido no recorte poético escolhido para análise: há a presença de um sujeito que é determinado pelos regimes de verdade em questão, anteriores e determinantes de suas subjetividades, que apontam formas

de ser das coisas, realidades construídas, materializadas pela sua linguagem, nos enunciados. O poema “XIX” de Manoel de Barros, que será analisado mais adiante neste capítulo, elucida esses regimes de verdade: “O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa / era a imagem de um vidro mole que fazia uma / volta atrás de casa. / Passou um homem depois e disse: Essa volta / que o rio faz por trás de sua casa se chama / enseada. / Não era mais a imagem de uma cobra de vidro / que fazia uma volta atrás de casa” (BARROS, 1993, p. 27).

No contexto das práticas discursivas, a distinção entre o verdadeiro e o falso caminha na esteira de aspectos imaginários, como quem direciona os discursos que devem ser produzidos e legitimados, em cada época. Vários elementos entram em jogo, considerando-se que as produções discursivas em um mundo capitalista apresentam suas emergências no interior desses aspectos sociais: o capitalismo, a política, as práticas culturais, enfim, uma gama de aspectos que as controlam.

Os jogos de poder não podem ser excluídos desse processo, uma vez que os discursos são controlados, o que pode e deve ser dito em um momento histórico não é passível de ser legitimado em outro (FOUCAULT, 1996). O fato é que não há verdades absolutas e essa peculiaridade discursiva possibilita a circulação de diferentes formações discursivas, justificando a ideia de regimes de verdade que sofrem movências no interior dessas práticas.

Ainda sobre os regimes de verdade, a ordem do discurso foucaultiana possibilita a compreensão de que, de acordo com os funcionamentos do que vem a ser tido como verdadeiro, em cada campo discursivo os discursos se organizam sob determinados aspectos. Isto é, cada prática estabelece suas regras de formação (seja as materialidades linguísticas (estilos) ou os rituais) e também de exclusão, uma vez que a legitimação e as convenções discursivas privilegiam uns em detrimento de outros. Essas considerações podem ser relevantes em relação ao sujeito ligado ao saber nas escritas poéticas, de um discurso que talvez não esteja ligado ao convencional e que se constitui por meio de um regime de verdade próprio, pela linguagem.

Abordar o discurso tomando-o como regime de verdade é também procurar elucidar, em seu interior e seu reflexo, o sujeito que é atravessado por uma vontade de verdade. Quando Foucault (2016) assevera que todo sujeito se constitui por meio de subjetividades que funcionam como efeito de suas práticas discursivas, aponta também que essa constituição só é possível pela vontade de verdade. Nesse processo, o indivíduo se filia a certos discursos, entra nos jogos de verdade e se constitui como sujeito da linguagem, pelas suas interações discursivas com outros sujeitos, com os discursos produzidos e circulados historicamente em cada época.

O rompimento epistemológico que considera o sujeito descentrado, não sendo a origem de seu dizer, possibilita considerar esse sujeito como subjetivado por meio de uma vontade de verdade. E essa adesão a certos discursos em detrimento de outros provoca exclusões, no jogo de se considerar um discurso como verdadeiro ou falso, no percurso da história. Então, é válido reconhecer que

[...] se levantarmos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 1999, p. 14)

No percurso das produções discursivas, que resultam em subjetividades, destaca-se que as vontades de verdade não são fixas, pois sofrem mutações ao longo dos tempos. Esse fenômeno de não fixação pode ser observável por meio de mudanças epistemológicas, isto é, de alterações nos modos de definições de determinado objeto, correspondendo historicamente às necessidades vigentes. Essa abordagem torna-se clara no que tange aos distintos modos de subjetivação que ocorrem de um momento a outro, no contexto das condições históricas de possibilidades para as emergências discursivas.

Os mecanismos de exclusão não são, assim por dizer, inocentes, possibilitando estabelecer uma relação entre saber e os mecanismos de poder. O que pode ou não ser dito em determinado momento e por quem o diz nada mais é do que os processos de dominação na esfera das produções e das circulações discursivas, frente aos interesses de determinada fatia da sociedade, na complexidade de seus vários segmentos.

Não se pode afirmar em uma vontade de verdade universal, mas como algo específico no espaço e no tempo. Há inúmeras verdades que circulam e ganham sustentação ou não a depender das formações discursivas que as legitimam, inclusive vontades antagônicas. No entanto, em todas as sociedades produzem-se discursos que, conseqüentemente, acarretam efeitos de verdade, fenômeno capaz de explicar a íntima ligação entre esses dois aspectos no processo de prática discursiva e produções de subjetividades. Além disso, os efeitos de verdade influenciam o poder “ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam” (FOUCAULT, 2010b, p. 229). O movimento de se tornar verdadeiro um discurso e provocar a exclusão de outro, tido como falso, funciona em um batimento que não cessa de se transformar.

A produção subjetiva na perspectiva do estudioso em evidência dá ênfase à linguagem sobre o sujeito, este se constitui por aquela e por meio de todas suas práticas discursivas. A descontinuidade discursiva então reflete sobre os sujeitos por meio de dispersões (transformações dos discursos e dos sentidos), e considerando o campo associado como efeito de discurso outro, que também se faz presente nesse laço linguístico que demarca o sujeito.

Como condição para este estudo, acreditou-se que esse percurso teórico baseado nos conceitos de Michel Foucault seria um caminho possível, que desse subsídios necessários para uma resposta no âmbito dessa problemática (construção da infância) que se observa nos poemas objeto desta pesquisa. Vale ressaltar que os poemas dos referidos escritores contemporâneos serão analisados como enunciados, justificando considerar a função enunciativa de Michel Foucault (2008) como parte relevante nesse processo. Retomemos então a função enunciativa que aponta para um sujeito que, por meio dessa instância, outros pensadores podem ser visitados, inclusive que abordam a infância, no intuito de se estabelecer um diálogo entre outros estudos com as ideias do teórico-base desta investigação. Foucault (2008, p. 105) defende que:

É absolutamente geral na medida em que o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

Na condição de um lugar vazio, a instância abordada assinala a relevância desse pensador para as análises investigativas sobre a construção de uma infância (ou de infâncias) que se faz materializada nos poemas dos literatos abordados. Tendo em vista a circunstância que se trata de um lugar que pode ser ocupado por qualquer indivíduo, o fazer sujeito imprime uma condição de singularidade no discurso, isto é, não importa quem fala, mas o que é dito e o enunciado revela que o sujeito diz de um lugar social que lhe atribui um caráter específico. Essa especificidade se enquadra como aspecto resultante de elementos mencionados, em especial os regimes de verdade pelas práticas discursivas e as modalidades enunciativas.

Considerar a função enunciativa como método de análise possibilita percorrer caminhos que direcionam o estudioso à identificação de peculiaridades subjetivas, a elucidar uma infância (ou infâncias) materializada nos enunciados propostos. Nesse cenário, há

materializado nos poemas em estudo um sujeito (ou sujeitos) que pode ser demarcado tendo em vista esses pressupostos foucaultianos.

Esse arcabouço teórico-metodológico serve de base para um olhar sobre a infância, considerando-a no bojo das manifestações discursivas e através das peculiaridades que se apresentam em Antunes e Barros, isto é, os discursos que apontam para uma construção subjetiva nessa perspectiva. Frente a essa proposta de análise, vale reforçar que não se objetiva, neste estudo, constatar esses discursos de forma comparativa entre criança e adulto, por uma diferença de saberes que podem ser percebidas entre ambos, que apontam para uma inferioridade da infância. A proposta aqui é a de tomar a infância enquanto conceito, cuja definição é pautada pela linguagem, como portadora de um discurso que lhe é próprio, um saber que se sustenta por meio de uma consideração de que seu discurso se apresenta de forma singular.

Isto posto, faz-se necessário investigar a infância por outro ângulo, deve-se considerá-la não como um sujeito que apresenta ausência do que se denomina “adultícia”, seja pelas atitudes ou pelas dimensões físicas inferiores às de uma pessoa já crescida. É preciso atentar pela infância como algo singular, independente, por integrar um processo de fase inicial de interações sociais. Reforçando as reflexões foucaultianas sobre a problemática da unidade enunciativa e tendo em vista que infâncias distintas podem ser construídas, inclusive no *corpus* deste estudo, acredita-se ser pertinente trazer outras formulações que tratam diretamente desse tema, para um entrecruzamento com as perspectivas do investigador francês. Frente ao exposto, Kohan (2007, p. 31) assinala que:

[...] a infância não é só ou, melhor dizendo, não é sobretudo, ausência de adultícia nem de qualquer outra coisa: a infância é muitas outras afirmações além da negação de não ser adultícia; por isso eu gostaria que olhássemos a infância desde ela mesma; decerto, não creio que se possa dizer muito mais, em geral ou em abstrato, sobre esta questão porque na realidade o que há são infâncias, afirmações, singulares, plurais e não “a infância”.

De acordo com Kohan (2007), a infância não deve ser entendida como uma fase que simplesmente antecede à adulta enquanto processo de maturidade, mas como algo que é sempre novo e único. Apesar de a infância estar associada a alguém ainda “sem identidade”, como popularmente é vista, ela tem de ser observada como única, a criança como sujeito social, dentro de sua condição enquanto infância. Como reforço do que já foi afirmado, não se convém considerar a infância enquanto temporalidade cronológica, fase de vida inaugural. É

preciso atentar para um outro tipo de infância que se inscreve em uma linguagem que lhe é própria, sem a pretensão de infantilizar seu discurso por uma comparação com a fase adulta.

Por outro lado, do ponto de vista da discursividade, não é intenção do pesquisador considerar a infância construída nas poesias dos poetas em evidência como algo fixo, de acordo com as convenções sociais e com verdades arraigadas em uma tradição. Como o próprio termo assinala, “construída” remete o olhar para algo criado, descompromissado com a cristalização de um conceito ou de regras a serem seguidas, bem como a noção de descontinuidade e ruptura que inviabilizam tais pretensões.

Essa abordagem atrelada às noções discursivas traz à tona a relação entre infância e linguagem, do ponto de vista da produção de subjetividade. Trata-se de um processo que, por meio de um olhar sobre a cronologia, o ser humano encontra-se na fase inaugural de sua relação com a linguagem, contato relevante para se tornar sujeito<sup>10</sup>. Esse contato com os discursos e com outros sujeitos possibilita entender que se trata de construção social e discursiva, pois são elementos que se encontram imbricados no contexto social. A fase genealógica sublinha as interferências que o poder exerce sobre os indivíduos na sua constituição em sujeitos, assegurando as relações de microfísicas como forma de exercício desse poder (FOUCAULT, 2007b).

As relações de poder referidas não se apresentam de forma negativa nesse processo, pelo contrário, produzem sujeitos, subjetividades, em que os sujeitos se constituem e que emergem como efeito constitutivo, da legitimação das relações de saber-poder e das condições sócio-históricas de produção. No que tange à infância como produto da linguagem, deve ser observada pelas dimensões da microfísica, em que o poder se faz presente em todas as práticas discursivas.

Considera-se, sob a ótica dessa teoria, que a linguagem e o sujeito ligados à infância se mantêm em uma relação bastante próxima, sendo que um é resultante da outra. A linguagem desempenha o importante papel de promover as interações do ser humano com o mundo e é na infância que se dá essa aproximação inaugural com a linguagem. Vale destacar as considerações de Kohan (2003, p. 242) quando aponta que:

É na infância que cada ser humano se apropria da linguagem e faz do sistema de sinais adquirido um discurso com sentido, isto é, se constitui

---

<sup>10</sup> Essas relações sociais que aproximam o indivíduo da linguagem são relevantes para se compreender que as práticas discursivas produzem sujeitos. Tal dimensão também justifica a premissa de que o sujeito vincula-se ao social e não está na dimensão individual. As abordagens foucaultianas no curso de sua teoria, bem como a ruptura epistemológica da descentralização do sujeito, formam a base desse cunho social que se dá, sobretudo, pelo discurso.

como sujeito da linguagem ao dizer “eu”. A infância, carente de linguagem, é também sua condição de emergência. Mas também o acesso à infância apenas pode acontecer pela linguagem: infância e linguagem coexistem originariamente: “nunca encontramos o homem separado da linguagem e nunca o vemos no ato de inventá-lo”.

Kohan (2003) corrobora com as teorias foucaultianas sobre a constituição subjetiva pelas interações sociais e sustenta essa (in)dissociação entre esses fatores, que se deve levar em conta também as condições históricas de possibilidade para que essa produção aconteça. Do ponto de vista temporal, não refutamos certa carência de linguagem na infância e, do ponto de vista de um sujeito histórico, sua condição de possibilidade encontra-se em ascensão.

Essa relação com a linguagem resulta na subjetivação do sujeito, tomando-se a verdade como elemento relevante nesse processo, como destacado anteriormente, em que os regimes de verdade, na produção e circulação discursiva, possibilitam o contato entre linguagem e infância. Pela vontade de verdade, de caráter social e que constitui o sujeito, em que os discursos recebem o *status* de verdadeiro, o indivíduo vai sendo preenchido, se constituindo de acordo com seus contatos sociais, como é o caso da infância.

Foucault (2016) aborda a subjetividade em consonância com os regimes de verdade, com ênfase na legitimidade desses discursos tidos como verdadeiros. Ressalta-se que a denominação de regime aponta para algo situacional, isto é, discursos que em cada momento recebem a qualidade de verdadeiro e que são circulados como que devem ser aderidos por um grupo social. Vale ressaltar que alguns discursos são tidos como hegemônicos, que no seio da sociedade recebem um *status* de verdade quase absoluta e sobrepõem aos demais certo nível de superioridade:

Há provavelmente em toda cultura, em toda civilização, em toda sociedade, ou pelo menos em nossa cultura, em nossa civilização e em nossa sociedade, certos discursos verdadeiros referentes ao sujeito que, independentemente de seu valor universal de verdade, circulam, têm o peso da verdade e são aceitos como verdade. Em nossa cultura, em nossa civilização, numa sociedade como a nossa, há certos discursos que, institucionalmente ou por consenso, são conhecidos como verdadeiros a partir do sujeito. (FOUCAULT, 2016, p. 12)

Quando esse pensador propõe um estudo do enunciado e sua compreensão por meio da função enunciativa, um dos aspectos destacados trata-se do suporte institucional. No âmbito das circulações discursivas, é válido destacar o que entra no jogo desses regimes que tornam os discursos verdadeiros, pois as instituições interferem nesse processo, nas quais os discursos são submetidos e produzidos, que recebem estatutos de verdadeiros. Para além

desse fator, o sujeito também abarca certo poder, em relação ao lugar que ocupa, que faz com que seus discursos sejam percebidos como sinônimos de verdades.

Esse complexo jogo entre verdadeiro e falso aciona o poder que se encontra imbricado nesse funcionamento. Não se trata de verdades absolutas, mas criadas, e das quais os sujeitos se valem em cada momento histórico, provocando as produções de subjetividades. Essa constituição subjetiva se faz presente na maneira com que o sujeito age consigo mesmo, o cuidado de si, com os outros sujeitos e com o mundo que o cerca. Dessa forma, é possível destacar na construção de uma infância, esse efeito subjetivo em relação à linguagem e as menções sobre as verdades vigentes.

A condição de interação social com ênfase para a linguagem como condição de se fazer sujeito é também apontada por Larrosa (2006), destacada em *O enigma da infância*, se desdobrando para uma aproximação, sobretudo, com as ideias foucaultianas. Reforçando uma consideração já mencionada neste capítulo, de que não cabe uma comparação direta entre criança e adulto como proposta de estudo do sujeito ligado à infância, suas abordagens vão ao encontro de um saber que é peculiar desse indivíduo em processo de constituição, que pode ser tomado como outro nesse contexto:

Não obstante, e ao mesmo tempo, a infância é um outro: aquilo que, sempre além de qualquer tentativa de captura, inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhimento. Pensar a infância como um outro é, justamente, pensar essa inquietação, esse questionamento e esse vazio. É insistir uma vez mais: as crianças, esses seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não compreendem a nossa língua. (LARROSA, 2006, p. 184)

No que tange ao saber, para uma precisão maior, as palavras citadas sugerem uma inviabilidade de hierarquização dos saberes que possa ser legitimada na sociedade (de um lado o adulto portador de um saber completo *versus* a criança ainda um sujeito vazio e carente de conhecimento). A proposta teórica do autor é abrir caminho para uma possível equiparação entre esses dois níveis, cabendo tomar a infância como esse outro sobre o qual se ignora e que pode revelar um saber de uma especificidade que a torna singular. Esse seria o ponto de partida para uma investigação, cuja perspectiva seria abordar esse saber sob outra perspectiva que não a colocada em xeque, por um método comparativo com um saber dito formado que se observa em um adulto.

Além do exposto, as palavras de Larrosa (2006) remetem à noção de saber-poder, relação que, no âmbito das considerações foucaultianas, funciona como uma espécie de

estratégia ligada ao discurso. Onde está o saber, está também o poder, e a infância o exerce, assim como também é objeto desse poder. O processo de aquisição de conhecimento que é abordado, de certa forma inquieta o que sabemos (na condição de sujeitos adultos) e a nossa falta de vontade pela busca desse saber em comparação com o desejo de conhecimento que se observa na infância. Resgata-se a relação entre subjetividade e verdade destacada por Foucault (2016), pela vontade de verdade que sustenta a constituição subjetiva, nesse caminho de se fazer sujeito.

Considerar a infância como outro seria legitimar seus saberes, em um tom de igualdade como quem contribui para a produção de subjetividades do outro, possibilitado pelas práticas discursivas. No tocante a um ser estranho, essa afirmação sugere a condição de uma linguagem que lhe é singular, bem como sua vontade de verdade que se manifesta de forma intensa no cenário de preenchimento de um suposto vazio que lhe é atribuído. Prosseguindo seus apontamentos, destaca:

E se a presença enigmática da infância é a presença de algo radical e irredutivelmente outro, ter-se-á de passá-la na medida em que sempre nos escapa: na medida em que inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba da nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la). Aí está a vertigem: no como a alteridade da infância nos leva a uma região em que não comandam as medidas do nosso saber e do nosso poder. (LARROSA, 2006, p. 185)

A vontade de verdade não pode ser desvinculada da vontade de poder, pois se vincula ao modo como essa vontade de poder é acionada por sujeitos em determinadas práticas. Não se refere, nesse funcionamento, às dominações, mas às formas sutis de exercício do poder. Frente às proposições, faz sentido um olhar mais atento sobre as questões ligadas à infância, cujas relações de saber e de poder sugerem a condição de uma relação vertical entre adulto e criança. E, pensando nessas questões, nas poesias em estudo, considera-se que a infância é materializada por meio de sua visão ao mesmo tempo curiosa e crítica e, por outro lado, aquilo aparentemente óbvio sobre as coisas. Essa criticidade que possa parecer inocente revela um processo de construção sobre as coisas, pela sua curiosidade acerca daquilo que lhe é novo. Diante de tal situação, a infância retrata uma formulação de conceitos de forma a revelar um ser em processo de constituição, no sentido de conceituar as coisas que a cercam, a construir saberes que advém de suas relações sociais, pelas práticas que envolvem a linguagem e a história, elementos essenciais nesse movimento.

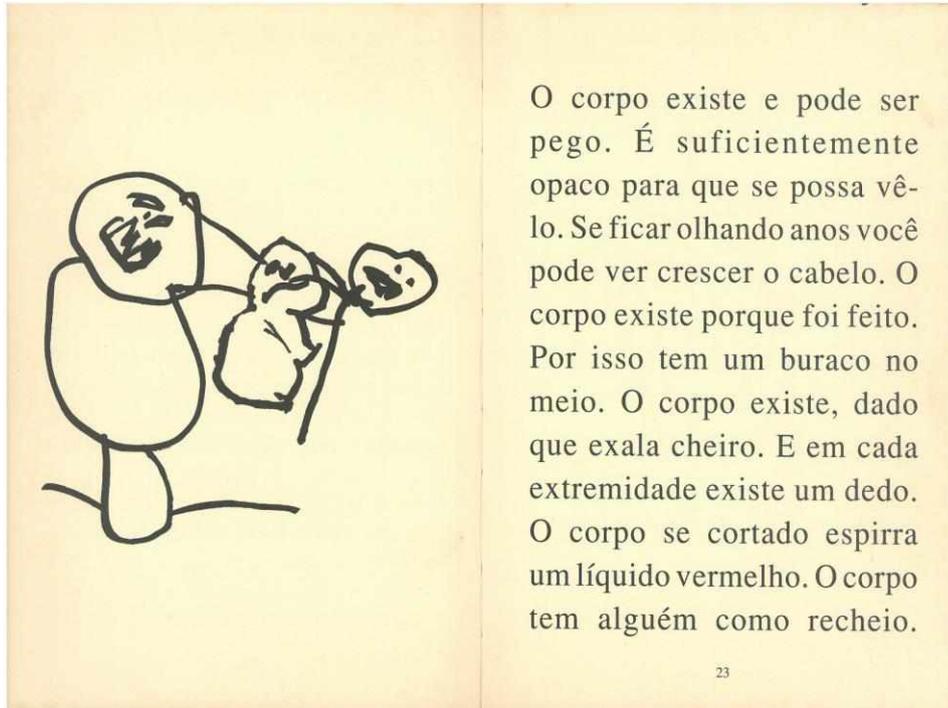
Em direção a essas proposições teóricas, seguem as análises de 6 (seis) poemas de Antunes e de Barros, sendo 3 (três) de cada escritor, em que procurou-se descrever/interpretar, com base nas formulações foucaultianas e nos demais estudiosos aqui elencados, a construção de uma infância pautada pela linguagem. Nessa dimensão, a ênfase aos saberes pode ser conferida, aspecto que justifica o recorte teórico-metodológico discutido, tendo em vista que a constituição da infância se dá basicamente no seio das práticas discursivas, possibilitando constatar as subjetividades materializadas nos enunciados.

### **1.1 Análise do poema “O Corpo”**

A escrita poética de Antunes no livro *As Coisas* (1992) apresenta-se sem adentramentos de parágrafos e a materialidade discursiva (texto) cobre toda a página, com espaços largos entre as frases, ora com letras menores, ora com letras grandes, dependendo de sua extensão textual, expondo ao leitor um vocabulário simples e uma sintaxe reduzida. Esses poemas, aliados a desenhos, aparentemente rupestres, possibilitam várias leituras. Procuram explicitar o universo da infância pelas explicações das “coisas” em relação aos sentidos cristalizados (memória). Considerando as palavras de Foucault (2008), é possível afirmar que essas materialidades contidas nos enunciados apontam para subjetividades que constituem um sujeito ligado à infância, cujas relações de saber e de poder se fazem presentes. Ainda assim, por um lado, a subjetivação desse sujeito é aparentemente arquitetada pelo autor dessas poesias.

No conjunto do livro, os discursos tratam de vários elementos, sob uma visão conceitual, por meio de um olhar observador, sob vários ângulos, tentando definir, seja pelo formato, cor, textura ou função, o que seria um corpo, por exemplo. Vejamos a seguir:

## O Corpo



(ANTUNES, 1992, p. 22-23)

No poema, a forma descritiva do corpo, cujas características são abordadas, sugere que se trata de um lugar de sujeito que aponta os traços visíveis da parte física humana, o que é perceptível aos olhos. Para além dessa visibilidade que vai ao encontro de um sujeito portador de uma vontade de verdade, em segundo plano é abordada a dimensão não visível que habita esse corpo, que seria a subjetividade. Nesse percurso de descrição, o termo “recheio” aparece como recurso estratégico de aproximar a matéria corporal a uma comida que contém algo escondido em seu interior, assim como são corpo e subjetividade. A análise de Fernandes Júnior (2007) pode ser útil nesse aspecto, de acordo com a visão do sujeito em relação ao corpo humano. Em seus apontamentos, esse pesquisador sugere que além do corpo físico, a dimensão indefinida se traduz em subjetividades que são singulares nos sujeitos.

Considerando-se as materialidades apresentadas, esse poema possibilita, nos versos “O corpo se cortado espirra um líquido vermelho. O corpo tem alguém como recheio”, ao menos duas leituras: a dedução de que o sangue é uma espécie de “recheio” do corpo, da matéria. Esse discurso sugere que ter alguém como recheio é empregado no sentido de sangue, o qual se localiza no interior do corpo, sendo metaforizado, portanto, como recheio. Por outro lado, tal passagem deixa clara a complexidade de se entender quem somos, isto é, aparentemente somos simples matéria que apresenta o sangue (líquido vermelho) como recheio, mas que ao mesmo tempo temos “alguém” escondido, a subjetividade, algo que nos

diferencia dos demais animais e até mesmo dos demais seres humanos. Afinal, não somos apenas matéria que configura o homem de forma universal.

Em quase toda sua extensão os versos são bem objetivos (o corpo é isso, aquilo, se olhar de um lado vê-se uma coisa, de outro, outra leitura), quase exatos. Porém, o verso final, ao trazer um pronome indefinido (alguém), quebra toda a lógica objetiva/exata anterior, dando abertura ao indefinido que caracteriza a subjetividade que habita cada corpo, pois a hipótese que se levanta sobre esse ser que parece evidenciado acaba não se concretizando da forma elaborada, pairando esse mistério do indefinido, indecifrável. Tomando as relações de saber destacadas por Foucault (2010a), é possível detectá-las no poema por meio dessas observações do sujeito, definições marcadas pelas relações desse sujeito que, pela linguagem, vai se apoderando desses saberes e se constituindo, ligado à história.

Na poesia, em seu conjunto, são adotados vários ângulos para se olhar uma coisa e aproximá-la da visão infantil (não no sentido de infantilidade), revelando a forma curiosa da criança em procurar conhecer e entender as coisas que a cercam. Essa curiosidade, uma vez relacionada às considerações de Foucault (2016), nos permite afirmar que se trata de uma vontade de verdade, em que o sujeito se apresenta como o reflexo dessa exterioridade observável, uma vez que o sujeito, na concepção desse autor, se constitui pelas práticas discursivas e, assim, se subjetiva por meio das verdades vigentes de cada época. Acontece com o corpo, que é focalizado no poema pelo formato, textura, tamanho, materialidade. A modalidade enunciativa aponta para descrições aparentemente óbvias, com frases curtas e simples. No entanto, retornando ao verso final, este destoa dos anteriores ao apresentar o pronome indefinido, já citado, deixando o leitor perplexo diante da afirmação “O corpo tem alguém como recheio”. À exatidão dos enunciados anteriores, o sujeito contrapõe esse trecho indefinido, desvelando um paradoxo, ou seja, o que diferencia cada corpo, e, conseqüentemente, cada ser humano, é “esse alguém” que o habita. A indefinição define.

Esses olhares revelam um raciocínio perplexo em relação às coisas, considerando que não se trata de uma simples “coisa” em si, mas levando em conta suas várias dimensões. Vale considerar a afirmação de que as coisas não devem ser vistas sob um ângulo estático, mas sob seus vários aspectos. Acerca das construções presentes na escrita de Antunes (1992), a obviedade é um efeito que se constrói nos poemas, chamando a atenção do leitor para aquilo que “parece banal”, mas que não é. No enunciado, constrói-se uma peculiaridade linguística que sugere um lugar de infância para dizer o que diz. O poeta brinca com essa função sujeito representado que quer entender as coisas e o mundo, mas que ao mesmo tempo vai para além, pela certeza com que seu saber é acionado. É como se fosse um olhar inaugural que quer

compreender as coisas pela sua cor, função, aparência, tamanho, olhando-a de todos os lados, como se pudesse dar uma definição absoluta. E sua exteriorização se traduz em um saber que é pautado por esse estilo de linguagem em relação aos saberes do mundo.

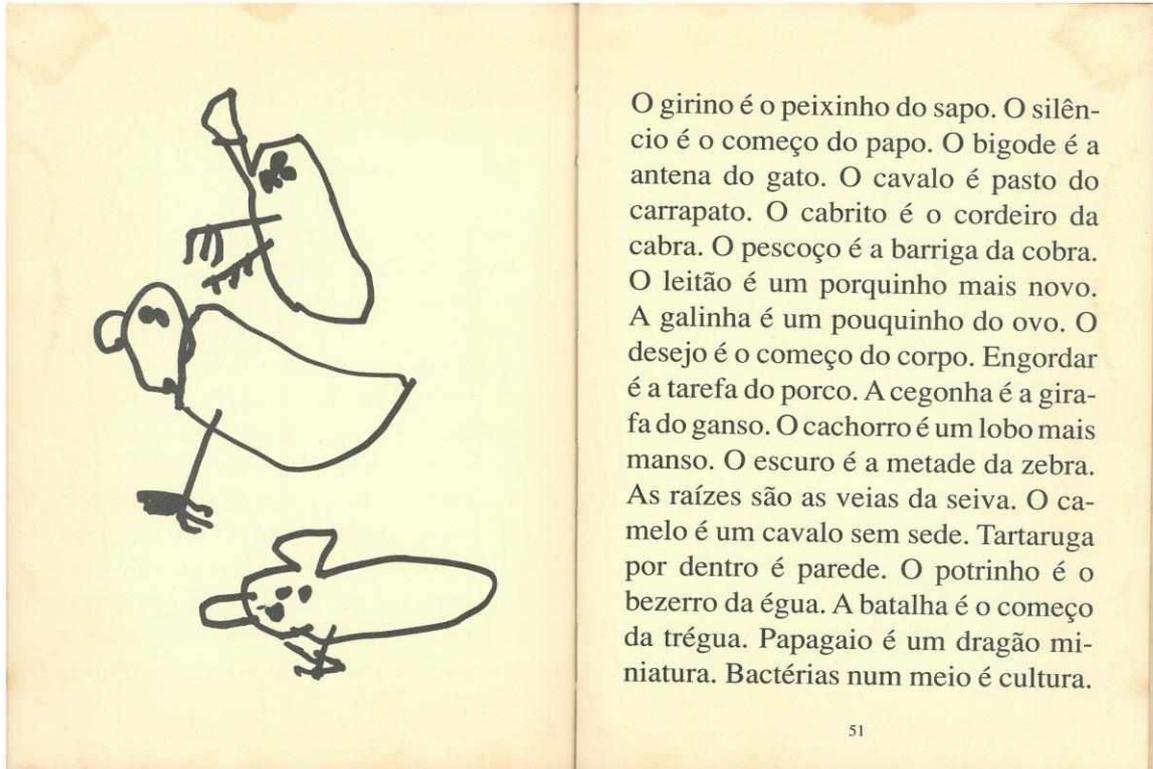
A repetição de “O corpo existe”, com suas justificativas de existência logo em seguida, embora pareça óbvia para o leitor, assinala uma visão rebuscada, verdades das quais esse sujeito se apropria para reforçar a materialidade física humana, expressando uma vontade de verdade como ponto relevante para sua subjetivação. A modalidade enunciativa é pautada pelas dimensões daquilo que se diz verdadeiro, como forma de expressão que privilegia um tipo de saber que se relaciona à infância.

Ainda sobre a repetição abordada, trata-se de um recurso linguístico que pode ser relacionado ao estado de descoberta do sujeito, uma experiência empírica que seu discurso traz como ponto de partida para sua constituição na dimensão da infância. Além disso, a repetição pode ser observada como recurso utilizado pelo sujeito como configuração de práticas discursivas, com foco na aprendizagem, relações com o saber que resultam em modos de subjetivação. Porém, o desenho traçado à mão, ao lado do poema, parece aniquilar essa lógica conceitual do corpo, impossibilitando estabelecer uma relação precisa com o corpo humano. Por outro lado, as características desse desenho criado à mão, tais como ausência de requintes de acabamentos finais e a tentativa de estabelecer uma lógica em relação ao discurso produzido, corroboram com a ideia de uma linguagem produto da infância.

O discurso verbal, aliado ao não verbal (desenho), correspondem à diversificação de materialidades da história, por meio das quais os discursos habitam na irrupção histórica, bem como é materializado no discurso da infância. O desenho pode ser tomado como discurso próprio da infância. Para Foucault (2000b), essa relação mescla o discurso e o visível, no contexto da complexidade do dizível que compõe a materialidade histórica do corpo apresentado no poema e no desenho. Pelas lentes da teoria foucaultiana, considera-se que “O discurso e a figura têm, cada um, seu modo de ser: mas eles mantêm entre si relações complexas e embaralhadas. É seu funcionamento recíproco que se trata de descrever” (FOUCAULT, 2000b, p. 83). Dessa forma, emerge a linguagem na ordem do dizível pela infância, em que o poema “A Cultura” segue nessa dimensão da linguagem e se assemelha ao poema “O Corpo”.

## 1.2 Análise do poema “A Cultura”

### A Cultura



(ANTUNES, 1992, p. 50-51)

No que concerne à materialidade linguística do poema, há regularidades que merecem destaque, as quais podem ser relacionadas com o sujeito do discurso. Os versos, enunciados conceituais de quem está descobrindo as coisas, estão dispostos de formas semelhantes, cuja sintaxe apresenta classes gramaticais uniformes entre si. Há uma regularidade entre os versos com artigos definidos, verbo ser e complemento, traduzindo-se em uma linguagem aparentemente simples, que vai conceituando as coisas por um método comparativo entre um ser e outro. E essas relações acabam por quebrar uma lógica convencional sobre as formações conceituais.

Ao analisar esse poema em sua dissertação, Filgueira (2010, p. 118) salienta que “a tentativa principal desse poema foi a de conceituar novamente palavras através de analogias de primeira impressão [...]”. O universo conceitual é montado pela metodologia da comparação, em que se busca a definição de certos elementos por meio de outros que apresentam semelhanças físicas: “O girino é o peixinho do sapo” ou pelas nomenclaturas rimadas: “cabra” e “cobra”, denunciando um sujeito em processo de construção de conceitos

sobre as diversidades que o rodeiam. Essa posição faz uso desse recurso para discutir outras questões. Sugere uma criança em descoberta do mundo, cuja curiosidade é marcada por uma vontade de verdade, em que as comparações e analogias dos diversos elementos da natureza sustentam sua constituição como sujeito de linguagem. Essa constituição de infância vincula-se a uma ordem discursiva (FOUCAULT, 1996) que a permite dizer desse lugar, próprio de ser criança, embora o jogo enunciativo se resvala em complexidades.

As relações materializadas nos enunciados sugerem verdades estabelecidas, especialmente pelo uso recorrente do verbo ser no presente do indicativo “é”, porém que foge à realidade, pois se trata de construções comparativas do sujeito materializado no discurso. As verdades para esse sujeito se baseiam em regimes a níveis de aquisição de conhecimento e não às verdades legitimadas, sobretudo pela utilização convencional do discurso em relação à conceituação das coisas abordadas. Essa materialidade linguística aponta para regimes de verdade que constituem o sujeito ligado à infância, cujo exterior reflete na sua formação conceitual sobre o mundo (consideramos aqui a experiência vivida e a não vivida nesse processo). Por outro lado, há a possibilidade de leitura no sentido de um jogo de adulto ou mesmo de criança que brinca com as palavras e seus significados, como quem deseja escapar dos saberes convencionais.

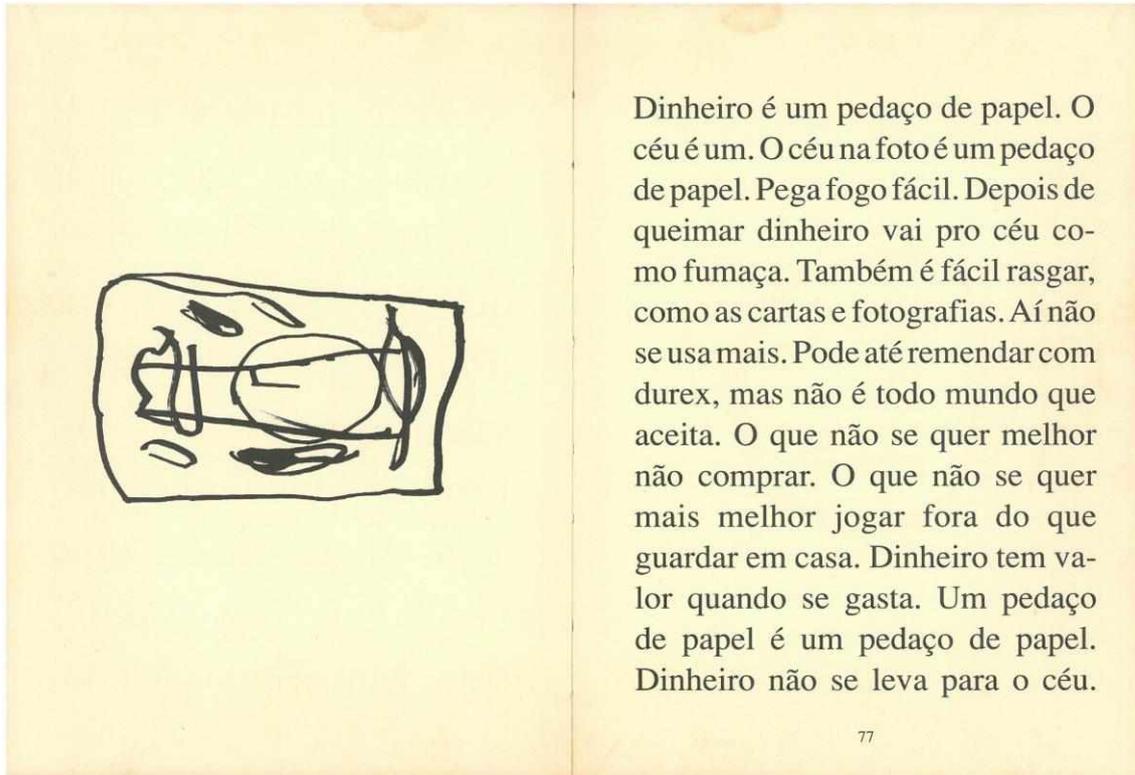
Em relação ao título do poema, “A Cultura”, este enunciado é povoado por uma constituição de subjetividade, tendo em vista que os processos culturais, em meio às relações de saber e de poder, classificam os sujeitos, os direcionam a identidades. E nesses modos de percepção de elementos ligados ao exterior, a cultura se faz presente como constituinte de subjetividades, em que a infância é construída por certa liberdade discursiva, dado um desejo de saber e relações de coisas que denunciam um ser em fase de descoberta do mundo ao seu redor. “Cultura” aqui sugere relações do sujeito com os saberes, conhecimentos de mundo que lhe são constituintes, ainda que por meio de um tom de brincadeira com os objetos. A brincadeira se torna filosofia pura ao ser copiada (o duplo), transformada em enunciado por Antunes.

Quanto à linguagem não verbal, isto é, os desenhos que buscam representar o que é dito pelas palavras, sugerem uma lógica mais aparente em relação ao poema anterior, cujas três criações apontam para animais e que possibilitam aproximá-los por certa semelhança física, isto é, por analogia. Por outro lado, esses desenhos de animais, à medida que possam ser espécies diferentes mencionadas no poema, apontam para uma tentativa de mostrar a lógica conceitual (comparações entre animais de espécies distintas, mas unidos pelas semelhanças físicas) que é apresentada na materialidade linguística, vinculando-a à infância.

No que se refere à linguagem propriamente dita, o poema a seguir, “O Dinheiro”, apresenta semelhanças com “A Cultura”.

### 1.3 Análise do poema “O Dinheiro”

#### O Dinheiro



(ANTUNES, 1992, p. 76-77)

O regime de verdade no que tange à representação das coisas é aderido nesse poema, no que concerne ao valor do dinheiro que o sujeito aponta como simples papel, que, apesar de seu valor material, pela troca por mercadorias, sua constituição física se baseia na fragilidade. Embora apresente um raciocínio elevado para um sujeito relacionado à infância, esse discurso nos dão pistas de que a infância é apresentada de forma desvinculada do mundo material e joga com essa dimensão passageira e valorizada socialmente. As coisas no papel, bem como na fotografia, “O céu na foto é um pedaço de papel”, apela pelo efeito de representação em que o simbólico substitui o real pela verdade instaurada, isto é, pela significação que advém dessa relação entre a representação no papel e seu referente. A representação fica questionada: “isto não é um céu”.

No que concerne ao dinheiro como representação de valor material entre os sujeitos, tomando o conceito de Courtine (2009), há uma memória sobre seu sentido: a de

representação daquilo com o qual se compra. O lugar de sujeito aponta para a fragilidade desse material à medida que anula esse valor relacionando-o a qualquer tipo de papel, “Pega fogo fácil”/“Também é fácil rasgar, como as cartas e fotografias”, configurando-se em uma vulnerabilidade que pode levar para o espaço toda essa valorização. Ainda assim, é colocada em xeque a solidez desse valor comercial em relação ao seu suporte físico, que numa sociedade capitalista, esse discurso se configura em uma não valorização de bens materiais em detrimento do aspecto humano.

A prova de que o dinheiro não é eterno, bem como o discurso e o sujeito são também dispersos, é evidenciada (queima, rasga) e foge dessa ordem de valor no âmbito comercial. O sujeito apela para a desconstrução de um regime de verdade estabelecido: a aparência de eternidade das coisas, pautando no efêmero para reforçar seus argumentos. O consumismo é trazido à tona como valor abdicável “O que não se quer melhor não comprar”/“O que não se quer mais melhor jogar fora do que guardar em casa”, que adere ao discurso de contraversão à modernidade consumista, esta como condição histórica de possibilidade, e esse sujeito procura quebrar essa ordem e estabelecer outra possibilidade em relação a esse valor material.

“Dinheiro tem valor quando se gasta”/“Um pedaço de papel é um pedaço de papel” são versos que retomam o valor simbólico dos objetos, isto é, os regimes de verdade instaurados na sociedade capitalista em que o dinheiro só apresenta valor comercial no âmbito de trocas pelas compras. Trata-se, portanto, de funcionamento, de movimento, respeitando o curso das coisas, possibilitando relacioná-lo com o dis(curso) que apresenta seu valor de significação, de sentido, no âmbito de seu funcionamento, que nunca é estático. Essa valorização que é trazida no discurso, arraigada pela sociedade e tomada como passageira pelo sujeito, fica ainda mais elucidada no enunciado “Dinheiro não se leva para o céu”. Esse discurso acaba por sugerir uma ordem discursiva sobre a estabilidade material, a posse como sinônimo de existência de uma vida viável. Esse sujeito assume um discurso contrário em relação à sociedade (ao menos na sua maioria), posicionando-se por meio de outra possibilidade discursiva.

Além do exposto sobre o enunciado mencionado acima, o discurso religioso também entra em cena, em que o valor atribuído ao dinheiro só se vincula ao regime de verdade imposto pela vida humana. Ao mesmo tempo, o discurso sugere o “levar para o céu” como contraste entre valor material (que permanece na terra após a morte) e valor espiritual, configurando um discurso respaldado na ideia do já-dito de que rico não vai para o céu, aliado ao verso “Dinheiro só tem valor quando se gasta”. Aquele enunciado remete a um versículo bíblico: “Pois mais fácil é passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico

no reino de Deus” (Lucas 18: 24-25), em que esse saber convencional religioso serve de base para a constituição do sujeito nessa dimensão que coloca em pauta os planos espiritual e material no que tange ao valor do dinheiro.

O sujeito da infância enuncia, pela linguagem não-verbal, o dinheiro, que seria esse simples papel, materialidade tão frágil como bem se diz no discurso: “Um pedaço de papel é um pedaço de papel”. Esse desenho, em consonância com a linguagem verbal, aponta para a fragilidade dessa matéria, que pode queimar, rasgar e se derreter na água, independente de seu valor comercial. Essa representação integra a constitutividade da enunciação, do sujeito, das práticas discursivas e subjetivas que legitimam sua produção.

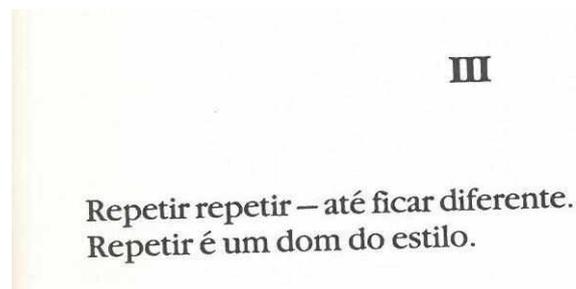
No que concerne à linguagem de superfície apresentada, a sintaxe com pouca complexidade predomina, além da utilização recorrente de substantivos e verbos de fácil pronúncia, rumando ao horizonte discursivo da infância. Por mais óbvio que pareça, é materializado um discurso que apela para uma realidade de certa forma esquecida socialmente, evidenciando “o outro lado da moeda” sobre o dinheiro. O sujeito joga entre a realidade e o simbólico, criando efeito de disparidade entre os valores material e moral na sociedade consumista. Esses discursos de Antunes são passíveis de serem relacionados aos de Barros, que virão a seguir.

#### **1.4 Análise do poema “III” da primeira parte: “Uma didática da invenção”**

Nessa mesma direção, *O livro das ignoranças*, de Manoel de Barros (1993), bem como a poesia de Antunes, deixa ao leitor várias possibilidades de leitura. Nele, Barros compõe vários poemas abordando a infância, os quais aparecem sem títulos e apenas numerados em algarismos romanos. Porém, a poesia barreana se caracteriza por uma linguagem não muito acessível à primeira vista em seus sentidos, aspecto que convida o leitor a interpretar os discursos de forma mais criteriosa, por meio de uma gama de sentidos.

Isto posto, o referido livro aborda discursos diversos no interior da infância, tais como linguagem, elementos da natureza, sentimentos e sensações associadas ao universo da criança. No poema a seguir, o termo “repetir” apresenta um efeito não de representação, ou de execução de várias vezes uma atitude em si, mas do tempo em que são executadas essa atitude. Aqui, a repetição pode ser entendida como um processo para a busca de compreensão das coisas, visto que não se trata de simples repetição mecânica, mas de algo que interfere também na subjetividade, daí o processo de aprendizagem. “Repetir” exerce a função de dar

musicalidade e sonoridade, mas pode ser entendido também como um propósito de reforçar/aperfeiçoar aquilo que já foi dito:



(BARROS, 1993, p. 13)

No que concerne às práticas que conduzem para efeito de sujeito, esse fragmento sinaliza para o discurso e aprendizagens da vida, o processo de repetição como forma de prática discursiva, que se produz por meio do aproveitamento de outros discursos, provocando efeitos de diferença. Do ponto de vista discursivo, essa “não repetição” se direciona para o que Foucault (2008) denomina na função enunciativa de condições históricas de possibilidade que o mantém singular. Isto é, o enunciado é sempre um “jamais-dito”. Como estamos abordando o universo da infância, poderíamos associar a repetição ao aprendizado da criança que, na maior parte das vezes, repete a linguagem e as atitudes dos adultos, nos quais se espelham, destacando as relações de saber e de poder nessa produção de subjetividade.

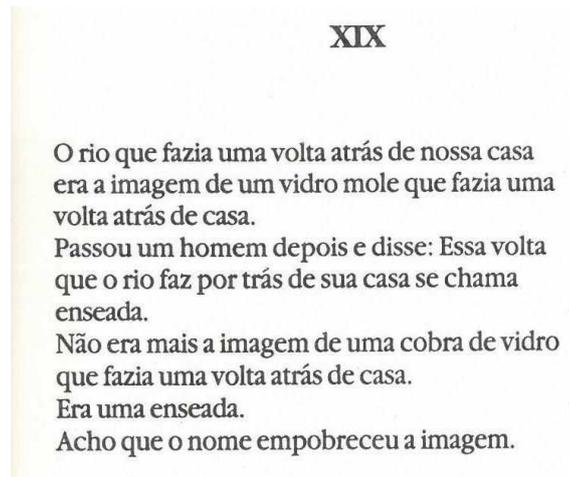
Essa linguagem que se adquire por meio da repetição, como sugere o enunciado, vai ao encontro com os poemas de Antunes (1992), cujos conceitos são formados através de uma elaboração que se aproxima de um “andar em círculo”, em que uma coisa puxa a outra. Não só repetição de coisas para compreender seus conceitos, mas de estrutura frasal, como é observável em “A Cultura”.

No que tange à repetição de palavra, o termo “corpo” é mencionado várias vezes, sendo a mesma coisa rebuscada, descrita, observada e conceituada de maneira a dar ênfase a essa linguagem experimental como resultado das sensações iniciais sobre as relações de si com o mundo. Dessa forma, “Repetir é um dom de estilo” corrobora com os enunciados contidos nos poemas de Antunes sob uma maneira peculiar de prática discursiva, própria da infância. Além disso, repetir integra as práticas discursivas do gênero poema, outro saber, ou um domínio de memória que diz que uma mentira repetida várias vezes torna-se uma verdade.

Para além do exposto, essa repetição que é própria do sujeito, como método de se adentrar pelos saberes construídos, nada mais é do que um modo de subjetivação e, conseqüentemente, a forma de aquisição de poder que esse “repetir até ficar diferente” sugere, o processo de constituição de sujeito, em que as subjetividades vão se afluando ao passo que

não se tem mera repetição do que é dito, mas pela formação do próprio domínio dos saberes pelos regimes de verdade instaurados. Ao lado da repetição está a criação, invenção de palavras para denominação das coisas que é típico da poesia, modo de tecer relações entre o que se diz próximo da infância, como sugere o poema “XIX”.

### 1.5 Análise do poema “XIX” da primeira parte: “Uma didática da invenção”



(BARROS, 1993, p. 27)

O enunciado acima materializa essa condição de linguagem e subjetividade do sujeito materializado, que observa e dá sentido a um elemento da natureza à sua volta e a nomeia de acordo com suas características físicas, pelo método da semelhança. Água, vidro e cobra, embora dotadas de significados totalmente distintos, ganham aproximação na construção ligada à infância, que observa os detalhes na cor e dimensão que, na condição de funcionamento, pelos movimentos (o rio a correr e o andar da cobra), possibilita uma relação entre esses elementos. O efeito metafórico é construído como discurso que se vincula a um saber que configura a subjetividade desse sujeito.

A ordem do discurso ligada a esse regime de verdade é quebrada quando é inserido no discurso outro sujeito que vai de encontro a essa metáfora. Dessa relação de poder, um novo discurso é produzido, na condição que acaba por excluir o anterior, naquele contexto. O sentido convencional desse curso de rio, pela revelação de uma vontade de verdade convencional, assume novo sentido e, de acordo com o posicionamento do sujeito ligado à infância, o efeito anterior é desconstruído. Essa (des)construção e (re)construção discursiva se direciona para os funcionamentos dos enunciados que não são estáticos, mas que circulam por meio da dispersão e pelos quais outros aparecem, são reformulados e assumem novos

sentidos. Vale destacar, também, que esse poema constrói uma cena narrativa. Constata-se uma variação de regimes de verdade, em que um é apagado para ceder lugar a outro:

Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar verdades são conhecidos previamente, regulados. (FOUCAULT, 2010b, p. 232-233)

No contexto das práticas discursivas, há regulações que determinam o que pode ser produzido e circulado que, embora provoquem efeitos de verdade, não é possível considerar que haja verdades absolutas. No enunciado, a presença de dois discursos sobre um mesmo objeto acaba por sinalizar a predominância de um, tomado como verdadeiro historicamente, e outro, que recebe o estatuto de verdade apenas quando ligado à infância.

O contraste entre os dois discursos construídos pelo enunciado do poema coloca em contradição também os sujeitos neles materializados. O discurso imposto pela imposição de outro regime de verdade, pelo sujeito com o qual a criança se relaciona, da verdadeira realidade do curso de água, “Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada”, promove a transição entre a linguagem típica da infância com a linguagem gramaticalizada, cujo sujeito da construção apresenta resistência a essa verdade imposta: “Acho que o nome empobreceu a imagem”. A relação de microfísica do poder, bem como defende Foucault ([1979] 2007), encontra-se atravessada nesses discursos e surte efeito na construção histórica desse sujeito, pois sua constituição se torna mais aparente pela oposição à troca de denominações sobre o evento abordado. Portanto, a relação de poder é atravessada nesse encontro e constituição de saberes entre os sujeitos do enunciado, resultando-se em um gesto de resistência, pela preferência a imagem da cobra de vidro em oposição ao nome enseada.

Os versos referidos portam uma linguagem construída (inventada), que constrói um lugar de sujeito, pois faz parte de sua constituição como tal, bem como de sua reação em relação ao outro ao afirmar-lhe a denominação verdadeira, “enseada”. Nesse raciocínio, trata-se de uma construção de infância que rompe com o curso usual da linguagem e integra uma nova ordem, outro regime de verdade que foge da lógica convencional. Pela ordem do discurso (FOUCAULT, 1999) esse sujeito da construção metafórica tem seu discurso (des)legitimado, o que pode não ocorrer pelo sujeito leitor, pela legitimidade da linguagem que lhe é própria e pelo discurso literário.

Kohan (2003) destaca a relação entre linguagem e infância, indo ao encontro das formulações foucaultianas no que concerne à constituição do sujeito por meio dos discursos. Essa aquisição ruma para um lugar vazio, primeiro e inaugural de acesso à linguagem, razão pela qual sua especificidade é demarcada como condição própria desse preenchimento, tendo em vista suas práticas discursivas.

No contexto dessa condição discursiva, estabelece-se uma dimensão de recorrência a saberes consolidados e/ou pela construção de outros com sentidos diferenciados. A utilização da expressão “vidro mole” que posteriormente é denominada “cobra de vidro”, está em consonância com a poesia de Antunes, quando o sujeito aciona um saber à luz de descrições, pela sua visão imediata e rápida das coisas de acordo com suas aparências. A poesia “Cultura” sugere essas comparações que funcionam como regimes de verdade, por meio de uma apropriação de saberes consolidados sobre as coisas versus a ótica de uma visão imediatista da realidade, pela infância.

Nesse cenário que coloca em íntima relação homem e linguagem, bem como Kohan (2003) assevera, pela não dissociação no processo de constituição subjetiva, esses discursos são produzidos, regados pelo saber. E ao apropriar-se da língua, o sujeito vai se apoderando também do poder, como condição de se fazer sujeito por vias dos laços sociais que as práticas discursivas possibilitam, inclusive utilizando esse exercício do poder como estratégia para interferir na conduta do outro (FOUCAULT, 2010a).

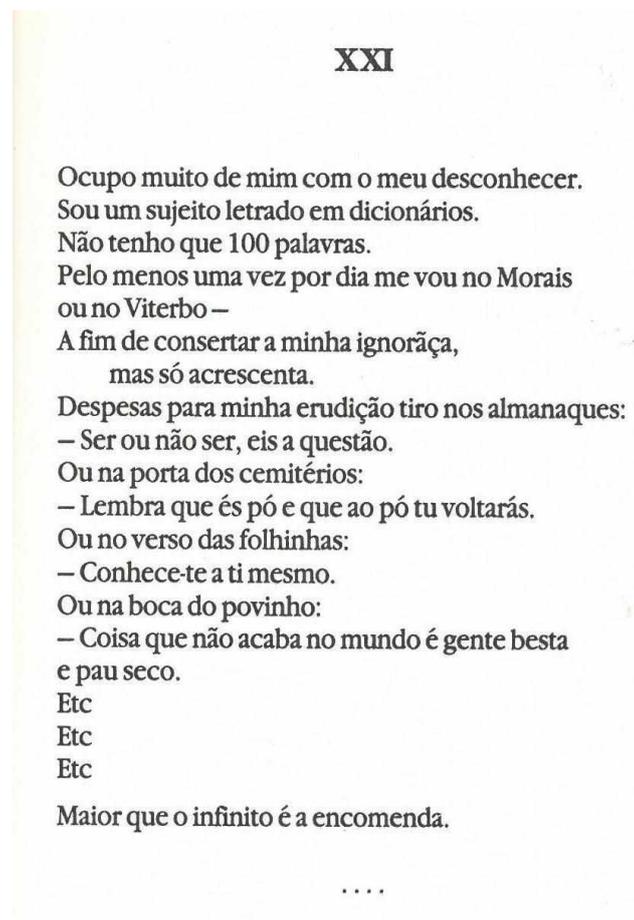
A constituição de uma linguagem própria da infância é elucidada no embate entre dois saberes distintos: o do sujeito que lança sua visão imediata sobre o rio *versus* a realidade que lhe é apontada em seguida, “enseada”. O sujeito da primeira denominação resiste à segunda, colocando em xeque esse saber arraigado, que ocorre pela relação entre língua e seu referente. Essa posição de resistência no que tange à linguagem sugere esse caráter próprio da infância de atribuir nomes às coisas, de modo desproposita, sem preocupação em distinguir o verdadeiro e o falso nesse processo discursivo.

Sob esse ponto de vista, no âmbito de abordar a observação como ponto relevante, Garcia (2006) destaca em sua dissertação a relação entre imagem e infância, sendo aquela uma condição para conhecimento de mundo, do ser humano. Além disso, a resistência histórica que se faz presente no ato da criação e no próprio movimento de se constituir sujeito no universo da infância.

Nesse aparato construtivo pela linguagem, as modalidades enunciativas vinculadas à infância, nesses dois poetas, encontram suas proximidades em relação a essa autonomia linguística, que embora se encontrem na contramão da realidade, mas que constroem uma

representação paralela por meio de discursos que não lhes escapam as realidades imediatas. As expressões são construídas por meio de outros já determinados, como por exemplo, “cobra de vidro” como denominação de rio, em que o sujeito se apropria de saberes pré-construídos para formular outros, recurso que fica evidente também nos poemas de Antunes, em especial “A Cultura”, pelas comparações estabelecidas que provocam encontro de enunciados. Esse processo de subjetivação pela linguagem é sugerido no poema “XXI”.

### 1.6 Análise do poema “XXI” da primeira parte: “Uma didática da invenção”



(BARROS, 1993, p. 29)

Na concepção foucaultiana, o sujeito se constitui pelas práticas discursivas, sendo por isso histórico e sempre em processo de constituição por meio de uma dispersão, nunca por uma unidade. Isto significa afirmar que o sujeito pode assumir várias posições ao longo da história, pois se constitui por várias formações discursivas, sendo por isso heterogêneo.

O poema acima nos convida a mergulhar no enunciado que materializa uma concepção de sujeito que revela sobre si, em primeira pessoa, no que diz respeito à infância, a subjetividade pelo letramento, em que o indivíduo mantém seus primeiros contatos com o

mundo linguageiro. Pela linguagem dada, é traçado um perfil de subjetividade em alusão ao saber letrado, cujas formas de se relacionar com o conhecimento, isto é, com as verdades instauradas, se dão por outras vias. Embora se autodeclare com pouco conhecimento “Ocupo muito de mim com o meu desconhecer” ou de pouco conhecimento das letras “Não tenho que 100 palavras”, por outro lado uma serventia desse universo é revelada, pois novas formas de práticas discursivas lhe são possibilitadas, que não as formais, como relações de si com o mundo por vias comuns que não pela linguagem formal.

A ausência de um saber formal, talvez escolar, por parte do sujeito materializado no discurso, é sugerida no verso “A fim de consertar a minha ignorãça”, sobretudo pelo erro de grafia no termo “ignorãça” (que se constitui em uma estética do poema), como recurso utilizado para descrição de sua subjetividade, ser por outro saber (Sócrates: “Só sei que nada sei”). Essa forma de se situar no mundo dá pistas sobre a sua maneira de exercício de poder, por sua relação com as coisas que o cercam, com outros sujeitos letrados aos quais ele acaba por resistir. Essa resistência pode ser percebida pela forma de ir em busca do conhecimento, por outras vias, pois a maneira formal não lhe parece muito atrativa, embora faça uso dela. Essa reação às verdades a sua volta não deixa de se configurar em uma espécie de ruptura aos padrões formais de práticas de constituição de subjetividades, considerando-se que a ignorância em relação ao mundo das letras é também uma forma de se inteirar com as coisas por outras alternativas discursivas.

Dentre os enunciados com efeitos de já-ditos, estes merecem destaque: “\_\_ Ser ou não ser, eis a questão”<sup>11</sup>, “\_\_ Lembra que és pó e que ao pó voltarás”<sup>12</sup>, “\_\_ Conhece-te a ti mesmo”<sup>13</sup> e “\_\_ Coisa que não acaba no mundo é gente besta e pau seco” expressões que integram o campo associado nas construções discursivas. A justificativa para essa aparente resistência ao conhecimento formal (embora o sujeito use esses conhecimentos, densos, difíceis para uma criança compreender) talvez encontre respaldo no primeiro verso, que diz respeito à efemeridade da vida do ser humano que é insignificante nesse mundo. Esse “conhece-te a ti mesmo” aforismo da filosofia grega de Delfos, vincula-se à hermenêutica do sujeito, a constituição das subjetividades tendo em vista os regimes de verdade que são historicamente construídos e resulta-se em efeitos de sentido. Nesse mergulho histórico e tomando as considerações de Foucault (2008), “já-ditos” configuram as considerações desse

<sup>11</sup> Esse verso é um rebuscado do monólogo da peça *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca* (1599), do dramaturgo e poeta inglês William Shakespeare (1564-1616), dita por Hamlet na primeira cena do terceiro ato.

<sup>12</sup> Passagem bíblica (GN 3,19).

<sup>13</sup> Enunciado inscrito no Oráculo de Delfos, local dedicado a Apolo, que na mitologia grega, era o deus da luz e da verdade, em que se buscava o conhecimento por meio de sacerdotisas.

sujeito em relação a discursos populares como ponto de partida para moldar sua linguagem vinculada a seus saberes.

Esses discursos populares e/ou filosóficos materializados no enunciado revelam um sujeito pautado pela ética e pela moral, cuja sociedade do controle molda certos modos de subjetivação e resiste a outros, como, por exemplo, a busca pela verdade que pode ser encontrada nos dicionários: “Pelo menos uma vez por dia me vou no Morais ou no Viterbo — A fim de consertar a minha ignorância”. Trata-se de um modo de prática discursiva e de se relacionar com saber convencional. É buscando o dicionário que ele reconhece que não sabe de tudo, ou não sabe de muita coisa, de que precisa aprender mais e mais. Mas, em seguida é materializada a resistência desse sujeito sobre a determinação dessa prática no seu processo de subjetivação tida como “normal” para a sociedade, objetivando algum efeito que não a ignorância, “mas só acrescenta”.

Seus posicionamentos, em se tratando das formas de buscar o conhecimento, trazem à tona memórias discursivas, cujo sujeito faz um passeio por já-ditos, discursos que podem ser acessados por outras vias que não os dicionários ou os livros, mas pelo contato com os “almanaques”, nos “cemitérios”, nas “folhinhas” e na “boca do povo”. Na esteira de suas vivências cotidianas, esse sujeito se constitui na/pela história, cujo saber se dá por essas fontes e tidas como verdades, que acabam por constituir sua subjetividade, se encaixando nessa outra ordem de se conhecer as coisas, o que é sugerido na sua linguagem.

Essa tentativa de normalização no modo de constituição se dá por meio das relações de poder que, pela ética e moral, a sociedade regulariza o que pode ou não ser dito em determinada ordem discursiva (FOUCAULT, 1999). Essas regulações são materializadas no poema e servem de modelo para esse sujeito se constituir, como fonte para a busca de uma verdade legitimada, dada a sua vontade de verdade de acordo com os padrões estabelecidos, o que não se concretiza. Nessa circunstância, sua linguagem se caracteriza por esse receio à norma padrão e busca um caminho próprio como prática discursiva, considerando-o normal em detrimento daquela.

### **1.7 Apontamentos conclusivos**

Considerando essas problemáticas e regularidades no que respeita às composições de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros, é possível estabelecer relações quanto ao funcionamento discursivo materializado nos enunciados, sobre a construção de infância neles

apresentada. Esses escritores pautam por uma linguagem vinculada a um saber e relações entre elementos de um sujeito a descobrir, pela vontade de verdade, as coisas que o cercam.

A linguagem e as observações, percepções desse sujeito ligado à infância, de forma recorrente, lança mão de relações, às vezes inusitadas, no processo de conhecimento do mundo, e até mesmo pela característica da linguagem empregada: sintaxe reduzida, embora passível de uma complexidade; palavras fáceis de serem pronunciadas; repetições em início de frase (anáfora), considerando que as escolhas lexicais apontam o lugar ou o posicionamento do sujeito. Esse sujeito se constitui por meio de subjetividade historicamente produzida, pela sua relação com o outro, com o mundo, dadas as relações de poder e a ordem discursiva na qual está inserido.

Embora possam apresentar semelhanças em relação ao sujeito construído por meio do saber, os referidos poetas apresentam também certas diferenças nos modos de subjetivação em relação à infância. Na escrita de Antunes, o sujeito se coloca no sentido de ir para além do que uma criança talvez seja capaz de enunciar, demonstra uma autonomia quanto aos saberes pelas construções elencadas. Por outro lado, Barros apresenta uma outra característica em relação à brincadeira com as palavras, como da ordem de uma (im)possibilidade, mas sob um viés de construções mais desprendidas dos saberes convencionais. Esse poeta constrói uma infância a partir de uma fuga do convencionalismo, que se coloca como avessa ao conhecimento de mundo que é valorizado nos poemas de Antunes, não obedecendo uma lógica em relação à estabilidade subjetiva vinculada a elementos convencionais.

Nessa perspectiva, no que concerne aos discursos, ao passo que em Antunes os conceitos são definidos por meio de relações entre elementos, em Barros há predominância de invenções, são construídas formulações próprias do sujeito ligado à infância. No entanto, tanto em um como em outro, essas relações com o saber se dão como ponto de convergência e se constituem na tônica para sublinhar essa construção de práticas de subjetividade vinculadas à infância, como intensidade em relação a essa vontade de verdade e imaginação, tendo em vista essa etapa inaugural da relação entre o sujeito com a linguagem.

## 2. TRANSGRESSÃO E SER DE LINGUAGEM EM ANTUNES E BARROS

No descomeço era o verbo.  
 Só depois é que veio o delírio do verbo.  
 O delírio do verbo estava no começo, lá  
 onde a criança diz: *Eu escuto a cor dos  
 passarinhos.*  
 A criança não sabe que o verbo escutar não  
 funciona para cor, mas para som.  
 Então se a criança muda a função de um  
 verbo, ele delira.  
 E pois.  
 Em poesia que é voz de poeta, que é a voz  
 de fazer nascimentos –  
 O verbo tem que pegar delírio.  
 (BARROS, 1993, p. 17, grifo do autor)

O projeto arqueogenalógico de Michel Foucault se apresenta como possibilidade de reflexões em inúmeros campos de abordagem, tarefa que desempenha perpassando por várias áreas e temáticas do conhecimento, tais como a medicina, a sexualidade, a loucura, o direito, dentre outras, e pela área estética, com destaque para a literatura. O primeiro capítulo tratou da linguagem e infância<sup>14</sup> na poesia de Arnaldo Antunes e Manoel de Barros, cujo eixo norteador das análises se concentrou no campo do saber e sua relação com a linguagem. Este capítulo seguirá essa linha de raciocínio pautada na transgressão e no ser de linguagem, que também considerará a constituição da infância nessa ordem discursiva, sendo o elemento chave para as análises.

Considerando a escrita contida no recorte para análise, a tônica deste capítulo pelo viés literário encontra seu sustento nas formulações foucaultianas, estudioso que se debruça também sobre a função-autor em suas problematizações sobre o discurso literário. O poema de Manoel de Barros utilizado como epígrafe, nesta página, integrante d'*O livro das ignorâncias*, serve de base para adentrarmos nas peculiaridades do discurso literário, em que a comparação da infância criativa com o “brincar” com as palavras do poeta se direciona para uma linguagem praticada por ela mesma, bem como também é possível verificar nos poemas, de Antunes e Barros, que serão analisados após esse delineamento teórico.

---

<sup>14</sup> A utilização dos termos criança e infância com a mesma referência talvez possa provocar confusão em relação aos seus significados, pelo que, à primeira vista, esses conceitos parecem demonstrar: “criança” aponta para uma dimensão temporal do sujeito situado em uma cadeia de constituição em sua etapa primária, que ainda não alcançou a fase adulta; “infância” ruma para uma noção conceitual, tendo em vista o suporte teórico que estabelece uma relação entre esse conceito e a linguagem, como uma constituição que lhe é própria, sem tecer comparação com o adulto. No entanto, nos poemas barreanos, o termo “criança” é bastante recorrente e é preciso estabelecer essa ponte entre criança e infância nesse movimento analítico.

No contexto da epígrafe, em sua pesquisa de mestrado, Costa (2010, p. 60) assevera que “A poesia é, então, ‘a voz de fazer nascimentos’, a voz que permite o surgimento do novo, do inusitado, que admite a primazia do significante sobre o significado sem que, com isso, se torne um mero trabalho científico”. Essa possibilidade infinita com as palavras demarca o discurso vinculado à arte pela escrita. “A arte poética é o campo das possibilidades infinitas, campo que é alargado pela disponibilidade para mudanças e diversidade de papéis que podem ser assumidos pelos vocábulos” (COSTA, 2010, p. 60). Nessa mesma direção, afirma-se que “a linguagem poética ignora a dimensão de uso exigida pela comunicação diária. [...] Se não estivesse no poema, o discurso do poeta seria banido como geralmente é banido o discurso, por exemplo, do louco” (FIOROTTI, 2006, p. 53).

A capacidade de ir para além das regras estabelecidas, um modo transgressor de lançar um olhar sobre o mundo, implica a capacidade de transformação das palavras, que fogem do seu contexto convencional para lançar voo em direção a outros lugares, a outras possibilidades. Nessa dimensão de análise, nosso olhar investigativo se direcionará então para outro universo possível da linguagem e do sujeito, que atribui cor a sua constituição como da ordem do criativo, do inventivo, que muitas vezes prima pelo inusitado. Essa subversão que para um adulto, e de acordo com o saber cristalizado no que tange ao funcionamento da linguagem, é próprio da infância que, uma vez quando não sabe das coisas, inventa, lança um olhar fantasioso sobre o mundo que a cerca.

Nesse cenário da linguagem literária, propondo um olhar na contramão da dinâmica de certa hegemonia das grandes ciências, Foucault (2006b) busca valorizar também campos pouco explorados, que se constituem em saberes e que merecem ser contemplados. Embora ao longo de seu percurso arqueogenalógico tenha trilhado por vários campos dessas renomadas ciências, sua definição parte do princípio de que é preciso considerar outras dimensões ligadas aos saberes, isto é, outras arqueologias. Nesse ínterim, “[...] eu me dizia que era necessário tomar as ciências recém-formadas, contemporâneas, com um rico material, precisamente por nos serem contemporâneas, e tentar compreender quais os seus efeitos de poder” (FOUCAULT, 2006b, p. 72).

No âmbito de alargar essas possibilidades de desdobramentos de outros campos, marginalizados, a inquietação desse estudioso o leva à exploração de outras áreas do saber, campos do conhecimento humano que se configuraram, ao longo da história, como desprovidas de uma valorização em relação a outras ciências, inclusive humanas. Seu olhar se direciona para as artes, tais como literatura, pintura, música, cinema, bem como salienta o

pensador nos textos que integram o volume III da coleção *Ditos e Escritos*, dentre outros no tocante a essas áreas referidas.

Embora o livro de maior destaque sobre o discurso literário seja o destacado no parágrafo anterior, o qual tomamos para embasar este capítulo, Foucault (1972) inaugura suas problematizações nesse campo de estudos em *A história da loucura na idade clássica*, um de seus primeiros textos, lançado em 1961, sendo a tese de seu doutoramento. Lançando mão de seus apontamentos sobre a loucura no contexto de uma anormalidade, isto é, de um discurso marginalizado em relação ao que seja considerado como normal do sujeito, o referido teórico toma o discurso literário também como integrante dessa anormalidade, como um discurso do louco, que está fora da ordem do discurso.

O campo de interesse para esta investigação é a Literatura que, de acordo com a proposta metodológica foucaultiana, se constitui em uma área diferenciada das demais, e que direciona nosso olhar para aspectos especiais sobre sua visão no que concerne aos estudos do discurso literário, isto é, qual seria sua proposta de estudo para esse campo que se configura na arte pela palavra. Distinguindo-se de outros tipos de discursos, o literário, a partir dessa visão de Foucault, apresenta outras possibilidades, sobretudo pela proposta de abordagem de questões ligadas ao sujeito e à autoria. Para seus estudos, esse estudioso recorre a estudiosos desse campo, tendo em Blanchot e Barthes o ponto de partida para as suas reflexões:

Foi efetivamente Blanchot quem tornou possível qualquer discurso sobre a literatura. De início, porque ele foi o primeiro a mostrar que as obras se conectam umas com as outras por essa face exterior de sua linguagem na qual surge a “literatura”. A literatura é, assim, o que constitui o fora de qualquer obra, o que sulca toda linguagem escrita e deixa em qualquer texto a marca vazia de uma ranhura. Ela não é um modo de linguagem, mas um oco que percorre como um grande movimento todas as linguagens literárias. Fazendo aparecer essa instância da literatura como “lugar comum” espaço vazio onde vêm se alojar as obras, creio que ele assinalou à crítica contemporânea qual deve ser seu objeto, o que torna possível seu trabalho ao mesmo tempo de exatidão e de invenção. (FOUCAULT, 2000a, p. 70)

O discurso literário apresenta suas especificidades que o diferenciam de outras linguagens, que funciona como uma espécie de fuga dos discursos utilitários e que é percebido como um gênero artístico. Essa característica possibilita estabelecer uma conexão entre si, aos textos literários, por se apresentar como aquilo que está fora do contexto da forma usual das palavras, isto é, vai ao (des)encontro do cotidiano linguageiro. Esse caráter que caracteriza o discurso literário, bem como se observa na citação, serve de pano de fundo para que esse campo disciplinar seja considerado como objeto de estudos, inclusive por meio

da Análise do Discurso que, além dos estudos/análises de discursos políticos desde seus primórdios, se direciona para outras possibilidades de *corpus*.

Embora passível de se constituir em *corpus* para análise partindo da metodologia adotada, a proposta leva em consideração uma dimensão distintiva entre literatura e linguagem ligada ao mundo real, aspecto que implica uma metodologia específica para tais estudos. “Viu-se um certo número de temas de Blanchot ou de Barthes ser utilizado, numa espécie de exaltação, ao mesmo tempo, ultralírica e ultra-racionalista, da literatura como estrutura de linguagem que só pode ser analisada em si mesma e a partir de si mesma” (FOUCAULT, 2006a, p. 60).

Esse método que aborda a literatura como uma linguagem por ela mesma não escapa da história, elemento-chave da proposta arqueogenalógica foucaultiana que deve ser resgatado nesse processo. A linguagem que aparentemente foge do contexto da realidade pode entrar em consonância com o momento histórico em que foi produzida. Esse traço marcante dos textos literários pode ser percebido nos romances e até mesmo em poemas, cujas marcas sociais de uma determinada época podem ser configuradas por meio dessa arte pela escrita. Esse vínculo, que em princípio pode parecer distante, estabelece uma íntima relação entre elementos significantes e a história, que é descontínua em nível dos discursos, e que se submetem a regras em sua circulação (FOUCAULT, 2001).

O pensador problematiza o que vem a ser Literatura<sup>15</sup>, enigma que pode não ser fácil de ser desvendado a princípio. No âmbito da formalização, sua conclusão considera a canonização como carro-chefe para essa compreensão. Sabe-se que a escrita literária acontece em inúmeros espaços e formas, mas que sua percepção como texto literário só é tida a partir de certa legitimação que se vincula ao institucional. “Já se tem, então, nisso a verdade de alguma coisa: o fato de que a literatura funciona como literatura graças a um jogo de seleção, de sacralização, da valorização institucional, de que a Universidade é, ao mesmo tempo, o operador e o receptor” (FOUCAULT, 2006a, p. 59).

Nessa problemática conceitual em afirmar o que seja literatura, outra dimensão entra nesse cenário, que é a relação entre linguagem e obra:

[...] De um lado, portanto, a palavra de transgressão, de outro, o que chamaria de repetição contínua da biblioteca. Uma é a figura do interdito, da

---

<sup>15</sup> A definição de Literatura pode não ser tão simples o quanto parece, mas será considerada aqui, para efeito de análise discursiva e no sentido mais amplo, como a arte pela palavra, fator que justifica nossa aproximação entre linguagem literária e transgressão tomando como respaldo as teorias foucaultianas e que se configura em um discurso distinto de outros na esfera sócio-histórica.

linguagem no limite, do escritor enclausurado. A outra, ao contrário, é o espaço dos livros que se acumulam, que se encostam, uns nos outros, cada um tendo apenas a existência ameaçada que o recorta e repete infinitamente no céu de todos os livros possíveis. (FOUCAULT, 2001, p. 144)

Essa definição e/ou distinção entre esses elementos, que se configura em um triângulo (linguagem, obra e literatura), tem passado por transformações do ponto de vista do que se observa a partir do início do século XIX, quando a literatura se torna o terceiro elemento ativo nesse processo. A relação entre esses fatores deixa de ser puramente passiva, calcada basicamente no saber e memória, e alavanca-se para uma profundidade mais considerável.

A materialidade repetível que é o livro, de um lado, e a transgressão, que se vincula à linguagem, de outro, complexifica essa dimensão literária em nível conceitual das partes envolvidas. Essa característica de uma materialidade repetível (no caso, os livros) vai de encontro ao enunciado que não se repete, como proposta metodológica foucaultiana que se sustenta na história. Os enunciados do discurso literário, então, comportar-se-iam a partir dessa premissa, tendo a língua e livro (materiais) como repetíveis e seus discursos como que fogem dessa repetibilidade. O interdito seria o fora do lugar comum, que não processa de acordo com a realidade e se configura como posto em atrito com esta, no nível do não usual de forma prática.

Para o discurso literário, o que está em jogo é que a partir do século XIX, momento histórico que Foucault (2001) demarca como ponto de partida para suas considerações nesse campo, em que a literatura se projeta para uma dimensão mais ampla e se configura como uma disciplina de domínio mais consistente, as palavras no papel apontam para algo. A linguagem é tida como inatingível e transgressora “[...] pois não é palavra normal ou comum – que é a literatura; cada palavra é um sinal que indica algo que chamamos literatura. Pois dizer a verdade, nada em uma obra de linguagem é semelhante àquilo que se diz cotidianamente. Nada é verdadeira linguagem” (FOUCAULT, 2001, p. 143-144).

No âmbito desse caráter de linguagem, a possibilidade de se libertar<sup>16</sup> das determinações que envolvem a realidade coloca o escritor no espaço de um ato subversivo. Esse gesto que foge às regras e que também não condiz com um discurso real ou que tenha

---

<sup>16</sup> A linguagem literária parte do princípio da ruptura, descompromissada com a linguagem usual nas práticas discursivas cotidianas, porém não é possível afirmar que o autor possui total liberdade na criação, pois até mesmo na linguagem artística faz-se necessário estar de acordo com os parâmetros estabelecidos, vincula-se aos limites nessa ordem discursiva. Os julgamentos pela crítica literária, sobretudo quando se premia determinado escritor, elucidam esse caráter aceitável ou não nessa dimensão criativa, levando em consideração certas regularidades como pontos de referência.

compromisso com a realidade, atribui essa condição ao escritor, que leva essa linguagem à intransitividade. Embora transgressivo e descompromissado, o discurso literário, bem como afirmado acima, pela dimensão cultural, não deixa de manter um fio que o liga à história. Isto é, possibilita-nos afirmar que não está de tudo desconectado das vivências, tendo em vista que a arte muitas vezes se apropria do real para efeitos de significação mais próxima da realidade representada e do qual se afloram os sentidos.

A ruptura atribuída à literatura, em certo sentido, trata apenas da realidade em que as palavras são usadas, nas situações reais de comunicação, pois apesar desse rompimento, a literatura se enquadra na ordem artística e essa escrita mantém vínculo com o que se convencionou chamar de arte pela escrita, que também possui normas. No entanto, sabe-se que a literatura tem passado por transições ao longo de sua história e as características tradicionais mais rigorosas acabaram por ser abolidas com o avançar dos tempos, por meio de libertação das normas, atribuindo maior autonomia ao escritor literário. Mas, o que está em jogo é a comparação dessa escrita/criação, sobretudo poética, com a realidade, isto é, os tipos de práticas discursivas que se diferenciam no contexto da linguagem que continuam configurando a produção discursivo-literária.

A transgressão que coloca a literatura em outro patamar possibilita ao escritor gozar de certa liberdade tanto no que diz respeito à estética do enunciado (materialidade linguística) quanto à construção de efeitos de sentido pelo sujeito. Essa possibilidade é passível de ser sentida no próprio objeto de investigação deste trabalho, tendo em vista que tanto a escrita poética de Antunes quanto a de Barros, até mesmo pelo seu viés literário, situam-se fora da ordem do discurso convencional, isto é, o ser de linguagem nesses escritores apela para a transgressão, cujos discursos são produzidos de modo a provocar efeitos de sentido que lhe são próprios, desvinculados da linguagem praticada no cotidiano. Em entrevista, as próprias palavras de Manoel de Barros atestam o caráter diferenciado da linguagem poética. “Sempre achei que poesia consiste em modificar a língua. [...] Para mim, portanto, poeta é um ser de linguagem e não de paisagem-vegetal ou humana” (BARROS, 2008, online).

No que tange a esse contexto discursivo, é possível afirmar que limite e transgressão não coexistem como aspectos dicotômicos, tal qual pareça. De acordo com Foucault (2009b, p. 33):

A transgressão não está, portanto, para o limite como o negro está para o branco, o proibido para o permitido, o exterior para o interior, o excluído para o espaço protegido da morada. Ela está mais ligada a ele por uma relação em espiral que nenhuma simples infração pode extinguir. Talvez alguma coisa como o relâmpago na noite que, desde tempos imemoriais,

oferece um ser denso e negro ao que ela nega, o ilumina por dentro e de alto a baixo, deve-lhe entretanto sua viva claridade, sua singularidade dilacerante e ereta, perde-se no espaço que ela assinala com sua soberania e por fim se cala, tendo dado um nome ao obscuro.

A transgressão traça uma linha que, embora pareça tênue, demarca o limite e o ilimitado, como um ponto que separa realidade e ficção, no caso do discurso literário, pois a partir desse contorno, ambos os aspectos relacionados à linguagem se tornam mais perceptíveis. Embora não portadores de uma interdependência como “negro no branco”, sugerindo uma situação de visibilidade que pode parecer discreta, ambos se interligam a partir desse ponto de limite que os separa. Esse limite pode ser observado no contexto do real, isto é, da linguagem cotidiana que envolve inúmeros aspectos ligados à constituição do sujeito, convenções sociais das quais a literatura se liberta.

Quanto à ordem discursiva que se direciona para a prática de liberdade, o objeto deste estudo aponta também para a relação entre a criação poética e a brincadeira vinculada à infância, recorrente nos poetas em estudo. Os discursos e a constituição do sujeito, nesses escritores, transgridem à medida que recorrem ao inusitado, às construções muitas vezes sem uma lógica, um situar-se fora das convenções já dadas. A linguagem utilizada adquire efeitos de sentido próprios, no interior de uma estética que apela para uma transgressão, que rompe com os discursos usuais, tendo compromisso apenas com a sua estética, embora seja possível observar a presença de uma política na construção da infância nesses poetas como se verifica nas análises.

Silva Júnior (2018) aponta algumas possibilidades de compreensão da transgressão e uma delas se situa no crivo da noção de dispositivo foucaultiano, apresentando em seu interior a dimensão bipolar sobre o conceito referido:

Este modo de pensar gera dois polos de tensão moralmente valorados. Inserida nesta lógica, a transgressão é uma estratégia que questiona a vigência do exercício de poder de um dos polos em favor do outro, promovendo paulatinamente uma nova configuração do poder. Neste ambiente dual, o heterogêneo aparece submetido (classificado, nomeado, conceituado) a um polo ou outro, dificilmente, ele possui sua singularidade considerada, pois é uma anomalia no interior da dicotomia, portanto, frequentemente invisibilizado e marginalizado. (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 31)

Esse jogo de poder instaurado pela existência de dois pólos corrobora com a abordagem foucaultiana voltada para a linha de limite, o qual acaba por ser transposto por uma memória. Nesse funcionamento, exercício de poder e regime de verdade funcionam

como norteadores do processo, que colocam sob valorações aspectos morais vigentes face às práticas instauradas. É importante considerar a transgressão também como da ordem do acontecimento na esteira dos estudos discursivos, pelos fatores sócio-históricos e verdades envolvidas.

Servindo-nos desses apontamentos, salientamos que “Foucault reconhece a transgressão como uma experiência-limite [...] e aproxima-se da ideia de experiência em Nietzsche, Blanchot e Bataille, isto é, um empreendimento de dessubjetivação” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 44). A transgressão cria e recria uma realidade que pode ser percebida por outro ângulo: a legitimidade. A linguagem literária, por mais distante do cotidiano que seja, se faz portadora de uma legitimidade social, em que o coletivo a enxerga como sendo um discurso artístico, exercendo outras funções que são específicas de uma linguagem ficcional e que, embora possa ser reflexo de um momento histórico, rompe com as funções do discurso pautado pelas práticas sociais que visam efeitos concretos, sobretudo quanto à linguagem.

A ideia de sujeito cartesiano se configura no bojo de uma exclusão da linguagem no seu processo de constituição, uma vez que a significação se dá na esteira de uma interioridade subjetiva e não pelo exterior (relações de saber e de poder). Vale destacar ainda que a linguística, nesse período filosófico, não era tida como um campo disciplinar em abordagem e, por isto, desconsiderada em relação a seu impacto sobre o sujeito.

Nessa linha teórica, torna-se inviável tomar aquele sujeito da razão, como centro de seu dizer, e instaura-se uma nova concepção que serve de base para análise de discursos. Na AD foucaultiana, o descentramento do sujeito é tido como fator-chave. “O homem passa a ser considerado como um sujeito produzido sócio e historicamente pela linguagem” (FERNANDES, 2016, p. 23). Além disso, esse estudo salienta a presença de Friedrich Nietzsche nas formulações foucaultianas no que concerne à ideia de uma genealogia, que aponta para as relações de poder.

Essas reformulações teóricas envolvendo o homem tornam-no sujeito e objeto dos estudos, pois sua constituição, sendo de ordem complexa, advém de abordagens de vários campos do saber, tais como a economia, a política, a medicina, enfim, áreas que colocam o sujeito como sendo constituído de modo complexo. Nesse processo de descentramento, a ideia de uma constituição por aspectos sócio-históricos entra em cena como o centro das discussões no cenário epistemológico dessas formulações. Foucault (2007) aborda essa ruptura epistemológica invocando a “morte do homem”, de forma metafórica, que coloca o sujeito na condição de descentrado e o nascimento da ideia de que ele não passa de um efeito das práticas discursivas que o constituem, na ordem da descontinuidade.

No que concerne aos estudos literários, Foucault (2006b) aborda sobre outra instância que não deixa de estar ligada ao sujeito do discurso, a noção de autoria. Embora todo enunciado tenha um sujeito e um autor que o produzem, é nos estudos literários que essa instância se torna mais usual e propícia para uma problematização, até mesmo porque uma obra de arte é percebida a partir de sua autoria, por aquele que a compõe. Vale destacar que autor não é a mesma coisa que sujeito materializado no discurso e tal questão pode ser melhor problematizada a partir da escrita literária:

A partir do momento em que você escreve, mesmo que seja com o seu nome civil, começa a funcionar como alguém que é um pouco outro, um “escritor”. Estabelece, para si mesmo, continuidades e um nível de coerência que não são exatamente aqueles da sua vida real. Um livro seu remete a outro livro seu, uma declaração sua remete a um gesto público seu... Tudo isto acaba por construir uma espécie de neoidentidade, que não é idêntica à sua identidade civil, na sua identidade social. Aliás, isso é bem sabido, uma vez que se quer preservar a vida dita privada. (FOUCAULT, 2006b, p. 79)

O rompimento epistemológico que joga por terra a ideia de centralização do sujeito provoca a morte do homem (deixa de ser o centro) e faz emergir a concepção de autoria, que não deixa de ser uma categoria de sujeito. Na concepção foucaultiana, outra instância é colocada nesse arcabouço teórico, isto é, um alguém que escreve, mas que não está na ordem do sujeito materializado no discurso. Esse “nascimento” se dá de forma sutil, imperceptível à primeira vista, já que o autor não é exteriorizado no texto/discurso, pois essa revelação fica a cargo apenas do sujeito ali materializado.

A escrita não evidencia a autoria à primeira vista, esta não se confunde com o indivíduo empírico, apesar que o ato de escrever é uma atividade empírica, porém que não coloca essa função no nível pessoal. Passa a existir um estranho no texto cuja existência só se dá no nível de um conjunto de produções que o liga a seu nome de autoria. “Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer” (FOUCAULT, 2009f, p. 268). Essa característica provoca um efeito paradoxal: a prática discursiva literária faz nascer um autor, mas este não cessa de desaparecer nos seus discursos.

Esse apagamento de um sujeito, no caso, o autor, possibilita refletir sobre a escrita literária tomando essa instância discursiva a partir de sua função:

[...] os discursos "literários" não podem mais ser aceitos senão quando providos da **função autor**<sup>17</sup>: a qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntará de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece dependem da maneira com que se responde a essas questões. (FOUCAULT, 2009f, p. 276)

A função autor é viabilizada pela relação que se estabelece entre um texto e outro<sup>18</sup>, de um mesmo autor, cujas semelhanças são sensíveis ao leitor. Embora cada escrita possa apresentar suas particularidades, suas possíveis características comuns se interligam, fator que justifica a presença de um autor, ainda que seu apagamento seja inevitável.

Aquele que escreve mantém outros laços que o constituem nesse funcionamento, bem como é possível constatar em um livro com os dados catalográficos. A obra coloca em cena um nome que é próprio e não qualquer um, que passa por uma dispersão e torna-se conhecido por seus leitores. Além disso, esse nome autoral ganha visibilidade como quem assina determinada obra (conjunto de textos) e essa assinatura se traduz naquele que cria. "O autor é mesmo uma função que se encontra amarrada aos sistemas legais e institucionais que circunscrevem o domínio dos discursos" (LEVY, 2011, p. 61).

Nessas circunstâncias do processo de escrita, o nome do autor pode servir de base para a assimilação de uma obra pelo leitor, pela época e lugar de criação. Muitos escritores da literatura escrevem por meio de suas vivências que os marcam, que são levadas para seus textos, embora o sujeito ali materializado mantém o anonimato do autor à primeira vista. Esse distanciamento do autor em relação à escrita se dá de forma um tanto dissimulada, embora, como já mencionado, as características de quem escreve, seu nome próprio e a unidade de sua obra, apontam para sua existência na escrita, traduzem-se em referências e lhe conferem a sua função autor.

A escrita se constitui em um jogo cujo texto deveria evidenciar a pessoa que escreve, mas por meio desse gesto singular, ocorre o inverso: um apagamento voluntário, tendo em vista que aquele que escreve não aparece no texto. Em meio a toda essa problemática, faz-se necessário asseverar que o autor é um sujeito (autor é uma das funções que o sujeito pode ocupar na ordem dos discursos), aquele que escreve, como uma instância nesse jogo da escrita que desempenha o papel do apagado na autoria. Essa função atribuída à

<sup>17</sup> Grifo nosso. Embora não ganhando visibilidade no discurso, sobretudo literário, a autoria pode ser apontada como da ordem do acontecimento. Não se constitui explicitamente nas composições, mas sua existência sutil provoca um efeito dessa criação, que se traduz na então função autor.

<sup>18</sup> As regularidades que se apresentam nas poesias de Antunes e Barros, por exemplo, possibilitam a identificação, pelo leitor, de suas autorias, tendo em vista as modalidades enunciativas, o domínio associado e escolhas temáticas, como a infância, que é bastante recorrente e a forma como é abordada nesses autores se assemelham entre um livro e outro.

tarefa da escrita, para além da relação autor-obra, cria efeitos de verdade ou imaginários em relação à autoria. Sabem-se que existem os considerados gênios da escrita, em que os nomes provocam impactos e há a necessidade de saber, pelo leitor, sobre a origem dos textos, quem os escreveu, sua biografia, e o que os levou a escrever determinada obra:

A função-autor está ligada a uma vontade de verdade. Procurar dados do escritor e atribuir um dono ao texto constituem maneiras de garantir uma suposta verdade do que se lê. O que, no caso da literatura, é no mínimo uma contradição. A autoria é, na verdade, um procedimento de controle do discurso, garantindo assim uma origem exterior à palavra. [...] O autor, como função, promove a unidade e a origem da significação do discurso. (LEVY, 2011, p. 63)

O discurso literário mantém a autoria como quem está fora da linguagem, apesar de seu papel tênue no processo de significação. Essa função discursiva aponta para a ideia de origem, lugar primeiro onde nasce a escrita, o discurso, mas que não chega a ser o homem empírico, pois a autoria não se confunde com a identidade civil de quem escreve. O autor, anulado no discurso porque não é visível, se mantém vivo no exterior de sua escrita e a partir de sua função que o sustenta.

No que tange à autoria, embora passe por uma objetivação pela escrita, em que se dá uma ligação entre uma obra e outra, essa instância deve ser observada como da ordem da (des)continuidade, exatamente por uma capacidade de aparecimento e de desaparecimento. A figura do autor é bastante requisitada em relação ao texto literário, em que esse sujeito não aparece, é excluído, uma vez que entra em cena a palavra que é plural e não a figura unificadora. Dessa forma, a proposta foucaultiana é implementada no sentido de dar ênfase a essa espécie de sujeito que não é o materializado no discurso, nem o escritor empírico, a pessoa, e que existe apenas no nível de sua função no discurso.

Essa abordagem sobre autoria vincula-se à proposta de Michel Foucault no que concerne ao discurso literário que se desdobra como uma linguagem voltada para ela mesma, que no campo das áreas estéticas se constitui em uma característica peculiar no processo criativo. Sobre a exterioridade, a qual remete a literatura do ponto de vista a pertencer à outra ordem, que é o desaparecimento do sujeito, isto é, uma forma de pensamento que se manifesta fora de qualquer subjetividade, cede lugar à outra dimensão que é o exterior. Esse espaço que se constitui em um vazio se dá pelo interior a partir de uma exterioridade, esta como experiência, da presença do outro:

De fato, o acontecimento que fez nascer o que no sentido estrito se entende por “literatura” só é da ordem da interiorização em uma abordagem

superficial; trata-se muito mais de uma passagem para “fora”; a linguagem escapa ao modo de ser do discurso - ou seja, à dinastia da representação - e o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo os abriga e os separa. (FOUCAULT, 2009e, p. 220-221)

O fictício, pautado por uma linguagem que gira em torno de si mesma, é tido como o “fora” do ponto de vista da relação entre esses dois elementos: linguagem e discurso. Essa dimensão do que vem a ser exterior é marcada por uma desconexão com o discurso convencional, isto é, descompromissado com as vontades de verdade que regem essas formas de discurso. Na literatura, partindo do entendimento de que seja um discurso reflexivo, há um movimento de recondução da experiência da exterioridade no espaço da interioridade, configurando-se em outra possibilidade, o que é próprio da escrita criativa.

É possível observar que na linguagem literária podem aparecer ainda figuras de estilo e de linguagem, que provocam efeitos de sentido, como o que soam a partir de um invisível ou multiforme, além do vazio. “Há ali, simétrico ao limiar do sentido, um limiar secreto, curiosamente aberto e intransponível, intransponível por ser justamente uma abertura imensa, como se a chave interditasse a passagem da porta que ela abre” (FOUCAULT, 2009a, p. 8). Abre-se um leque de possibilidades nesse espaço que, por sua vez, se revela incerto, como quem convida o leitor a abrir a porta de um mundo que lhe é desconhecido.

Sob essa condição, a ficção possibilita uma ruptura que é percebida como escrita transgressiva, cujo desaparecimento do autor na obra é compensado por uma resistência à própria morte pela linguagem. Em “A linguagem ao infinito”, Foucault (2009c) propõe uma abordagem comparativa entre literatura e morte, do ponto de vista de que escrever seria uma resistência à morte. Experimenta-se uma situação paradoxal em relação a não materialização que dá ideia de morte autoral e a imortalidade pela linguagem. No texto “O Mallarmé de J. P. Richard” (2009d), de cunho analítico, essa infinitude também é mencionada.

Nessa perspectiva, o referido pensador salienta que:

[...] a linguagem se narra a si mesma: de que a carta não é a carta, mas a linguagem que a reduplica no mesmo sistema de atualidade (já que elas falam ao mesmo tempo, usam as mesmas palavras e têm identicamente o mesmo corpo: a linguagem é a própria carta em carne e osso): e, no entanto, ela está ausente, mas não pelo efeito dessa soberania que se atribui ao escritor; na realidade, ela dali se ausenta atravessando o espaço virtual onde a linguagem se faz imagem para si mesma e transpõe o limite da morte pela reduplicação em espelho. (FOUCAULT, 2009c, p. 50-51)

A resistência à morte pela linguagem, anteriormente mencionada, se inscreve na ideia de uma ontologia, por um movimento de espelho pelo qual perpassa. A linguagem que se reflete em si mesma possibilita essa dimensão de reflexo, a sua presença marcada por vestígio, em que o espelho seria uma configuração do infinito contra a parede da morte. Esse acontecimento da linguagem se configura ainda em um caminho inverso à constituição do sujeito que o próprio pensador em estudo propõe: a reduplicação contínua.

Esse enfrentamento da morte pela linguagem lhe atribui um caráter contínuo, que não cessa de se fixar, como algo que não quer morrer. “É somente depois de terem inventado a escrita que a linguagem aspira a uma continuidade; mas é também porque ela não queria morrer que decidiu um dia concretizar-se em signos visíveis e indeléveis” (FOUCAULT, 2009c, p. 48). A peculiaridade da linguagem que apresenta uma existência por si mesma pode ser considerada como uma condição dessa imortalidade, essa abertura de espaço pelo qual ela tende à fixação, próprio do que vem a ser infinito na sua existência.

O ser de linguagem nos direciona também para outras abordagens que aparecem no pensamento de Foucault, em especial dois textos que trazemos para essas problematizações: “Outros espaços”, integrante do volume 3 da coleção *Ditos e Escritos* (2009), e *O corpo utópico, as heterotopias* (2013). Esses textos se dialogam do ponto de vista em que o referido investigador lança um olhar para outras possibilidades de posicionamentos, de lugares e identidades que não se encontram no âmbito de uma normalidade social ou concreta.

Ao mencionar esses elementos aqui, busca-se estabelecer um ponto de encontro entre essas percepções e o discurso literário no tocante às perspectivas dessa linguagem subversiva, que funciona à luz do diferente. Como as condições sócio-históricas de possibilidade dos discursos são heterogêneas, faz sentido estabelecer esse encontro que, por meio da linguagem literária, essas possibilidades outras podem ser acionadas e colocadas em evidência.

O discurso literário apresenta um espaço que lhe é próprio, uma ordem discursiva que foge do habitual, possibilitando uma linguagem que se encontra no nível do imaginado, que Foucault (2009g) a denomina de utopia:

Há, inicialmente, as utopias. As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irrealis. (FOUCAULT, 2009g, 414-415)

Essa (in)existência dos lugares, cuja existência se fundamenta como projeção de algo irreal, de posicionamentos, é bastante recorrente no discurso poético e o estudioso destacado sublinha como conceito para suas problematizações nesse campo discursivo. Além disso, elenca as heterotopias, estabelecendo uma relação de intimidade destas com a literatura.

Afirma-se que a utopia é um espaço ou posicionamento imaginários, assim como a lógica de um espelho quando se tem ali um espaço que se constitui momentaneamente de forma ilusória, sendo simplesmente o reflexo daquilo que se encontra a sua frente. Essa lógica não possibilita uma existência real de algo que só existe no imaginário. Esse lugar que não chega a ser de fato um lugar real, coloca o espelho na condição de uma utopia. “No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia do espelho” (FOUCAULT, 2009g, p. 415).

Trata-se de aspectos que se distinguem, pois, enquanto a utopia existe a partir de um reflexo do imaginário, daquilo que a ilusão provoca um efeito de concretude, a heterotopia é conceituada na dimensão de uma existência, como aquilo que foge do cotidiano, da normalidade. Trata-se de “contra-espacos”, marcados pela sua distinção com outros, que também podem ser lugares ou até mesmo corpos ou identidades subversivas. “Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 24).

Retornando ao exemplo do espelho, sobre o qual Foucault exemplifica, além de utópico, há sua outra face, a heterotópica, salientando que esse objeto

[...] é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupa, uma espécie de efeito retroativo; é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe. A partir desse olhar que de qualquer forma se dirige para mim, do fundo desse espaço virtual que está do outro lado do espelho, eu retorno a mim e começo a dirigir meus olhos para mim mesmo e a me constituir ali onde estou: o espelho funciona como uma heterotopia no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo absolutamente real, em relação com todo o espaço que o envolve, e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está lá longe. (FOUCAULT, 2009g, 415)

Essa exemplificação coloca o referido objeto na condição de um contraespaço, pelo seu efeito refratário que projeta o que se encontra próximo a ele e lança esse jogo entre o real e o irreal, tendo em vista esse espaço que é criado a partir de um espaço real. O estudioso ainda aborda outros tipos de espaços, colocando em oposição lugares privilegiados, sagrados,

proibidos, tendo em vista fatores como classes sociais, faixas etárias e condições de saúde, como os hospitais.

Os espaços, que em princípio parecem estranhos, opostos, são um caminho para se pensar também sobre o corpo humano. Foucault (2013) estabelece uma relação estreita entre os arranjos do corpo e as heterotopias, considerando as identidades nesse cenário. As fantasias que se criam sobre o corpo, como as máscaras, as tatuagens e até mesmo as maquiagens, não se tratam de adquirir outro corpo, mas torná-lo diferente do que é, adentrar-se a outros espaços possíveis. Esses trabalhos com o corpo se traduzem em linguagem enigmática, que pode provocar vários efeitos: de estranhamento, de beleza, do desejo etc. “A máscara, a tatuagem, a pintura instalam o corpo em outro espaço, fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará [...] com o universo do outro” (FOUCAULT, 2013, p. 12).

Esse percurso rumo às heterotopias, considerando-se também as utopias, se constitui em elementos férteis para se pensar a linguagem literária, esta, por sua vez, assume várias possibilidades. Como se trata de uma linguagem subversiva, fora do cotidiano, nos provoca a articular esses mecanismos de espaços outros com discursos literários, integrando a proposta foucaultiana. Pensando nessas possibilidades, a seguir serão realizadas as análises de quatro poemas, sendo dois de Antunes e dois de Barros, fundamentadas nas discussões teóricas apresentadas.

## **2.1 Análise do poema “Poesia”**

Os poemas de Arnaldo Antunes analisados neste capítulo, bem como os de Manoel de Barros (sendo dois de cada um dos escritores), integram livros distintos. O primeiro de Antunes a ser analisado é “Poesia”, que compõe *Tudos*, livro lançado em 1993 pela Editora Iluminuras. Trata-se de composições marcadas pela heterogeneidade no que tange a sua materialidade linguística, aos sujeitos, aos espaços, em que o poeta lança mão de poemas com versos e até meros rabiscos. Observemos o poema em questão, o qual é composto, bem como o outro do poeta em análise, por escrita na forma de versos:

Poesia —  
 A vida fora da autografia.  
 A vida fora da biografia.  
 A vida fora da caligrafia.  
 A vida fora da discografia.  
 A vida fora da etnografia.  
 A vida fora da fotografia.  
 A vida fora da geografia.  
 A vida fora da holografia.  
 A vida fora da iconografia.  
 A vida fora da logografia.  
 A vida fora da monografia.  
 A vida fora da nomografia.  
 A vida fora da ortografia.  
 A vida fora da pornografia.  
 A vida fora da quirografia.  
 A vida fora da radiografia.  
 A vida fora da serigrafia.  
 A vida fora da telegrafia.  
 A vida fora da urografia.  
 A vida fora da videografia.  
 A vida fora da xilografia.  
 A vida fora da zoografia.  
 — A vida inde.

(ANTUNES, 1990, s. n.)

Na direção das análises que compõem o primeiro capítulo desta tese, no qual foi abordada a relação linguagem e infância, a sequência enunciativa do poema acima está em consonância com aquelas leituras, como é possível observar pela sua materialidade linguística. Essa característica é relevante também do ponto de vista de estratégia para avançarmos para uma análise em direção à transgressão e ao ser de linguagem que ela nos possibilita, os integrantes das camadas mais profundas em questão.

Trata-se de um metapoema (aborda o poema por meio do poema), cujo título descortina uma possível performance de linguagem que se concretiza nos seus vinte e três versos, marcados pela regularidade de repetição e com sintaxes semelhantes, exceto no último verso da sequência que, determinado pelo caráter conclusivo, diferencia-se dos demais. Essa característica mais aparente se enquadra no discurso de um dos poemas barreanos analisados, em que “repetir até ficar diferente” demarca um terreno que faz emergir a infância como sujeito desses enunciados, e que a repetição é concebida como um dos traços de sua linguagem, que lhe torna própria.

O enunciado pode ser relacionado também com o poema *Cultura*, de Antunes, analisado no capítulo 1, pela semelhança sintática e pelo estabelecimento de relações entre elementos como recurso para nomear coisas sem um propósito aparente. Esse gesto discursivo nos remete também a Michel Foucault (2007), que no âmbito dos estudos discursivos, para além de uma teoria de mudança epistemológica de determinada ciência humana, sinaliza a instabilidade dos sentidos, ancorada nos regimes de verdade que a sustentam. É o conhecer/brincar da infância que se relaciona com o criar do poeta, que ganha sentido nesse gesto de estruturar o discurso pela materialidade linguística.

O sujeito, pelo título do poema, se propõe a conceituar o discurso literário-poético de acordo com elementos que rimam com “Poesia” e tendo o cuidado para que os demais versos da sequência apresentem semelhanças quanto ao seu sufixo, próprio da escrita poética, e que remetem a elementos concretos. Nessa perspectiva, são colocadas duas ordens em conflito: a do discurso poético e a da existência concreta das coisas. “A vida fora [...]” contido nos versos sugere alusão às palavras por elas mesmas, cuja lógica poética se configura por esse “situar-se” fora do mundo concreto, desprovida dos saberes que estabelecem regras de acordo com as condições históricas de possibilidade de cada época.

Por outro lado, os saberes e convenções dos quais o sujeito se serve elucidam uma demarcação de limite entre os dois pólos (ficção e realidade) que, de acordo com as definições de transgressão que se apresentam em Foucault (2009b), um não nega o outro, mantendo-se em uma relação de interdependência. O discurso de que a poesia não se encontra na ordem usual da realidade é reforçado pelo sujeito pelo caráter de se esgotar todas as possibilidades (no âmbito da rima) no interior das quais poderia repousar a escrita poética, que aponta para uma existência por ela mesma. Se pela lógica do mundo real o discurso poético não encontra seu habitat, no quesito “estar fora”, pela materialidade linguística a direção é outra: à medida que o sujeito vai anulando as possibilidades de encaixe da poesia, por outro lado ele vai revelando o que ela venha a ser: a linguagem por ela mesma, que nos estudos discursivos foucaultianos se traduz em ser de linguagem.

O enunciado “Fora da [...]” sugere ainda a ideia de lugar, em que a escrita poética encontra-se deslocada de uma existência real e contida em um espaço imaginário (a linguagem). Quando Foucault (2013) aborda utopia e heterotopia, problematiza lugares outros que não se encontram na esfera de uma normalidade legitimada e desconexa de regras e convenções no curso das práticas discursivas. Frente a essas possibilidades, a proposta de definição poética estabelecida aponta para um lugar que lhe é próprio, que rompe com a

estrutura pré-estabelecida e se desloca para outros espaços imaginários, nos quais a própria ruptura da linguagem possibilita que o sujeito transite.

Esse poema pode ser relacionado à construção de uma infância pelo discurso de transgressão que se apresenta, assim como a poesia que possibilita uma brincadeira pelos jogos de linguagem. Então, essa constituição se dá no bojo de possibilidades outras, fora da normalidade usual nos modos de constituição de sujeito, bem como a escrita poética que pode provocar efeitos até mesmo inusitados. É aí que se encaixa a infância, pelo gosto da criação, do diferente, uma fuga do lugar comum e um mergulho em outros modos de constituição.

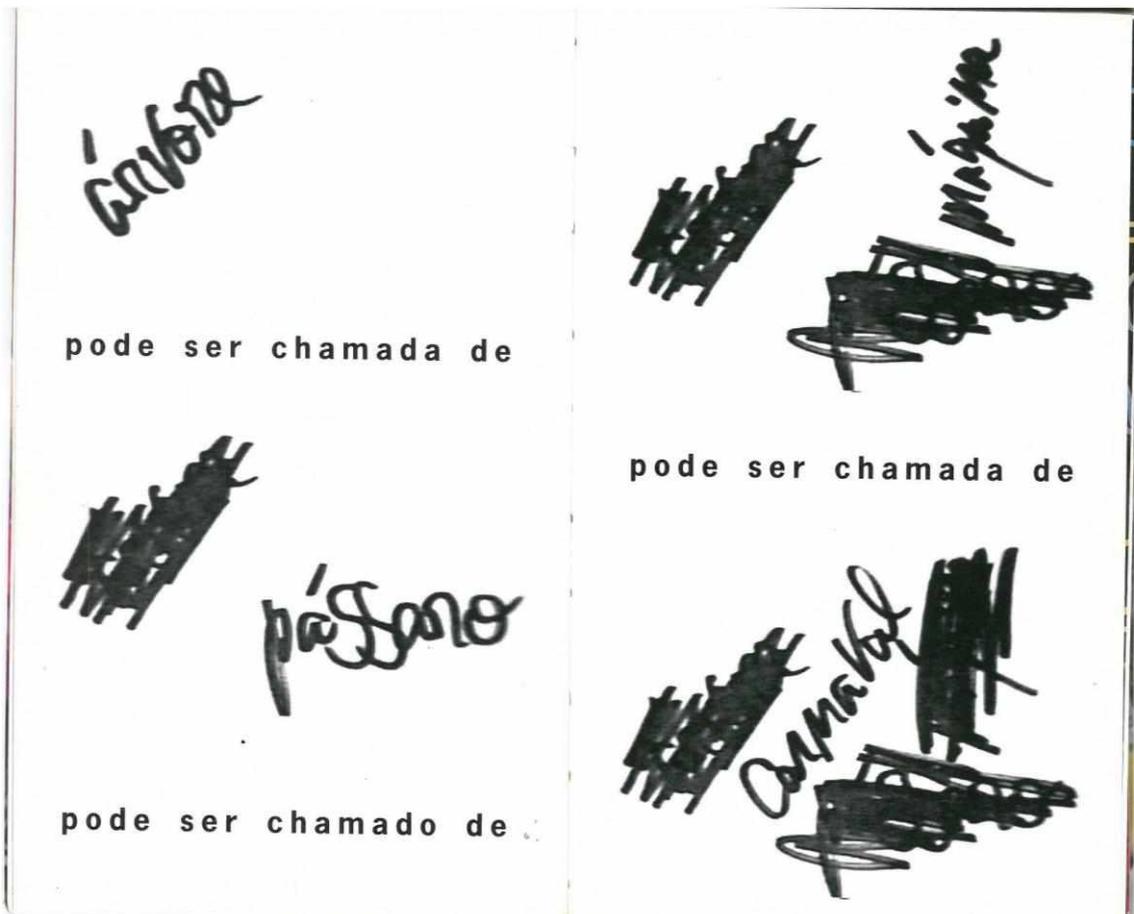
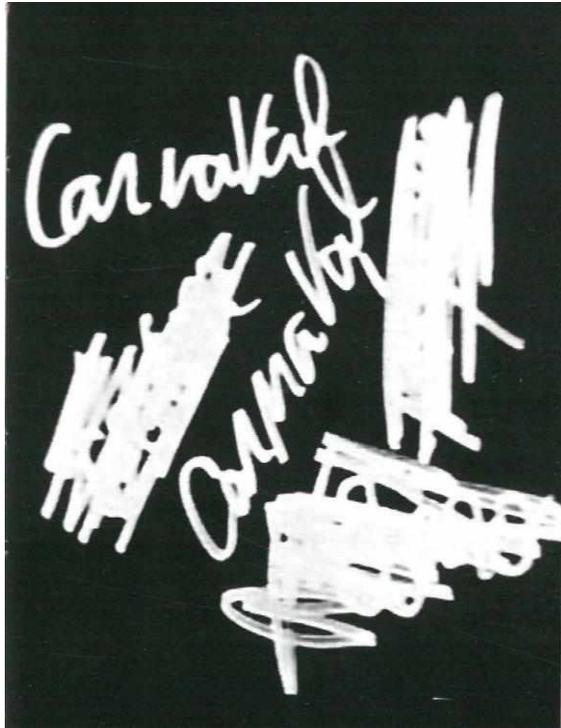
Foucault (2009a) assinala que na literatura a linguagem adquire *status* ao mesmo tempo frágil e privilegiado, pautado por especificidades, tais como ambiguidade, mascaramento e inacessibilidade. Essas propriedades condicionam seu lugar vazio, que a tornam flutuante, sem uma consistência. No interior da ficção, há a emergência de um vocabulário que recorre a um fora imaginado, bem como é sugerido no discurso do poema, traduzindo-se em um rompimento do cristalizado. Essa ruptura seria um contorno entre a linguagem fictícia e a usual do cotidiano, que se traduz no próprio ser de linguagem, assim como a infância construída nesse poema. A transgressão pertence a uma outra ordem, espaços outros que fogem da normalidade discursiva convencional, bem como é possível verificar no discurso do poema seguinte.

## 2.2 Análise do poema “Carnaval”

O poema “Carnaval” integra o livro *Nome* (1993), contido também em um álbum musical de Arnaldo Antunes, lançado pela gravadora RCA Records, quando ele deixa o grupo Titãs e inicia sua carreira solo. Portanto, esse primeiro lançamento como cantor solo retrata o caráter multimídia das composições desse referido artista, que além de áudio e escrita em livro, a produção de clipes sublinha os efeitos semióticos desse volume, aspecto que não consideraremos para esta análise.

Como marca de autoria de Antunes, cuja escrita de vários de seus poemas adquire formatos referentes aos temas tratados, que se traduzem em desenhos pela escrita, “Carnaval” não foge a essa regra. Nele o escritor desenha pelo recurso de rabiscos nas palavras, (substantivos) para substituí-las por outras que considera mais convenientes nessa prática de transgressão. Esses rabiscos, como quem se esquiva de erros (mas, que ao mesmo tempo deixa essa marca), que seriam a própria lógica convencional de relações entre palavras e

coisas, constitui-se o fio condutor de todo o tecido poético, típico de uma brincadeira de infância com as palavras e com as coisas.



O discurso é atravessado por uma quebra de convenção social no que tange às palavras e seus referentes, em que objetos podem ter seus nomes trocados, promovendo certa liberdade ao sujeito, que sugere uma ligação com a infância e ao poeta. Esse poema segue a lógica do anterior analisado, pela fuga à lógica convencional e o adentramento a outra ordem que privilegia a linguagem por ela mesma. Relações inusitadas contornam os versos, tais como “pássaro pode ser chamado de máquina”, discurso que destoa do saber tradicional de acordo com as regras estabelecidas, inclusive da língua em situação formal de comunicação e significado no dicionário, além dos signos saussurianos em que os elementos significante, conceito e referente encontram-se cristalizados e não possibilitam alterações pelo seu caráter de arbitrariedade. No entanto, na poesia o sujeito caminha na contramão dessa regra. Nessa perspectiva, traduz-se em um situar fora de si da linguagem:

A literatura não é a linguagem se aproximando de si até o ponto de sua ardente manifestação, é a linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma; e se, nessa colocação “fora de si”, ela desvela seu ser próprio, essa súbita clareza revela mais um afastamento do que uma retração, mais uma dispersão do que um retorno dos signos sobre eles mesmos. O “sujeito” da literatura (o que feda nela e aquele sobre o qual ela fala) não seria tanto a linguagem em sua positividade quanto o vazio em que ela encontra seu espaço quando se enuncia na nudez do “eu falo”. (FOUCAULT, 2009d, p. 221)

No tocante à abordagem literária que concede à linguagem que existe por ela mesma, é válido acionar a concepção de que a escrita significa não a coisa, mas a palavra, que coloca em evidência esse duplo, o espelho ao qual Foucault (2009c) se refere. O gesto da escrita suscita sempre o duplo desse duplo, contornando um infinito que se expande para além da morte. Essa escrita nada mais seria que uma autorrepresentação, isto é, a escrita pela escrita que delinea um confronto com a descontinuidade, a morte.

Em relação ao esquema de rabiscos, que aparentemente se dão sobre palavras, é sugerida uma relação entre essa forma poética (desenho por meio de rabiscos a lápis sobre palavras) e infância, no sentido de que criança adere a práticas discursivas pela brincadeira, inclusive no papel, pelos gestos de escrever e de desenhar, com a liberdade de apagar e corrigir quando bem entende, sendo esse um gesto próprio de sua prática discursiva. Trata-se de uma característica que nos direciona também para a poesia barreana, pelos elementos da natureza elencados como regularidade de sua escrita.

O termo “carnaval”, pela sua repetição no título do poema, faz alusão ao batuque do samba dessa festa tradicional não só do Brasil, mas do mundo, em que seu sentido no âmbito

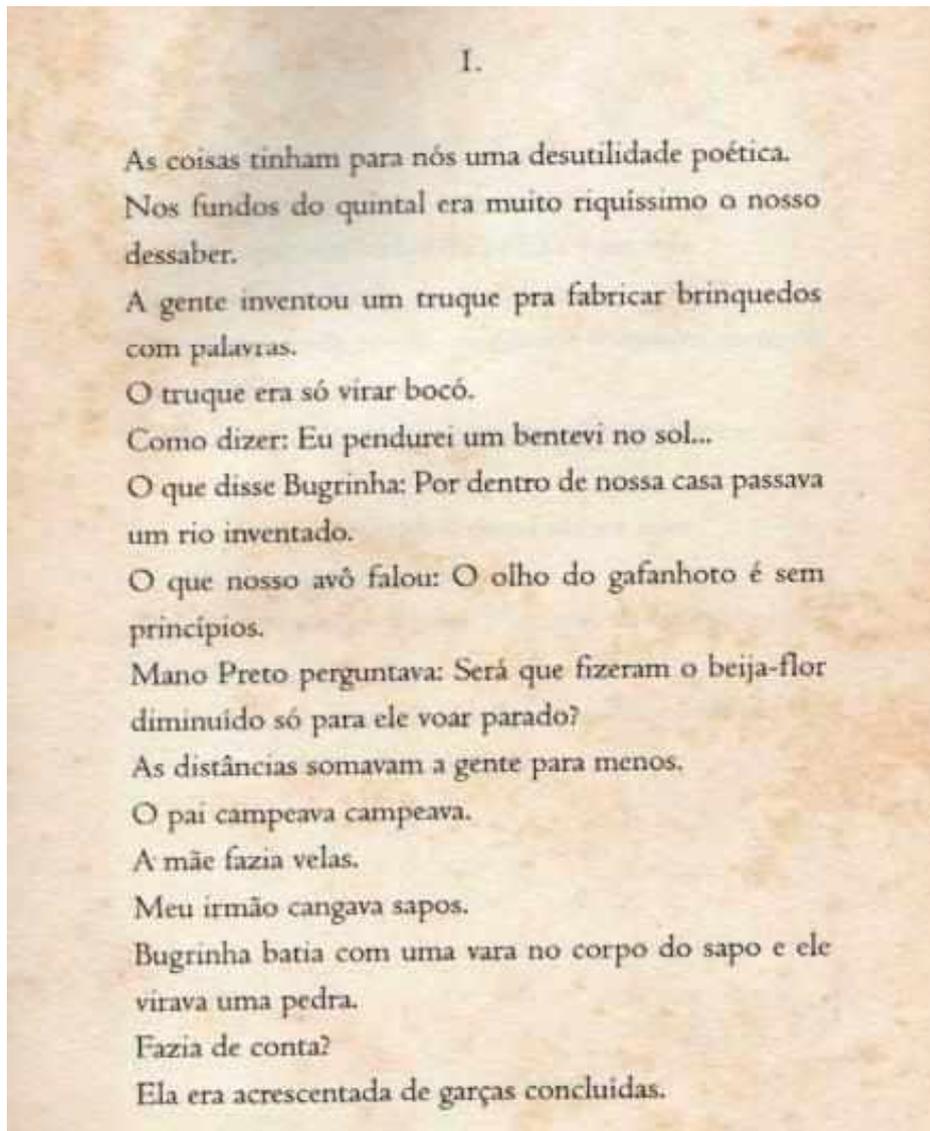
social também permite uma comparação dessa prática com a escrita poética. Trata-se de uma fantasia, que se constitui em um elemento importante no carnaval e na escrita poética. No carnaval, os corpos são providos de liberdade, em que os sujeitos entram no jogo discursivo dessa ordem que não condiz às demais épocas do ano. Portanto, o carnaval, em caráter cíclico, se traduz em condição histórica de possibilidade para a manifestação dos sujeitos para além das práticas permitidas nos demais dias do ano, e que suas doutrinas são legitimadas.

Esse discurso poético de possibilidades em relação à linguagem e seu caráter metafórico quando comparado com as práticas carnavalescas se traduzem em transgressão, tendo em vista a fuga do limite entre o que é permitido e o que é interdito, na esfera da ordem convencional de linguagem e de conduta aceita socialmente. Essa montagem com as palavras sinaliza um descompromisso do sujeito do discurso, e também do autor, em relação a uma lógica aprisionadora, libertando-se das amarras que limitam o sujeito, suas subjetividades, bem como manifesta a infância em relação às coisas que a cercam, inclusive com as palavras, que remetem à liberdade. Os poemas seguintes, de Barros, também apresentam esses discursos transgressivos.

### **2.3 Análise do poema “I” da primeira parte: “A arte de infantilizar formigas”**

Nessa mesma linha de análise sob a ótica da transgressão e ser de linguagem, segue a leitura de um poema de Manoel de Barros, contido no *Livro sobre nada*, lançado em 1996, cujos poemas são desprovidos de título, contendo em seu lugar numerais romanos, além de se caracterizar pela modalidade enunciativa de narrativa poética, típico do poeta em evidência. Esses poemas de Barros se aproximam dos de Antunes por esse caráter de ruptura e transgressão, em que a escrita poética pode ser comparada à brincadeira da criança, pelo seu ofício de criar, inventar e abrir caminho para outras possibilidades pela linguagem. Tanto que na poesia barreana, como é possível observar, há menções de termos como “brinquedos”, “crianças”, que dão margem para essa comparação no âmbito da escrita literária em relação aos lugares de sujeito construídos pelo poema.

Considerando esse ponto de vista, o poema seguinte encontra-se numerado como “I” e, bem como a maioria das composições barreanas, a linguagem oferece ao leitor/analista um leque de opções. Essa marca aponta para um cuidado do analista em relação aos sentidos que os discursos podem adquirir, as possibilidades para uma viagem a outros horizontes que não os convencionais, em se tratando da escrita poética.



(BARROS, 1996, p. 11)

A relação poeta e criança é estabelecida neste poema, cujo “delírio” das palavras, que pode ser atestado nos poemas de Antunes, assume um lugar especial no que concerne aos saberes. O brincar em relação ao saber que se remete ao convencional, serve como parâmetro para a construção poética, pela invenção tanto com objetos (fabricação de brinquedos) quanto com palavras. Levando em consideração que as palavras em estado de poesia carecem de ser postas em outra ordem que não a de seus sentidos legítimos no contexto sócio-histórico, “As coisas tinham para nós uma inutilidade poética” reforça o discurso de que a invenção no universo da linguagem atribui a ela um estado de poesia. Em estado legitimado por uma normalidade, as coisas exigem do sujeito percorrer um caminho inverso, sugerindo ser esse o “normal” da linguagem poética. O objeto do enunciado deriva do próprio enunciado, invenção

de brincadeiras: recursos criados fora da lógica mercadológica, inutilidade poética, o descartável, o inútil e o infame produzem essa criação tanto da brincadeira quanto da poesia.

Nessas circunstâncias, para o sujeito considerado como das invenções, os regimes de verdade ligados às práticas de conduta vinculadas à natureza real das coisas não ganham um sentido outro, não possibilitando que esse sujeito mergulhe em outro universo que não o pré-estabelecido. E a invenção de outra realidade, de outros espaços, o despreendimento dessas verdades só é possível a partir do adentramento a outros saberes que vão de encontro à ordem posta: “Nos fundos do quintal era muito riquíssimo o nosso dessaber”. Esse verso sugere um conhecimento de não saber das coisas, possibilita a emergência de outros saberes no universo desse sujeito que, bem como um autor poético, lança novos olhares sobre o mundo.

O fundo do quintal, lugar da casa, ganha sentido nesse cenário como espaço da criatividade, das brincadeiras, assim como o papel que vai cedendo espaço para as construções do poeta, “espaço que representa o universo em sua dimensão imaginária e lúdica onde a criança descobre e inventa relacionamentos para a natureza e para as palavras (CRUZ, 2009, p. 38). De acordo com as considerações de Foucault (2009g), esses espaços outros podem ser compreendidos como sendo da ordem da heterotopia, também da utopia, que apontam para outras possibilidades que fogem do convencional, bem como é possível observar no poema barreano.

“A gente inventou um truque para fabricar brinquedos com palavras” aponta para a construção do discurso poético como a invenção de um brinquedo, em que a criatividade liberta o sujeito das amarras que o colocam em lugar comum. A margem que resulta desse deslocamento do real para o imaginário/fictício, no exercício da escrita, bem como a fantasia da brincadeira, exige que esse sujeito/autor adote uma conduta que o leve à imaginação, de modo que sua subjetividade se configure a partir de uma transformação: “O truque era virar bocó”. “Bocó” assume um sentido outro que não à burrice, como se considera em relação a uma carência de saber convencional, mas de estado que condiciona uma ética diferenciada, sair de uma lógica convencional para entrar no estado poético, da criação e invenção, a prática do discurso poético.

Dessa forma, a relação entre escrever e brincar é favorecida no contexto desse “deslimite” que abusa da liberdade, que aponta para o brincar da criança como algo que foge à realidade comum do ser humano, muitas vezes realista, bem como a criação do poeta, que faz as palavras ganharem um tom diferenciado por meio das conotações. Ressalta-se que essa transgressão não se enquadra no nível da negação, como algo inferior em relação ao nível da realidade da linguagem cotidiana, mas que se vincula a uma ordem discursiva que lhe é

própria, que transcende esse lugar comum da realidade da linguagem. “Nada é negativo na transgressão. Ela afirma o ser limitado, afirma o ilimitado no qual ela se lança, abrindo-o pela primeira vez à existência” (FOUCAULT, 2009b, p. 33).

Na ordem de um discurso transgressor, há enunciados que possibilitam sua identificação, como, por exemplo, “Eu pendurei um bentevi no sol...”<sup>19</sup>; “voar parado”<sup>20</sup>; “Meu irmão cangava sapos”<sup>21</sup>, que demarcam um discurso que, em contravenção aos saberes concretos, abre uma brecha para a instauração de uma nova ordem. A transgressão, bem como afirma Foucault (2009b), integra outro universo, porém essa linguagem não usual do sujeito poético criativo, em contraste com a realidade, precisa desta para ganhar força nesse exercício invencionista. Dessa forma, a realidade ligada aos saberes tidos como reais, servem de pano de fundo para a constituição dessas invenções, possibilitando a identificação de subjetividades outras, de práticas vinculadas a outra ordem que demarcam uma linha entre ficção e realidade nessa esfera da criação languageira. Os versos mencionados vão ao encontro das possibilidades apresentadas nos poemas de Antunes, apontando outra relação com as palavras e as coisas, marcada por um desprendimento de vínculos cristalizados e assumem outras formas alternativas da linguagem em relação ao reflexo de si mesma, assim como sinaliza Foucault (2007a) em relação às mudanças epistemológicas e, mais precisamente, aos discursos acerca de determinado objeto.

O ser de linguagem que se apresenta nos discursos ganha sustento nos enunciados do sujeito, que de forma didática, menciona a transformação dos sujeitos para se adequar ao espaço da criatividade. Nesse deslocamento, ocorre uma espécie de dessubjetivação como regra para se adequar ao universo paralelo do mundo tradicional, que aparentemente aponta para o sujeito da infância pela forma desproposita, em que os brinquedos se situam na dimensão da linguagem por ela mesma. Embora não há indícios de uma época específica, é válido reconhecer que a história é o elemento-chave nesse processo de constituição, possibilitando ser alinhada aos saberes ali impregnados e pelos sujeitos, emergindo uma desordem que convoca as condições de possibilidade para esses discursos criativos assumirem um caráter transgressor e desalinhados às convenções sociais vigentes, fator que atravessa também o próximo poema barreano.

---

<sup>19</sup> Verso que sugere uma referência ao trabalho de se estender roupas no varal para secagem.

<sup>20</sup> “Voar parado”, bem como é referido no próprio poema, trata-se da impressão do sujeito em relação à rapidez com que o beija-flor bate as asas.

<sup>21</sup> A expressão “cangar sapos” é alusiva a “cangar bois” no meio rural, pela utilização de carro de boi como meio de transporte pelo sujeito camponês.

## 2.4 Análise do poema “No aeroporto o menino perguntou”

No contexto de um contraste entre duas ordens discursivas, que se baseiam em realidade *versus* fantasia, em *Exercícios de ser criança*, assim como se observa no poema anterior, poeta e criança entram em cena. Nessa linha de limite entre os dois pólos, a criatividade que extrapola o natural constitui o ponto culminante da linguagem que se delineia no horizonte de um olhar transgressor pela construção de poeta, por meio de linguagem verbal e visual:



(BARROS, 1999, s. n.)

Na análise deste poema em sua tese, Rodrigues (2006, p. 66) assinala que “O absurdo repousa nas palavras e se agita na linguagem quando é rompido encadeamento lógico da objetividade na comunicação. Ele se confunde com o imprevisto, o casual, o fortuito, o acaso... escapando da previsibilidade do discurso automático”. Suas palavras servem para nosso olhar sobre o discurso poético e em especial para analisarmos o poema barreano, rumo à criação poética pautada por um trabalho com a linguagem e com a imagem, como um

trabalho do sujeito de ir bordando um tecido de acordo com o discurso que vai sendo produzido na página, com enfoque na transgressão.

O enunciado se traduz no confronto entre os saberes da realidade concreta com o caráter de transgressão da linguagem poética que, no diálogo entre pais e filho, é sugerido. A ternura da mãe em relação às palavras da criança a direciona para outra possibilidade de verdade, que o denominado distante da realidade imediata serve como pano de fundo para o discurso poético, bem como o delírio do verbo que deve entrar em ação para ornamentar a linguagem poética, bem como os desenhos servem de enfeites para as páginas, aqui esse caminho traduz-se em “virtudes da poesia”.

O discurso poético emerge a partir de uma observação da realidade, um fenômeno que a princípio parece quase impossível. O pai, inscrito em uma formação discursiva baseada nos saberes convencionais, resiste às colocações do filho, inicialmente, em relação a sua elaboração que lhe parece impossível. Por outro lado, embora a mãe aceite o discurso da criança, o toma como algo indizível, absurdo. Nessa interação, relações de poder ocorrem, em que as práticas discursivas ligadas a saberes, aos jogos de verdade cristalizados que denunciam as subjetividades dos sujeitos, são marcadas historicamente.

Elementos como “despropósitos”, “desutilidade” e “dessaber” (estes dois últimos no poema anterior) são importantes para se pensar a poesia, a subjetividade e a relação com as coisas e o mundo. Nesse jogo de verdade, elementos como “despropósitos” e “bom senso” são colocados sobre a mesa, que para o discurso poético, baseado na transgressão, essa subjetividade no seio de uma carência de propósitos (sujeito descompromissado de interesses, de convencionalismos) da criança, bem como a criação do poeta, tornam a poesia viável. Trata-se de um sujeito portador de uma ética que se direciona para uma criação sem um objetivo aparente, diferente, por exemplo, do adulto: “Será que os despropósitos não são mais carregados de poesia do que o bom senso?”. O discurso da mãe endossa a prática discursiva do filho, em que quanto mais distante do dizível a criação poética for criada, mais se aproxima desse ser da linguagem.

Há ocorrência de uma personificação pelo termo “tropicar” atribuído a avião, em que o sujeito acaba por transpor uma ação observável e usual do cotidiano para uma situação, digamos, inusitada com o uso das palavras. Essa peculiaridade de trocar palavras, colocar um termo no lugar de outro ou até mesmo não saber o sentido de uma palavra em certas situações é atribuída à infância que acaba por se assemelhar à criatividade de se criar poesia. O discurso, nessas circunstâncias, é deslocado, e criam-se efeitos do inusitado em relação às

palavras trocadas ou utilizadas em situações convencionalmente inapropriadas, aproximando-se do olhar do poeta pelo seu caráter transgressor no contexto da linguagem.

É nessa dimensão que Foucault (1972) relaciona poesia e loucura, no sentido de que ambas habitam o espaço exterior da nossa cultura, uma situação extrema. Então, esse mergulho na transgressão abre caminho para uma postura marginal, cujas palavras provocam efeitos de estranheza. O sujeito, nesse lugar da linguagem, pode ser considerado como infame, marginalizado, em relação à desrazão de sua postura que ruma para a loucura.

Em sua dissertação, Fernandes (2015) aborda a semelhança entre a criação poética e o acriançamento, que pode ser útil para a compreensão dessa dimensão de ser de linguagem que se observa nos poemas barreanos:

[...] o olhar lúdico sobre o mundo da linguagem é encarado pelo eu poético enquanto movimento de libertação, na medida em que esse olhar possibilita reinventar um mundo para a linguagem e por meio dela, e ainda, criar um diálogo simbólico em sua expressão artística na interação com o mundo. (FERNANDES, 2015, p. 173)

A mudança de posição discursiva do sujeito pai, nos versos finais, sugere o deslocamento do sujeito poético em relação à escrita da poesia, como quem se liberta de certos saberes já cristalizados para encontrar-se com outros, sob outra ordem: “Com certeza, a liberdade e a poesia a gente aprende com as crianças. E ficou sendo”. Esses versos estão em consonância com o primeiro poema desse escritor, analisado anteriormente, em que “O truque era só virar bocó” aponta para a potência criadora da criança como subjetividade transformadora, isto é, uma espécie de relação consigo mesmo e, de certa forma, com o outro, por meio do governo do outro.

Esse ensinamento inverte uma ordem real ligada a convenções das relações de poder entre sujeitos adulto e criança, já que o considerado normal é a criança se colocar no papel de aprendiz, mas na ordem discursiva poética é sugerido o caminho inverso. O olhar curioso lançado sobre as coisas, pela criança, é atribuído ao poeta, em que seu discurso subversivo o coloca na condição de portador de uma prática específica, no caso a criatividade e o despropósito, bem como a linguagem que reflete a si mesma.

De acordo com Michel Foucault (2009b), a transgressão assinala o limite que pode ser entendido como o ponto que elucida condutas e normas que padronizam comportamentos e discursos, com o que os transpõem, no caso da literatura, pela linguagem. Esse rompimento com o real da linguagem acaba por demarcar esse ponto de limite, a partir de um jogo entre o usual cotidiano e o ser de linguagem que se apresenta na poesia, de acordo com esta proposta

de análise. “O limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser: inexistência de um limite que não poderia absolutamente ser transposto; vaidade em troca de uma transgressão que só transporia um limite de ilusão ou de sombra” (FOUCAULT, 2009b, p. 32).

Ressalta-se uma regularidade marcante e bastante recorrente na poesia de Barros, que é a referência a pássaro que, assim como outros elementos, colocam essas condições na perspectiva da função autor. Esse apelo à ave sugere um estado subjetivo e uma relação da criação poética com a liberdade dos passarinhos. A própria prática da transgressão a partir do universo das palavras pode ser entendida como metáfora do voo das aves, que as liberta do aprisionamento, bem como é ilustrado, figurando na possibilidade imaginativa da criança. Nos dois poemas, respectivamente pela ordem da análise: “Eu pendurei um bentevi no sol...” / “- E se o avião tropical num passarinho?” demonstram essa regularidade que se torna considerável na poética de autoria barreana. Para além disso, esses enunciados apontam para a ideia de utopia e de heterotopia, pelos discursos pautados por imaginários que criam espaços outros, sob uma ótica desvinculada da realidade.

## **2.5 Apontamentos conclusivos**

Os discursos materializados nas poesias de Antunes e de Barros, no que se refere aos poemas analisados neste capítulo, fazem alusão à linguagem poética e sua relação com a infância, mais explícita em Barros. Em Antunes, buscamos na linguagem, no já dado, essa relação, a qual sugere o caráter de criatividade que coloca poeta e infância em um lugar deslocado do cotidiano, utópico e heterotópico, um situar-se fora do lugar comum, anormal, configurando-se em uma prática discursiva despreendida das convenções sociais.

Nos dois poetas o ser de linguagem pode ser observado, sobretudo em “Poesia”, o primeiro poema analisado, em que o poeta vai anulando todas as possibilidades do que venha a ser essa criação com a linguagem, à medida que vai imprimindo um discurso marcado por uma materialidade linguística que aponta para uma definição, ainda que talvez indefinida. Nessa ordem discursiva, embora a linguagem esteja no plano principal, não é possível afirmar que se trata de prática sem regras, mas que apresenta seus limites específicos, suas regularidades que a controlam. O que pode ser mencionado é que a ausência de um propósito mais apurado esteja no topo desse discurso que evoca a linguagem por ela mesma, como é o trabalho do poeta e sua relação com a infância, cujas práticas languageiras são marcadas por invenções, por vezes inusitadas e fora de um contexto real de comunicação.

Nesses “exercícios de ser criança”, bem como aponta Barros, “o truque é só virar bocó”, assim como é sugerido no poema “Carnaval”, de Antunes, as possibilidades da linguagem que se direciona para uma transgressão no âmbito do discurso. A criação poética, bem como as invenções pela infância, se liberta das amarras das regras sociais, inclusive da língua, possibilitando outros experimentos que não os tradicionais, que acabam por sugerir subjetividades que lhe são próprias. “Virar bocó”, nessa concepção poética, seria abrir caminho para a transgressão, aderindo-se a uma conduta que se vincula à própria ordem do limite entre os dois pólos: convenções sociais ligadas à realidade *versus* fantasia pelo discurso fictício. Em Antunes essa transgressão parece se dar mais pela reflexão ao direcionar-se no tempo presente e pela ausência de acontecimentos (aquilo que pode ocorrer), como ao passo que em Barros esse fora sugere um lugar mais elucidado pelo fato de as narrativas serem voltadas para acontecimentos possíveis com os elementos em volta do sujeito.

Com respaldo no pensamento foucaultiano, os dois poetas então se aproximam do ponto de vista do ser de linguagem e transgressão, em que a liberdade da brincadeira com as palavras vai ao encontro da infância nessa perspectiva discursiva. O poeta então é um sujeito que se desloca para o acriamento, retorna à primeiridade como condição para acesso ao universo diferenciado da linguagem. Nos poemas de Barros essa relação com a infância se dá de forma mais elucidada, uma vez que termos como “menino”, “mãe”, “quintal” (espaço da brincadeira) elucidam esses discursos da infância, com destaque para a transgressão, enquanto nos de Antunes esses traços são mais tênues, sugeridos pela própria construção da materialidade linguística e suas possibilidades poéticas em relação às palavras e as coisas. A ruptura e a transgressão se dão ainda no sentido de construção de uma infância que prima para um deslocamento, que pode apresentar um caráter de distanciamento de uma infância real (subjetividades normalizadas), indo para além também nessa circunstância da linguagem como possibilidade.

No movimento relacionado à autoria, regularidades das poesias possibilitam estabelecer essa instância, tais como semelhanças na materialidade linguística (modalidades enunciativas) e escolhas temáticas, que vinculam os autores aos poemas. Por outro lado, sabe-se que os autores não se encontram perceptíveis nesses discursos, de forma direta, uma vez que ao mesmo tempo em que é possível suas identificações, eles desaparecem. “Não se trata mais de fixar um sujeito numa linguagem, mas de abrir um espaço ‘onde o sujeito da escrita está sempre a desaparecer’” (LEVY, 2011, p. 65).

### 3. SUJEITO E GENEALOGIA DA INFÂNCIA EM ANTUNES E BARROS

O menino de ontem me plange.  
(BARROS, 1996, p. 19)

Neste capítulo, abordaremos o sujeito e a genealogia da infância construída nos poemas de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros. Os capítulos anteriores já deram um respaldo para essa abordagem, pois, discorrer sobre linguagem e infância, além de transgressão e ser de linguagem que se materializam nos discursos literários, é adentrar também pelo universo do sujeito desses discursos. Portanto, nossa empreitada agora se direciona para a constituição do sujeito (ou dos sujeitos) sob o viés dos saberes que engendram os processos de produção da subjetividade.

Problematizar o sujeito materializado nos poemas objeto deste estudo implica considerar aspectos constitutivos que sublinham esse processo de emergência, ancorado nas relações de saber e de poder que norteiam essa constituição. A produção de verdades que ocorre em pontos na história serve de base para o entendimento de como o sujeito vai se constituindo nesse processo de práticas discursivas<sup>22</sup>. Nos poemas de Antunes e de Barros, especialmente os escolhidos para análises, neste capítulo, é possível observar que a dinâmica de uma construção da infância gira em torno de verdades e de saberes construídos historicamente, ainda que talvez não correspondam aos regimes convencionais, é por esse caminho que o sujeito vai ganhando forma.

Essa relação nos poemas, que se caracteriza por uma brincadeira da criança com os conhecimentos, seja no sentido tradicional, legitimado, ou construído como nova possibilidade, permeia sua relação com o que vem de fora, isto é, não sendo um sujeito centrado. Nessa condição constitutiva, amparamo-nos nas formulações discursivas foucaultianas sobre sujeito. Para esse estudioso, o sujeito não é o centro de seu dizer, pois, no bojo de uma genealogia de poder, não se faz viável considerá-lo como o centro do processo. Foucault (2007a) aponta então a morte do homem e o nascimento do sujeito como posicionamento sobre essa mudança epistemológica, como marca que sublinha essa ruptura das ciências humanas.

---

<sup>22</sup> Práticas discursivas apresentam seu fundamento do ponto de vista da constituição do sujeito por meio das relações de saber e de poder, o que lhe confere a condição de descentrado, isto é, não sendo o centro dos sentidos do que diz. Na esteira da teoria foucaultiana, essas práticas envolvem as instituições, os regimes de verdade, as formas de dispersão dos discursos e as formas de controle. Por fim, a adesão e/ou resistência do sujeito em relação aos discursos produzidos.

Portanto, essa condição rompe com a acepção de um sujeito cartesiano. E um aspecto essencial nesse contexto é considerar a linguagem como elemento-chave, pois as relações discursivas se dão por meio desse recurso da faculdade humana para a comunicação. Ainda que as práticas possam ser tanto discursivas quanto não discursivas, algum tipo de linguagem sempre exerce uma função nesse processo.

Ao lado das problematizações concernentes à constituição do sujeito, a aquisição da linguagem é outro tema bastante abordado e difundido por estudiosos nesse campo, mas também polêmico. Embora não seja nosso objetivo aprofundar nessas questões, é válido reforçar que o sujeito abordado nos poemas tem relação com a infância, portanto, de alguma forma, perpassa pela aquisição de linguagem (processo de subjetivação). Quanto a esse tema, algumas teorias levam em conta o exterior como aspecto constituinte, já outras se direcionam para o indivíduo, isto é, algo que se dá de forma mais internalizada e mais independente das práticas discursivas. Essas noções servem para reflexões acerca das diferentes concepções e possibilidades em relação à constituição de sujeito, porém em nosso lugar teórico-metodológico o que predomina é a concepção de algo que se processa pelas relações entre o sujeito e o mundo que o cerca, “sobretudo se atentarmos ao ‘duplo batimento’ entre saber e poder e entre saber, poder e produção de sujeitos” (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 54).

A materialidade linguística, como, por exemplo, nos poemas a serem analisados, não dá margem para pensarmos o sujeito como algo fixo e já constituído, pois a noção de um sujeito histórico inviabiliza essa premissa. É algo que vai se constituindo ao longo da história, de acordo com as condições de possibilidade que o sustentam, de mãos dadas com os regimes de verdade e com as relações de poder que também não são fixas. Esses fundamentos discursivos possibilitam descrever uma genealogia do sujeito, isto é, as formas como se dá sua constituição em determinado momento na história, suas relações com os saberes e os efeitos de poder que daí advém, bem como afirma Foucault (2007b). Ressalta-se que esse estudioso se vale do pensamento de Friedrich Nietzsche para suas considerações sobre sujeito, em especial no que diz respeito a sua natureza histórica e as relações de poder.

Aliás, o teórico supracitado [Foucault], ao longo de sua trajetória de produção teórica, problematiza o sujeito em diferentes campos do saber, como por exemplo, o sujeito da loucura. Seu objetivo é explicitar exatamente como as constituições são móveis, se deslocam de um momento para outro, assim como as vontades de verdade que não são fixas e condicionam a constituição de sujeitos (FOUCAULT, 1999), caracterizando-os como da ordem da descontinuidade. Elencamos a questão-chave contida na arqueologia do saber, o

porquê esse discurso e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2008), pergunta que serve também para o sujeito, já que o mesmo se constitui pelos discursos emergentes.

A denominação mais recente atribuída à sociedade pelo teórico em destaque é sociedade do controle. Nos poemas de Antunes e de Barros, por exemplo, são materializados saberes legitimados, embora o sujeito refute esses discursos para dar lugar às suas próprias construções. No entanto, o controle sempre se faz presente nas relações de saber e de poder, como se observa na sociedade contemporânea, em especial certos dispositivos como instrumentos para esse controle do outro, condicionado a certos regimes de conduta. E na infância há escapes, pois as crianças fogem desse controle pelo fato de elas serem inventivas.

Em uma sociedade pautada pelo controle e regimes de verdade que se vinculam a determinadas condições sociais (mercado, moral, ética...), Foucault desenvolve seus estudos problematizando sociedades que se organizam por um perfil disciplinar. “Ocupa lugar central, nesses estudos, a ideia de que, historicamente, desenvolveram-se *sociedades disciplinares*, nas quais o poder, exercido sobre os corpos, obedece a técnicas e mecanismos que organizam o sistema de poder e de submissão” (GREGOLIN, 2006, p. 131, grifos da autora). O sujeito, nessa perspectiva, é assujeitado, na condição de que ele não possui controle total sobre o processo, embora passíveis de outras possibilidades e a existência de uma maior autonomia no processo de constituição como sujeito social. No entanto, sendo o produto dessas relações que resultam na sua constituição, esses funcionamentos apontam para a noção de que o sujeito seja um efeito da historicidade determinada.

Essa problemática no tratamento do sujeito que se relaciona com a infância nos poemas dos poetas em estudo requer atenção especial, sobretudo, da segunda fase de Michel Foucault, uma vez que essa constituição implica práticas de poder. Isto posto, considerando a fase genealógica de Foucault, vale destacar que esse teórico vai para além do poder do Estado. Em sua perspectiva, o poder não pode ser percebido como aspecto centralizador, mas disperso. O poder é algo que funciona, não possuído por alguém ou por uma instituição ou outra, embora as relações entre os sujeitos, assim como o Estado, possam sofrer determinações institucionais, essas relações acontecem como micro lutas (FOUCAULT, 2007b). Ademais, “[...] ele é menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos não são atribuíveis a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos” (DELEUZE, 2005, p. 35).

As relações de poder podem ser observadas pelas técnicas, no âmbito da sociedade, que sofrem transformações de forma tênue e que tomam forma de maneira a abranger toda a sociedade, mas de modo heterogêneo. Isto não significa que o poder só acontece no conjunto

do corpo social, mas que se trata de relações de microfísicas, como estratégias voltadas para a disciplina e também como forma de controle social. Diz respeito à necessidade de formar corpos dóceis e, nesse sentido, essas relações, cujo poder impera, produzem discursos e sujeitos de acordo com esses funcionamentos sociais. Não se trata, aqui, de dominantes e de dominados, mas de micro lutas, dispersas, das quais nenhuma produção discursiva escapa.

Ao longo de seus estudos, Foucault dedicou-se a problematizar o funcionamento do poder e, para além disso, as estratégias para se exercer o poder, este ligado ao saber institucionalizado que funciona como ferramenta auxiliar nesses exercícios ligados à sociedade:

Na *História da loucura*, do que se trata? Procurar balizar qual é não tanto o tipo de conhecimento que se pôde formar no que diz respeito à doença mental, mas qual é o tipo de poder que a razão não cessou de querer exercer sobre a loucura, do século XVII até nossa época. No trabalho que fiz sobre *O nascimento da clínica*, era igualmente este o problema. Como é que o fenômeno da doença constituiu, para a sociedade, para o Estado, para as instituições do capitalismo em vias de desenvolvimento, uma espécie de desafio ao qual foi preciso responder através de medidas de institucionalização da medicina, dos hospitais? Que status se deu aos doentes? Foi o que eu quis fazer, igualmente para a prisão. Portanto, toda uma série de análises do poder. Diria que *As palavras e as coisas*, sob seu aspecto literário, puramente especulativo, é igualmente um pouco isto, o balizamento dos mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra somos obrigados a obedecer, em certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? (FOUCAULT, 2010b, p. 226-227, grifos do autor)

Abrangendo vários campos disciplinares, principalmente à saúde psíquica, ao direito e às mudanças epistemológicas, esse estudioso problematiza os funcionamentos discursivos e a maneira como essas práticas se institucionalizaram ao longo da história, como mecanismos de exercício e de controle social. Nessa vertente discursiva, é assinalada a relação estratégica entre saber e poder, pois os saberes modificam as relações de poder, cujas instituições participam dessas relações, considerando, nesse processo, o Estado como instituição que se liga a essas estratégias.

Essas abordagens foucaultianas que envolvem várias áreas do conhecimento procuram delinear os deslocamentos discursivos de um determinado campo do saber e, como consequência, mostra como os sujeitos se transformam no interior desses discursos. Essa peculiaridade de transformações pode ser observada em relação à infância que não se manteve em estado fixo ao longo da história, pois vem se transformando, tanto nos seus modos de constituição quanto os modos como esse sujeito é objetivado pela sociedade. É válido

destacar como a produção de saber e os efeitos de poder, pautados pela história, demarcam esse sujeito da infância.

Embora as relações de poder não possam ser tomadas como concentradoras, em que um sujeito ou instituição detém o poder e o exerce sobre outro(s), os sistemas de controle (o que pode e deve ser dito em cada momento, apagamento/silenciamento de verdades em função de outras, técnicas disciplinares) acabam por coagirem os sujeitos, por meio desses discursos institucionalizados. A utilização do saber como forma de controle funciona como estratégia de poder-saber, uma vez que o saber produz efeitos de poder, que funcionam de forma dispersa na sociedade. E é nesse empreendimento que Foucault procura mergulhar, e refletir sobre como esses poderes funcionam ao longo da história tendo em vistas sua relação com a constituição de sujeitos.

Por meio de uma releitura de Foucault, Deleuze (2005, p. 83, grifo do autor) assevera que

[...] o conhecimento nunca remete a um sujeito que seria livre face a um diagrama de poder, mas este nunca é livre face aos saberes que o atualizam. Daí a afirmação de um complexo *poder-saber* que une o diagrama e o arquivo, e os articula a partir de sua diferença de natureza.

Na constituição do sujeito vale destacar o vínculo entre os aspectos poder e saber, elementos interdependentes entre si, dos quais nenhum sujeito se escapa; ainda que, de maneira tênue, esse processo atua nas constituições dos sujeitos, e no interior de transformações desses elementos que lhes são constitutivos. Por outro lado, vale destacar que as relações de poder, que produzem discurso e sujeito, são responsáveis pelos processos de resistência, bem como destaca Foucault:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. (FOUCAULT, 1995, p. 234)

Considerando esses apontamentos, ressalta-se que o sujeito se inscreve em determinadas formações discursivas e não em outras, isto é, se subjetiva por meio de determinadas verdades em detrimento de outras. Assim, tomando esse percurso que evidencia as estratégias poder-saber, emergem como consequência as resistências, em que o citado

filósofo considera categorias sociais opostas que resultam nessas reações. Essas resistências funcionam como condição de sujeito livre, aspecto que possibilita os enfrentamentos.

No que concerne à resistência como condição própria da engrenagem do poder, trazemos aqui o sujeito materializado nos poemas objeto desta investigação que, na mecânica de saberes construídos em detrimento dos convencionais, a resistência se faz presente. Em especial na obra de Barros, a adesão à contraconduta sobre a ordem legitimada dos discursos, das verdades pré-estabelecidas, é sua marca poética, assinalando um sujeito que se constitui por outra ordem, uma espécie de sujeito infame.

Esse funcionamento discursivo caminha na direção da especificidade do discurso poético, tendo em vista o ser de linguagem que possibilita a emergência de novas configurações de sujeitos. Observa-se uma fuga da realidade, das verdades instauradas, e constroem outras relações de poder que vão de encontro à realidade, possibilitando ao sujeito novos horizontes, a constituir-se de um modo mais singular. Talvez o leitor pode não perceber o funcionamento do poder nos poemas, mas ele continuará funcionando. Porém, ainda que de forma tênue e pelos (des)encontros com os discursos da ordem convencional/legitimada, o poder impera, pois onde está o saber se faz presente também as relações de poder e nenhum sujeito se constitui fora dessa dinâmica nas práticas discursivas.

Nesse cenário de discurso literário sobre o qual povoam as resistências, trazemos à tona os processos de subjetivação. O exercício de poder ocorre por sujeitos livres e, de certa forma, possibilita pensar sobre outras possibilidades de subjetivação que não somente pelos sistemas impostos. É possível considerar que a possibilidade de resistência aponta para alternativas, como a inscrição de sujeitos em formações discursivas distintas que coexistem em um mesmo período na história. “Sendo assim, a resistência é, para Foucault, uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do poder. [...] Forças do devir, da mudança, que apontam para o novo e engendram possibilidades de vida” (MACIEL JR., 2014, p. 2).

Considerando essa engrenagem discursiva, a tomar o discurso poético como objeto de análise, dá-se a impressão de que a constituição de sujeito se dá de forma livre, o que não é verdade, assim como aponta a AD foucaultiana. O sujeito é constituído pelas suas práticas e não possui liberdade total para seus modos de constituição, embora seja livre para manifestação da resistência. Ele é regido por forças superiores, pelos regimes de verdade impostos, legitimados, que instigam/movem suas ações, que são coletivas, e os mecanismos de poder que sobre elas imperam. “É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o

pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)” (FOUCAULT, 2004, p. 242).

Muitas vezes imaginamos que por se tratar de um sujeito desvinculado da realidade, isto é, fora da ordem do discurso, em referência ao sujeito do discurso poético, trata-se de uma instância que não se vincula aos dispositivos mencionados (saber e poder), o que não é verdade. Os discursos dessa esfera apresentam saberes e regimes de verdade que o constituem, além de um sujeito que não escapa do exercício do poder. Ainda que se caracterize por um viés ficcional e da ordem do indizível nas práticas cotidianas e resista à realidade, esta serve como a diferença para sublinhar essa outra ordem de sujeito que é construída.

Nesse contexto, vale destacar que o poder funciona como aspecto social produtivo, e que é tomado nesse sentido positivo, indo para além do que seja repressivo. Considerando essas dimensões, faz sentido olhar para as novas técnicas ligadas aos funcionamentos de poder, que se caracterizam como contínuas e individualizadas. Vale destacar, ainda, que as relações de poder funcionam, na sociedade, na maioria das vezes (in)conscientemente, por meio de construções discursivas, histórica e socialmente possibilitadas.

Quanto ao processo de relações de poder, ocorre uma espécie de individualização dos sujeitos, dada pela disciplina reguladora do comportamento, pelo próprio discurso, tendo o corpo como importante aliado, objeto do poder. Nesse confronto cotidiano, o sujeito é subjetivado, tomando para si posições, sendo um produtor de poder e objeto do saber, processo da subjetivação/objetivação do sujeito. Além disso, segundo Foucault (2010b), a relação entre poder e saber deve ser tomada como vinculada ao lugar social ocupado pelo sujeito discursivo. A verdade, então, é entendida como uma construção, estando condicionada à posição ocupada pelo sujeito do discurso (FERNANDES, 2012).

No que se refere aos discursos legitimados, é um processo que a sociedade, a partir de um sujeito imaginário, toma para si um modelo e o segue como padrão, em que todos os sujeitos deveriam se subjetivar a partir dessa “normalidade” pré-estabelecida. Porém, frente a essa problemática, como já mencionado, nenhuma sociedade se faz homogênea em relação às subjetividades, pois diferentes formações discursivas coexistem e sublinham as inúmeras possibilidades de diferenciações na sociedade. E a linguagem literária pode ser destacada como discurso que foge dessa normalidade estabelecida e acaba por criar um universo particular, funcionando a linguagem por ela mesma.

Assim como as condições de possibilidade de emergência de discursos são heterogêneas, no tocante aos sujeitos não é diferente. Além de no interior de uma sociedade

conter sujeitos com formações distintas, um mesmo sujeito se constitui de forma heterogênea, portador de várias formações discursivas. Esse aspecto entra na esteira da historicidade do sujeito, marcado por rupturas e deslocamentos, além de sua peculiaridade histórica que o coloca sempre em processo de constituição. Então, seu caráter não linear e descontínuo lhe garante um complexo na sua constituição, inviabilizando uma homogeneidade que aparentemente pode parecer em funcionamento.

O caráter que se direciona para uma heterogeneidade do sujeito, tanto no que diz respeito ao sujeito quanto ao conjunto de sujeitos em uma sociedade, nos sinaliza para uma observação sobre a(s) infância(s) construídas nos poemas de Antunes e de Barros. Embora os sujeitos nesses poetas estejam voltados para a infância e esses escritores lancem mão da constituição dos saberes como pano de fundo para suas composições, há de se apontar distinções entre ambos. As infâncias ali formuladas não são iguais, a considerar não somente a existência de diferenças entre elas como também no âmbito da realidade, como os processos de movências, contradições e rupturas caracterizam essas infâncias como um lugar não fixo.

No contexto do *corpus* deste estudo, é possível sinalizar a heterogeneidade do discurso e, conseqüentemente, do sujeito, que entra na esteira da história pelas práticas discursivas que se alteram a cada período, e pelas relações de poder e de saber que emergem e/ou vão se apagando com o passar do tempo. Além disso, as relações discursivas defendidas sobretudo pelos teóricos aqui citados, sobretudo por Foucault (2008), apontam para essa heterogeneidade constitutiva do sujeito, em que um enunciado sempre se relaciona a outro, pautado nas transformações subjetivas e aderindo-se a diferentes formações discursivas.

É válido reiterar a linguagem literária como também sendo objeto de discurso e que produz sentidos. O discurso pode ser melhor entendido como algo que não existe fora do social, pela troca de sentidos entre os indivíduos, materializando-se pelos enunciados, constituindo seus falantes em sujeitos. Nessa linha de raciocínio, considera-se que os sentidos são construções, não são fixos e o sujeito é atravessado por uma complexidade de discursos que o constituem sem cessar, historicamente. Nesse processo, destacamos a formação discursiva como elemento relevante no qual o discurso se apoia.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifo do autor)

A produção, circulação e dispersão dos discursos, bem como dos sujeitos, ancora-se na dinâmica das formações discursivas múltiplas que funcionam historicamente. Os regimes de verdade que integram esse complexo repousam na engrenagem da mecânica do poder, tendo em vista que as denominadas verdades legitimadas exercem coerções sobre os sujeitos que as aderem ou a elas resistem. Porém, esse sistema integra, inclusive, formações discursivas antagônicas no interior de uma sociedade específica e a concepção de identificação a uma ou a outra formação não funciona exatamente por uma suposta liberdade do sujeito de escolhas; pois há um exercício de dominação sobre o mesmo, que entendemos como prática de subjetivação.

A constituição de sujeito na nossa sociedade se deve em grande dimensão às formas de controle, como, por exemplo, uma espécie de individualização pelo exercício do poder. Um exemplo disso é a infância que, ao mesmo tempo em que passa a ser considerada como ela mesma, por ser tratada como tal, advém daí uma forma de controle<sup>23</sup>. A noção de infância se dá, mais nitidamente, do ponto de vista educacional<sup>24</sup>, isto é, efetivamente no século XV, quando há uma evolução no sistema escolar, como afirma Ariès (1981, p. 110):

O estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude. Essa evolução da instituição escolar está ligada a uma evolução paralela do sentimento das idades e da infância.

Ocorre então um processo de formação da criança por meio da educação e uma separação dos estudantes por faixa etária. Dessa forma, é considerável que a criança passa por uma espécie de “identidade” no que tange à sua constituição como sujeito, que até então não era separada de outras categorias (como a dos adultos, por exemplo).

Essa lapidação da infância que toma por base o âmbito escolar entra na esteira da constituição por meio das práticas discursivas, em que a estratégia poder-saber de Foucault

---

<sup>23</sup> No contexto de uma evolução histórica, que a infância passa a ser observada como uma condição que lhe é própria, a criança adquire direitos, com destaque para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lançado em 1990, que vai para além da sua constituição no ambiente escolar. Trata-se de um documento jurídico brasileiro que funciona como dispositivo de controle da infância, atuando de forma integral quanto aos direitos e sanções aplicáveis a essa categoria, que, discursivamente, estabelece aquilo que pode e não pode para a infância, influenciando na constituição desse sujeito.

<sup>24</sup> Nossas análises são pautadas por um devir, que significa vir a ser, algo não fixo, mas que não significa imitar algo ou alguém. De acordo com Deleuze e Guatari (1997, p. 64), “Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos”. Embora esse conceito desconsidere classificações e faixas etárias, consideramos relevante abordar a história social da infância no sentido de que essas formas de controle estão para além de uma especificidade e reflete na produção discursiva da criança, no delineamento de infância.

(2010b) promove a emergência de uma espécie de sujeito que ganha notoriedade socialmente. Vale destacar também que as condições educacionais colocam o sujeito em relação com os saberes, com a linguagem, esta como sendo o elemento-chave nesse processo de constituição.

Isto posto, reiteramos que a noção de infância está intimamente ligada à concepção de um ambiente educacional, isto é, a instituição escolar. A referida revolução educacional, em que a escola medieval (colégios dos jesuítas, colégios dos doutrinários, colégios dos oratorianos, etc.) progride para o colégio moderno, perpassa por reformas quanto às regras de disciplina e de separação dos alunos por faixa etária. “A intervenção educacional tem um papel preponderante nessa linha, que é pensada desde a lógica da formação da infância. Ela adquire sentido na medida em que as crianças não têm um ser muito definido” (KOHAN, 2007, p. 120).

Essa modernização em relação à formação das crianças, com todos seus aparatos de funcionamento que reflete na constituição da infância, entra na esteira da noção de um sujeito histórico. As práticas educacionais seguem uma ordem que não é fixa, assim como as práticas discursivas e o funcionamento do poder que também é descontínuo, acompanhando a evolução dos tempos, provocando a emergência de sujeitos distintos ao longo dos tempos.

É preciso observar a infância de modo a considerá-la não como uma categoria composta de sujeitos que apresentam ausência do que se chama “adulto”, quer pelo aspecto discursivo ou pelas dimensões do corpo inferiores às de um sujeito adulto. É preciso atentar-se pela infância como algo singular, independente, apesar de integrar um processo de fase inicial de vida. O exercício do poder, ainda que funcione como mecanismo de controle para a constituição de suas subjetividades, deve ser observado como possibilitador de uma especificidade, algo que lhe é específico no curso de sua constituição como sujeito.

Nessa dimensão, é preciso verificar, nos poemas tomados para estudo, que a infância não deve ser entendida como uma fase que simplesmente antecede à adulta enquanto processo de maturidade, mas como algo que é sempre novo e único. Apesar de a infância estar associada a alguém ainda “sem identidade” (do ponto de vista de um sujeito em processo de construção da personalidade) como popularmente é vista, ela tem de ser observada como única, a infância como uma condição social própria pela linguagem. “Encerrada, pela linguagem que aprende a falar, nas formas de pensar próprias ao seu meio a criança pode apenas adotar as mesmas classificações de coisas e de causas” (WALLON, 1989, p. x).

Acrescentando alguns pontos acerca da infância, vale assegurar algumas questões sobre esse objeto. Considera-se que para além da visão de uma infância geral e convencionalizada, é preciso atentar-se para outro tipo de infância, a qual se dá dentro da

chamada infância minoritária. Os casos excepcionais também passam por processos de classificação por fugirem do comum, do contexto discursivo esperado para a infância, uma vez que está intimamente ligada a traços que caracterizam a criança individualmente, considerando que seja a parte “sensacional” dessa categoria. Abordando sobre essa outra infância, vale considerar que

[...] existe também uma outra infância, que habita uma outra temporalidade, outras linhas: a infância minoritária. Essa é a infância como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação. É a infância que interrompe a história, que se encontra num devir minoritário, numa linha de fuga, num detalhe; a infância que resiste aos movimentos concêntricos, arborizados, totalizantes: “a criança autista”, “o aluno nota dez”, “o menino violento”. É a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo, um sair sempre do “seu” lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados. (KOHAN, 2007, p. 94-95)

Verifica-se que na concepção minoritária ocorre uma espécie de algo extraordinário, já que acontecem fenômenos do ponto de vista da infância amplamente dividida. E essa não uniformidade, que foge dos padrões atribuídos à infância, é que se faz pensá-la como sinônimo de pluralidade, não cabendo o estabelecimento de uma forma única, delimitada. Na escrita de Antunes e de Barros, em especial na deste segundo, observa-se a materialização de um sujeito que vai para além de uma subjetivação tida como normal para uma criança. Aliás, o próprio Manoel de Barros declara, em alguns de seus poemas, que procura fugir do comum, ainda que procura retratar uma espécie de infância por meio de uma linguagem desnaturalizada, mas que se caracteriza como sendo muito além para uma subjetividade de criança.

Ainda que a infância seja classificada e controlada pelo exercício do poder, traços de sua constituição são apontados por Ariès (1981), que considera alguns aspectos como roupas, brincadeiras, costumes, relações com os adultos, e afirma ser por meio da educação, no caso da escola, como mencionado anteriormente, que a criança ganha uma caracterização mais nítida. Isto se dá no exercício do poder pelo dispositivo escolar que faz com que a criança, no âmbito da aprendizagem formal, se confunda com sua própria idade, a de ser criança. “A infância é associada à imaturidade, à minoridade, e seria um estado do qual haveria que se emancipar para se tornar dono de si mesmo. Ela é uma metáfora de uma vida sem razão, obscura, sem conhecimento” (KOHAN, 2003, p. 237).

O mecanismo de controle escolar que toma por base a separação por níveis e por faixas etárias sublinham a aceção de várias infâncias, como por exemplo, a primeira,

segunda e terceira infâncias, cada qual com suas necessidades, no ideal dos objetivos de constituição de cada fase. “Essa distinção das classes indicava, portanto, uma conscientização da particularidade da infância ou da juventude, e do sentimento de que no interior dessa infância ou dessa juventude existiam várias categorias” (ARIÈS,1981, p. 112). Então, esse exercício do controle sobre esses sujeitos sugere quais as relações discursivas cada fase estaria apta a se sujeitar, no âmbito desse espaço que apresenta o sentido de formação/constituição como um saber legitimado e convencional na sociedade.

No contexto das formulações foucaultianas quanto aos deslocamentos das práticas de poder, é válido destacar que, em se tratando da disciplina escolar, pode-se afirmar que, entre os séculos XIV e XVIII, a escola era rigorosa quanto a essa questão. Esse regime disciplinar sugere a concepção de fraqueza da infância, atrelada à responsabilidade excessiva dos mestres que o praticava. Já no século XIX o sistema de disciplina escolar se modifica no sentido de ir abolindo as práticas do castigo corporal, adotando-se uma nova concepção de educação em consonância com um novo sentimento de infância. Sobre esse progresso disciplinar, Ariès (1981, p. 119) aponta que:

O relaxamento da antiga disciplina escolar correspondeu a uma nova orientação do sentimento da infância, que não mais se ligava ao sentimento de sua fraqueza e não mais reconhecia a necessidade de sua humilhação. Tratava-se agora de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade. A criança era menos oposta ao adulto (embora se distinguísse bastante dele na prática) do que preparada para a vida adulta.

Portanto, um dos principais fatores de transformações diz respeito à modernização escolar, no sentido de haver deslocamentos no que tange à disciplina, ancorada na objetivação desse sujeito e as necessidades de seu processo de constituição a partir desse momento histórico. Essa relação entre tais práticas e os saberes é materializada nos poemas recortados para este estudo, tomando a educação escolar como instituição que sistematiza os regimes de verdade, estes quase que inquestionáveis. E o sujeito sinaliza esses conhecimentos de mundo, as verdades pré-estabelecidas, não no sentido de aderi-las, mas também de refutá-las para a abertura de novos saberes próprios da ordem discursiva literária.

A resistência às verdades instauradas historicamente, em especial na obra de Barros, aponta para as considerações de Foucault (1995) quanto às relações de poder no âmbito de sujeitos livres, que resiste aos discursos e aos sujeitos como condição própria de seu funcionamento. Essa premissa contribui para o sujeito resistente ao convencionalismo, o qual

abre novas possibilidades de constituição como meio de fuga do que lhe é imposto, dos controles que provocam amarras e moldam os sujeitos de acordo com cada época.

Pensar esse sujeito como quem se esquivava do mundo real, convencional, é rumar a outros moldes de constituição que são próprios da infância, em que a resistência funciona também como transgressão, para a entrada da criatividade, garantindo-lhe um status de liberdade. Quando esses poetas relacionam a linguagem que lhe caracteriza, que se assemelha ao poeta, coloca sobre a mesa a prática de uma resistência às coisas impostas, tendo a necessidade de busca de outras práticas discursivas que ocasionam a irrupção histórica de outros tipos de discursos e, conseqüentemente, de sujeitos da infância. “A linguagem da criança é, frequentemente, muito elíptica. Por um lado, de fato, seu material verbal é pobre. Aliás, não tanto como vocabulário, mas no uso a ser extraído dele”. Dessa forma, esse teórico sinaliza ainda que “As palavras não são tudo. Elas contraem, entre si, relações de sentidos sobre as quais é, habitualmente, inútil refletir para que provoquem suas conseqüências” (WALLON, 1989, p. 76).

Do ponto de vista de uma categoria de sujeito, como é o exemplo da infância, é impreciso defini-la de modo geral como se existisse um tipo padrão, que entra em consonância com a concepção de um sujeito universal. No entanto, há diferenças que se fundamentam, sobretudo, pela heterogeneidade, possibilitando infâncias plurais, anulando a possibilidade de uma homogeneidade em relação à infância.

Ainda que se pense numa infância ideal e singular, ou seja, padrão, não é possível entendê-la dessa forma, a tomar como exemplo os poemas de Antunes e de Barros que, ainda que apresentem semelhanças em relação à constituição do sujeito pelas suas relações com os saberes, diferenças são encontradas. A padronização seria uma concepção arriscada, que não funciona discursivamente, embora os regimes de verdade convencionais procuram controlar os modos de subjetivação em massa, fazer com que toda a população se constitua de um modo mais ou menos uniforme. As variações podem ser observadas também nas considerações de Kohan (2007, p. 31-32):

Não penso em uma infância ideal, perfeita, uma espécie de reino absoluto, subjetividade pura, essência incontaminada. Não, nada disso. A infância, presente, é algo deste mundo, plural; há muitas infâncias, de diversas formas, e o que me interessa é deixar que essas infâncias afirmem sua potência afirmativa da maneira mais aberta e livre possível.

Na contemporaneidade, a constituição da infância tem apresentando uma íntima relação com as tecnologias digitais, refletindo, inclusive, nos processos de ensino, isto é, nas

práticas institucionais de exercício do poder, concernente ao momento histórico. Essa manifestação da descontinuidade exige um repensar desses aspectos históricos, na evolução e transformações desse sujeito, sempre se rompendo e se deslocando em relação a si mesmo em relação a momentos anteriores. O modo de acesso da criança aos saberes e regimes de verdade, bem como sua fase inaugural, podem ser observadas como controlados, e colocá-la na condição de uma infância única, generalizada.

Essa generalização assume um lugar que se fundamenta também do ponto de vista da aquisição da linguagem pela criança, o que não é nosso foco neste trabalho, como já mencionado, embora a infância se constitua por meio da linguagem. É recorrente a expressão “aquisição da língua/linguagem”, que evoca a aceção de um início de acesso aos saberes e que acaba colocando a infância em status de inferioridade, isto é, significando que a criança tomará para si o que ainda se encontra em falta. No entanto, não se pode confundir aquisição da linguagem com as práticas discursivas, teoria que fundamenta nossa investigação e que ocupa outro lugar nesse processo de relação do sujeito com a linguagem.

A concepção de uma infância única e ideal parece encontrar sustento a partir do momento de sua visão como ela mesma, passando a ser considerada como denominação ampla de sujeitos de direitos e de deveres, uniformizando as várias possibilidades de infâncias. Frente ao que propõem as obras em estudo, de Antunes e de Barros, considera-se que a infância é tomada como si mesma, retratando sua visão ao mesmo tempo curiosa, crítica e criativa, e por outro lado, aquilo aparentemente óbvio sobre as coisas. Essa criticidade, digamos, “inocente”, revela um processo de construção sobre as coisas, isto é, pela sua curiosidade acerca daquilo que lhe é novo, resistindo a práticas convencionais. Diante de tais circunstâncias, a criança formula seus conceitos de forma a revelar um ser em processo de evolução no sentido de se conceituar as coisas que a cercam.

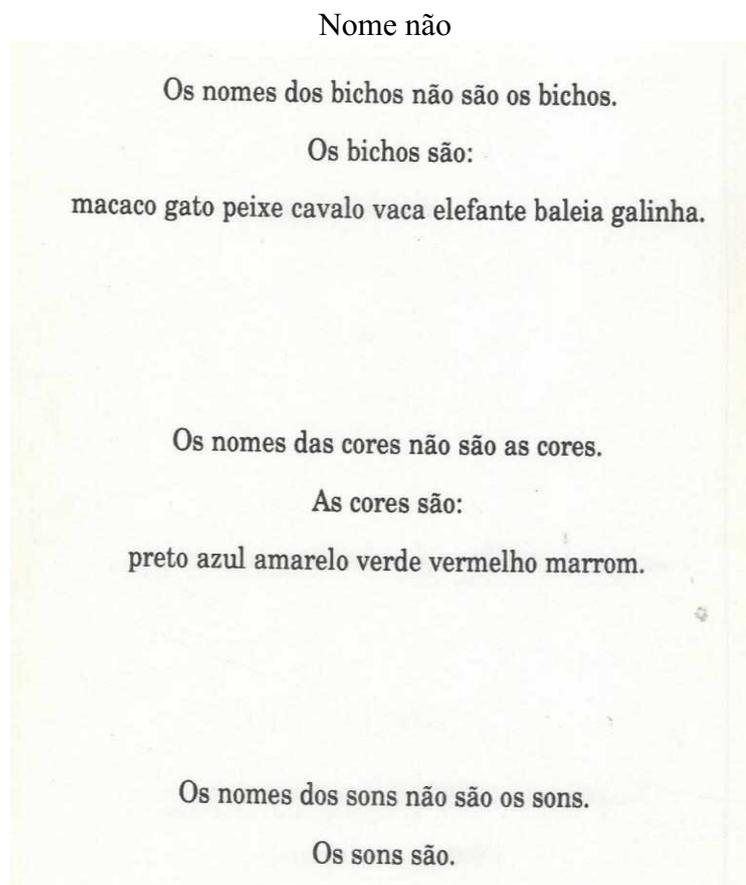
Essa aparente liberdade do sujeito construído nos poemas, embora aponte para novos modos de constituição, acaba por se limitar aos textos literários, que resistem aos discursos convencionais em detrimento de criações de novos a sua maneira. Por outro lado essa prática de liberdade pode ser observada também nas brincadeiras das crianças. Porém, sabe-se que na realidade os meios de controle são bastante arraigados, embora não fixos, os processos de constituição vinculam-se aos regimes de verdade convencionais. Em relação à infância, suas práticas perpassam pela família, pela escola e pela sociedade, formando um todo complexo que moldam sua constituição, tendo em vista os exercícios de poder-saber e seus efeitos nesse movimento constitutivo de sujeitos.

Considerando essa problemática, propomos uma análise de poemas, objeto desta

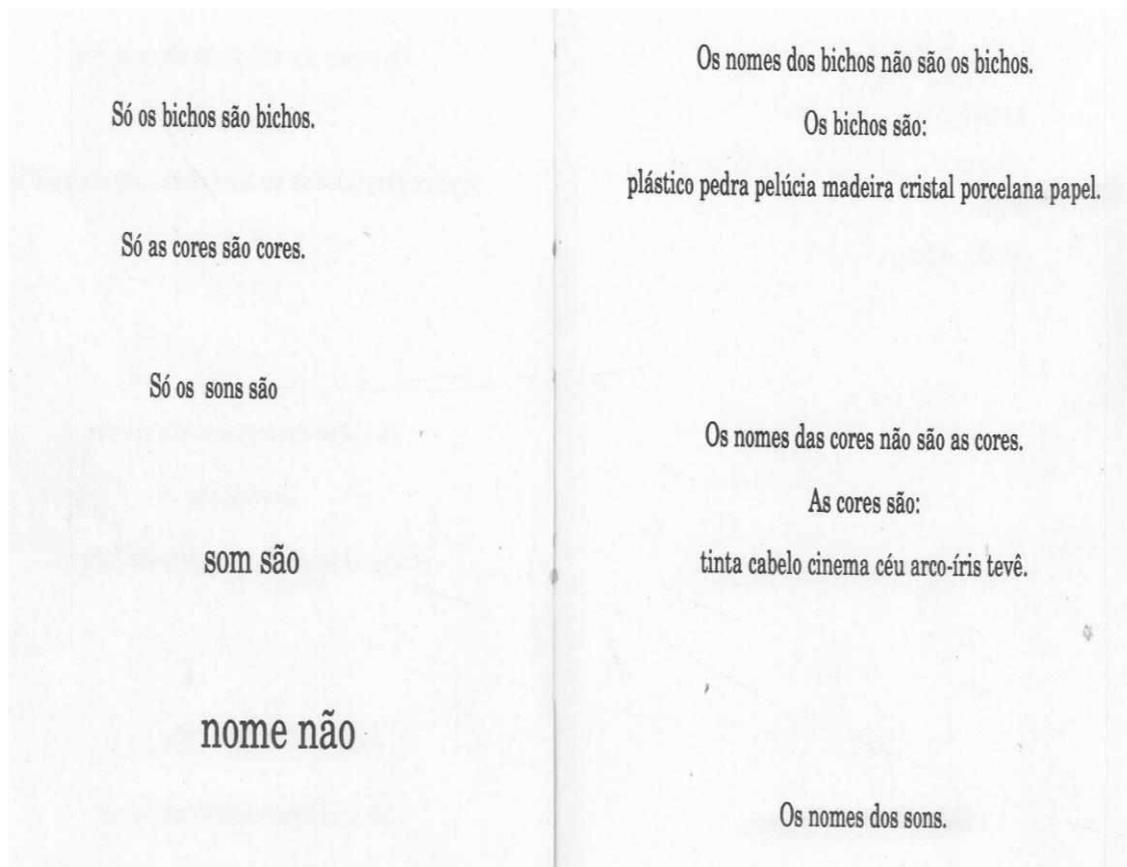
pesquisa, apreendidos como construção discursiva que será problematizada, sobretudo, pelas formulações de Foucault. É observável que os poetas Arnaldo Antunes e Manoel de Barros abordam a infância de forma recorrente em suas obras, fator que nos leva a lançarmos um olhar mais apurado para os modos como esse sujeito se constitui pelas suas práticas discursivas, tendo em vista também as teorias sobre a infância. Assim sendo, seguem as análises de 6 (seis) poemas desses poetas, sendo 3 (três) de cada.

### 3.1 Análise do poema “Nome não”

Os poemas de Arnaldo Antunes recortados para análise neste capítulo foram extraídos do livro *Tudos* (1990). Como já mencionado, várias composições poéticas desse escritor foram relançadas posteriormente à escrita em livro, por meio de videopoemas, como por exemplo, o poema “Nome não” que pode ser acessado no *YouTube*<sup>25</sup>, cuja montagem estabelece uma fusão semiótica entre palavra, som e imagem, possibilitando sentidos múltiplos em meio a esses recursos audiovisuais. Vejamos o referido poema:



<sup>25</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FM8Q517cjS8>>.



(ANTUNES, 1990, s. n.)

O poema faz menção, ainda que talvez de forma indireta, à noção de signo na perspectiva de Saussure (1995), com o objetivo de abordar o funcionamento do signo linguístico pelos elementos significante, significado e referente. Além disso, esse linguista sublinha a arbitrariedade do signo, tendo em vista as imotivações em relação às nomeações das coisas, sem uma relação precisa entre os aspectos mencionados que compõem esse funcionamento da língua.

Partindo dessa concepção saussuriana, a análise discursiva, que é nosso objetivo aqui, pode tomar por base essas concepções e mostrar como esse jogo sinaliza o sujeito materializado no poema. Embora possa ser tomado como uma brincadeira de criança, o enunciado aponta para uma realidade silenciada em relação aos saberes convencionais sobre a linguagem, a nomeação das coisas que nos cercam, cujos regimes de verdade nos subjetivam de forma tácita, historicamente, dando a ilusão de verdades absolutas e não construídas.

Foucault (2007b) aponta a relação entre verdade e poder, destacando que o que está em jogo não se trata de mudar a consciência das pessoas ou de criticar os discursos postos, mas de se posicionar frente às políticas da produção de verdades. Por outro lado, também não se trata de desvincular a verdade do poder, tendo em vista que a própria verdade é o exercício

do poder, mas de colocar em xeque o poder da verdade ligado às legitimidades vigentes. O sujeito procura então quebrar a lógica desse discurso construído historicamente em relação ao funcionamento dos signos linguísticos.

O sujeito faz uma provocação em relação aos signos linguísticos por meio de uma negação quanto a essa automatização que sugere uma relação entre significantes, significados e seus referentes. “Os nomes dos bichos não são os bichos. / Os bichos são: / macaco gato peixe cavalo vaca elefante baleia galinha.” Para tanto, aponta para a existência real das coisas nomeadas e seu discurso revela que as coisas são as próprias coisas em si, excluindo a concepção de significante como sua representação nominal. O enunciado, que caracteriza uma musicalidade, sobretudo pela ausência de vírgulas nas enumerações de coisas, sugere a constituição do sujeito da infância, pela sua enunciação de forma rápida e reiterando essa não adesão aos padrões formais de enunciação, sobretudo pela escrita. Além disso, essa desconstrução de verdades pela própria linguagem pode ser apontada como uma brincadeira que aponta para outras possibilidades de significações.

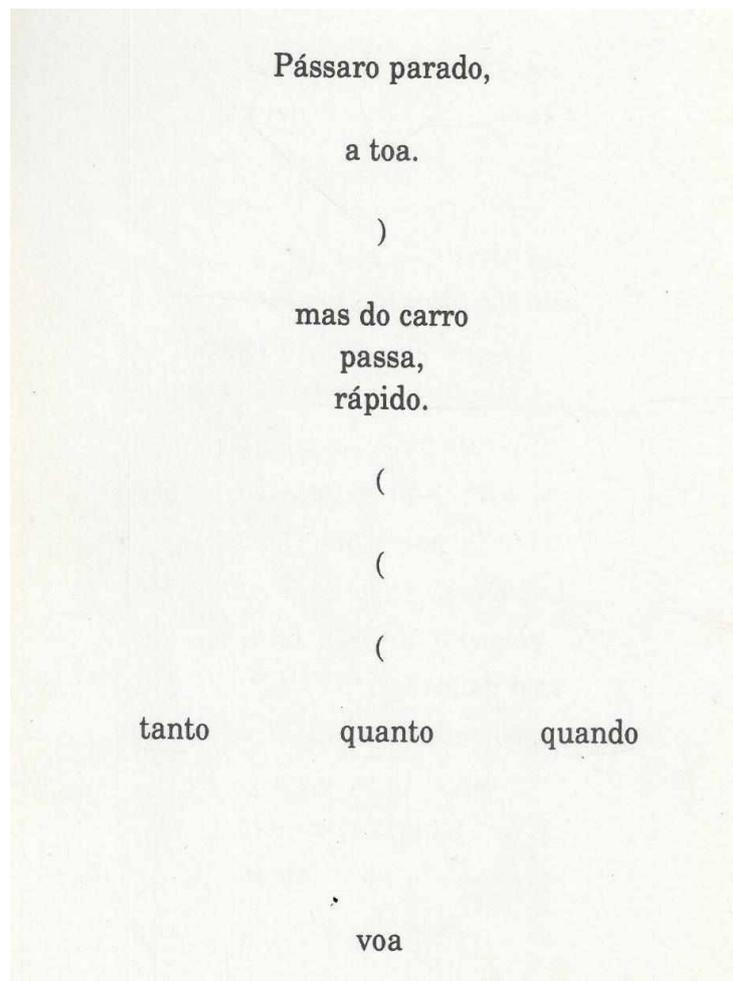
Esse jogo enunciativo desconstrói discursos convencionais. Embora tido como um discurso literário e, portanto, ficcional, o realismo possibilita ao sujeito uma construção do caminho inverso: jogar por terra uma inverdade legitimada e trazer à tona a real verdade apagada no contexto das práticas discursivas que integra a tradição da sociedade. Por meio dessa resistência de que os nomes são tomados como as próprias coisas, “Os nomes das cores não são as cores”, o sujeito vai se constituindo nesse jogo entre o verdadeiro e o falso nessa construção discursiva, ainda que posteriormente são resgatados os significantes (e implicitamente seus significados) como forma de demonstração das verdadeiras coisas “As cores são: / preto azul amarelo verde vermelho marrom.” Essas referências colocam em xeque verdades legitimadas, que as práticas usuais da linguagem nem sempre condizem exatamente com o que se referem, isto é, que a verdade é criada.

No que tange a essa prática discursiva, que resiste à arbitrariedade do signo e aponta para outra verdade, sensível ao sujeito, coloca em cena também outro jogo em sua materialidade linguística que configura o sujeito da infância: a brincadeira com as palavras quanto à função semântica: “Só os bichos são bichos. / Só as cores são cores. / Só os sons são”. Essas construções enunciativas demarcam uma resistência, ainda que de forma lúdica, quanto às nomeações convencionais das coisas, prática discursiva que constitui esse sujeito no entrelaçar entre língua/linguagem e história, reforçada pela ampliação do verso “Nome não”. O discurso desse verso cria um efeito de certeza de que a palavra não é a coisa propriamente

dita, como aparentemente é apresentada. O sujeito apela para a transgressão em relação à língua. Essa visão que configura o sujeito pode ser observada também no poema seguinte.

### 3.2 Análise do poema “Pássaro parado”

O poema ilustra de forma rápida uma situação de movimento entre dois objetos, sendo que ambos apresentam a condição de se movimentar e se confundem nesse movimento quando um passa pelo outro. Nessa abordagem, vale destacar que dois espaços entram em cena, o ar e a terra, sendo que um elemento se caracteriza como natural (pássaro) e o outro, material (carro), este fruto da criação humana. O que está em jogo e qual dos elementos encontra-se em movimento nesse encontro ligeiro que os atravessa, cujo discurso sinaliza para a configuração do sujeito materializado no enunciado.



(ANTUNES, 1990, s. n.)

O discurso que remete a uma observação de um pássaro, ao qual se atribui convencionalmente à função de voo, materializa um estado contrário a essa faculdade, haja

vista que sua função é estar em movimento. No entanto, seu encontro com o automóvel, ao qual também é atribuída essa função de se locomover, provoca uma inversão nesses elementos: “Mas do carro / passa, / rápido.” O sujeito transfere o movimento do carro para o pássaro, invertendo os estados de ambos. Trata-se da possibilidade de se aderir a outros saberes sobre o mundo que o cerca pela observação imediata das coisas, desprendendo-se da realidade em relação ao funcionamento dos objetos, que são comumente aderidos à infância, como possibilidade de apontar o funcionamento inverso das coisas.

Esse sujeito em relação com a infância se constitui nessa prática discursiva por meio de analogia e curiosidade, estabelecendo uma lógica fundada no seu próprio regime de verdade, uma vez considerando que o carro atribui ao pássaro a concepção de movimento, de estar voando, ainda que este esteja parado. Se por um lado o pássaro parado sinaliza uma estaticidade em relação a outros elementos, estáticos, diante daquilo que também movimenta, o discurso muda: “tanto quanto quando / voa”. Isto é, a sensação de se estar em um carro correndo atribui a tarefa do movimento não a este, mas ao pássaro que passa depressa, sugerindo que o sujeito da infância porta uma vontade de verdade que foge da convencional.

No contexto das práticas discursivas, o sujeito é regido por vontades de verdade, que funcionam como um sistema de exclusão que privilegia certos discursos em detrimento de outros (FOUCAULT, 1999). Por essa via teórica, entende-se que o sujeito exclui a concepção de movimento atribuída ao carro e atribui o movimento ao pássaro, assim como os regimes de verdade são estabelecidos na sociedade, por meio da separação entre o verdadeiro e o falso. Essa vontade de verdade pode ser relacionada também com as formas linguísticas (semântica/significação), pois, assim como os elementos que apresentam suas posições invertidas (parado/em movimento), as palavras também mudam de sentido de acordo com o contexto, em especial no contexto da infância.

A condição de possibilidade de emergência desse sujeito encontra-se respaldo no diálogo que Antunes faz com a escrita de Manoel de Barros, este inclui ave/pássaro de forma recorrente em sua obra. Esse elemento da natureza, tendo em vista a tarefa de alçar voo, sugere um discurso de liberdade e pureza, de forma a se libertar das amarras que muitas vezes prendem a constituição de sujeito de forma estereotipada. O que se observa no sujeito materializado no poema é contrário a essa premissa, pois novas possibilidades são instauradas. Ainda que estático, o pássaro passa rápido pelo carro, atribuindo um efeito de movimento, de liberdade, de forma a sugerir que a ave parada, não engaiolada, não rompe com seu ofício peculiar, mas que apenas adere a uma descontinuidade nessa sua prática, a outra posição possível de se movimentar.

O discurso materializado no poema antuneano constrói, então, lugares de verdade e possibilidade de constituição de um sujeito da infância no âmbito da história, construindo um universo discursivo por meio de saberes avessos à realidade. “Pássaro parado” refere-se a uma posição incomum da ave, mas que ainda assim, outras possibilidades de movimento são construídas, bem como são apontadas no decorrer do enunciado, que simboliza esse evento também pela forma representacional de movimento, por meio da materialidade linguística (parênteses). Além disso, esse gesto rápido de movimento se direciona para a constituição do próprio sujeito da infância, pela efemeridade de atenção às coisas que a cercam, observando e se referindo aos movimentos das coisas de forma ligeira, assim como é materializado no próximo poema.

### 3.3 Análise do poema “As pedras”

No livro *As coisas*, Antunes produz poemas, cujos enunciados sinalizam vontades de verdade de um sujeito da infância, pelas práticas discursivas que possibilitam uma relação do sujeito com o mundo imediato, pautado por uma observação rápida e, em certo sentido, complexa das coisas. O poema abaixo, contido no livro *Tudos*, não foge a essa relação do sujeito com os saberes, cuja visão prática dos elementos da natureza permite uma descrição de fenômenos que apontam para uma gama de discursos.

#### As Pedras

As pedras são muito mais lentas do que os animais. As plantas exalam mais cheiro quando a chuva cai. As andorinhas quando chega o inverno voam até o verão. Os pombos gostam de milho e de migalhas de pão. As chuvas vêm da água que o sol evapora. Os homens quando vêm de longe trazem malas. Os peixes quando nadam juntos formam um cardume. As larvas viram borboletas dentro dos casulos. Os dedos dos pés evitam que se caia. Os sábios ficam em silêncio quando os outros falam. As máquinas de fazer nada não estão quebradas. Os rabos dos macacos servem como braços. Os rabos dos cachorros servem como risos. As vacas comem duas vezes a mesma comida. As páginas foram escritas para serem lidas. As árvores podem viver mais tempo que as pessoas. Os elefantes e golfinhos têm boa memória. Palavras podem ser usadas de muitas maneiras. Os fósforos só podem ser usados uma vez. Os vidros quando estão bem limpos quase não se vê. Chicletes são pra mastigar mas não para engolir. Os dromedários têm uma corcova e os camelos duas. As meia-noites duram menos do que os meio-dias. As tartarugas nascem em ovos mas não são aves. As baleias vivem na água mas não são peixes. Os dentes quando a gente escova ficam brancos. Cabelos quando ficam velhos ficam brancos. As músicas dos índios fazem cair chuva. Os corpos dos mortos enterrados adubam a terra. Os carros fazem muitas curvas pra subir a serra. Crianças gostam de fazer perguntas sobre tudo. Nem todas as respostas cabem num adulto.

(ANTUNES, 1990, s. n.)

No que concerne à materialidade do poema, observamos que seus versos apresentam uma estrutura sintática regular, com sujeito e predicado de modo ordenado (orações diretas), não complexos, configurando o sujeito de modo a possibilitar a aproximá-lo do universo da infância. Essa materialidade pode ser observada também como uma característica regular da poesia de Antunes, uma vez que analisar elementos do mundo à volta do sujeito é uma peculiaridade de sua escrita.

O enunciado aponta para analogias do cotidiano, que aponta para a infância como linguagem, com destaque para a intensidade nesse processo de relação com as coisas que a cercam: “As chuvas vêm da água que o sol evapora. / As máquinas de fazer nada não estão quebradas. / Os rabos dos cachorros servem como risos.” Ou seja, há percepções que requerem do sujeito um saber já considerável, o que possibilita ser classificada como uma infância minoritária (KOHAN, 2007), pela excepcionalidade em relação a seus enunciados que a distinguem de uma infância universal, embora toda criança pode apresentar uma subjetividade do ponto de vista a observar e a questionar as coisas a sua volta.

Por outro lado, alguns versos criam efeitos de verdade, configurando o sujeito no que concerne a nomear fenômenos de forma incomum, não usual, rumando ao inusitado: “As pedras são muito mais lentas do que os animais.” (como se as pedras se movimentassem), “As vacas comem duas vezes a mesma comida.” (gesto observável do movimento repetitivo das vacas de retornar a comida do bucho para a boca e vice-versa, ao que se denomina ruminar) e “Os elefantes e golfinhos têm boa memória.” (atribuição de racionalidade, exclusiva do ser humano, a animais). Trata-se de um saber sobre esses animais. Já outros são elencados de modo a estabelecer um resgate da normalidade do funcionamento das coisas que funcionam por exceções às demais: “Chicletes são para mastigar mas não para engolir.” (nem tudo que se mastiga pode ser engolido), “As tartarugas nascem em ovos mas não são aves.” (não apenas aves são ovíparas), “As baleias vivem na água mas não são peixes.” (nem só peixes vivem na água).

Nessa linha de raciocínio o sujeito vai enumerando saberes e resgatando, por meio de um raciocínio apurado, elementos que por vezes são apagados pela legitimação dos discursos. Algo que talvez possa ser tão óbvio a ponto de não ser perceptível e mencionado nas práticas discursivas convencionais, considerando a analogia desses elementos realizada, seja por brincadeira com as coisas, ou pela simples demonstração de outro universo que merece ser ressignificado como próprio da infância.

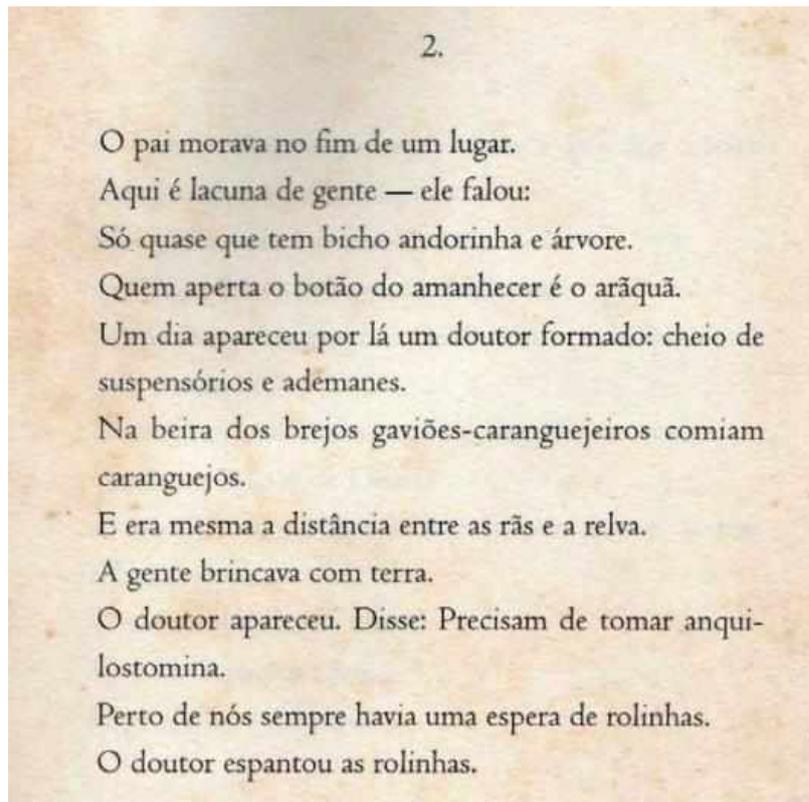
Como observado, o enunciado engloba um emaranhado de discursos de várias naturezas, que na concepção teórica adotada é denominado de heterogeneidade discursiva. Então, é possível afirmar que o sujeito se constitui por essa gama de discursos que o atravessam, inviabilizando a possibilidade de uma unidade em seu interior, dadas as vontades de verdade que se vinculam à história. A heterogeneidade se assenta também na concepção de ruptura, da descontinuidade do sujeito:

Temos de tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência. As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente. (FOUCAULT, 2008, p. 165)

A infância é então materializada pela sua prática discursiva, respaldada pela curiosidade em relação ao mundo que a cerca: “Crianças gostam de fazer perguntas sobre tudo. Nem todas as respostas cabem num adulto.” Esses versos sugerem as relações entre sujeitos no processo de constituição, bem como o raciocínio apurado da criança materializada no enunciado, que, quando não espelhado no discurso de um adulto, inventa coisas, assim como a brincadeira, descompromissada com vínculos e com a convencionalidade dos saberes. Essa relação entre sujeito e saberes no seu processo de constituição pode ser observada também nos poemas de Barros, como mostraremos a seguir.

### **3.4 Análise do poema 2 da primeira parte: “A arte de infantilizar formigas”**

O sujeito na poesia de Manoel de Barros se constitui por meio de discursos complexos, tendo em vista as próprias características desse poeta, cuja linguagem pode não ser acessível à primeira vista, e a materialização de práticas languageiras incomuns. Os poemas recortados para análise neste capítulo integram o *Livro sobre nada* (1996), título sugestivo que cria um efeito de sujeito vazio, discursos descompromissados e, segundo o próprio poeta, portadores de “desutilidades” no percurso de sua própria ordem. O livro é dividido em quatro partes: “A arte de infantilizar formigas”, “Desejar ser”, “O livro sobre nada” e “Os Outros: o melhor de mim sou Eles”, cujos poemas são numerados e sem títulos. Vejamos o primeiro poema:



(BARROS, 1996, p. 13)

O enunciado materializa um sujeito que se constitui por meio de práticas em um espaço específico e por relações de poder (pai, doutor) que acabam por interferir nas suas condutas. A sensação em relação ao meio que o cerca sugere uma diferenciação entre espaço natural e espaço habitável por humanos, em que os sujeitos pai e filho vão na contramão dessa determinação, como pode ser observado em “Aqui é lacuna de gente – ele falou: Só quase tem bicho andorinha e árvore”. Por outro lado, a prática discursiva em um espaço específico coloca em evidência possibilidades outras, em que é possível o sujeito se constituir de forma diferenciada em relação às práticas tradicionais.

“Lacuna de gente” aponta para uma preferência em se relacionar com a natureza (árvore e bichos) em detrimento com outros humanos, como uma válvula de escape para outros modos de subjetivação. “Quem aperta o botão do amanhecer é o arãquã”, outro saber sobre o amanhecer, da experiência, não o saber formal, sinaliza uma transição nos dispositivos de poder, em que elementos do mundo convencional são substituídos por componentes da natureza, como condição de possibilidade que norteia a constituição do sujeito da infância. As próprias infâncias se confundem com a natureza, pelos modos simples e sem a presença da tecnologia no seu cotidiano (“A gente brincava com terra.”).

A relação poder-saber pode ser constatada não apenas na relação entre pai e filho, mas também, e principalmente, pela referência a um médico: “Um dia apareceu por lá um doutor formado: cheio de suspensórios e ademanes.”, relação de poder que pode ser entendida como aspecto que desloca o sujeito, pelo exercício do controle que desestabiliza o sujeito criança de suas práticas. Então, o contraste entre duas vontades de verdade distintas emerge nesse espaço, em que o sujeito médico procura interferir na conduta da criança: “Precisam de tomar anquilostomina. / O doutor espantou as rolinhas.”. O primeiro verso refere-se à medicação comum para crianças (Ankilostomina Fontoura), fortificante lançado e propagado em 1929. Esse exercício do poder é bastante comum na sociedade, pois a concepção de que a criança que brinca na terra precisa de tomar vermífugo não deixa de ser uma forma de controle sobre essas práticas na infância.

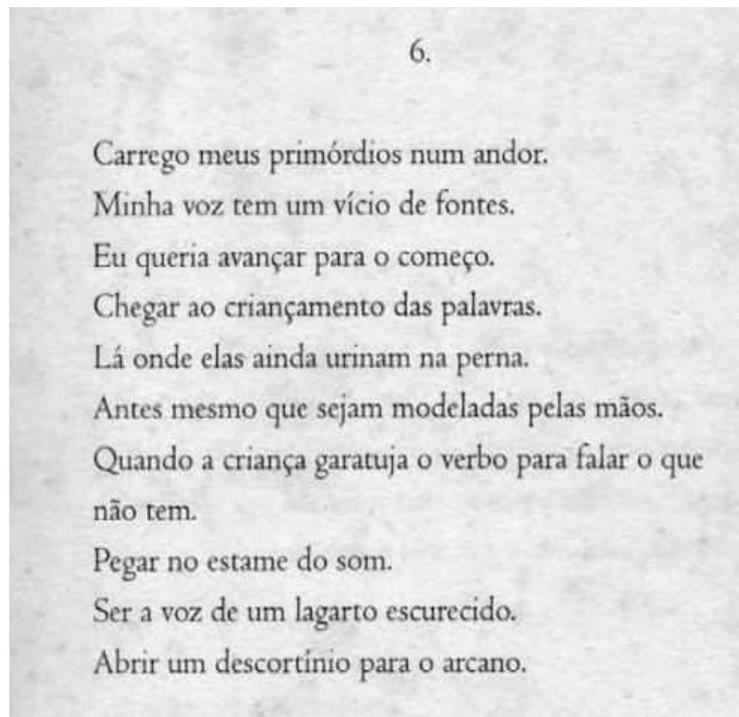
Nessa interferência ocorre então uma espécie de ruptura do sujeito no seu processo de constituição, bem como ele próprio se sente deslocado frente ao que lhe é imposto. Quando Foucault (2007a) mapeia a arqueologia das ciências humanas, a questão-chave que procura elucidar é a sua descontinuidade, a não linearidade no seu funcionamento histórico. Essas transformações históricas provocam efeitos de sujeitos que também se deslocam, como consequência das práticas discursivas sempre em movimento. “Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 1999, p. 58).

Relações de saber e de poder nesse espaço da natureza constituem o sujeito, que acaba por aderir às vontades de verdade de seu pai, modo de constituição que se diferencia dos moldes convencionais de se fazer sujeito na sociedade. A natureza é tomada como um espaço de possibilidades outras, que é possível considerar o homem também como seu elemento, em que os dispositivos naturais podem funcionar também como um regime de verdade nesse contexto. Esse processo de constituição da infância, que toma elementos da natureza como dispositivos, pode ser observado também no poema seguinte.

### **3.5 Análise do poema 6 da segunda parte: “Desejar ser”**

A poesia de Manoel de Barros, dentre outras características, apresenta a peculiaridade de um retorno às origens, isto é, um regresso a estágios incipientes das coisas. Os discursos apelam para um tom nostálgico, em que o sujeito expressa suas sensações, possibilitando apontar sua vivência da infância como condição para essa característica

poética, que materializa um sujeito da infância alicerçado pelas suas práticas discursivas. Vejamos o poema seguinte:



(BARROS, 1996, p. 47)

O enunciado explicita que o sujeito não é uma criança, uma vez que seu desejo de regressar a essa fase o denuncia como adulto, cujas práticas discursivas da infância vão sendo descritas à medida que a poesia vai ganhando corpo. Ressalta-se que esses apontamentos nada mais são do que a inscrição do sujeito em uma posição imaginária, tendo em vista que é projetada uma infância ideal e aspectos dos quais o sujeito destaca. Além disso, aponta para o desejo do poeta de se aproximar da infância.

Os elementos condizentes às práticas discursivas entre dois tipos de sujeitos (criança e adulto) apontam para uma constituição que se materializa pela diferença, isto é, desejo de ser um sujeito que não o é no presente da enunciação. “Minha voz tem um vício de fontes” sugere, pela lembrança nostálgica, uma transformação do sujeito, na sua condição de descontinuidade, de ruptura no curso da história, cuja constituição vai sendo modificada de acordo com os regimes de verdade instaurados.

Embora os enunciados estejam sempre retomando outros, produzidos e dispersados historicamente, o sujeito não retorna a estágios anteriores: “Eu queria avançar para o começo.” O enunciado aponta para constituições distintas de um sujeito que almeja uma (des)subjetivação na atualidade e se constituir no regresso da história quando da infância, cujos traços que o identificariam são diversos dos do presente. Na perspectiva foucaultiana, as

tecnologias de poder se transformam e são diluídas na sociedade, vinculadas à história e que, embora os discursos recuperem outros do passado, seus sentidos são transformados, sofrem deslizes. Então, a repetição de constituição de sujeito é nula, pois a memória não retoma práticas para seu funcionamento idêntico ao anteriormente vivenciado, mas de forma contingencial, de acordo com as condições sócio-históricas que as sustentam.

A constituição de um sujeito ligado à infância, almejado pelo sujeito, sugere traços que rumam para práticas de criança como condições que lhe são próprias, que sugerem uma linguagem como sendo própria da infância: “Chegar ao criancamento das palavras. / Lá onde elas ainda urinam na perna. / Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos. / Quando a criança garatuja o verbo para falar o que não tem.” Há efeitos típicos da poesia barreana e que resgatam práticas peculiares da infância (uso de linguagem simples, questionamentos sobre tudo, criações e brincadeiras com a linguagem; fazer xixi na roupa), aspectos legítimos dessa configuração de subjetividade traduzidos em memórias.

Kohan (2003) aponta as formas como a infância é percebida socialmente, isto é, como se dá sua objetivação frente as suas práticas discursivas, que é associada à imaturidade pelo seu estágio inicial de constituição. O “criancamento das palavras” sugerido pelo sujeito demarca a especificidade do sujeito como processo composto por peculiaridades, considerando que se trata de uma fase de constituição em que a limitação lexical é refletida nesse processo (WALLON, 1989). No entanto, “limitação” não no sentido de inferioridade, mas de especificidade, condição que lhe é própria. Então, figuram-se criações inusitadas, brincadeiras com as palavras, não apresentar domínio da linguagem.

As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao nível perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 58)

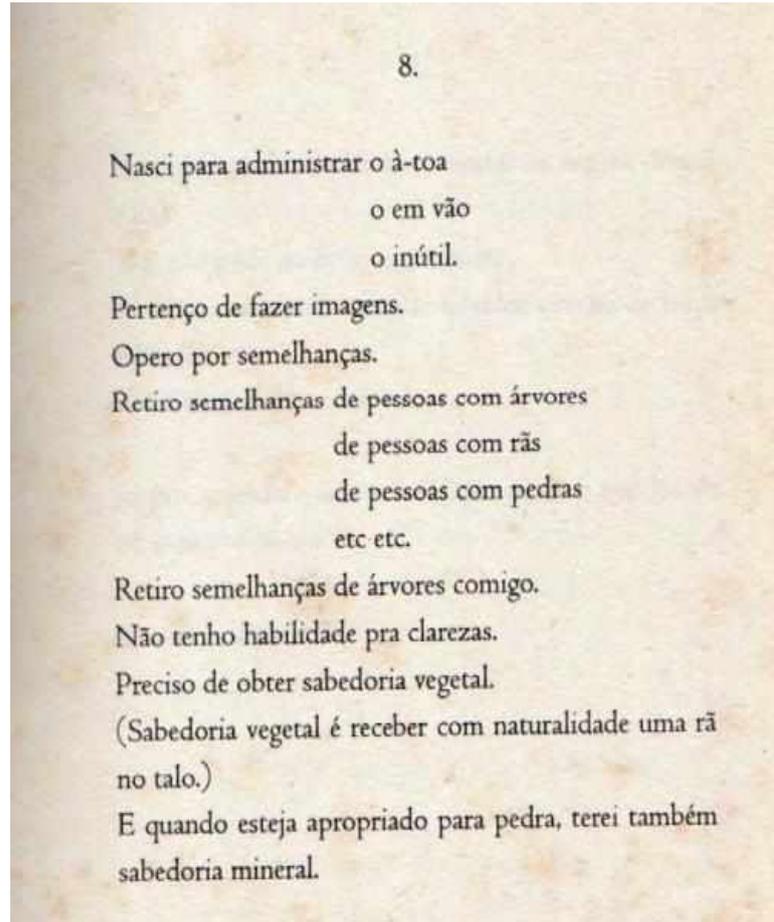
A proposição foucaultiana clareia o entendimento da condição do sujeito ao mencionar seu regresso a um lugar que já havia ocupado, explicitando as possibilidades nos modos de se fazer sujeito. Ao realizar esse resgate discursivo que confronta com a constituição do sujeito na atualidade, emerge uma resistência em relação a sua condição no presente. “Carregar seus primórdios num andor” resgata discursos que integram sua

constituição em tempos remotos, mas não é o suficiente para um regresso à infância, que no curso de rupturas e descontinuidades, as retomadas e reconstruções configuram sentidos outros e fazem emergir outras formas de sujeito, ainda que esses discursos funcionem como efeito de arquivo de outras épocas. Essa fuga do presente sugere também uma espécie de subjetivação, embora o sujeito detenha liberdade de escolha no seu processo de constituição, essa autonomia nada mais é do que uma ilusão, devido a forças superiores, mas que ele é capaz de transgredir, pois ele expõe sua vontade de verdade.

Isto posto, no alicerce de discursos não condizentes com o presente da enunciação, o sujeito faz um resgate discursivo e busca se constituir por meio de discursos deslegitimados, que fogem da ordem de seu presente. Esse desejo de um deslocamento não deixa de ser uma resistência a si próprio, de modo a se inscrever em formações discursivas com as quais se identificam, cuja nostalgia aponta para um movimento dinâmico quanto às práticas, inviabilizando seu regresso à vida pregressa. O enunciado resgata e configura um sujeito com um discurso peculiar, ausente no seu momento presente e ligado à infância, que constitui suas práticas.

### **3.6 Análise do poema 8 da segunda parte: “Desejar ser”**

Assim como nos dois poemas anteriores, neste seguinte o sujeito tece seu enunciado por meio de primeira pessoa que, ao discursivizar, materializa uma configuração das práticas que constituem o sujeito. No contexto dessa enunciação, procura fugir dos discursos e dos sujeitos convencionais, construindo modos de subjetivação próprios, por meio de outras ordens discursivas.



(BARROS, 1996, p. 51)

Na emergência de discursos pelas práticas no contexto social, à medida que alguns ganham visibilidade outros são excluídos, apagados. Na contramão dos discursos que se direcionam para a hegemonia, tendo em vista as relações e os efeitos de poder nesse processo de legitimação, Barros procura fugir dessa ordem e elencar outros modos de prática. Seus discursos no campo da poesia possibilitam denominá-lo de “poeta das miudezas”, bem como se observa na crítica literária e em inúmeros trabalhos de pesquisa que o tomam objeto. Isso significa que, sob o viés da infância, seus saberes apontam para possibilidades outras, em que seus discursos são pautados por intensidades como efeitos dessa aparente simplicidade.

Como é sabido, o sujeito se constitui por meio de suas vivências sociais e vai se configurando no interior de um imaginário que se vincula aos regimes de verdade ao longo da história. Então, um modelo de sujeito, tido como ideal, perpassa pelo olhar social, pela objetivação, por um processo de inclusão ou de exclusão em determinada sociedade. Na criação literária esse funcionamento é diferenciado, pois o poeta possui pode criar sujeitos de variados formatos, não tendo a necessidade de se manter preso à ordem da realidade que controla modos de constituição convenientes. O enunciador, ao criar um sujeito em primeira

pessoa, constrói um formato próprio de sujeito e de se desvincular do discurso utilitário: “Nasci para administrar o à toa / o em vão / o inútil.”

O verso destacado acima sugere um sujeito da infância que procura buscar outro horizonte no processo de constituição, construindo um caminho de despropósito, em que virar a realidade do avesso passa a ser seu ideal, na condição de se aderir ao (des)legitimado. A desutilidade se transforma em útil para o sujeito que se filia a outras esferas discursivas e resiste ao previsível (o que é útil no convencional). Embora quando se pensa em sujeito, no âmbito dos estudos discursivos, tem de se entendê-lo como da ordem do social, a concepção que o enunciado passa ao leitor é de que a busca por uma constituição própria que se filia a outro formato social.

Essa revirada constitutiva apela por discursos que se direcionam para o inusitado, como característica própria do poeta em questão: “Retiro semelhanças de pessoas com árvores / de pessoas com rãs / de pessoas com pedras / etc etc.” Três elementos da natureza tão distintos entre si, sendo cada um de uma ordem (vegetal, animal e mineral), em que o sujeito aponta uma relação que inclui o ser humano como integrante da natureza, o que na realidade convencional pode parecer isolado dos elementos naturais. Essa objetivação do sujeito (homem) que é configurada, revela o ideal próprio de constituição do sujeito frente aos elementos naturais, incluindo-se e a todos nesse processo de simbiose. Instaure-se, assim, um efeito de verdade por meio dessa possibilidade discursiva. “Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante” (FOUCAULT, 2010b, p. 229).

A condição de possibilidade de emergência do sujeito relacionado à infância e sua relação com a natureza é uma peculiaridade do poeta em estudo, que pode ser percebida de forma recorrente na sua obra. “Retiro semelhanças de árvores comigo. / Não tenho habilidade para clarezas. / Preciso de obter sabedoria vegetal.” apontam para essa prática como possibilidade, pois, estabelecer uma relação de árvore consigo mesmo dá pistas de que seja exclusivo de criança. Essa tendência em mergulhar em outros discursos que excluem, por meio de certa resistência a padrões convencionais (“Não tenho habilidade para clarezas”) sugere também um sujeito aberto a possibilidades, que opta pelo obscuro ao óbvio, posições que podem também descortinar, por meio de relações e de criações, outras possibilidades de saberes não em evidência e cria também efeitos de poder. Então, essas irrupções discursivas, ao mesmo tempo em que são tomadas como verdades, produzem efeitos de poder (FOUCAULT, 2010b).

Nesse movimento de constituição, a história se faz relevante, por meio das vontades de verdade instauradas, ainda que de forma sutil, aparecem no enunciado, como aquilo que é resistido pelo sujeito em detrimento de seus próprios ideais de constituição. Então, a heterogeneidade vai se materializando à medida que as enumerações vão sendo tecidas pelo sujeito, que refuta verdades tradicionais e vai se configurando pela adesão a outras formas de saberes que não os em evidência.

### **3.7 Apontamentos conclusivos**

As construções poéticas de Antunes e de Barros materializam discursos que se direcionam para práticas que apontam para a complexidade do sujeito em relação aos saberes legitimados em detrimento a outros regimes de verdade possíveis. Discursos científicos, cujas verdades são quase que incontestáveis, como é o caso da arbitrariedade dos signos referida no primeiro poema, são descortinados, criando um efeito de poder e resistência frente aos discursos legitimados. Há uma desconstrução mitológica quanto à linguagem que se encontra bastante arraigada na sociedade, em que o sujeito da infância se configura, em certo sentido, por um discurso que desconstrói regimes de verdade, por mostrar a verdade concreta frente às vontades de verdade convencionais.

Ainda que seja impossível fugir da linguagem no processo de constituição, o sujeito é marcado por deslocamentos em relação à ordem dos discursos, construindo uma (des)ordem que se traduz em novas possibilidades de práticas discursivas, por meio de dispositivos de poder-saber. A resistência a saberes cristalizados e elaborações mais profundas sugerem um sujeito minoritário em relação à infância. Essa capacidade discursiva sugere que mesmo uma criança pode se constituir a partir de uma subjetivação da produtividade, busca por status, etc.

Nos dois poetas supracitados, os poemas entram em consonância pela mistura discursiva que os compõe, em que o sujeito é atravessado por discursos diversos, configurando o todo a partir de outros em seu interior. Essas construções por meio de variedades resultam em um sujeito pautado pela heterogeneidade, característica própria do sujeito na concepção foucaultiana, quando afirma o descentramento e a descontinuidade nesse processo. Os enunciados dão vida a outros no arquivo, cujas formulações se sustentam em uma perspectiva plural no interior das condições de possibilidade que são históricas e contraditórias.

A genealogia da infância nesses poetas apela para a curiosidade, para a retificação de saberes e para a resistência ao legitimado, bem como é declarado pelo próprio Barros no

último poema analisado, que foge do que é tido como normal, padronizado. Então, esses poetas constroem sujeitos por outras vias discursivas, produzindo enunciados que materializam discursos silenciados, verdades que são apagadas historicamente em detrimento das hegemônicas. Constata-se que seja esse o diferencial da infância enquanto construtora de saberes, que resiste ao que está posto em evidência e descortina o que está encoberto pela obviedade.

Isto posto, resgatando a teoria foucaultiana de enunciado, esses poetas constroem infâncias que apresentam semelhanças também do ponto de vista de acontecimento discursivo, que ruma em direção ao diferente, ao que não está na ordem do palpável. Essa dimensão constituinte do sujeito atribui-lhe um caráter singular, possibilitando ser observado como da ordem do acontecimento. A infância nesses poetas então é construída por essas especificidades, aponta para o “criançamento das palavras” que refuta o legitimado e constrói verdades possíveis, se sustentam pela diferença, construindo um efeito de sujeito. Nessas materializações de vontades de verdade, o sujeito em Antunes prima para o presente, como quem produz seus discursos de forma rápida, enquanto que em Barros o sujeito se constitui pelo passado, dadas as suas narrativas poéticas que rememoram práticas discursivas passadas que configuram esse sujeito, como se observam na maioria de suas poesias, inclusive as aqui analisadas.

#### 4. MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE EM ANTUNES E BARROS

As coisas não querem mais ser vistas por  
Pessoas razoáveis:  
Elas desejam ser olhadas de azul –  
Que nem uma criança que você olha de ave.  
(BARROS, 1993, p. 23)

Courtine (2009), tendo sido um leitor de Foucault, formula suas proposições teóricas no campo dos estudos discursivos estabelecendo um diálogo entre formação discursiva (FD) e o que se denomina de memória discursiva. Para tanto, bebe a fonte foucaultiana para tal empreitada, tendo em vista a heterogeneidade, considerando que a enunciação recupera ou exclui outros discursos. Como já abordado em momentos anteriores desta investigação, Foucault (2008) aponta que um enunciado é sempre povoado de outros enunciados, estabelecendo a condição de que a enunciação aciona um “já-dito”, algo que o antecede, já existido em outro lugar, em outro momento histórico, que desempenha o papel de possibilitar sentido ao que é dito no presente.

Pela FD considera-se que um discurso é sempre aberto a diálogo com outros discursos ditos anteriormente, em algum momento na história. Trata-se da memória discursiva, de um enunciado que apresenta sua inscrição na história (COURTINE, 2009). Nessa perspectiva, afirma-se que a produção discursiva, por meio das suas condições de existência, retoma discursos já ditos anteriormente, em algum momento na história e que esse enunciado (re)buscado ganha novo sentido conforme as condições sócio-históricas que o sustentam. Como já mencionado, no contexto do objeto em estudo, a infância é construída a partir de uma memória social, tendo em vista o sujeito materializado nos enunciados e as formações discursivas que o constituem.

Além disso, vale ressaltar que os sentidos de um enunciado são inéditos pelos efeitos de memória que desestabilizam o denominado “já-dito”. Essas relações de sentido justificam a construção da infância nos enunciados contidos nos poemas constituintes do *corpus*, uma vez que a interdiscursividade é parte desses enunciados e possibilita toda e qualquer compreensão, semanticamente falando, dada a história e o interdiscurso em jogo. Esse movimento que resgata uma anterioridade se faz impregnado em um campo associado:

De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de

um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2008, p. 111-112)

Embora Foucault não aborde especificamente o que demais teóricos denominam de memória, em sua arqueologia (do saber) o faz por meio de outra nomenclatura. A referência ao domínio de um enunciado nesse entrecruzar discursivo é primado desse traço de um discurso habitando outro, como integrante desse laço de sentido que se apoia na história para sua existência. Os sentidos, embora por mais cristalizados que possam parecer, tornam-se singulares na enunciação, conferindo-lhe um jogo entre repetição da materialidade e dispersão de seus sentidos.

A materialidade dos poemas em estudo elucida sujeitos, por meio de suas enunciações, colocando em evidência objetos, a linguagem e a história, elementos basilares no contexto das práticas discursivas. No âmbito do nosso *corpus*, ao brincar com as palavras, com os objetos e com os conceitos, ainda que verdades convencionais sejam refutadas, esses discursos dão consistência aos atuais, pois os sentidos pautados pelas diferenciações demarcam uma construção histórica e colocam em jogo o legitimado e o construído pelo sujeito. Nessas construções, a peculiaridade da não repetibilidade se faz valer pelos movimentos que o ponto histórico da enunciação possibilita, pela dispersão de sentidos advinda do manuseio do sujeito com os saberes (des)legitimados, construindo, assim, uma subjetividade que é própria da infância enquanto potência criadora.

No tocante ao domínio associado abordado por Foucault (2008), seus desdobramentos privilegiam a história como ponto relevante nesse contexto, o a *priori histórico*, nessa dimensão que coloca face a face o passado e o presente na enunciação. Língua e história se complementam nesse âmbito das práticas discursivas, em que a noção de discurso implica um entrecruzamento entre a materialidade linguística (verbal ou não verbal) e acontecimento (historicidade). Então, “[...] a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de certa memória social” (ACHARD, 1999, p. 11).

Na perspectiva foucaultiana de discurso, um mesmo acontecimento pode dar origem a discursos distintos, que se traduzem em modos diferentes de se contar a história<sup>26</sup>. Assim, os enunciados contidos nos livros de Antunes e Barros apresentam essas dimensões discursivas,

---

<sup>26</sup> As estratégias adotadas para essas práticas discursivas se dão na maior parte pelo viés transgressivo, como se observa em Antunes e Barros. Dessa forma, há várias formas de se enunciar um mesmo discurso ou um mesmo evento factual, experiências que colocam em jogo saberes construídos em detrimento de convencionais, mas que não deixam de fazer referência a estes, ainda que para refutá-los, sendo que esse encontro provoca um acontecimento discursivo pela memória formulada.

pois apresentam em seus poemas o fator linguístico e a história como o que possibilitam o discurso, atribuindo-lhes um caráter de acontecimento discursivo, que, apesar de comportar a repetibilidade, apresenta caráter de raridade, de sentidos únicos. Em se tratando da historicidade do discurso, ela está vinculada à memória que é retomada por meio dos enunciados, dos discursos.

Portanto, o domínio associado foucaultiano caminha na esteira do que Courtine (2009) e Achard (1999) denominam de memória discursiva. A memória nada mais é do que um discurso já produzido, assim como qualquer discurso se assenta nesse caráter de um já-dito, que assume uma singularidade pela história vigente que o possibilita aparecer como algo novo, como um “jamais dito”, suscetível a reaparecer futuramente por meio de outros enunciados. O esquecimento desse discurso retomado dá a impressão de algo novo e que sua origem seja o sujeito do enunciado, aspecto que sublinha esse caráter de novidade, como um discurso que ainda não tenha sido produzido até então, cuja história proporciona esse (res)surgimento como condição de acontecimento pelas condições de possibilidade do presente da enunciação.

Desta feita, reiteramos que as subjetividades são constituídas pelos saberes validados de determinada época, pelas práticas discursivas e na esteira da lógica entre o verdadeiro e o falso marcada historicamente. Considerando que a história na análise discursiva foucaultiana não se movimenta de forma linear, mas descontínua e marcada por rupturas, os saberes de dada época só fazem sentido pela retomada de discursos anteriores. Esse caráter de vinculação a outros discursos que se observa em determinada formação discursiva se repousa nessa lógica de reativar discursos anteriores.

Introduzimos assim a noção de *memória discursiva* na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise das FD que a *Arqueologia do saber* efetua: toda formulação apresenta em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém igualmente com formulações com as quais coexiste (seu “campo de concomitância”, diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”) relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da *duração* e da *pluralidade dos tempos históricos* no interior dos problemas que a utilização do conceito de FD levanta. (COURTINE, 2009, p. 104, grifos do autor)

A noção de FD foucaultiana, que serve de pano de fundo para essa formulação conceitual de memória discursiva, vale-se da validação de saberes que se inscrevem em certo domínio associado. Nenhum discurso existe de forma solta, isolada, mas sempre em

consonância com outros já produzidos e a ele se atribui o status de reaparecer no interior de outros, ainda que de forma a refutá-los, sua presença configura também o caráter hegemônico do discurso. A retomada ascende momentos históricos outros, por outras práticas discursivas e sujeitos, constituindo subjetividades que existem para além de uma homogeneidade.

Em relação à infância, que integra o *corpus* desta investigação, ela apresenta respaldo na memória que coloca em jogo vários saberes, seja de forma a aderi-los ou de modo a refutá-los, no presente da enunciação. Além desses detalhes constitutivos, a própria noção do objeto de estudo nos convida a mergulhar nos sentidos historicamente produzidos sobre as infâncias, tendo em vista, sobretudo, a linguagem, o conhecimento de mundo, que talvez possa estabilizar um sentido desse sujeito, embora os sentidos sempre se deslizem na esteira de sua dispersão. O que está em jogo são discursos, saberes que se vinculam a regimes de verdade rebuscados, que entrelaçam com o presente, possibilitando, assim, que sentidos sejam possibilitados, tendo em vista a inscrição de várias historicidades no interior das FDs.

Nessa perspectiva de retomada discursiva, a memória é abordada por diferentes teóricos da AD, tendo em vista seu papel nas práticas discursivas, em especial para a constituição de sentidos. Achard (2009), por exemplo, sublinha o papel da memória na enunciação, considerando a materialidade linguística como elemento significativo, pelos processos de paráfrases. Então, esse vínculo entre o presente e o passado possibilita-nos afirmar que ocorre um fenômeno de oscilação entre a repetição e a regularidade, esta condizente com a história do presente da enunciação.

Esse vínculo com a história demarca a singularidade de um discurso em relação a outros, embora o laço no interior de um mesmo domínio associado sempre exista, o que está em jogo é a movência de sentido que daí se depreende. Por exemplo, quando se fala em infância, trata-se de um discurso que, pela memória social, remete a todos os sujeitos de forma global, já que todos a vivem e, nesse aspecto, além das experiências práticas de cada um nessa fase, de si e com outras crianças, um imaginário é construído.

Isto posto, todas essas construções acerca da infância produzem um imaginário mais ou menos estabilizado. Trata-se de uma memória que é universal e legitimada em torno das práticas possíveis de uma criança. “Porém, muda a subjetividade de cada sujeito, ou formas de sujeito, uma vez que variam no tempo e no espaço em relação aos mecanismos de controle e com os jogos do poder” (FERNANDES JÚNIOR, 2007, p. 46). A descontinuidade dos discursos, assim como das subjetividades, possibilita reformulações e rupturas para a construção de algo novo, mas a conexão com saberes e poderes anteriores permanecem.

A condição de movência quanto à produção de subjetividades se alicerça na vigência

histórica, em que os sentidos se conectam com os regimes de verdade do momento, mas o vínculo com o passado sempre se mantém nessas reconstruções. Porém, as subjetividades de cada época vão sendo transformadas, evoluindo conforme as relações de poder que também são moventes, ressignificando os modos de subjetivação da infância. E a linguagem também não é estável, haja vista que seja uma construção social, histórica e cultural, por isso, provocam efeitos de subjetivação ao longo da história.

Imbricado em todo domínio associado, o já-dito (considerando-o como sentidos anteriores a qualquer enunciação) povoa todo e qualquer discurso, assim como o suporte institucional que organiza a mecânica de poder. A função enunciativa é atravessada por esse suporte, que, no caso da infância, em se tratando da escola como lugar de construção de saberes, a memória é produzida sob esse prisma como um espaço de objetivação e de subjetivação das crianças. Ela funciona também como instrumento de controle do Estado sobre os sujeitos para a formação de corpos dóceis. Nessa perspectiva, os acontecimentos se vinculam às instituições nessa ordem de produção de saberes. “A demanda social de memória acompanha os acontecimentos históricos” (DOSSE, 2001, p. 35).

O acontecimento, na concepção de Foucault (2008), é o caráter da não repetibilidade que se assenta nas contingências de sua emergência, isto é, nas suas condições de singularidade discursiva. O que é passível de repetição se traduz na materialidade linguística, mas a história singulariza as produções discursivas e de subjetividade:

O lugar de memória supõe, para começo de conversa, a convergência de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes nem tanto, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. (DOSSE, 2001, p. 34)

No processo de constituição de sujeito, na esfera social, o indivíduo vai se configurando pelas relações de saber e de poder, cujos aspectos materiais, institucionais e simbólicos provocam efeitos de sujeito. A linguagem é um elemento relevante nessa perspectiva de memória, no sentido de que as produções discursivas acompanham os acontecimentos sociais, com destaque para a materialidade que daí advém, em dado momento e espaço, e também como um recurso intangível, que funciona sob a condição do simbólico. É nesse espaço que a memória repousa, e valida ou refuta saberes anteriores, a depender dos regimes de verdade vigentes em cada período histórico que requer certos modos de subjetivação.

A memória, tendo em vista elementos tangíveis e intangíveis, povoa as construções

discursivas na poesia de Antunes e de Barros, na condição de se pautarem em subjetividades vinculadas à infância por recorrência ao mundo material que cerca o sujeito. Além disso, a linguagem é respaldada por uma interseção entre enunciados, saberes que se cruzam em um mesmo espaço de práticas discursivas, constituindo memórias que provocam efeitos no presente da enunciação.

Esse entrecruzamento entre enunciados distintos (um dentro do outro) é também denominado como interdiscursividade, com destaque para o intradiscurso (o interior do próprio enunciado que é produzido) e o interdiscurso (a relação com o outro). Essa forma de constituição valida a noção de que, embora um enunciado seja sempre povoado de outro(s), ele mantém sempre uma identidade, uma singularidade, tem vida própria, tendo em vista que sua relação com o outro provoca apenas um efeito em seu interior no processo de atualização. “É então [...] a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’, e que designamos como efeito de memória” (COURTINE, 2009, p. 106).

Remeter-se a esses conceitos acerca de enunciado é trazer à tona a concepção de que toda produção discursiva é pautada pela singularidade e pela repetição, pela regularidade e pela dispersão. Essa repetição, como já mencionamos, não se dá de forma a simplesmente retomar um enunciado já produzido em outro momento, mas marcado por uma dispersão que afeta seu sentido. “É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas” (FOUCAULT, 2008, p. 111).

Desta feita, salientamos que, como a produção discursiva não é originária do próprio sujeito, tendo em vista que sua subjetividade é algo produzido pela sua relação com uma exterioridade (discursos outros), essa condição atribui um caráter de que tudo que é dito passa pelo crivo de um já-dito. Então, “[...] não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (elementos rituais em uma narração; proposições já admitidas em uma demonstração; frases convencionais em uma conversa)” (FOUCAULT, 2008, p. 111). A relação da língua com a história é que garante a singularidade do enunciado, constituindo-se pelo aspecto que lhe é interior (intradiscurso) e pela exterioridade (interdiscurso) no tocante ao funcionamento de um determinado campo associado.

Fiorotti (2006), em seus estudos sobre a poesia de Manoel de Barros, aborda a memória conceitual como aspecto que retoma um discurso já pré-estabelecido, possuidor de uma estabilidade, que repousa sobre o referente. A linguagem ganha relevância nesse

processo de memória, no que tange às possibilidades de provocação e recriação de sentidos, ao passo que estes não são fixos. As várias possibilidades podem ser observadas na poesia de Antunes e, em especial, na de Barros, ao passo que o sujeito recria, inventa, atribuindo sentidos outros a partir de enunciados que remetem a já-ditos, constituindo uma infância.

Considerando que o discurso verdadeiro não se desvincula do cuidado de si, afirma-se que:

O cuidado de si é ético em si mesmo; porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse ethos da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros [...]. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com o outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, e um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, o problema das relações com os outros está presente ao lonho desse desenvolvimento do cuidado de si. (FOUCAULT, 2004, p. 270-271)

O cuidado de si se faz materializado em Antunes e Barros por meio de técnicas específicas, tendo em vista que se trata de discursos literários e o sujeito que se relaciona com a infância. O caráter de transgressão que circunda a relação de si com os regimes de verdade estabelece, também, relação com o outro nessa constituição. O sujeito, de modo geral, refuta verdades convencionais e constrói regimes de verdade por outras vias não usuais, optando-se por outros tipos de se relacionar consigo mesmo e com os outros. Nessa relação, o conhecimento de si molda outras realidades, outras memórias, como de poeta, que faz as palavras ganharem “delírio”.

Quando se trata de criança, geralmente vem à tona os meios de controle que a constitui, como, por exemplo, a instituição escola, em que o sujeito segue as lições do mestre, insere-se em relações de poder disciplinar que o inscreve em certos modos de se relacionar consigo mesmo e com os outros. Nessa circunstância, essa relação de constituição subjetiva é determinada por regras de conduta, em que a ética advém do que seja considerado conveniente socialmente, e, por outro lado, coloca a criança na condição de liberdade, pela sua relação com as verdades instauradas.

Quando Foucault (2016) aborda a subjetividade e sua relação com a verdade, sinaliza que os modos de subjetivação, que variam historicamente, são construídos pelas práticas discursivas. A cada momento são produzidas verdades, considerando o poder como desvinculável desse exercício; e os códigos de ética são definidos pelos discursos. Essa dimensão constitutiva é sensível na poesia objeto desta pesquisa, ao passo que a linguagem/discurso funciona como instrumento de abertura do sujeito para o mundo, como

possibilidade de conhecimento daquilo que o cerca e de si próprio. “Nessa trama, imbricam-se a experiência, a infância e os seus ritmos como condição de poeticidade no homem e de abertura ao mundo bem como do enriquecimento da experiência e do alargamento do simbólico” (MACHADO, 2016, p. 25).

Na relação do sujeito com a verdade, ainda que sejam verdades outras pelo discurso poético, as regras de conduta são pautadas por um modo de se subjetivar, de possibilidades pertencentes a outra ordem, mas que encontram sustento pelas diferenças das convencionais ou procuram desconstruir/reconstruir uma realidade, pela transgressão. Essa transgressão recupera discursos anteriores e provoca efeitos de memória, bem como é constante nos enunciados poéticos dos literatos em questão. Há, também, uma relação com o outro, pois os poemas, à medida que constroem subjetividades, implicam um jogo do sujeito com a verdade e consigo, o que implica também sua relação com os outros.

Ao tratar da sexualidade, especificamente no terceiro volume (o cuidado de si), Foucault (1985) salienta como essa prática se constitui em uma conduta constitutiva de subjetividade e que, como temática polêmica, é preciso uma liberação social para certas condutas que a envolve. Aliás, trata-se de um aspecto que sempre funcionou na esteira de restrições, tanto no que concerne ao que se pode dizer sobre e das práticas reprimidas. “Se tomarmos o exemplo da sexualidade, é verdade que foi necessário certo número de liberações em relação a poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa tanto à heterossexualidade quanto à homossexualidade [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 267).

Essa liberação social em relação às práticas vigentes nada mais é que o controle, arraigado na sociedade e que também comporta uma memória, a moral que funciona como meio de vigilância social, uma vez que depende de certa liberação. No entanto, “essa liberação não faz surgir o ser feliz e pleno de uma sexualidade na qual o sujeito tivesse atingido uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade” (FOUCAULT, 2004, p. 267). Portanto, as práticas de liberdade não significam uma relação plena e sem limites do sujeito com determinadas condutas, mas altera as formas de relação consigo e com os outros em determinado campo.

As condutas do sujeito da infância nos poemas objeto deste estudo perpassam por outras formas de relações de poder. Esse controle se dá de forma sutil, configurando uma relação consigo e com o outro que difere das formas convencionais que, pela transgressão, surge modos diversos dessa relação. A brincadeira/fantasia, a linguagem não usual, as criações inusitadas e a curiosidade sobre as coisas parecem se direcionar para uma liberdade

sem aprisionamentos. Ainda assim, faz-se necessário observá-las como modos de relações que evoca uma ética, “[...] uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos” (FOUCAULT, 1985, p. 47).

Isto posto, é válido ressaltar que ninguém é livre para dizer qualquer coisa em qualquer lugar e momento, pois as formas de controle sempre preexistem ao sujeito, ainda que a transgressão reine, sempre há limites, pois coloca em jogo não apenas os outros, mas a si próprio. Os saberes construídos e legitimados habitam o discurso poético em evidência, enquanto contorno, colocando o sujeito da infância na condição de livre no que concerne às suas práticas transgressoras e que responde por elas. As técnicas de si se vinculam aos limites, às regras de conduta instauradas e que determinam os modos de ação consigo e para com os outros.

Desta feita, elementos de constituição de subjetividades são observados na poesia dos poetas em estudo, em especial na de Barros, pela amplitude de aspectos que configuram sua escrita, por intermédio do sujeito. Trabalhos acadêmicos ressaltam traços que integram modos de se fazer sujeito, tais como “[...] a memória, a desconstrução, a simplicidade, o gosto pelas coisas do chão, o mito, a infância, a natureza, a família, a transmutação” (MARTINS, 2015, p. 17). Esse conjunto de aspectos intermedeiam as práticas de liberdade do sujeito, possibilitando um modo de vida outro que não os determinados pelas formas cotidianas.

Nas infâncias construídas em Antunes e Barros há um modo particular de infância, seja pela rememoração ou pela construção de um imaginário. Há um jogo criativo em ambos os poetas, visto que memória nada mais é que uma recuperação de discurso, prática discursiva anterior pela atualidade. “Inventar” memória, como menciona Barros, seria mostrar o lado avesso de um sujeito que poderia ter sua constituição pautada por outras possibilidades, distinta do que existiu. Essa peculiaridade pode ser percebida de forma recorrente nesses poetas, em que o sujeito da infância se constitui tanto pela ressignificação quanto pela invenção discursiva.

Pensando na criatividade da criança, esta pode ser tomada como um sujeito que constrói uma verdade, como forma de conhecer-se, mas também para além disso, um caminho inverso em relação à ordem tida como normal das coisas. Um exemplo dessa desconstrução e invenção discursiva das condutas impostas é a relação inusitada de elementos da natureza, apontando uma realidade fantasiosa como parte essencial dos modos de ser, a criação de realidades outras. Essas construções funcionam como engrenagem na mecânica das construções subjetivas, em que o fazer-se sujeito da infância está acima das condições atestáveis de verdadeiro e falso, mas como natureza que lhe é própria.

Ainda que a criança construída por esses poetas muitas vezes refuta os saberes e os modos convencionais de se relacionar consigo e com os outros, consideramos válido destacar que a experiência, as práticas discursivas, fazem toda a diferença nesse aspecto. Foucault (2016, p. 31) destaca essas práticas constitutivas como artes de viver, apontando a relevância da relação de si com o outro. Essa característica é própria do fazer-se sujeito do indivíduo, tendo em vista suas relações sociais pautadas pela história e as memórias que o constituem. Frente a essa condição, essa arte engloba “[...] primeiramente, uma relação com os outros; em segundo lugar, determinada relação com a verdade; em terceiro lugar, determinada relação com si mesmo” (FOUCAULT, 2016, p. 31).

Considerando a constituição das subjetividades da infância, tendo em vista seu processo de formação e aquisição da linguagem, retomamos o exemplo da escola como condição para a efetivação dessas práticas discursivas. A relação da criança com o professor, isto é, com seu mestre, proporciona um direcionamento para a verdade e reflete em si mesmo como efeito. Embora nossa investigação não seja pautada por classificações etárias, é válido salientar essa relação como intermediária no processo, que pode ser observada nos poemas em estudo. Além disso, reiteramos que o suporte institucional, como relevante na função enunciativa, agrega o efeito de memória no âmbito dos regimes de verdade em questão.

Os poetas em estudo, ao aderir e/ou refutar determinada verdade convencional, mesclam elementos como memória e invenção, dando ênfase à criação própria do que vem a ser verdadeiro para uma criança, na condição de que suas subjetividades são formadas pela oscilação entre realidade e fantasia. Em especial na poesia de Barros, podemos observar “de um lado, um aqui, factual (bugre, pantanal, bichos); de outro, o inventado, atravessado pela imprecisão e pela subjetividade, que deslocam os tempos, os espaços e os eus, que ora convivem ora se dispersam nesse processo criador, em constante tensão” (YAMAMOTO, 2016, p. 160).

Nesses modos de subjetivação pela relação entre distintos regimes de verdade, que às vezes não se convergem para o mesmo ponto, subtraímos a relação do sujeito com a verdade, em que distintas vontades de verdade são colocadas em evidência. A relação que leva ao encontro consigo mesmo, por um processo de fuga da realidade e tendo em vista o caráter usual da linguagem da criança, o efeito da fantasia parece funcionar como necessidade que lhe é próprio. A relação com o mundo imediato, ao mesmo tempo em que produz memória, procura aderir a singularidades que lhe são próprias: o imediatismo efêmero, sem se prender a certos discursos, o deslocamento constante para outros universos irrealis, a limitação com as palavras, a brincadeira em direção ao invencionismo.

Para a infância materializada nos poemas, esses traços de subjetividade apontados no parágrafo anterior integram uma ordem que é própria da criança, seus modos de relação com o outro, com a verdade e o reflexo em si se dão por práticas que lhe são específicas. Essas práticas discursivas, uma vez sendo específicas da criança, produzem efeitos de memória, como modos que integram seu universo de constituição. Apontamos que todo sujeito é atravessado pela história e as vontades de verdade se alteram no tempo, o que é preciso ressaltar que as infâncias construídas nesses poetas demarcam um período. As brincadeiras, relação com a tecnologia, acesso aos saberes convencionais, a linguagem, são traços marcantes nesse processo de mutações que desloca os modos de subjetivação.

Convenhamos ressaltar as observações de Foucault (2006) no que tange às mutações de constituição do sujeito, isto é, a história das subjetividades, destacando momentos distintos em que se torna mais nítida a cultura de si, tais como o Cristianismo primitivo e medieval, e o Renascimento. Esses períodos históricos bem demarcados culturalmente funcionam como sinais de transformações, pontos que servem como ferramentas para uma história da subjetividade, bem como cada período que possibilita a emergência de regimes de verdade, considerando a relação do sujeito com essa verdade.

O processo de constituição da infância não foge a essa regra, tendo em vista as mutações nas condições de possibilidade dos deslizamentos da cultura de si, embora os efeitos de memória de modos de constituição de períodos anteriores sempre acompanham os ascendentes. O cuidado de si presente na infância constituída na poesia *corpus* deste estudo pode não ser muito diferente de outras épocas, tendo em vista as possibilidades possíveis das práticas de subjetivação específicas desse tipo de sujeito que não sofre mudanças severas.

Porém, é preciso considerar as mudanças políticas para as crianças, os valores da família, a dinâmica da sociedade, as evoluções tecnológicas e educacionais, que norteiam verdades que vão se transformando ao longo da história. Então, nesse movimento constante e pelo limiar de verdades outras, a relação do sujeito com essas verdades sempre provoca impactos, influenciando os modos de subjetivação, resultantes do cuidado de si e dos outros. Uma sociedade nunca é estática, pois as práticas discursivas estão sempre em movimento e, nessa dinâmica, os sujeitos vão sendo produzidos de acordo com esses períodos.

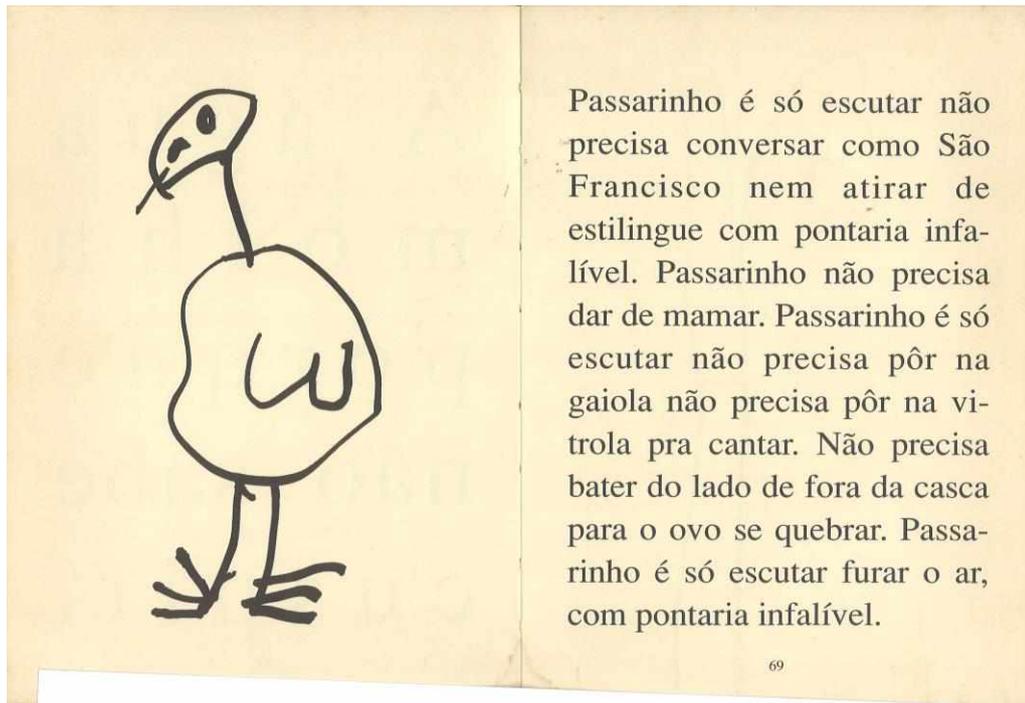
Ademais, é preciso tomar a infância como da ordem da heterogeneidade, ainda que possua uma singularidade, uma ética e estética que lhe são específicas. A própria heterogeneidade discursiva possibilita a dispersão de sentidos, “[...] dando lugar a diferentes vozes que serão percebidas, aceitas ou apagadas conforme as condições sócio-histórico-ideológicas dos sujeitos envolvidos no processo de enunciação” (SILVÉRIO, 2006, p. 59).

Pensando nessa dimensão de modos de subjetivação e dos efeitos de memória que constituem os discursos, seguem as análises de 4 (quatro) poemas, sendo 2 (dois) de Arnaldo Antunes e 2 (dois) de Manoel de Barros. Tomando por base as práticas de subjetivação, no horizonte dos regimes de verdade, essas leituras sinalizam possibilidades para compreender essa infância materializada nesses poetas, no cenário desses conceitos supracitados.

#### 4.1 Análise do poema “O Passarinho”

No livro *As coisas*, Arnaldo Antunes procura imprimir um olhar curioso do sujeito em relação às coisas, desdobrando os saberes por meio de analogias, ora inusitadas, ora de maneira simples e óbvia. O poema “o passarinho” não foge a essa regra, em que procuraremos analisar os discursos em jogo pela memória e como essa subjetividade é construída em meio a uma percepção sobre as práticas subjetivas em relação à ave.

##### O Passarinho



(ANTUNES, 1992, p. 68-69)

É curioso observar, à primeira vista, um diálogo entre Antunes e Barros de maneira sutil, nesse enunciado, tendo em vista a denominação do próprio poeta Manoel de Barros pela crítica literária, denominado de poeta dos passarinhos. Essa alusão a outro escritor coloca-os em consonância pela temática comum ao se referirem à infância pela recorrência a passarinho, cujo discurso provoca um efeito de sentido quando da relação entre criança e pássaro. Então,

o discurso de liberdade pode ser empreendido, tanto no que se refere ao voo quanto à pureza e inocência, como seu canto, assim como uma criança com seus despropósitos.

Ao abordar a natureza do pássaro, o sujeito vai resistindo às atitudes humanas em relação à domesticação da ave, trazendo para o discurso outros enunciados que configura efeitos de memória no seu processo de enunciação. Ao mencionar “São Francisco”, por exemplo, é feita uma referência sobre o protetor dos animais, tendo em vista que era um italiano rico, mas se mantinha como pobre, redimindo sua condição social em prol de outra prática de liberdade. Então, ao enunciar que um pássaro não carece de conversa, assim como fazia o protetor dos animais, o discurso ganha sentido por meio dessa memória, em que é sugerida uma nova postura frente aos hábitos da ave.

Entre outras práticas contestadas pelo sujeito em relação ao tratamento de pássaro, destacam-se o assassinato pelo estilingue, “[...] nem atirar de estilingue com pontaria infalível”, e a prisão na gaiola, “[...] não precisa pôr na gaiola [...]”. O discurso do poema aponta para uma época em que essas práticas se dão de forma corriqueira, em especial por parte de crianças maiores e por adolescentes. Esse resgate de práticas que são reprovadas pelo sujeito vai ao encontro do funcionamento poder-saber, cuja memória alimenta uma injustiça em relação aos pássaros, e o sujeito procura interferir na conduta do outro em relação aos passarinhos.

O sujeito recupera discursos já-ditos, que contribuem para a produção de sentidos ao discurso então enunciado. Nesse percurso afirmamos que esses “[...] discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer” (COURTINE, 2009, p. 105-106).

Esse discurso de maus tratos aos animais entra em consonância com a legislação e com as discussões acerca de questões ecológicas, cuja flora e fauna se transformam em alvo de atenção, em especial na atualidade. Ao fazer esse resgate como proibição, o sujeito pode ser visto também como quem adere à prática do discurso parresiástico, cuja coragem da verdade demarca seu posicionamento ético e convida os outros para essa mesma prática sobre a proteção aos animais.

O discurso, que se trata de uma desaprovação ética frente às aves, é direcionado a alguém, apontando ao coenunciador uma conduta de ética, ainda que de forma sutil, com esse dizer verdadeiro. Embora se trate de um sujeito que possivelmente seja uma criança, sua conduta é a de quem conhece a si mesmo pela sua relação com a verdade e se dirige ao outro nesse processo de conscientização, por meio de um discurso parresiástico. Segundo Foucault

(2006, p. 459), o objetivo da *parrhesia* é fazer com que, em um dado momento, aquele a quem se endereça a fala se encontre em uma situação tal que não necessite mais do discurso do outro (FOUCAULT, 2006, p. 459).

O enunciado “passarinho não precisa dar de mamar” aponta para uma analogia que procura descrever os hábitos e as distinções da ave em relação a outros animais, como os mamíferos, por exemplo. A comparação com o cuidado de uma criança, por exemplo, em que “dar de mamar” é essencial, cai por terra no que tange ao pássaro, cuja memória funciona também como efeito de ironia em relação ao posicionamento frente às aves. A ética do sujeito se configura por meio de discursos das (des)necessidades do pássaro e pela sua natureza, em que proteger ganha outro efeito, deixando de significar cuidados excessivos para o efeito de simplesmente deixá-lo livre de interferências humanas. Observa-se, assim, uma inversão nesse regime de verdade, em que a proteção inclui o não proteger com nossas mãos.

Nesse contexto das práticas de liberdade, marcadas por uma desaprovação/proibição em relação ao pássaro, o sujeito se deixa transparecer, cuja resistência demarca seu modo de subjetivação. Pelas menções às práticas refutadas, considerando a época da produção discursiva, as condições de possibilidade entram em cena, pois é resgatado o que deve e o que não deve ser feito em relação às práticas com os passarinhos e com animais silvestres. O sujeito, que sugere ser uma criança, procura lapidar a ordem natural do pássaro, inclusive pelo seu ciclo que inclui também o nascimento: “Não precisa bater do lado de fora da casca para o ovo se quebrar”. “Bater do lado de fora da casca” seria uma atitude antiética e apressada, estabelecendo uma (des)ordem frente ao pássaro, ética a que o sujeito resiste.

O discurso verbal é acompanhado do visual, com desenho simples de um sujeito que movimenta um lápis no papel sem qualquer pretensão de capricho, reforçando a subjetividade da criança frente ao seu discurso. Trata-se de um desenho feito por uma criança, que é a própria filha do poeta. O passarinho desenhado, na condição de livre, sem as amarras da gaiola, aponta para uma condição que configura o desejo a criança, de naturalidade e tratamento para com os pássaros, almejando tal liberdade da ave como seu próprio regime de verdade.

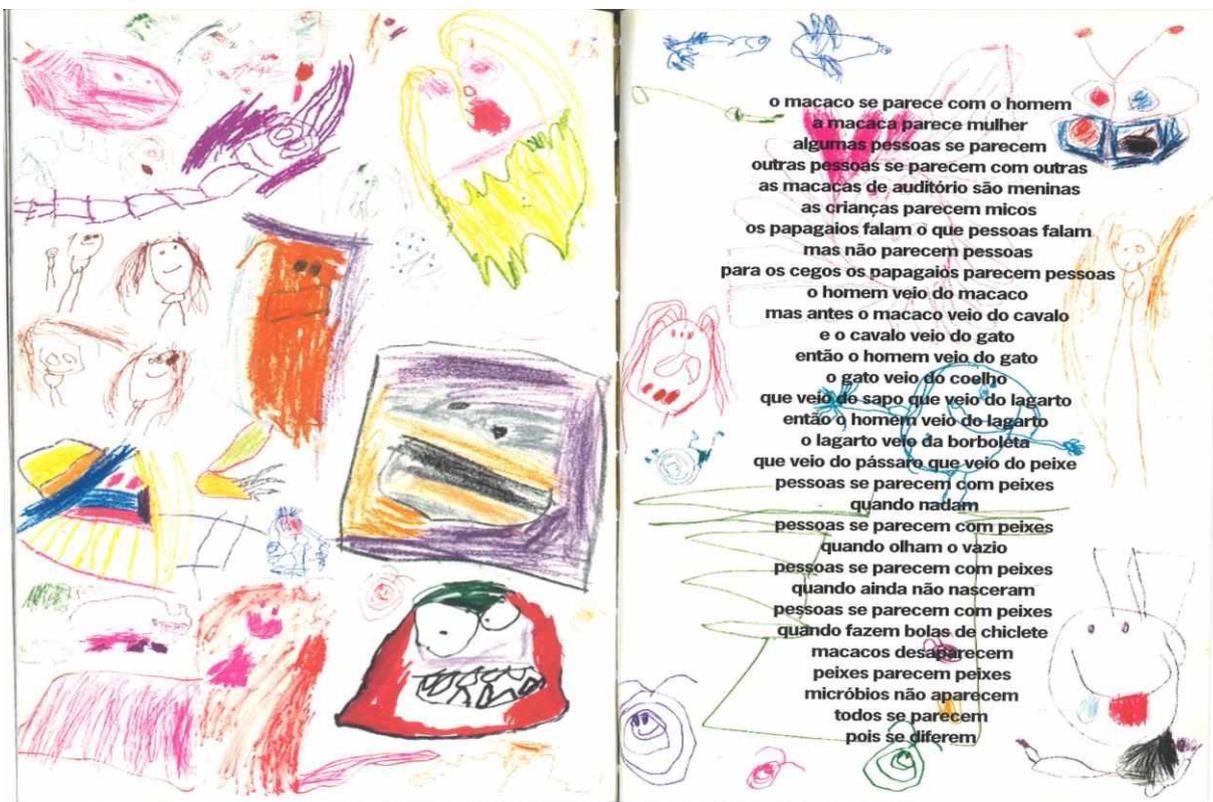
Nessa circunstância, dirigir-se para os outros em exercício do poder é também se encaixar em um modo de ser, colocando em xeque a ordem artificial do homem frente aos passarinhos (“não precisa pôr na vitrola pra cantar”) e se posicionando em consonância com o regime de verdade que se aflora na ordem de que a natureza cumpre seu papel: “Passarinho é só escutar furar o ar, com pontaria infalível”, metaforizando a pontaria com o estilingue.

## 4.2 Análise do poema “O Macaco”

O livro *Nome*, de Arnaldo Antunes, para além da poesia, envolve também um projeto gráfico, com um trabalho de ilustrações, assim como o *As coisas*, mas de forma diferenciada. Esse conjunto envolve tanto movimento com a linguagem verbal quanto ilustrações que variam desde desenhos simples feito à mão, possivelmente por uma criança, até colagem de figuras e palavras que são trabalhadas por meio da tecnologia, produzindo efeitos na criação poética.

Ressalta-se que para além da poesia propriamente dita, o livro em estudo envolve também um projeto musical, com destaque para o videopoema, com animações das ilustrações, criando efeitos de sentido alusivos à brincadeira da criança. Essas criações podem ser observadas em “O macaco”<sup>27</sup>, por exemplo, disponibilizadas no *YouTube*, em que as canções são bastante reduzidas, em consonância com as condições de possibilidade para o período histórico em questão, pela rapidez do movimento das coisas, em que tudo parece descartável, passageiro, com desprendimentos, assim como as práticas de uma criança. Vejamos o poema:

### O Macaco



(ANTUNES, 1993, s. n.)

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BRemN34BG6I>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

O discurso materializado no poema, por meio das linguagens verbal e visual, possibilita-nos analisá-lo como sendo uma brincadeira, pela comparação entre as semelhanças e as diferenças entre animais e entre animais e humanos, que envolvem tanto os portes físicos quanto a linguagem. Essas analogias, como estratégia discursiva de uma criança a descobrir as coisas que a cercam, os saberes envolvidos, estão em consonância com o livro *As coisas*, pela mesma temática e semelhanças na estética e no discurso.

As possibilidades acerca dos animais vão rumando o sujeito para a tessitura discursiva, em que uma aparência puxa a outra e que ao mesmo tempo se difere de outra que deveria se apresentar como semelhante, construindo um jogo discursivo acerca desses saberes. Ao afirmar a semelhança entre o macaco e o homem e a macaca e a mulher: “o macaco se parece com o homem”, “a macaca parece mulher”, para além de suas características sensíveis aos nossos olhos, essa menção remete a um limiar em relação a essas semelhanças, a da origem do homem atestada pelo evolucionismo. A concepção de que o ser humano tenha se originado do macaco é resgatada, criando um efeito de memória e o sujeito procura construir outras semelhanças e ao mesmo tempo desconstruir esse saber [origem do homem] pela não consonância entre essa possível origem e a origem de outros animais.

O campo associado possibilita uma interligação enunciativa, em que um enunciado é sempre povoado de outros, cujos sentidos se deslizam pelas suas condições de possibilidade no presente da enunciação. “É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 111).

Esse discurso de que o homem é originário do macaco constitui-se em um saber legitimado, advindo de uma das possibilidades e de estudos acerca dessa temática, sendo abordado, inclusive, em livros didáticos escolares: “o homem veio do macaco”. O sujeito, pelo enunciado, faz esse resgate e o traz para o presente da enunciação como possibilidade, mas não sustenta essa versão ao longo da poesia. A equivalência do homem ao macaco parece questionável ao comparar as crianças com micos, haja vista que se trata de outra espécie animal e o sujeito deixa de mencionar macaco pequeno, quebrando a lógica discursiva anterior.

Nesse funcionamento da memória discursiva, outro enunciado é colocado à mesa e também se relaciona com o discurso anterior: “os papagaios falam o que pessoas falam”; “mas não parecem pessoas”. Há aqui um não-dito, em que o sujeito, após a comparação física do macaco ao homem e a possibilidade de linguagem do papagaio também ao ser humano,

alude que o macaco é que deveria conversar, pela semelhança ao homem, não uma ave tão distinta do homem. Por meio dessas possibilidades e contravenções o sujeito vai estabelecendo, discursivamente, uma ética, guiada por saberes legitimados, de memórias, e de resistências, criando também outras possibilidades que certamente poderiam ser verdades: “o homem veio do macaco”; “mas antes o macaco veio do cavalo”; “e o cavalo veio do gato”; “então o homem veio do gato”; “o gato veio do coelho”; “que veio do sapo que veio do lagarto”.

Essa ciranda que integra a curiosidade da criança em saber/encontrar explicações para tudo que a cerca parte então da memória da gênese do homem como ponto de partida para construir seu discurso, perfazendo uma brincadeira que se configura em uma ética de si. Brincadeira relacionada ao campo semântico das palavras também pode ser observada nesse empreendimento, como “o lagarto veio da borboleta”, em que a troca do feminino de lagarto produz um efeito de possibilidade, uma vez a lagarta tendo origem na borboleta, o lagarto também poderia. Essas construções discursivas se assentam na própria prática do sujeito relacionado com a infância, por meio de experiências possíveis. Embora pareça ligada à realidade, não apresenta compromisso com o que vão elaborar sobre ela, bem como brincar com as possibilidades irreais por uma lógica da linguagem.

Essas construções discursivas, que se valem de memórias como ponto de partida, podem ser observadas também em “pessoas se parecem com peixes quando nadam”; “pessoas se parecem com peixes quando fazem bolas de chiclete”. A adesão ao termo “quando” (condicional) atribui um efeito de momento, da descontinuidade do sujeito em questão, tendo em vista as diferenças entre o homem e o peixe, em que algumas práticas humanas podem apresentar essa possibilidade de semelhanças, pois os peixes nadam e fazem bolas na água.

Outro jogo com a linguagem está nos versos “macacos desaparecem”; “peixes se parecem com peixes”; “micróbios não aparecem”; “todos se parecem”; “pois se diferem”. Nessa direção semântica, verbos são colocados em movimento para designar a natureza dos animais: desaparecem/parecem/não aparecem/diferem. Macacos correm e somem, os peixes de espécies distintas se parecem, micróbios não são visíveis a olho nu, os bichos se parecem entre si pelo fato de apresentarem distinções. A possibilidade de que todos se pareçam é exatamente por serem diferentes, haja vista que se fossem iguais não haveria esses traços de semelhança.

Por meio de analogias, o sujeito brinca com os elementos, lança mão de uma rede de interligações como tentativa de estabelecer uma lógica quanto às origens do mundo animal. Para tanto, elenca um fio condutor, de que o homem veio do macaco, verdade que serve como

pano de fundo para suas possibilidades seguintes, apontando a relação de si com os jogos de verdade, inclusive os estabelecidos pelo próprio sujeito. Por outro lado, essas verdades por ele construídas sugerem também uma resistência ao saber legitimado sobre a origem humana, a fim de construir outras possibilidades de relação do sujeito com as verdades (FOUCAULT, 2006).

Somado a essas produções discursivas, o sujeito ilustra, com lápis de variadas cores no papel, esses animais, de forma simples e sem retoques, sem capricho e que procura estabelecer essa lógica do discurso verbal por meio de efeitos de memória, construindo outras possibilidades por meio de sua própria lógica. Dessa maneira, o sujeito vai construindo sua subjetividade, que toma como ponto de partida discurso historicamente marcado, e se debruça sobre os campos semânticos das palavras, contornando as possibilidades nessa engrenagem criativa sobre os bichos. Esse discurso que menciona sobre o surgimento das coisas e sua natureza podem ser observados também nos poemas de Barros.

#### 4.3 Análise do poema “X” da terceira parte: “Mundo pequeno”

As temáticas abordadas n’*O livro das ignoranças*, de Manoel de Barros (1993), apresentam variações, mantendo o eixo central que é a infância. Nas suas três partes, o poeta procura desvelar um universo de descobertas e construções, cujas vontades de verdade, ao mesmo tempo em que coloca em xeque saberes legitimados, brinca com os elementos da natureza, como quem vai montando um quebra-cabeças por meio de uma lógica própria. O poema recortado para análise integra a terceira parte: “Mundo pequeno”, título que sugere um conjunto de enunciados que integram à prática discursiva da criança pelo adjetivo em destaque.

### X

O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore. Depois lagartixas. Apareceu um homem na beira do rio. Apareceu uma ave na beira do rio. Apareceu a concha. E o mar estava na concha. A pedra foi descoberta por um índio. O índio fez fósforo da pedra e inventou o fogo pra gente fazer bóia. Um menino escutava o verme de uma planta, que era pardo. Sonhava-se muito com pererecas e com mulheres. As moscas davam flor em março. Depois encontramos com a alma da chuva que vinha do lado da Bolívia – e demos no pé.  
(Rogaciano era índio guató e me contou essa cosmologia.)

(BARROS, 1993, p. 97)

O enunciado materializa um discurso sobre o surgimento do universo e seus elementos naturais, em que o sujeito vai construindo uma cronologia em relação à ordem possível com que esses elementos vão se constituindo. “O mundo não foi feito em alfabeto” apresenta uma resistência quanto à precedência da linguagem sobre as coisas, elencando uma ordem inversa como limiar desse acontecimento, “Senão que primeiro em água e luz”. Essa construção discursiva apela para uma ordem que insere a linguagem em um lugar de segundo plano, tendo em vista que é preciso existir coisas para depois nomeá-las.

Esse discurso de surgimento do mundo com seus elementos mantém com “O macaco”, de Antunes, uma relação de interdiscursividade, quando este poeta aborda que o homem veio do macaco. Essa alusão que rebusca um período remoto, ao mesmo tempo em que toma um saber legitimado para seu contorno, vai desconstruindo-o por construir discursos inventados sobre a temática, como forma de constituição subjetiva pela relação com essa verdade e com as possibilidades que dela advêm. “A pedra foi descoberta por um índio” e “O índio fez fósforo da pedra e inventou o fogo pra gente fazer bóia” são tão históricos e impactantes quanto afirmar que a origem do homem é o macaco. Além disso, ao produzir esse discurso que remete à história dos primeiros habitantes do Brasil, o sujeito constrói um acontecimento pelo encontro da memória com o presente da enunciação.

Por outro lado, o discurso sobre o índio não possibilita afirmar que se trata de um brasileiro, mas o enunciado deixa esse suspense, sublinhando a importância do saber desse sujeito histórico para a descoberta das coisas naturais. Além disso, a memória do índio, que convive de forma harmônica com a natureza, é resgatada no sentido de que, se esse sujeito não convivia com as tecnologias como as da modernidade, é sublinhado um saber que lhe é próprio, como origem e portador de uma sabedoria sobre os elementos naturais. Esse resgate de saberes de outrora sinaliza que “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica* do enunciado no interior de práticas discursivas” (COURTINE, 2009, p. 105-106, grifo do autor).

Ainda sobre o efeito de interdiscursividade com Antunes, podemos destacar “Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore. Depois lagartixas. Apareceu um homem na beira do rio. Apareceu uma ave na beira do rio. Apareceu a concha. E o mar estava na concha”, em relação à cronologia dos animais tendo origem um no outro no poema anterior (de Antunes). Trata-se de uma ordem construída pelo sujeito de modo a sugerir que uma coisa não surge do nada, mas sempre precedida de outra como responsável pela sua existência. Dessa forma, o

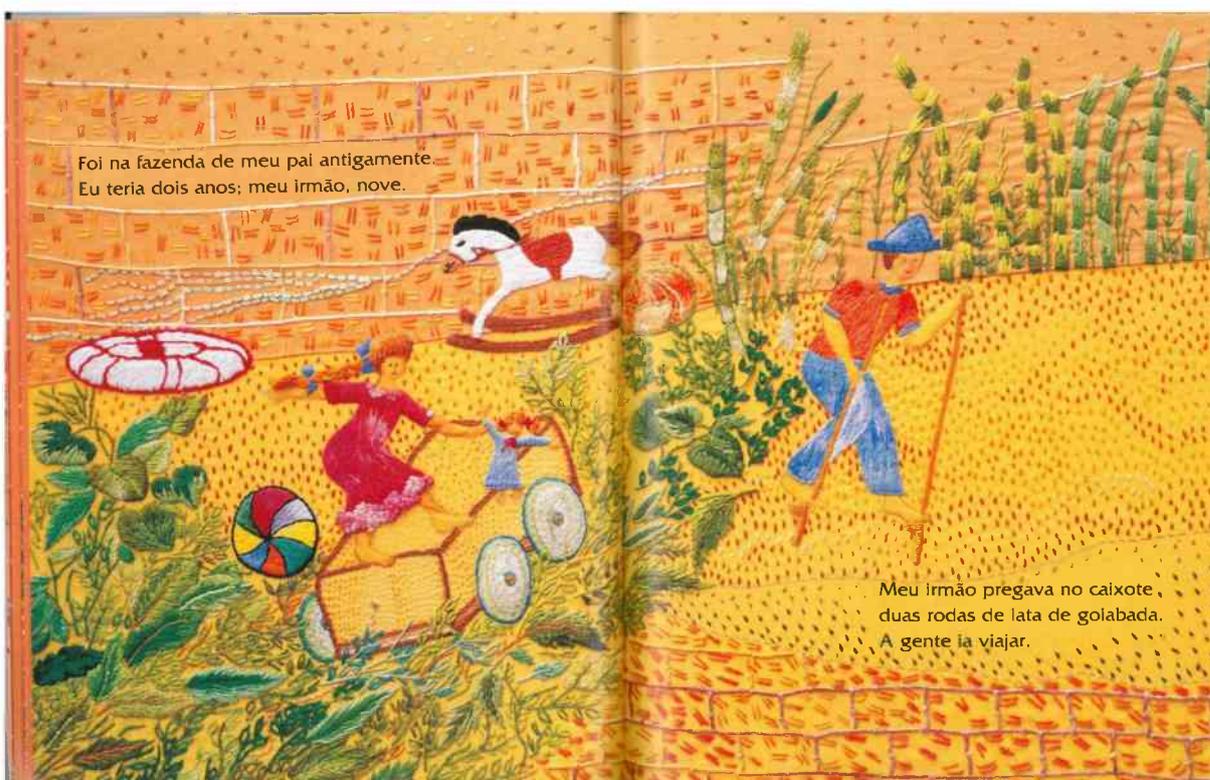
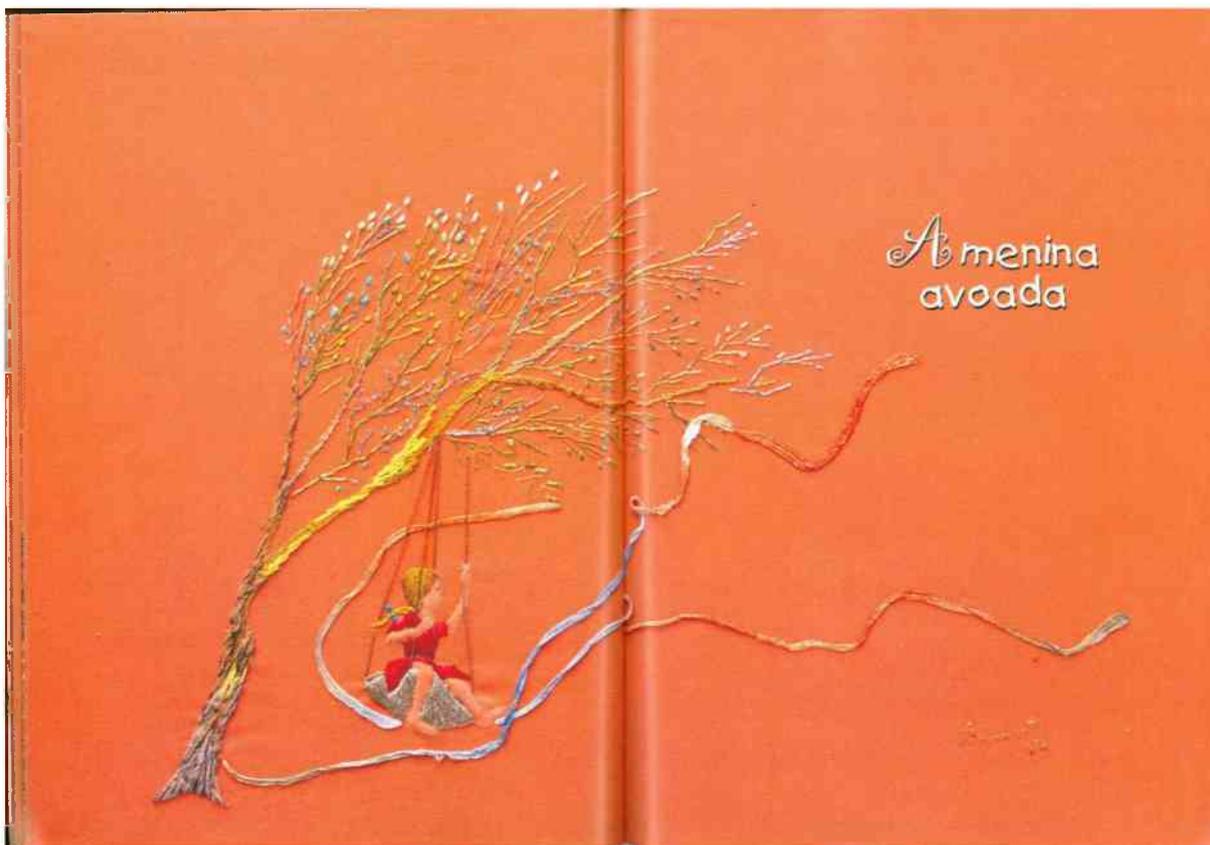
sujeito ligado à infância se constitui por uma ética e estética da existência, pela sua relação com um saber historicamente marcado e pela construção de outros que lhe são próprias.

Como marcas do discurso poético e da criança, versos que transgridem à lógica das coisas são elencados para o enunciado, tais como “As moscas davam flor em março” e “Depois encontramos com a alma da chuva que vinha do lado da Bolívia – e demos no pé”. Essas (im)possibilidades sugerem o fechamento de um ciclo nesse movimento de rememoração dos saberes sobre o surgimento das coisas naturais, que aponta para modos de subjetivação da infância, como quem se desprende dos compromissos com as verdades arraigadas para a construção de outras, em outra ordem. Essa (de)sordem caminha na esteira do que Foucault (1985) denomina de “cultura de si”, que pela arte da existência o sujeito adere ao cuidado consigo por meio de uma ocupação consigo mesmo.

Retomando a menção ao sujeito histórico, o índio, o enunciado é fechado por meio de um verso que o retoma, em que o sujeito o considera como fonte para suas verdades instauradas, “(Rogaciano era índio guató e me contou essa cosmologia.)”. Além disso, o termo “cosmologia” também provoca um efeito de memória no discurso atual, tendo em vista que se refere ao estudo do surgimento e evolução dos elementos do universo. No entanto, o sujeito, ao mesmo tempo em que apela para uma possível repetição de saberes tidos como científicos sobre o universo, torna-os singulares por se tratar de uma construção, da emergência de outros regimes de verdades, tornando seu discurso também singular e da ordem do acontecimento. Por meio dessa memória e da sua relação com a verdade, o sujeito da infância se constitui nesse batimento entre o real (verdade legitimada) e a fantasia, nesse brincar de conhecer as coisas do universo, assim como se observa no poema seguinte.

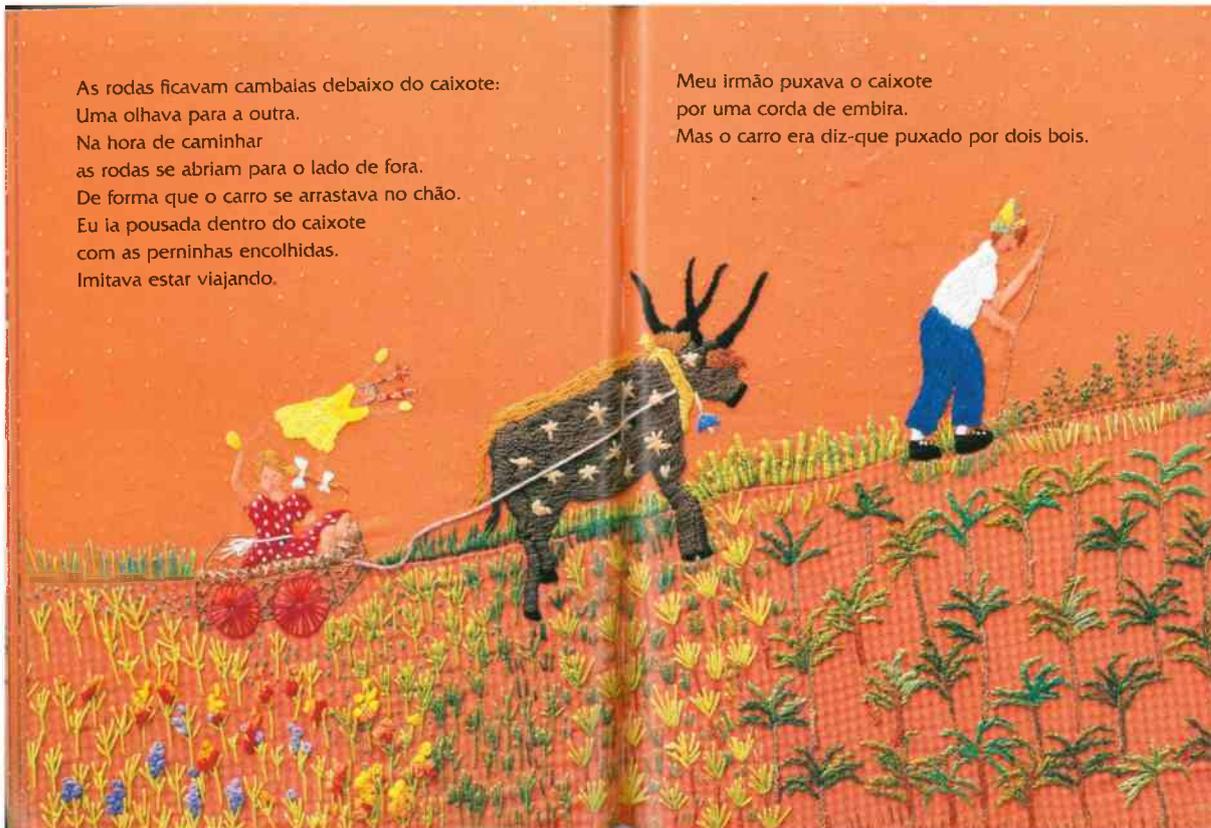
#### **4.4 Análise do poema “A menina avoadada”**

O poema abaixo foi recortado do livro *Exercícios de ser criança*, composto por apenas três poemas, com linhas de variadas cores. O poema analisado é longo em se tratando de sua distribuição nas páginas, com destaque para as ilustrações em formas de bordados com linha no tecido colorido. “A menina avoadada” é o último poema dos três, o qual se caracteriza por uma narrativa poética de uma brincadeira, em primeira pessoa, que remonta às tradições e as simplicidades das crianças desprovidas das tecnologias modernas. Cada estrofe ocupa uma página.



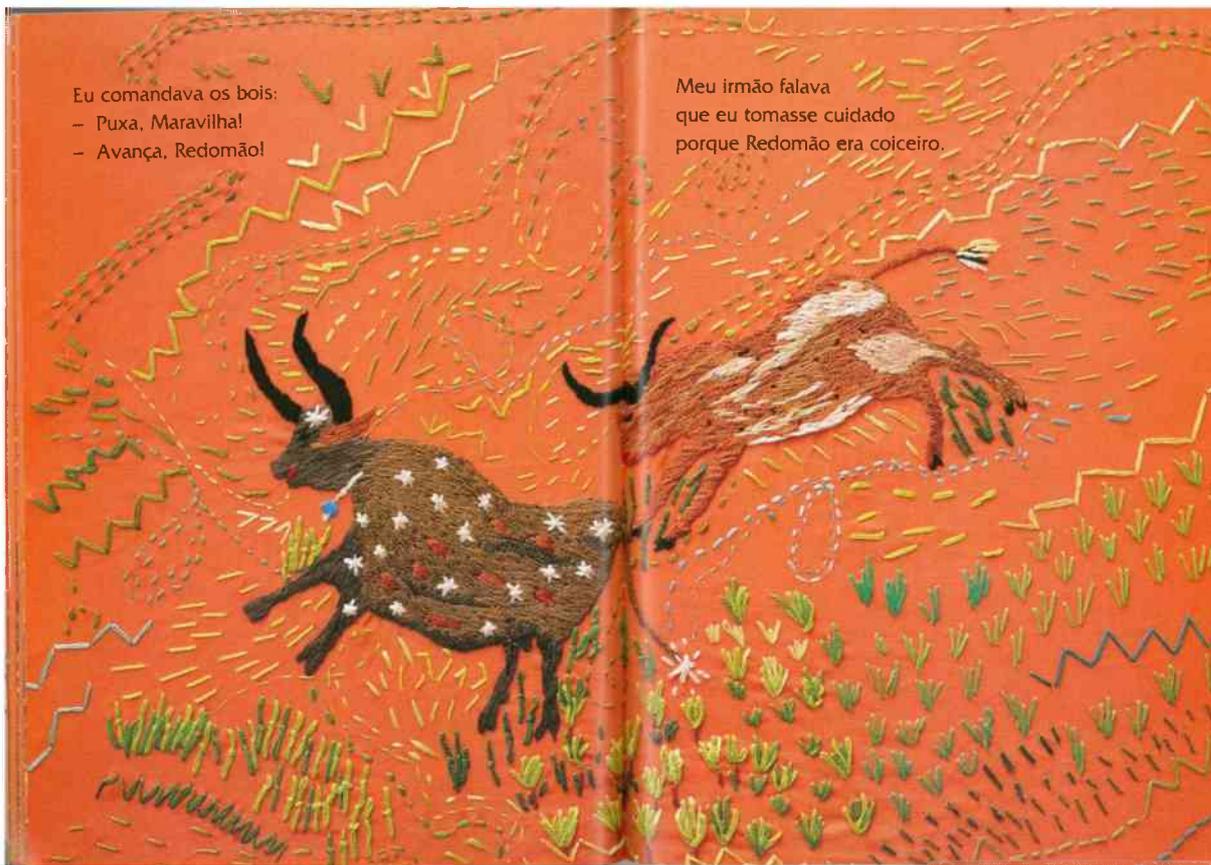
As rodas ficavam cambaias debaixo do caixote:  
 Uma olhava para a outra.  
 Na hora de caminhar  
 as rodas se abriam para o lado de fora.  
 De forma que o carro se arrastava no chão.  
 Eu ia pousada dentro do caixote  
 com as perninhas encolhidas.  
 Imitava estar viajando.

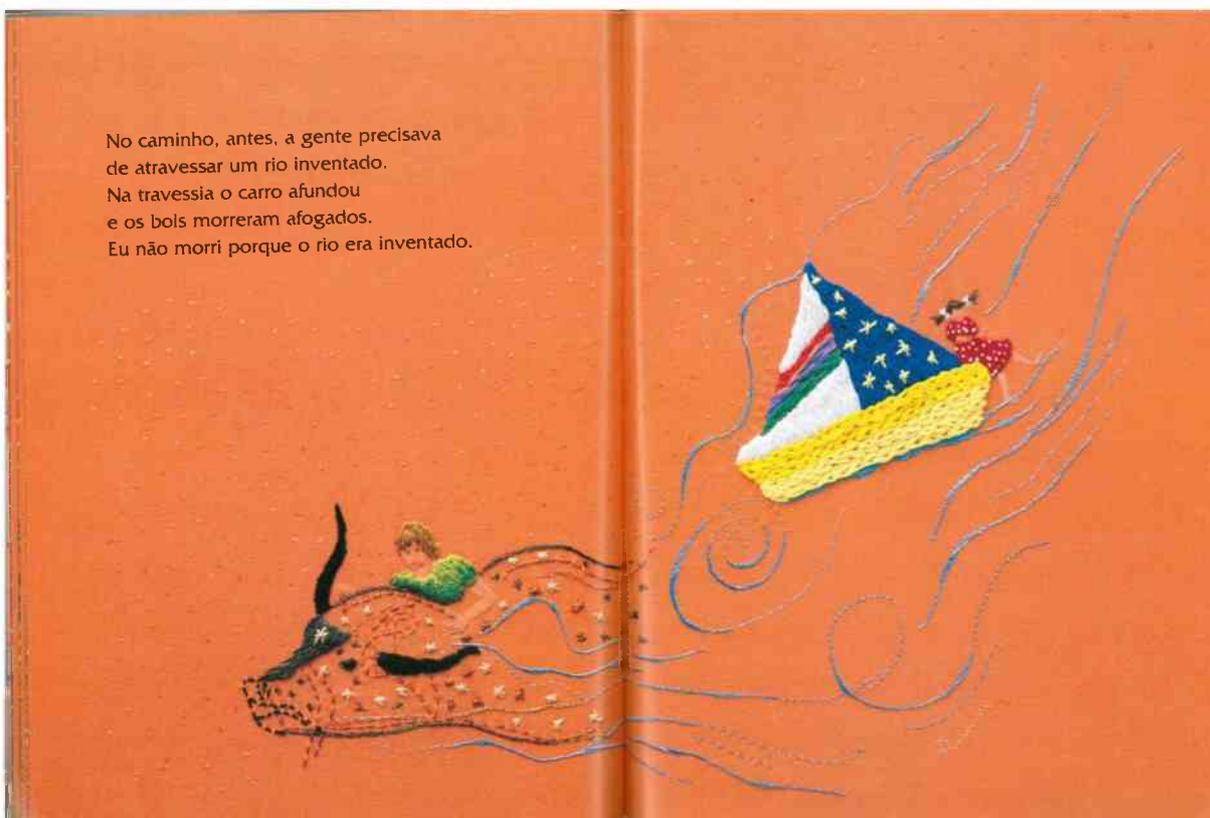
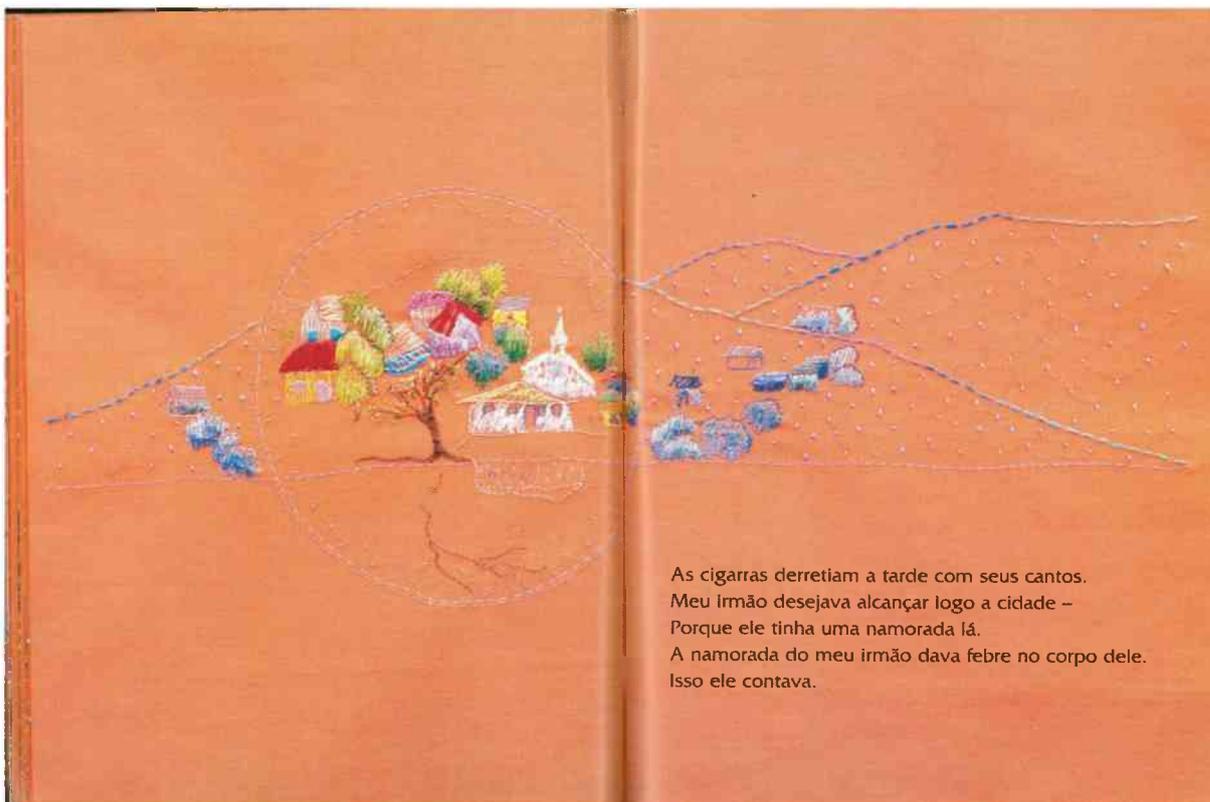
Meu irmão puxava o caixote  
 por uma corda de embira.  
 Mas o carro era diz-que puxado por dois bois.

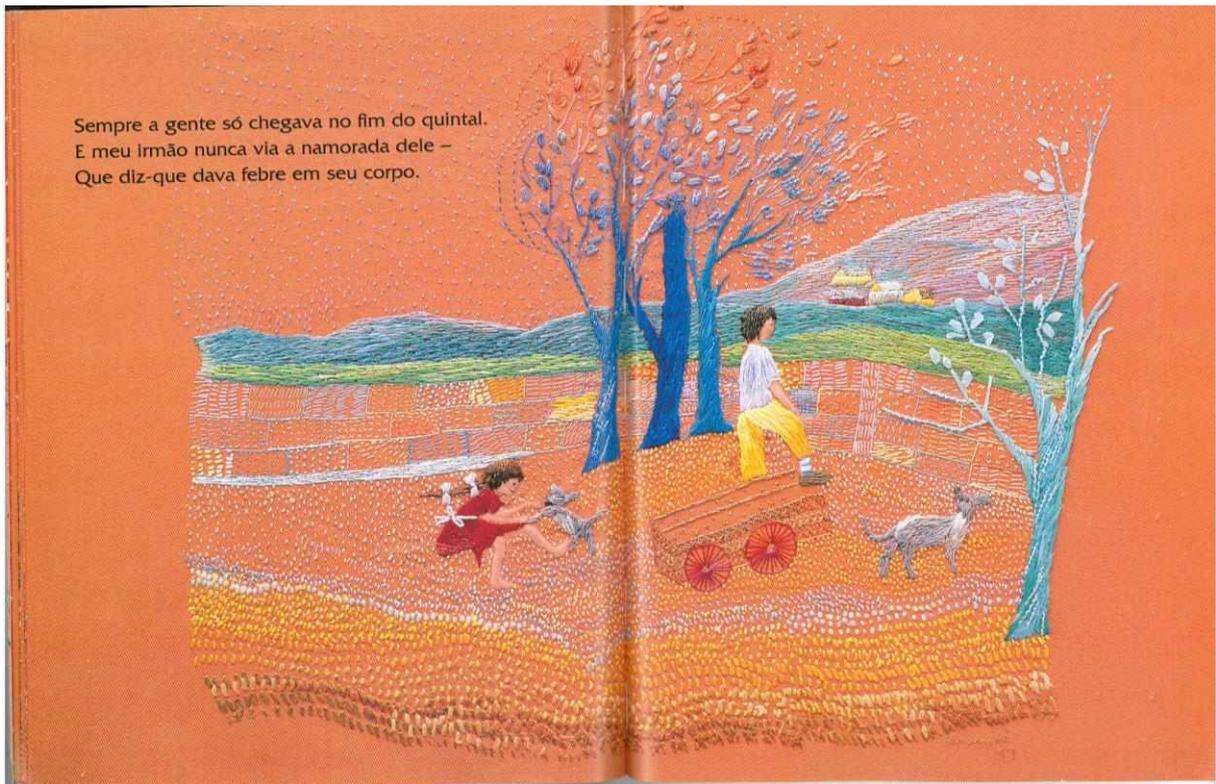


Eu comandava os bois:  
 – Puxa, Maravilha!  
 – Avança, Redomão!

Meu irmão falava  
 que eu tomasse cuidado  
 porque Redomão era coiceiro.







(BARROS, 1999, s. n.)

O enunciado descreve uma brincadeira realizada por dois irmãos (crianças), da qual alguns elementos merecem destaque, como a criação desprovida de altas tecnologias, a imitação e o invencionismo, que configuram vontades de verdade, levando a processos de subjetivação. Nessa dimensão, faz-se necessário considerar tempo e espaço como aspectos que conduzem às práticas discursivas, refletindo sobre uma ordem discursiva na relação do sujeito com a verdade: “Foi na fazenda de meu pai antigamente”.

A narrativa elenca o meio rural como cenário do acontecimento, em que o sujeito rememora parte de sua vida pregressa, cujo meio rural condiciona uma possibilidade típica para a emergência das brincadeiras de outrora. Ressalta-se que na tradição do Brasil o meio rural se faz populoso e os modos de subjetivação das crianças camponesas eram consolidados por meio dessa harmonia entre sujeito e espaço natural, com destaque para as práticas de poder e produção de saberes que conduziam seus modos de vida. É materializado “[...] o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 269).

Essa naturalidade do meio rural, sem brincadeiras com brinquedos industrializados (não no sentido de desvantagem em relação às tecnologias modernas), desperta para a criatividade, em que o sujeito do discurso e seu irmão resgatam saberes tradicionais e os

trazem para aquele presente na enunciação. “Meu irmão pregava no caixote / duas rodas de lata de goiabada. / A gente ia viajar. / [...] Imitava estar viajando.”. Diante de tal discurso, consideramos relevante trazer à tona qual o sentido de viajar para a constituição de sujeito, como quem sai de seu espaço habitual para adentrar a outro novo, rompendo com uma continuidade como condição própria do sujeito.

Nesse processo de prática discursiva no espaço rural, a imitação pode ser observada sob dois aspectos: a do carrinho que é projetado a partir de um modelo real e a viagem como sendo a forma útil de utilização do brinquedo, bem como é ilustrado no enunciado. Trata-se de uma forma de resgate não apenas de brincadeiras tradicionais que envolvem a criatividade e simplicidade, mas de aderir a verdades impregnadas naquele espaço e no momento histórico dado. O efeito de memória então conduz a prática a um sentido que se transforma do adulto para o infantil, lúdico, em que o “faz de conta” transcorre como elemento essencial dessa prática de subjetivação.

A rememoração do sujeito que vai ao encontro da tradição e, com brinquedos que não envolvem tecnologias modernas, mercadológicas, direciona-se para uma subjetividade que outrora deixara sua marca na sociedade. Ao privilegiar a prática da brincadeira rural, o sujeito vai ao encontro de uma ordem discursiva pautada pela relação direta entre criança e natureza, cujas vontades de verdade eram outras, sustentadas pela simplicidade, pela pureza e pela convivência com elementos naturais que resultavam em sujeitos com consciência ecológica e que valorizavam o meio.

No contexto de se construir seu próprio brinquedo, tomando práticas da vida cotidiana como modelo, observa-se também o resgate do carro de boi: “Meu irmão puxava o caixote / Por uma corda de embira. / Mas o carro era diz-que puxado por dois bois.”. A utilização do carro de boi como transporte no ambiente rural é acionada, prática que cede lugar para o carro industrializado em épocas mais modernas. O sujeito, com dois anos na época, ao assinalar que se colocou dentro do carro, produz uma memória não apenas de um meio de transporte para produtos agrícolas, mas que transportava também pessoas. Além disso, as posições de sujeitos homem e mulher, nesse meio de transporte, são bem demarcadas, em que a condução dos bois se dá pelo homem e quem está dentro do carro de boi é a mulher.

Essa ética que coloca em cena práticas da vida adulta pode ser entendida como fruto de ensinamento. Ao mencionar que tal evento ocorre na “fazenda do meu pai”, o sujeito aponta para uma relação de aprendizagem com aquele que os ensina. Essas práticas que envolvem os outros “[...] quer dizer que as artes de viver se aprendem. Aprendem-se por meio

de um ensino, por meio de uma escuta (aprendizagem, ensino). [...] Ou seja, nessas artes de viver, a presença do outro, suas palavras, sua autoridade são evidentemente indispensáveis” (FOUCAULT, 2016, p. 31).

A prática aponta ainda para a relação consigo e com o outro, tendo em vista as imitações do mundo real, do qual a fantasia procura se valer como condição para que os regimes de verdade funcionem e desempenhem seu papel de condutora de subjetividade. “Meu irmão falava / que eu tomasse cuidado / porque redomão era coiceiro.”. O sujeito irmão procura interferir na conduta da irmã em relação ao perigo, conferindo sua formação discursiva acerca da lida com bois, retratando verdades calcadas em experiências com animais dessa espécie. Então, o alerta procura conduzir a relação do sujeito em relação a essa verdade, que nada mais seria que o cuidado com o outro como consequência do cuidado de si mesmo.

No contexto da brincadeira protagonizada pelos dois irmãos, suas constituições são influenciadas pela presença um do outro. Essa relação humana é permeada pelo exercício do poder, fator que conduz as práticas discursivas: “[...] quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas” (FOUCAULT, 2004, p. 270-276).

A relação entre fantasia e realidade é novamente colocada sobre a mesa no desfecho da brincadeira, da viagem fantasiosa: “No caminho, antes, a gente precisava / de atravessar um rio inventado. / Na travessia o carro afundou / e os bois morreram afogados. / Eu não morri porque o rio era inventado.”. Este último verso nos leva a refletir sobre o papel do invencionismo na condução de modos de subjetivação do sujeito, tendo em vista que procura construir uma realidade, agenciando regimes de verdade e formas de exercício do poder, como se observam nesse percurso. Além disso, esse verso privilegia o inventado em detrimento da realidade por sugerir uma possível tragédia no rio. Desse modo, o sujeito apresenta uma ética e uma estética da existência pela fantasia, na relação consigo e com o outro, resultando em modos de subjetividade no espaço rural.

O discurso visual está em consonância com o verbal em se tratando do tipo de ilustração que norteia todas as páginas do poema. Trata-se, artesanalmente, da representação de bordados de variadas cores sobre o tecido, dialogando com a tradição da viagem por meio de carro de bois. Esse aspecto visual de inúmeras cores atribui um aspecto de infância, sobretudo em se tratando de espaço natural, pela oferta de elementos variados. Esse acompanhamento ilustrativo, do início ao fim da viagem narrada também pelo discurso verbal, complementa de forma considerável o enunciado. Especialmente para criança, para

que uma história seja mais “palpável”, verdadeira, é preciso lançar mão de desenhos que comprovem os acontecimentos, que levem o leitor a mergulhar nos domínios de memória nela materializados. Então, no contexto da narrativa poética, a ilustração cria um efeito de verdade, reforçando a constituição de subjetividade naquele contexto apresentado.

#### **4.5 Apontamentos conclusivos**

Os discursos materializados nos poemas de Antunes e de Barros se constituem por meio da recuperação de outros discursos, sejam de brincadeiras vividas pelos próprios sujeitos, sejam por discursos legitimados, cujos sentidos se dispersam no presente das enunciações. A base que constrói esses discursos são elementos que se vinculam à infância, tais como passarinho, brincadeira com a semântica das palavras, brincadeira com a descoberta de elementos como o fogo, e imitação de situações usuais típicas da época, como o carro de boi.

Esses enunciados são permeados de outros, como condição própria da produção discursiva que ganha sustentação pelas suas condições de possibilidade, que, embora não sejam exatamente datados, há sinalizações que sugerem as práticas de subjetivação de uma determinada época. Algumas práticas históricas são apresentadas, como o uso do estilingue na caça a passarinhos, o uso do carro de boi como meio de transporte, inclusive de pessoas, que sinalizam também os tipos de brincadeiras comuns de época e de construções próprias do meio rural, sem uso de tecnologias modernas.

Por outro lado, há uma interdiscursividade que não aponta para uma época específica, uma vez que são enunciados legitimados e estudados, passando de geração em geração, como é o caso da origem do homem cientificamente atestada e dos elementos da natureza. Trata-se de discursos em que os sujeitos não seguem à risca o que é posto pela tradição, mas também constroem discursos a partir desses regimes de verdade estabelecidos. Gestos de imitação, criação e até mesmo resistência à tradição (caça a passarinhos, prendê-los em gaiolas) são empregados nos enunciados, os quais ganham efeitos pela memória ali instaurada.

Nesse movimento de enunciações que coloca em cena a relação do sujeito com a verdade, esses poetas materializam modos de subjetivação, tendo em vista a relação consigo e com o outro nos discursos. O conhecimento das coisas que o cerca é também um meio de se conhecer, o que influencia nos modos de se constituir, inclusive de reconstruir modos de vida por meio da brincadeira. Nessas circunstâncias, as construções discursivas desses dois poetas se aproximam, uma vez que os gestos de enunciação configuram práticas de liberdade,

recorrendo-se a efeitos de memória como recurso propulsor dessas práticas de si nesses espaços, inclusive rurais.

Alguns traços desses poetas apresentam distinções mais aparentes nos poemas analisados. Ao passo que Barros opta por narrativas poéticas, atribuindo uma possibilidade mais real e referencial pelos acontecimentos (espaços, sujeitos, fatos), Antunes adere a um discurso mais reflexivo, sem traçar pontos de referência no sentido de fatos ocorridos, o que, de certa forma, caracteriza os modos de subjetivação dos sujeitos, voltados mais para a linguagem e para o discurso visual em si que uma dimensão espacial e concreto.

No que concerne ao discurso visual, esses poetas também se distinguem, como se observam nos poemas analisados. Ao passo que em Antunes os desenhos se dão pelo próprio sujeito da infância, com lápis no papel, sem muito capricho, em Barros, embora as ilustrações remontam para um modo artesanal, são caprichadas e não dão pistas de que foram feitas por criança, até mesmo porque a prática de bordar não é específica da infância. Essas distinções imagéticas apontam para efeitos de memória também diferentes, pois em Antunes a própria característica do desenho já confere uma subjetividade de infância, ao passo que em Barros essa marca não é apresentada, cuja memória se faz presente pelo que é desenhado.

## PALAVRAS DERRADEIRAS

A presente tese de doutorado apresentou por objetivo refletir sobre a construção da infância (ou das infâncias) na poesia de Arnaldo Antunes e de Manoel de Barros, integrantes da literatura brasileira, sob o suporte teórico-metodológico da análise do discurso foucaultiano. Nessa empreitada, as análises foram trabalhadas de forma comparativa, dando ênfase às aproximações e também às divergências que se apresentam nesses poetas em relação à infância que é bastante recorrente em ambos, com destaque para o conceito de saber foucaultiano.

Tomando a teoria foucaultiana como lente para nosso olhar investigativo, os saberes e as construções de verdades se constituíram como nossos maiores aliados nesse processo, tendo em vista também a hipótese inicial que delineou nossa inquietação acerca do *corpus*. A leitura das poesias contidas nas obras dos escritores supracitados nos provocaram à investigação, cujos saberes e verdades apontavam, inicialmente, para a constituição de um sujeito que ao mesmo tempo em que, por um lado, parecia ingênuo em seus discursos, por outro lado, era pautado pela criação, relações entre elementos que o cercam, em que a transgressão se fazia com nitidez. Enfim, sentimos que era preciso desvendar essa lógica que habitaria entre a obviedade e a profundidade de um discurso desnaturalizado, ilegítimo, que se situa fora da ordem discursiva.

Essa consideração em relação ao saber defendido pelo pensador-chave deste estudo [Foucault] foi tomada no sentido de verificar essa hipótese inicial, ao observar que a linguagem dos enunciados do *corpus* se traduz pela construção de saberes próprios, não convencionais. Além disso, esse conceito relevante para esta investigação vai ao encontro do sujeito pautado por outros regimes de verdade, o que atravessa esse sujeito da infância que se constitui por vontades de verdade outras. Apesar disso, foi possível detectar que essa vontade de verdade não se trata de saberes normalizados, convencionais, mas outros tipos de discursos que se encontram na literatura, em especial na poesia. O sujeito procura construir verdades próprias ao exercício de se desprender da realidade, assim como um gesto de brincadeira com as palavras.

Quanto à linguagem e infância, os dois escritores se aproximam por construir um sujeito curioso que aborda as coisas que o cercam, recorrendo à repetição e à comparação como critérios de acesso aos regimes de verdade (por meio da adesão ou à resistência a eles), por meio da linguagem. Porém, as formas que chegam a ser inusitadas colocam esse sujeito em um lugar que lhe é próprio, pela desconstrução das regras, colocando em xeque a

obviedade das coisas como parecem, construindo uma subjetividade desprovida daquilo convencionalizado como verdadeiro.

Em relação à modalidade enunciativa, esses poetas apresentam uma materialidade linguística com base em uma sintaxe simples, em especial nas escrituras de Antunes, pelos paralelismos dos versos, com destaque para a repetição como condição discursiva da composição do sujeito. Por outro lado, Barros mergulha em um universo recorrendo a invenções, neologismos, como característica que atravessa a infância. Essas construções sintáticas, que integram a dimensão superficial dos enunciados, criam efeitos de sujeito, em que essas construções languageiras sugerem um saber próprio da infância enquanto discurso. Embora nos enunciados do primeiro poeta destacado seja possível observar comparações inusitadas, no segundo a linguagem é construída de forma mais rebuscada, o que a torna não acessível ao leitor de imediato.

O termo “criança” é utilizado por Barros em vários poemas, aspecto que pode gerar confusão com o conceito de infância que adotamos para este estudo. No entanto, ao referirmos à “infância”, o que vem à mente é a concepção de universo da criança, que apresenta esses elementos de linguagem destacados e esse caráter de primeiridade pelas práticas próprias de iniciante do processo de subjetivação, embora tenhamos evitado analisar os poemas de forma comparativa entre criança e adulto. Portanto, a cronologia a que remete o termo criança pode ser enquadrada no campo conceitual de infância, tendo em vista a linguagem que a condiciona e que pode ser observada nas construções desses poetas. Além disso, essa marcação temporal aponta para as práticas discursivas de um sujeito constituído historicamente por meio das relações discursivas, em que os saberes e os efeitos de poder permeiam a infância, ainda que por outro ângulo, próprio do discurso literário.

Nessas construções, o acesso ao saber se dá por vias outras que não uma realidade normalizada, ou por formulações inusitadas a partir dela, pelas convenções sociais, em que buscamos os conceitos de utopia e de heterotopia foucaultianos como sustento para esse olhar sobre a infância, pelos espaços outros construídos nos alicerces das formulações poéticas e imaginárias. Nesses autores, as palavras não são utilizadas na ordem do dizível a não ser na arte literária e pela infância que atravessam, configurando-se em condições de possibilidade. Nessa viagem de se desprender das regras quanto à relação entre as palavras e as coisas, o sujeito do enunciado vai tecendo seu horizonte em outra direção, constrói seus discursos com despropósitos quanto à ordem do discurso.

Essa afinidade entre Antunes e Barros se dá no bojo do conceito de transgressão foucaultiana no que diz respeito às práticas discursivas, como limite tênue entre o

normalizado e o transgredido. Um discurso transgressivo no campo literário só ganha *status* de legitimação por se tratar de uma linguagem que “se olha no espelho”, segundo as considerações foucaultianas, isto é, a existência por ela mesma, descompromissada de seu sentido convencional e das comunicações cotidianas.

Os enunciados poéticos construídos por esses dois poetas conferem a aproximação entre ser de linguagem e infância no horizonte de uma contradição entre a busca pela verdade das coisas e ao mesmo tempo uma fuga dela. Essa dimensão pode ser observada no nível das relações inusitadas e adesão por uma lógica que se apresenta em Antunes, bem como nas construções barreanas, em que a fuga de uma lógica das coisas se faz o lema de sua escrita e se mostra como recurso para comparação entre infância e linguagem. A construção discursiva desprovida de um propósito aparente habita essa condição, que se traduz na nomeação de coisas, no invencionismo, nas construções inusitadas, que aproximam linguagem e infância. Dessa forma, o sujeito construído nessa poesia, por seus discursos, aproxima-se da concepção de um ser de linguagem proposto por Foucault.

Pautados por essas construções próprias da literatura poética, esses literatos colocam seus discursos em condições favoráveis para uma aproximação entre infância e poeta, em que o brincar da criança pode equivaler ao gesto criativo do poeta, exatamente por essa dimensão discursiva de uma posição que foge às regras. A infância é desenhada nessa dimensão transgressora como prática de liberdade. Mas, não há uma fuga total, pois até mesmo na arte pela palavra há uma ordem, um limite dessa transgressão, uma regulação da crítica e do leitor que influenciam nas construções.

Em meio a essas produções enunciativas, é válido destacar também os distanciamentos entre os referidos escritores, tanto no que diz respeito à superfície enunciativa quanto às camadas mais profundas. Em Antunes, as regularidades em relação à materialidade linguística são trabalhadas de modo diferenciado, pela sintaxe simples, construção de um saber por relações entre elementos semelhantes. Já em Barros a linguagem cria efeitos de sentido mais surreais, sem uma regularidade em relação à sintaxe dos versos e os enunciados, por meio de narrativas, recorrem à primeira e também à terceira pessoas, além de seus poemas se configurarem como pequenas narrativas poéticas (há narrativas factuais que descrevem situações vividas pelo sujeito). Essa dimensão da materialidade poética pode ser produtiva no sentido de sublinhar as formas desses poetas de mobilizar a linguagem para retratar infâncias que se distinguem e/ou se aproximam, pois, as modalidades enunciativas materializam subjetividades do sujeito. No que concerne aos tempos nos poemas, pode-se afirmar que enquanto Antunes se situa no aqui agora, Barros tende a fixar-se no passado. Essa

característica justifica a concepção, neste segundo poeta, de uma infância rememorada.

Ainda que esses discursos não ofereçam elementos suficientes para um apontamento mais apurado quanto aos espaços habitados pelos sujeitos, é válido considerar que a infância de Barros tende a ser mais rural, pela evocação recorrente a elementos próprios a esse espaço, com ênfase para a natureza. Esses aspectos colocam o próprio sujeito na condição de integrante dessa natureza, por meio da qual se constitui e é configurado por uma subjetividade de pureza e que transcende a lógica de uma realidade mais crua no sentido de constituição. Por outro lado, não fica nítida nos poemas de Antunes a constituição de uma infância urbana, o que até poderia se sustentar como elemento diferenciador em relação a Barros.

No que tange à rememoração, esta se materializa no campo das imitações resultantes das brincadeiras, como por exemplo nas vivências de episódio que traz à tona lembranças de práticas tradicionais, como o carro de boi. Essas situações que colocam saberes convencionais ao encontro de uma atualidade provocam efeitos de memória, de relações entre sujeitos, entre sujeitos e espaços, e criam efeitos de poder. Mas, é preciso destacar que essas práticas não se limitam a um resgate de práticas convencionais de modo fidedigno, uma vez que a linguagem, condição que possibilita a infância a se manifestar, permite um avanço que rumo à fuga, a construir os espaços sob um viés de dispersão de sentidos.

Por meio dessas produções discursivas, alguns pontos apontam para uma demarcação histórica desses sujeitos, como o citado carro de boi, o consumismo que valoriza o dinheiro em detrimento dos valores morais e éticos, que se direcionam para as condições sócio-históricas de possibilidade para a constituição de sujeitos em dada época. Esses enunciados são povoados por outros, que se remetem a outros saberes remotos, tais como a origem humana, a descoberta do fogo, e ao índio, como elementos que apontam também para a dimensão tempo-espaço nesse processo de constituição da infância. O já-dito serve de base para as imitações, às relações que chegam a ser inusitadas, e como ponto de partida para uma viagem ao universo da linguagem, às criações desprovidas de lógica convencional.

Relações de poder, ainda que de forma mais tênue, se fazem presentes na constituição desses sujeitos, de modo a configurar seus modos de vida. A relação com o outro se dá de forma mais nítida na poesia barreana, tendo em vista que em seus poemas há uma frequência maior da presença de um outro que se relaciona com o sujeito ali materializado. Na antuneana, de forma geral, o sujeito é construído de forma mais isolada de outros sujeitos, sem muita interferência da presença de outro(s). Essas relações com outros sujeitos são relevantes no sentido de constituição da infância, desde as brincadeiras que apontam para a intervenção na conduta do outro até na dimensão dos saberes e práticas influenciadas por

outros, ainda trazidas de outros momentos históricos.

Essa diferença que se configura entre esses dois poetas apresenta sua importância no que concerne à própria constituição de sujeito no referencial teórico-metodológico adotado para esta pesquisa. As práticas discursivas envolvem as relações de saber e de poder, como condições próprias ao processo de se fazer sujeitos e constituição de subjetividades. Como se observa em Barros, especificamente nesse poeta, em várias de suas narrativas poéticas há a presença de um outro que promove interferência em sua conduta, por meio de um atrito discursivo que resulta em um efeito de poder. Ainda que se trate de um *corpus* literário, os sujeitos ali materializados não se desvinculam dessa condição de constituição, e a própria condição de um saber outro da infância já a coloca na dimensão desse poder que lhe é estabelecido.

Os saberes construídos nesses discursos, embora inovadores, não se desprendem dos convencionais, estes servem como horizonte diferencial para a existência daqueles e vice-versa. E essa transgressão assinala o caráter histórico que determina a constituição desse sujeito ligado à infância. Os jogos de verdade ali materializados sublinham esse caráter histórico, tendo em vista que o próprio enunciado pertence a uma formação histórica. Pensada assim, a infância nesses poetas pode ser apontada como potência criativa, da intensidade, direcionando-se para algo inato, por meio de empreendimento de saberes outros que se distinguem do naturalizado, do convencional. Esses poetas se aproximam pelos discursos de invenção, nomeação, pelo gesto de desenhar como representação discursiva que provoca efeitos de memória da infância, embora se distingam nas características, pois em Antunes os rabiscos no papel conferem essa prática da própria criança, quase que indecifráveis em relação aos poemas representados, e em Barros as ilustrações são bem trabalhadas, não possibilitando afirmar que foram elaboradas por criança. Esses desenhos materializam memórias distintas, embora estejam próximas pelo caráter de infância.

Embora a hipótese que se apresenta sobre a constituição da infância, geralmente, até mesmo pela sua rede de memória e sua relação com a poesia, com o poeta, como um ser que se pauta pelo óbvio, isto não se confirma nesses poetas. Vários poemas materializam um sujeito de discurso apurado, indo para além do que uma criança seja capaz, raciocínio profundo nas construções sobre o mundo que a cerca, sugerindo concluir que se trata de uma infância incomum, minoritária, que não se enquadra na maioria das infâncias existentes. Essa constituição possibilita, ainda, pensar as infâncias, no plural, e não a infância. Por outro lado, é preciso ainda ponderar que se trata de um devir, uma construção que habita o discurso poético, e esses poetas procuram fugir do lugar comum dessa memória sobre a infância.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e Produção discursiva de sentido. In: \_\_\_\_\_ et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 11-21.
- ALCÂNTARA, S. S. **Arnaldo Antunes, trovador multimídia**. Brasília, 2010. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.
- ANTUNES, A. **As coisas**. São Paulo: Iluminuras, 1992.
- ANTUNES, A. **Nome**. São Paulo: BMG, 1993.
- ANTUNES, A. **Tudos**. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARROS, M. **Exercícios de ser criança**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.
- BARROS, M. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BARROS, M. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 1993.
- BARROS, M. "Sempre achei que poesia consiste em modificar a língua". [Entrevista cedida a] Rosidelma Fraga. **Entretextos**. 2008. Disponível em: <<https://www.portalentextos.com.br/post/sempre-achei-que-poesia-consiste-em-modificar-a-lingua>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BARROS, N. A. D. **O lugar do leitor na poesia de Manoel de Barros**. Goiânia, 2010. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Departamento de Estudos Literários, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- COSTA, B. A. **Manoel de Barros: Peraltices e traquinagens com a palavra poética**. Fortaleza: 2010. 121f. Dissertação (mestrado em Letras). Faculdade de Letras: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdufScar, 2009.
- CRUZ, W. C. V. **Iluminuras: a imaginação criadora em Manoel de Barros**. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (mestrado em Letras: Estudos Literários). Faculdade de Letras: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Suely Rolnik. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DOSSE, F. Da história à memória. In: DOSSE, F. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: editora UNESP, 2001, p. 33-38.

FERNANDES JÚNIOR, A. Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia. In: FERNANDES JÚNIOR, A; SOUSA, K. M. de (Orgs). **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia: Gráfica da UFG, 2014, p. 53-67.

FERNANDES JÚNIOR, A. **Os entre-lugares do sujeito e da escritura em Arnaldo Antunes**. Araraquara, 2007. Tese (Doutorado em Estudos Literários)– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, C. A. O Autor: Morte do Homem, Nascimento do Sujeito. In: **Revista da ABRALIN**, v.15, n.2, p. 19-38, jul./dez. 2016.

FERNANDES, J. A. A. **Iminências poéticas**: Manoel de Barros e Arthur Bispo do Rosário – por uma poética da recomposição de inutilidades e do acriançamento. Goiânia: 2015. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica literária). Universidade Católica de Goiás, 2015.

FILGUEIRA, J. N. S. **O poema e a canção em *As coisas*, de Arnaldo Antunes**: imagens da primeiridade. Rio Grande do Norte, 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2010.

FILGUEIRA, J. N. S. **Isso é o nome das coisas? A palavra-canção em Arnaldo Antunes**. Rio Grande do Norte, 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2015.

FIOROTTI, D. A. **A palavra encena**: uma busca de entendimento da linguagem poética a partir de Manoel de Barros. Brasília, 2006. Tese (doutorado em Teoria Literária). Faculdade de Letras: Universidade de Brasília, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos V** – Ética, Sexualidade, Política. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, M. A Linguagem ao Infinito. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da

Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009c, p. 45-59.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 19. ed. Trad. E. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

FOUCAULT, M. As palavras e as imagens. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II** – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b, p. 81-84.

FOUCAULT, M. Desembaraçar-se da filosofia: sobre literatura. In: POL-DROIT, R. **Michel Foucault: entrevistas**. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006a, p. 55-66.

FOUCAULT, M. Dizer e ver em Raymond Roussel. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a, p. 1-12.

FOUCAULT, M. “Eu Sou um Pirotécnico”: Sobre o método e a trajetória de Michel Foucault. In: POL-DROIT, R. **Michel Foucault: entrevistas**. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006b, p. 67-100.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 139-174.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Trad. R. Machado. São Paulo: Graal Edições, 2007b.

FOUCAULT, M. **O Corpo Utópico, as heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V** – Ética, Sexualidade, Política. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta, tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 240-251.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. O Mallarmé de J. P. Richard. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009d, p. 183-193.

FOUCAULT, M. O Pensamento do Exterior. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009e, p. 219-242.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009f, p. 264-298.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, P; DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FOUCAULT, M. Outros Espaços. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009g, p. 411-422.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV** - Estratégia Poder-Saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010b, p. 223-240.

FOUCAULT, M. Prefácio à transgressão. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos III** - Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a, p. 28-46.

FOUCAULT, M. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos VI** – Repensar a política. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c, p. 1-24.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II** - Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c, p. 82-118.

FOUCAULT, M. Sobre as maneiras de escrever a História. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II** - Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a, p. 62-77.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GARCIA, M. T. R. **Exercícios de ser humano**: a poesia e a infância na obra de Manoel de Barros. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GREGOLIN, M. R. **AD**: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

KOHAN, W. O. **Infância**. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de Filosofia e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARROSA, J. O enigma da infância. In: LARROSA, J. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. São Paulo: Autêntica, 2006. p. 183-198.

LEVY, T. S. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MACHADO, R. L. **Poesia e Psicanálise: do poetar sobre a infância ao (in)dizível da experiência em Manoel de Barros**. Porto Alegre, 2016. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MACIEL JR., A. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium – Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-8, jan./jun., 2014.

MARTINS, W. R. M. O. **As figurações da morte e da memória na poética de Manoel de Barros**. Araraquara, 2015. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Departamento de Estudos Literários, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2015.

POSSENTI, S. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: POSSENTI, S. **Análise do Discurso**. v. 6, n. 2, Marília: Cadernos da F.F.C., 1997.

RODRIGUES, R. A. **A poética da desutilidade**: um passeio pela poesia de Manoel de Barros. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (mestrado em Ciência da Literatura). Faculdade de Letras: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SALOMÃO, D. F. **A soma incerta do que somos**: estudo da poesia visual de Arnaldo Antunes à luz do poema “Cromossomos”. Vitória, 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 26. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 1995.

SILVA JÚNIOR, W. D. **A transgressão nos estudos do discurso**: caminhos para uma operacionalização conceitual [manuscrito]. Goiânia, 2018. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Faculdade de Letras: Universidade Federal de Goiás, 2018.

SILVÉRIO, N. A. F. **Memória e interdiscurso em: *O guardador de águas*** de Manoel de Barros. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. Tradução Doris Sanches Pinheiro e Fernanda Alves Braga. São Paulo: Manole, 1989.

YAMAMOTO, C. R. S. **Memória e identidade na obra de Manoel de Barros**. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.